



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA MÍDIA
NÍVEL MESTRADO

MARIANA LEMOS DE MORAIS BEZERRA

***THINK OLGA: INTERSECCIONALIDADE, COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA NO
FACEBOOK E A APROPRIAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO DE GÊNERO NO
SUJEITO DO FEMINISMO***

NATAL-RN
2018

MARIANA LEMOS DE MORAIS BEZERRA

***THINK OLGA: INTERSECCIONALIDADE, COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA NO
FACEBOOK E A APROPRIAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO DE GÊNERO NO
SUJEITO DO FEMINISMO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Estudos da Mídia e Práticas Sociais
Orientador: Prof. Dr. Juciano de Sousa Lacerda

NATAL-RN
2018

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras
e Artes – CCHLA

Bezerra, Mariana Lemos de Moraes.

Think Olga: interseccionalidade, comunicação midiática no facebook e a apropriação da identificação de gênero no sujeito do feminismo / Mariana Lemos de Moraes Bezerra. - Natal, 2018.
210f.: il. color.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia.

Orientador: Prof. Dr. Juciano de Sousa Lacerda.

1. Estudos da Mídia - Dissertação. 2. Estudos Culturais - Dissertação. 3. Feminismo Interseccional - Dissertação. I. Lacerda, Juciano de Sousa. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 316.77:141.72

MARIANA LEMOS DE MORAIS BEZERRA

***THINK OLGA: INTERSECCIONALIDADE, COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA NO
FACEBOOK E A APROPRIAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO DE GÊNERO NO
SUJEITO DO FEMINISMO***

Dissertação foi julgada aprovada para obtenção do título de mestre em Estudos da Mídia
no dia 29 de maio de 2018.

Orientador: Prof. Dr Juciano de Sousa Lacerda

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel Rodrigo Meirinho de Souza
Presidente

Profa. Dra. Kênia Beatriz Maia
Examinadora interna – PPgEM - UFRN

Profa. Dra. Sandra Raquew dos Santos Azevedo
Examinadora externa – PPGC – UFPB

Dedico estas páginas a todas as mulheres que tornaram possível eu estar onde estou, mostrando coragem e determinação para mudar as estruturas da nossa sociedade e tornar possível os sonhos e desejos de suas irmãs que estavam por vir.

AGRADECIMENTOS

Produzir uma dissertação é sem dúvida um trabalho árduo, requer dedicação, disciplina e por vezes isolamento. Nesses últimos anos, comparei o processo da escrita com a geração de uma filha. De fato, “gerar” não é um trabalho fácil. O processo modificou meu corpo, engordei, principalmente no período que comia algo rápido no trabalho para poder chegar à aula. Gerar este projeto também diminuiu minha qualidade de vida. Convivi com crises de ansiedade, já que tive que conciliar o trabalho e o mestrado no primeiro ano, o que me levou a uma estafa. Eram as dores de uma gestação. Quando eu pensava em desistir do trabalho, olhava para minha conta bancária, mirrada como minha filha. Mas como diz minha mãe Suzana: “Não se desiste de uma filha”. E foi com o apoio dos meus pais e de duas amigas-irmãs, Profa. Ma. Natália Veloso Caldas de Vasconcelos e Ana Cláudia de Souza Rodrigues Gabriel Ferreira, que escolhi esta filha e minha saúde emocional. Depois desse primeiro ano árduo, tudo fluiu, consegui a bolsa, fiz o mestrado sanduíche e pude me dedicar de corpo e alma a minha filha.

Apesar dos percalços, a generosidade, o companheirismo, o carinho e o coleguismo que encontramos durante essa gestação tornaram o trabalho menos espinhoso e até bastante prazeroso. Ao longo desse período, várias foram as pessoas com quem contei e às quais respeitosa e agradecidamente agradeço.

Agradeço a Deus, por ter cuidado de mim e que de forma singular me conduziu até aqui.

Sou grata ao meu orientador, Prof. Dr. Juciano de Sousa Lacerda, pelo incentivo, observações, apoio e por sempre me lembrar de levar esse processo com mais leveza. Sentirei saudades das suas aulas.

Agradeço aos professores que aceitaram participar de minha banca de qualificação, Profa. Dra. Kênia Beatriz Maia, Profa. Dra. Sandra Raquew dos Santos Azevedo e Prof. Dr. Daniel Rodrigo Meirinho de Souza, cujas leituras e observações feitas ao meu texto se tornaram essenciais para o amadurecimento das minhas ideias. Procurei, na medida do possível, agregá-las a esta versão final. A Profa. Ma. Tamires Ferreira Coêlho e a Profa. Ma. Thays Helena Silva Teixeira, obrigada pelas referências metodológicas e, o que é mais importante, palavras amigas e motivadoras nos momentos de desespero (risos).

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de uma bolsa de estudo neste último ano, sem a qual não conseguiria terminar de “gerar” esta filha com a tranquilidade necessária.

Não poderia deixar de agradecer as minhas amigas e meus amigos de caminhada acadêmica do PPgEM. Agradeço especialmente a Kalianny Bezerra de Medeiros, Taianne de Lima Gomes, Vivianne Limeira Azevedo Gomes, Kamyla Alvares Pinto, Isadora Araújo Santos e John Willian Lopes, por todo apoio mútuo nesse percurso. Espero contribuir para o crescimento e formação de outras pessoas juntamente com vocês. Também sou grata as minhas amigas Raissa Cristina Ozório Tavares, Bruna Werner Gabriel Fernandes, Elisangela Veneranda de Sousa e à Profa. Ma. Kathy Aline de Medeiros Silva, por me ajudarem no processo seletivo do mestrado e por sempre acreditarem em mim. Vocês são fundamentais.

Finalmente, eu não teria conseguido superar os obstáculos, insistir e persistir para chegar à reta final sem o apoio e o incentivo dos meus pais, Suzana Lemos de Moraes Bezerra e Leonardo de Oliveira Bezerra Júnior. A minha mãe, em especial, obrigada por sempre crer em mim, quando eu nem mesmo acreditava (Mãe, consegui terminar mais uma etapa!). Agradeço também a minha amada e adorável avó, Emília Rodat Gomes Bezerra, por ajudar a proporcionar a melhor educação possível. Obrigada pelo carinho e a cumplicidade. O amor de vocês foi (e é) o combustível de tudo isto.

Hoje minha filha vem ao mundo, possivelmente com determinadas limitações de uma mãe que passou por alguns percalços durante a gestação. Algumas pessoas me perguntam: valeu a pena? Os dias vindouros irão dizer. Mas, para essa mãe, valerá toda vez que sua filha for ouvida, inserida e contemplada em uma sociedade racista e machista como a brasileira, que aprofunda as diferenças e desigualdades de identificação de gênero, raça e classe, principalmente na conjuntura nacional e estadual que estamos vivendo neste ano de 2018. Meu desejo é que esta filha possa amparar outras mães e outras filhas.

*Precisamos encorajar mais mulheres a
se atreverem a mudar o mundo.*

Chimamanda Ngozi Adichie.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Exemplo do empírico da aplicação da análise de Brah (2006).....	54
Figura 2 – Exemplo de reações no <i>Facebook</i>	58
Figura 3 – Exemplo de post com reações, compartilhamentos e comentários no <i>Facebook</i>	59
Figura 4 – Exemplo de publicação que tem como elemento enunciador um vídeo e que possui <i>links</i> de redirecionamentos.	60
Figura 5 – Reações presentes no <i>Facebook</i>	62
Figura 6 – Exemplo de imagem como elemento enunciador do conteúdo da história de Dona Rosa.	68
Figura 7 – Cenas do trailer do documentário “ <i>Chega de Fiu Fiu – O filme</i> ”	125
Figura 8 – Cenas do trailer “ <i>Chega de Fiu Fiu – O filme</i> ”. Na imagem, Rosa Luz, de Brasília (DF).	125
Figura 9 – Cenas do trailer “ <i>Chega de Fiu Fiu – O filme</i> ”. Na imagem, Raquel Carvalho, de Salvador (BA).	125
Figura 10 – Cenas do trailer “ <i>Chega de Fiu Fiu – O filme</i> ”. Na imagem, Teresa Chaves, de São Paulo (SP).	125
Figura 11 – Cenas do trailer “ <i>Chega de Fiu Fiu – O filme</i> ”. Na imagem, Djamilia Ribeiro.	126
Figura 12 – Cenas do trailer “ <i>Chega de Fiu Fiu – O filme</i> ”. Na imagem, Juliana de Faria.	126
Figura 13 – Alguns vídeos do canal no <i>YouTube</i> do <i>Barraco da Rosa</i>	128
Figura 14 – Cenas da <i>live</i> sobre “ <i>Chega de Fiu Fiu – O filme</i> ” e <i>Meet Us On The Street: Anti-Street Harassment Week</i>	134
Figura 15 – Cenas da <i>live</i> com a MC Bárbara Sweet. Da esquerda para direita, a jornalista Karolina Gomes, integrante da <i>Think Olga</i> e a MC Bárbara Sweet.	135
Figura 16 – Alguns exemplos de estereótipos nocivos presente na mídia. Imagens retiradas do <i>Minimanual de Jornalismo Humanizado</i>	145
Figura 17 – Cena do programa <i>Yes, we cat</i> , sobre mulheres na internet.....	151
Figura 18 – Cena do programa <i>Yes, we cat</i> , sobre moda.....	154
Figura 19 – Cena do programa <i>Yes, we cat</i> , sobre maternidade.....	156
Figura 20 – Cena do programa <i>Yes, we cat</i> , sobre jornalismo.	159
Figura 21 – Cena do programa <i>Yes, we cat</i> , sobre empreendedorismo.....	162

Figura 22 – Cena do programa *Yes, we cat*, sobre mundo nerd 164

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Temas	61
Gráfico 2 – Domicílios sem acesso ao computador.....	122
Gráfico 3 – Expressões interseccionais, Rosa Luz, Brasília (DF).....	127
Gráfico 4 – Expressões interseccionais, Raquel Carvalho, Salvador (BA).....	129
Gráfico 5 – Expressões interseccionais, Djamila Ribeiro	131
Gráfico 6 – Expressões interseccionais, Tereza Chaves, São Paulo (SP).	132
Gráfico 7 – Expressões interseccionais, Juliana de Faria.	133
Gráfico 8 – Expressões interseccionais, MC Bárbara Sweet.....	136
Gráfico 9 – Expressões interseccionais, Karolina Gomes.....	137
Gráfico 10 – Expressões interseccionais, Susllem Tonani.	139
Gráfico 11 – Expressões interseccionais, Emily Araújo.	142
Gráfico 12 – Expressões interseccionais, mulher e atleta.	143
Gráfico 13 – Algumas expressões interseccionais presentes no <i>Minimanual de Jornalismo Humanizado</i>	146
Gráfico 14 – Algumas expressões interseccionais presentes no <i>Minimanual de Jornalismo Humanizado</i>	146
Gráfico 15 – Algumas expressões interseccionais presentes no <i>Minimanual de Jornalismo Humanizado</i>	146
Gráfico 16 – Algumas expressões interseccionais presentes no <i>Minimanual de Jornalismo Humanizado</i>	146
Gráfico 17 – Algumas expressões interseccionais presentes no <i>Minimanual de Jornalismo Humanizado</i>	147
Gráfico 18 – Algumas expressões interseccionais presentes no <i>Minimanual de Jornalismo Humanizado</i>	147
Gráfico 19 – Algumas expressões interseccionais presentes no <i>Minimanual de Jornalismo Humanizado</i>	147
Gráfico 20 – Algumas expressões interseccionais presentes no <i>Minimanual de Jornalismo Humanizado</i>	147
Gráfico 21 – Algumas expressões interseccionais presentes no <i>Minimanual de Jornalismo Humanizado</i>	148
Gráfico 22 – Algumas expressões interseccionais presentes no <i>Minimanual de Jornalismo Humanizado</i>	148

Gráfico 23 – Expressões interseccionais, Jaqueline Conceição.	149
Gráfico 24 – Expressões interseccionais, <i>Yes, we cat</i> , Jéssica Tauane.....	152
Gráfico 25 – Expressões interseccionais, <i>Yes, we cat</i> , Juliana de Faria.	153
Gráfico 26 – Expressões interseccionais, <i>Yes, we cat</i> , Júlia Tolezano.	153
Gráfico 27 – Expressões interseccionais, <i>Yes, we cat</i> , Juliana Romano.....	155
Gráfico 28 – Expressões interseccionais, <i>Yes, we cat</i> , Nana Lima.....	155
Gráfico 29 – Expressões interseccionais, <i>Yes, we cat</i> , Nátaly Neri.....	156
Gráfico 30 – Expressões interseccionais, <i>Yes, we cat</i> , Thaiz Leão Gouveia.....	157
Gráfico 31 – Expressões interseccionais, <i>Yes, we cat</i> , Luíse Bello.....	157
Gráfico 32 – Expressões interseccionais, <i>Yes, we cat</i> , Helen Ramos.....	158
Gráfico 33 – Expressões interseccionais, <i>Yes, we cat</i> , Semayat Oliveira.....	160
Gráfico 34 – Expressões interseccionais, <i>Yes, we cat</i> , Andrea Dip.....	160
Gráfico 35 – Expressões interseccionais, <i>Yes, we cat</i> , Vivi Duarte.	162
Gráfico 36 – Expressões interseccionais, <i>Yes, we cat</i> , Bia Granja.	162
Gráfico 37 – Expressões interseccionais, <i>Yes, we cat</i> , Aline Valek.	165
Gráfico 38 – Expressões interseccionais, <i>Yes, we cat</i> , Ana Paula Freitas.....	165
Gráfico 39 – Expressões interseccionais, Braulina Aurora Baniwa.	167
Gráfico 40 – Expressões interseccionais, Anita Malfatti.....	168
Gráfico 41 – Expressões interseccionais, aborto.	169
Gráfico 42 – Expressões interseccionais, <i>Troféu Mulher Imprensa</i>	171

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Exemplo de organização dos dados coletados..... 57

Tabela 2 – Hierarquização dos dados do maior ao menor número de reações..... 65

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar se os conteúdos presentes na *fanpage* do *Facebook* da *Think Olga* propagam o conceito de identificação de gênero defendido pelo feminismo interseccional. Essa problemática tem envolvimento sobretudo nos campos de gênero e mídia. Inicialmente, parte-se da trajetória dos estudos feministas focando no contexto anglo-americano, especialmente dos Estudos Culturais, já que nessa corrente teórica se encontram os primeiros estudos relacionando mídia e feminismo. A abordagem utilizada é a interseccional com viés construcionista de Avtar Brah (2006, 2007), já que permite ampliar e tornar mais complexo o olhar sobre a produção de desigualdades e diferenças em seus contextos específicos, contribuindo para uma análise mais condizente com a realidade. Para a compreensão das publicações, empregou-se a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1977). Como resultado, observa-se que os dados da pesquisa, explorados a partir dos marcadores de interseccionalidade raça, identificação de gênero e classe, formam uma relação de complementaridade, que evidenciam a relevância da abordagem interseccional enquanto articuladora de categorias de “diferenças”.

Palavras-chave: Estudos da Mídia. Estudos Culturais. Feminismo Interseccional. *Facebook*.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze if the contents present in the Facebook fanpage of Think Olga propagate the concept of gender identification advocated by intersectional feminism. This problem is especially involved in the fields of gender and media. It starts from the trajectory of feminist studies focusing on the Anglo-American context, especially from Cultural Studies, since in this theoretical current are the first studies relating media and feminism. The approach used is the intersection with the constructional bias of Avtar Brah (2006, 2007), since it allows to enlarge and make more complex the look on the production of inequalities and differences in their specific contexts, contributing to an analysis more in keeping with reality. For the comprehension of the publications, we use the Content Analysis of Laurence Bardin (1977). As a result, the research data, explored from the markers of intersectionality, race, gender identification and class, form a complementarity relationship, evidencing the relevance of the intersectional approach as an articulator of “differences” categories.

Keywords: Media Studies. Cultural Studies. Intersectional Feminism. Facebook.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 PROCESSUALIDADES METODOLÓGICAS: CAMINHOS E ESTRATÉGIAS... 30	
1.1 O PODER DAS IDEIAS E A <i>FANPAGE</i> DA <i>OLGA</i>	34
1.2 A INTERSECCIONALIDADE E A ANÁLISE DE CONTEÚDO APLICADAS À <i>FANPAGE</i> DA <i>THINK OLGA</i>	43
2 FEMINISMO E MÍDIA: UM ENTRELAÇAMENTO POSSÍVEL	71
2.1 UM POUCO SOBRE A LINHA INGLESA DOS ESTUDOS CULTURAIS	72
2.1.1 A crítica feminista	75
2.2 A MÍDIA E O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL.....	82
2.3 A INTERNET E AS MÍDIAS SOCIAIS: NOVOS ESPAÇOS E NOVAS ARTICULAÇÕES DA LUTA FEMINISTA	90
3 FEMINISMO INTERSECCIONAL CONSTRUCIONISTA: DIFERENÇA, DIVERSIDADE, PLURALISMO E HIBRIDISMO	96
3.1 NOÇÕES DE “DIFERENÇAS”: O CONCEITO DE “NEGRO”	97
3.2 O FEMINISMO É GLOBAL?	104
3.3 FEMINISMO NEGRO, FEMINISMO BRANCO E AS QUATRO MANEIRAS COMO A DIFERENÇA PODE SER CONCEITUADA	110
4 UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL CONSTRUCIONISTA DA <i>FANPAGE</i> DA <i>THINK OLGA</i>	118
4.1 A IMPORTÂNCIA DO ACESSO A BENS E INCLUSÃO DIGITAL PARA A SUPERAÇÃO DAS DIFERENÇAS E DESIGUALDADES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE	119
4.2 UM OLHAR INTERSECCIONAL SOBRE RAÇA, CLASSE E IDENTIFICAÇÃO DE GÊNERO NA <i>FANPAGE</i> DA <i>THINK OLGA</i>	123
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
REFERÊNCIAS	180
APÊNDICES	203

INTRODUÇÃO

Em todo o mundo, tem ocorrido um vínculo próximo entre o movimento de mulheres e o feminismo, que se influenciam e se desenvolvem reciprocamente. Qualquer conceito basal de feminismo e feminismos pode iniciar com a declaração de que o seu núcleo está na inquietação com as desigualdades e diferenças sofridas pelas mulheres na sociedade em virtude do seu gênero. Além disso, feministas solicitam transformações na ordem socioeconômica, política ou cultural para criar uma sociedade igualitária, na qual a justiça de gênero seja alcançada.

Para Lauretis (1994), os escritos e as práticas culturais feministas dos anos 1960 e 1970 tomavam o conceito de gênero como diferença sexual. Dessa maneira, o gênero é compreendido “como a criação de diferenças biológicas que opõem homens e mulheres” (MARIANO, 2005, p. 488). O termo se baseia nas imagens da mulher e do homem na sociedade – construções de gênero –, havendo origem, assim, no argumento biológico que confere às diferenças entre mulheres e homens uma razão natural de diferenciação entre os sexos feminino e masculino (SILVA, 2016a). Acontece que essa estruturação dicotômica na sociedade não tem encadeamentos somente na área da biologia. É através dessas representações que mulheres e homens são socializados e adotam seus papéis. Logo, possui-se uma identidade que têm consequências sociais determinadas por naturezas biológicas distintas. Disso, se direcionam os papéis sociais exercidos que são constituídos a partir do nascimento e que tendem a se reproduzir durante toda a vida (SILVA, 2016a).

Tereza Lauretis (1994, p. 206-207) ainda realiza uma crítica necessária à oposição binária:

O conceito de gênero como diferença sexual e seus conceitos derivados – a cultura da mulher, a maternidade, a escrita feminina, a feminilidade, etc – acabaram por se tornar uma limitação, como que uma deficiência do pensamento feminista. [...] A primeira limitação do conceito de “diferença(s) sexual (ais)”, portanto, é que ele confina o pensamento crítico feminista ao arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo (a mulher como diferença do homem, com ambos universalizados; ou a mulher como diferença pura e simples e, portanto, igualmente universalizada), o que torna muito difícil, se não impossível, articular as diferenças entre mulheres e Mulher, isto é, as diferenças entre as mulheres ou, talvez, mais exatamente, as diferenças nas mulheres.

Avtar Brah e Ann Phoenix (2004), bem como Brah (2007), afirmam que o processo de entrelaçar diferenças entre mulheres é muito antigo e contextualizam esse momento prévio através da personagem histórica Sojourner Truth, mulher afro-americana que foi escravizada e ficou conhecida pelo seu discurso em 1851, na Convenção dos Direitos das Mulheres, em Akron, Ohio. Período histórico-cultural de importantes lutas sociais como, o voto das mulheres, liberdades individuais e a luta pelo fim da escravidão (HENNING, 2105). Truth refletiu sobre a complexidade entre as bandeiras antiescravidão dos negros do Sul dos Estados Unidos, das demandas surgidas das mulheres brancas do Norte e todos os elementos de desigualdades que a atingiam, assim como outras mulheres negras.

Aquele homem lá diz que uma mulher precisa ser ajudada ao entrar em carruagens e levantada sobre as valas e ficar nos melhores lugares onde quer que vá. Ninguém me ajuda em lugar nenhum! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço. Eu arei, eu plantei e eu recolhi tudo para os celeiros. E nenhum homem pode me auxiliar. E eu não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem [...] e suportar o chicote tão bem quanto! E eu não sou uma mulher? Eu dei à luz a crianças e vi a maior parte delas ser vendida como escravas. E quando eu chorei com o sofrimento de uma mãe, ninguém além de Jesus me ouviu. E eu não sou uma mulher? (BRAH; PHOENIX, 2004, p. 77, tradução nossa).

Tal pergunta, recordada por Brah e Phoenix (2004), já previa as dificuldades que passaria o movimento feminista. A indagação fala sobre a diferença corporificada vivida e percebida por Sojourner Truth, ao comparar-se com a mulher branca e não escrava, em termos que dizem respeito à esfera cultural, política e econômica (SILVA, 2016a). Suas tarefas, apesar de efetuadas por um corpo de mulher, não eram as mesmas praticadas por aquelas a quem se contrapunha. “Ela assinalava, portanto, para a condição não universal da categoria ‘mulher’ e assim para a insuficiência da categoria ‘gênero’ na análise das condições sociais em que vivem as mulheres” (SILVA, 2016a, p. 110-11).

Brah e Phoenix (2004) afirmam que “mulher” não é uma categoria histórica e essencialista, por isso, não universal. A partir do momento em que o feminismo adentra a esfera da cultura e surge de uma diversidade de lutas, teorizando sobre si mesmo enquanto prática, ele adentra o campo das contingências e passa a lidar não com um sujeito apartado do seu contexto social, mas com mulheres, no plural, que possuem especificidades políticas, sociais e culturais.

Segundo Silva (2016a, p. 112), se o feminismo assume o comprometimento com a interferência na vida diária e com a teorização sobre as mulheres, é indispensável “que se pense as mulheres não como um sujeito único e isento daquilo que as diferencia, mas como sujeitos que possuem pontos em comum, concomitantes, com traços particulares estruturantes”. A contingência torna-se indiscutível para o movimento feminista, estruturado por essa diversidade de sujeitos. Desse modo, o feminismo se caracteriza como alternativa apta de reunir mulheres no geral, mas que é atualizado e aprimorado segundo suas especificidades.

Porém, é importante destacar que a não universalidade da categoria “mulher” nem sempre esteve presente na teoria e prática feminista. De acordo com Pinto (2010), o feminismo dos anos 1960 e 1970, do qual as mulheres herdaram muitas das lutas e concepções, também foi feito e desenvolvido por mulheres de classe média, educadas, sobretudo nas áreas das humanidades, crítica literária e psicanálise. Isso fez com que as mulheres de classes populares, negras e lésbicas não se sentissem incluídas nesse tipo de feminismo. A construção social da mulher como sendo um ser frágil e mãe devota ao lar, separada do trabalho fora da esfera doméstica, não representa as mulheres populares e também as negras, que desde sempre tiveram que trabalhar fora do seu âmbito doméstico e, por isso, não podendo ter a estima ansiada para com suas filhas, filhos e lares (SILVA, 2016a).

Além disso, inúmeras especificidades como saúde, condições de trabalho, alimentação, casa, luz, saneamento básico e creches públicas são demandas que compõem o espectro de luta das mulheres pobres e negras, transbordando o feminismo para além das questões até então colocadas pelas mulheres de classe média, como sexualidade e aborto. Grandes contribuições vieram das feministas latino-americanas e caribenhas, que deram relevo a outros tipos de mulheres, inseridas em outras realidades sociais, contemplando o quadro multifacetado do feminismo.

Léila Gonzalez (1988b) também discute sobre a universalidade da categoria mulher e as relações de gênero, ao assegurar a presença de discriminação, de violência e de exclusão, imperceptível às abordagens de gênero desassociadas de raça/etnia, que são detectáveis apenas se existir investigação apta de extinguir o universalismo da modernidade ocidental e de pôr em visibilidade a singularidade, a particularidade apresentada pela intersecção de gênero e raça/etnia, com possibilidades de evidenciar o que foi encoberto pelo patriarcado universal.

As iniciativas das feministas para conceber um sujeito político feminista universal, procurando uma essência comum entre as mulheres, tiveram críticas das feministas negras e latino-americanas, das feministas dos países de Terceiro Mundo e das ex-colônias e das feministas lésbicas (MARIANO, 2005). Trata-se da crítica ao feminismo branco ou dominante, inserindo na pauta o “o que é ser mulher” e indicando que a unidade entre mulheres também é supressor.

Hooks (2015) ressalta a diversidade do sujeito mulher ao criticar a elaboração da teoria feminista por feministas brancas, que desconsideraram questões raciais que diferenciam mulheres brancas e negras. Analisando essa diferença, a autora sugere a construção de uma teoria feminista que admita as mulheres negras como sujeito. A aceitação de outras dimensões estruturantes da posição social das mulheres cria um novo problema: como articular essas dimensões com a dimensão de gênero na produção teórica e prática feminista?

Brah e Phoenix (2004) sugerem, para isso, a utilização do conceito interseccionalidade, significando os complexos irreduzíveis, variados e variáveis efeitos que provêm quando múltiplos eixos de diferenciação – econômica, política, cultural, psíquico, subjetivo e experiencial – cruzam-se em contextos historicamente específicos, tornando as mulheres seres sociais numa dimensão subjetiva (a significação sobre o que é ser mulher a partir de sua experiência).

Assim, a diversidade manifestada pelo movimento feminista estabelece a complexidade do sujeito que faz parte dele, a mulher, interrogando-se, assim, teorizações sobre um sujeito abstrato e original apartado daquilo que o diferencia na contingência. Admitir essa complexidade acarreta analisar o feminismo considerando-o como multifacetado, inviabilizando definições de movimento feminista que sejam excessivamente estagnadas (SILVA, 2016a).

No panorama atual, em sociedades com certo nível de adoção de tecnologias digitais, os movimentos sociais, como os feminismos, não podem ser dissociados dos mundos *online* e *offline* (CASTELLS, 2015a). As redes sociais têm sido um espaço para o qual confluem muitas mobilizações, inclusive de vários coletivos feministas, ONGs e campanhas relacionadas à pauta, no contexto brasileiro contemporâneo. Como é o caso da *Think Olga*, criada em abril de 2013, a partir da elaboração de um *site*, pela jornalista Juliana de Faria¹, que constatou a falta de espaço na mídia tradicional e se arriscou em

¹ Foi eleita uma das oito mulheres inspiradoras do mundo pela *Clinton Foundation* e pela revista *Cosmopolitan US*. Foi finalista do Prêmio Claudia, a maior premiação feminina da América Latina, na

um projeto que olhasse para as mulheres de uma maneira distinta, no qual pudesse transformar a realidade da agressão e do assédio sexual que, historicamente, assombra a sociedade e que permanece até os dias de hoje. A *Olga*, como também é chamada, ainda conta com a colaboração de outras profissionais.

A *Olga* nasceu dessa vontade de criar uma conversa mais honesta com as mulheres, um papo livre de frases prontas, debates feitos no automático, estereótipos e informações desatualizadas. E essa capacidade de enxergar e se dirigir à mulher como um ser pensante e de direitos, com seriedade e sem ser condescendente é o mais importante para mim. Não só como jornalista e criadora da *Olga*, mas também como mulher (FARIA, 2016a, *online*).

Em novembro de 2015, a *Think Olga* se transformou em uma ONG com a finalidade de criar um conteúdo que reflita a complexidade das mulheres e possibilitar que elas façam suas escolhas de maneira informada e consentida. Juliana de Faria (2016b) assegura que pratica o feminismo interseccional, já que percebe e relaciona as diferentes opressões sofridas pelas mulheres, tanto pela desigualdade de gênero quanto pela classe e raça, e afirma: “[...] como mulher branca, heterossexual e de classe média, minha desconstrução é diária. Precisamos saber que não estamos todas no mesmo ponto [...]” (FARIA, 2016b, *online*).

A *Olga* desenvolve diferentes tipos de projetos, campanhas, ferramentas, artigos e conteúdos específicos sobre a pauta feminista em diferentes ambientes virtuais – *site*, *YouTube*, *Twitter*, *Facebook*, *Instagram* e *Linkedin*. Com campanhas como *#PrimeiroAssédio* e “*Chega de Fiu Fiu*”, a ONG vem contribuindo para repensar e aprofundar o debate sobre a ressignificação do retrato da mulher na sociedade, nos meios de comunicação e nas relações interpessoais.

A primeira campanha desenvolvida pela organização, em abril de 2013, foi a “*Chega de Fiu Fiu*”. O seu objetivo é informar o quão nocivo é o assédio sexual em espaços públicos, tornando-se um problema de segurança e mobilidade urbana. A campanha *online* cresceu, rendendo reconhecimento e batendo recordes de financiamento coletivo no *Catarse*². Atualmente, a ONG está finalizando a “*Chega de Fiu Fiu – O filme*”, outro desdobramento da campanha. A finalidade do documentário é estabelecer um diálogo entre vítimas, os que praticam assédio e especialistas no tema,

categoria Trabalho Social. (COLETIVO VERMELHA. **Biografia Juliana de Faria**. Disponível em: <http://coletivovermelha.com.br/biografias/juliana-de-faria/>. Acesso em: 15 dez. 2017).

² O *Catarse* é a primeira e maior plataforma de *crowdfunding*, ou financiamento coletivo, do Brasil (CATARSE. **Site oficial**. Disponível em: <<https://www.catarse.me/>>. Acesso em: 16 jun. 2017).

mas que também seja uma ferramenta de educação e combate à violência sexual. A ideia é que ele circule também em escolas municipais, estaduais, órgãos públicos e de justiça para que as pessoas possam refletir sobre a temática (*THINK OLGA*, 2017a).

É impossível precisar quantas mulheres estão envolvidas nos feminismos ou são contempladas e tocadas pelas pautas da ONG. Mas é possível contabilizar histórias que não foram esquecidas, nem silenciadas, como a de Cláudia Silva Ferreira, que sofreu violências duas vezes. Primeiro quando foi arrastada pelo carro da Polícia Militar em 2014. A segunda quando foi retratada de forma desumanizada pela imprensa, seu nome esquecido, seus sonhos ignorados e sua identidade negada. *#100vezesCláudia* nasceu com a intenção de humanizar a forma brutal como Cláudia Silva Ferreira morreu³. Ela tinha uma família, sonhos, coragem, dores e medos como qualquer ser humano. A *Olga* propôs a diversos artistas a criação de imagens sensíveis para homenageá-la. Vinte e quatro horas após o seu início, a ONG conseguiu mais de 100 homenagens a Cláudia, que foram expostas no Museu da Companhia Paulista⁴ (*THINK OLGA*, 2017a).

A hashtag *#PrimeiroAssédio*⁵ foi criada pela Juliana de Faria, em outubro de 2015, após uma menina de 12 anos participante no *MasterChef Júnior*⁶ sofrer assédio em rede. Na internet, homens se sentiram atraídos por sua aparência e, ignorando sua idade, resolveram tecer comentários de cunho sexual, gerando revolta nas redes sociais.

³ ARRASTADA POR carro da PM do Rio foi morta por tiro, diz atestado de óbito. **G1 Rio**, Rio de Janeiro, 19 mar. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/arrastada-por-carro-da-pm-do-rio-foi-morta-por-tiro-diz-atestado.html>>. Acesso em: 14 jan. 2018; GOMES, Marcelo. PMs que estavam em viatura que arrastou mulher no Rio são presos. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 mar. 2014. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,pms-que-estavam-em-viatura-que-arrastou-mulher-no-rio-sao-presos,1141763>> Acesso em: 14 jan. 2018; MULHER ARRASTADA por carro da PM foi morta por tiro, aponta laudo. **Folha de São Paulo**, Rio de Janeiro, 18 mar. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1427471-mulher-arrastada-por-carro-da-pm-foi-morta-por-tiro-aponta-laudo.shtml>>. Acesso em: 14 jan. 2018; GELEDÉS – Instituto da mulher negra. **Claudia Silva Ferreira**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/tag/claudia-silva-ferreira/>>. Acesso em: 14 jan. 2018; TRÊS ANOS APÓS morte de Claudia, PMs ainda não foram julgados. **Catraca Livre**, São Paulo, 16 mar. 2017. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/caso-de-cla/>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

⁴ EXPOSIÇÃO “100 vezes Cláudia...” segue até o dia 30 no Museu da Cia. Paulista. **Jundiaí Prefeitura notícias**, Jundiaí, 11 set. 2014. Disponível em: <<https://www.jundiai.sp.gov.br/noticias/2014/09/11/exposicao-100-vezes-claudia-segue-ate-o-dia-30-no-museu-da-cia-paulista/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

⁵ Essa campanha teve repercussão midiática internacional. (Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/11/06/men-tweeted-creepy-things-about-a-brazilian-girl-on-masterchef-junior-heres-how-brazilian-women-fought-back/?utm_term=.3a9eb25b68bf>. Acesso em: 18 out. 2017).

⁶ *MasterChef Júnior* é a versão infantil do *talent show* de culinária brasileiro *MasterChef*, exibido pela Rede Bandeirantes e baseado no formato original exibido pela BBC no Reino Unido. A primeira temporada estreou no dia 20 de outubro de 2015 (FORATO, Thiago. Band define data de estreia de “MasterChef Júnior”; saiba qual. **Na telinha Uol**, São Paulo, 24 ago. 2015. Disponível em: <<http://natelinha.uol.com.br/noticias/2015/08/24/band-define-data-de-estreia-de-masterchef-junior-saiba-qual-91899.php>>. Acesso em: 18 out. 2017).

A jornalista resolveu dividir o primeiro assédio que sofreu aos 11 anos, no *Twitter*. No texto, ela convidou as seguidoras da *Olga* a compartilharem suas histórias e usarem a *hashtag*. A campanha conseguiu mobilizar milhares de pessoas e foram contabilizados ao todo 88.847 *tweets* gerados por 35.266 usuários (PERDIGÃO, 2015).

O machismo é uma das principais causas para uma relação deteriorada entre mulheres e esporte. Ele transforma as atividades físicas em instrumento de controle de peso e culto ao corpo, exclusivamente. A *Olga Esporte Clube*⁷ possui a missão de resgatar o prazer pelo esporte reforçando os significados essenciais da prática como a socialização, o crescimento pessoal, a relação harmônica entre o corpo e a natureza, a transcendência, a inteligência emocional e o exercício da coragem. O projeto pretende apresentar outros lados desse universo e ajudar na criação de vínculos mais saudáveis através de uma central de conteúdo que agrega iniciativas feministas relacionadas ao esporte e através de aulas ministradas por atletas parceiras da ONG (*THINK OLGA*, 2017a).

Ciente de que o jornalismo consegue legitimar práticas e discursos enquanto transmite as notícias, a ONG lançou o *Minimanual de Jornalismo Humanizado*, que reúne dicas para jornalistas e veículos que desejam realizar uma comunicação sem preconceitos. A intenção é fornecer ferramentas básicas para uma redação que não colabore com a perpetuação de discursos de ódio. Por meio de dicas simples e diretas, a *Think Olga* mostra como tornar a leitura de notícias uma experiência agradável e respeitosa para pessoas diversas. Alguns temas abordados são: violência contra a mulher, pessoas com deficiência, racismo, estereótipos nocivos, LGBT e aborto (*THINK OLGA*, 2017a).

O Canal Mulheres de Impacto é uma parceria realizada com a *ONU Mulheres*⁸ e a *Benfeitoria*⁹ com a finalidade de criar meios para que mulheres inovadoras tirassem

⁷ É um projeto da *Olga* para transformar a relação das mulheres com o esporte e abrir novas possibilidades para a prática feminina (*OLGA ESPORTE CLUBE. Página do Facebook*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Olgaesportecolube/>>. Acesso em: 18 out. 2017).

⁸ A *ONU Mulheres* foi criada em 2010 para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres. Segue o legado de duas décadas do *Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher* (UNIFEM) em defesa dos direitos humanos das mulheres, especialmente pelo apoio a articulações e movimentos de mulheres e feministas, entre elas mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais. (*ONU MULHERES BRASIL. Sobre A ONU Mulheres*. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>. Acesso em: 19 out. 2017).

⁹ A *Benfeitoria* é uma plataforma de mobilização de recursos para projetos de impacto cultural, social, econômico e ambiental. Foi a primeira do mundo a não cobrar comissão e a primeira do Brasil a oferecer novas modalidades de financiamento coletivo. (*BENFEITORIA. Site oficial*. Disponível em: <<https://benfeitoria.com/proposta>>. Acesso em: 18 out. 2017).

seus sonhos do papel. Foram 161 inscrições vindas de todo o Brasil. Doze delas foram selecionadas e o passo seguinte foi o de preparar essas mulheres para a missão de uma campanha de financiamento coletivo. A ONG trabalhou individualmente com cada uma delas para encontrar a melhor maneira de formatar os seus projetos e angariar os fundos necessários para eles decolarem. O canal contou com 2.462 apoiadores, foram R\$ 235.377,00 arrecadados para os oito projetos financiados (*THINK OLGA*, 2017a).

O *Entreviste uma Mulher* consiste em um banco de dados com nomes de mulheres especialistas nas mais diversas áreas, todas disponíveis para serem entrevistadas por jornalistas e produtores de conteúdo, a fim de combater a ausência da fala feminina em matérias e reportagens jornalísticas (*THINK OLGA*, 2017a).

A *Escola das Líderes* é um projeto de mentoria que tem a finalidade de criar uma rede de apoio e desenvolvimento profissional através do *networking*. A *Olga* reúne, semanalmente, interessadas para aprender sobre negócios: estratégia, produto, planejamento, marketing, recursos humanos e operações (*THINK OLGA*, 2017a).

A *Lista de Mulheres Inspiradoras* surgiu em 2013 com o objetivo de combater a falta de reconhecimento dos trabalhos protagonizados e desenvolvidos por mulheres. É importante ressaltar que a lista não premia ou classifica o trabalho das mulheres selecionadas (*THINK OLGA*, 2017a).

As FAQs¹⁰ têm o objetivo de diminuir a nebulosidade em torno de temas e pautas defendidas pelo feminismo e que, conseqüentemente, a *Think Olga* apoia. A ONG escreve sobre determinados temas de uma maneira prática e direta para clarear ideias fixadas por tabus propagados pela sociedade (*THINK OLGA*, 2017a).

Além dessas atividades, a *Olga* se dispõe a levar todo o conteúdo de maneira prática para o mundo *offline*. Através de palestras, debates, parcerias, campanhas e consultorias. Também se coloca à disposição para responder a imprensa sobre os seguintes assuntos ligados ao feminismo: assédio sexual em locais públicos, pedofilia, representatividade, representação feminina na mídia, jornalismo humanizado, empreendedorismo feminino e descriminalização do aborto no Brasil (*THINK OLGA*, 2017a).

Como a organização possui múltiplas frentes de trabalho, foi necessário escolher um caminho. As abordagens iniciais resultaram num conjunto de questionamentos e reflexões que, por sua vez, permitiram realizar uma escolha. A página do *Facebook* da

¹⁰ FAQ é um acrônimo da expressão inglesa *Frequently Asked Questions*, que pode ser traduzido por Perguntas Mais Frequentes.

Olga se coloca num lugar de articulação entre sujeitos sociais, de onde é possível enxergar as suas relações. É nesse movimento entre empírico e teórico que se instaura a problematização desta pesquisa.

Segundo Freire (2009), a mídia constitui um excelente campo a ser analisado. O registro diário da comunicação possibilita de forma contínua e sistemática uma série de informações sobre valores, ideologias, relações e práticas sociais que compõem a realidade. A partir dessa compreensão, propõe-se percorrer o caminho da comunicação midiática, seus limites e possibilidades na função social que assume, articulando essa discussão com o movimento feminista através da abordagem interseccional – aqui compreendida como perspectiva teórica –, que consiste em um modelo crítico que abarca desigualdades, diferenças, ligações e intersecções, permitindo uma compreensão mais profunda e abrangente sobre as relações de poder do que a tentativa de formular uma análise a partir de uma dimensão apenas, como é o caso da perspectiva de gênero.

A pesquisadora Sirma Bilge (2009, p. 70, tradução nossa) traz uma boa síntese sobre o conceito de interseccionalidade:

A interseccionalidade remete uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos de diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que operam a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e reprodução das desigualdades sociais.

O viés interseccional utilizado foi o construcionista, já que permite ampliar e tornar mais complexo o olhar sobre a produção de desigualdades e diferenças em seus contextos específicos, contribuindo para uma análise mais condizente com a realidade, uma vez que permite captar as relações de poder na vida social e seus impactos nas experiências cotidianas dos sujeitos. Embasou-se principalmente na produtiva reflexão de Avtar Brah (2006) sobre a diferença, que busca compreendê-la a partir de quatro eixos: diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade. Além disso, também foi analisado se a concepção de identificação gênero defendida pela interseccionalidade construcionista é empregada nas postagens realizadas pela ONG.

Primeiramente como estudo de mulheres ou estudos feministas, em seguida como estudos de gênero e, atualmente, como estudos atrelados ao campo feminista de gênero (MATOS, 2008), os estudos protagonizados pela luta feminista das mulheres,

dessa vez na esfera acadêmica, têm colaborado de maneira fundamental para transformar o panorama das teorias no campo social, cultural e político, no Brasil e no exterior. As pesquisas têm contribuído definitivamente para a instalação de um novo modo de produzir conhecimento, trazendo para a sociedade e para a academia novos olhares e ângulos para análise do papel social da mulher. No interior das universidades brasileiras, os entrelaçamentos entre a pesquisa de comunicação, de mídia e dos estudos de gêneros são ainda incipientes¹¹. Embora essas articulações ainda sejam pouco expressivas, a cada dia elas vêm ganhando mais amplitude. Atualmente, a pesquisa feminista de mídia encontra-se em amplo desenvolvimento, através de trabalhos pioneiros cujo esforço de pesquisa trouxe contribuições imprescindíveis à comunicação (MESSA, 2008).

Algumas jovens pesquisadoras têm se dedicado a pesquisar a relação entre mídia, identidade, feminismo/pós-feminismo (como LANA; LEAL, 2014; LANA; CORRÊA; ROSA, 2012; LEAL, 2014; MESSA, 2006). De acordo com Escosteguy (2016), essa é uma das linhas de pesquisa relacionadas à crítica feminista da mídia, que vêm ganhando cada vez mais notoriedade e expressão.

É importante ressaltar que a área de investigação da comunicação midiática sob uma perspectiva de gênero é um grande desafio. O tema permite incontáveis possibilidades e variações a respeito das interações dos meios com o seu público. Assim, a finalidade é provocar o interesse pela problemática, colaborar para sua evidência, propagação e, quem sabe, auxiliar na base para futuras pesquisas mais amplas sobre os estudos de gênero na comunicação.

Desse modo, no contexto da discussão sobre identidades, em particular no campo da ação dos movimentos sociais, a apropriação dos espaços midiáticos surge como um ambiente de luta política, decisivo e estratégico. A rede proporciona um novo dimensionamento dos modos de organização de diversos movimentos sociais como os feminismos.

¹¹ Ver, por exemplo, Nassif e Vanuzzi *et al.* (2005), onde se apresenta um inventário da produção acadêmica sobre a temática de gênero, publicada nas revistas *Intercom*, *Comunicação & Sociedade* e *Diálogos de la Comunicación*, no período de 1990 a 1999. Ver também Escosteguy e MESSA (2006), que realizam um inventário das teses e dissertações apresentadas nos programas de pós-graduação no país, entre 1992 – 2002. O texto foi originalmente publicado em *Contemporânea, Revista de Comunicação e Cultura*.

A internet, principalmente as redes sociais¹², possibilitou uma maneira mais rápida e dinâmica o intercâmbio de ideias e, especialmente, se consolidou como um veículo de diálogo com amplos setores da sociedade sobre diversas pautas dos feminismos contemporâneos, gerando novos processos experienciais. A rede também representou um suporte importante ao movimento, permitindo a convocação das manifestações de rua e a disseminação de informações sobre acontecimentos, por meio das opiniões e da cobertura jornalística feita por manifestantes e grupos de imprensa alternativa.

Posto isso, salienta-se que esta dissertação possui como objetivo geral analisar de que forma os conteúdos presentes na *fanpage* do *Facebook* da *Think Olga* propagam o conceito de identificação de gênero defendido pelo feminismo interseccional construcionista e como é apropriado nos discursos da ONG. E como objetivos específicos têm-se: a) Produzir uma pesquisa bibliográfica sobre os estudos feministas de mídia, tendo em vista os cenários anglo-americano e brasileiro; b) Compreender a racialização do gênero a partir de uma discussão teórica sobre diferença, diversidade, pluralismo e hibridismo; c) Realizar uma análise interseccional construcionista a partir dos conteúdos postados na *fanpage* da *Think Olga*, utilizando os marcadores sociais: raça, classe e identificação de gênero.

O percurso desta investigação pode ser conhecido em quatro capítulos. Sobre a divisão destes, antecipo que o primeiro capítulo é constituído do caminho metodológico usado na pesquisa, destacando a abordagem, os métodos e as técnicas aplicadas, de maneira detalhada e justificada, conforme Lopes (2001). Com abordagem qualitativa, a pesquisa utiliza o método de procedimento monográfico ou de estudo de caso, de acordo com Yin (2001). Além disso, evidenciam-se uma contextualização acerca da interseccionalidade e as técnicas de colheitas dos dados relacionados ao objeto empírico. A descrição e a interpretação dos dados ocorreram através da análise de conteúdo de Bardin (1977).

¹² Essa afirmação pode ser comprovada empiricamente através de algumas reportagens. Ver VICENTE, Fernanda. **O impacto do feminismo nas redes sociais**. 10 out. 2016. Disponível em: <<http://ondda.com/noticias/2016/10/o-impacto-do-feminismo-nas-redes-sociais>>. Acesso em: 16 jun. 2017; OLIVEIRA, Grazielle; KORTE, Júlia. A nova luta das mulheres. **Revista Época**, Rio de Janeiro, 6 fev. 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/02/bnova-lutab-das-mulheres.html>>. Acesso em: 16 jun. 2017; MARINS, Patrícia; MOURA, Miriam. Redes sociais potencializam o movimento feminista. **Congresso em foco**, Brasília, 10 mar. 2017. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/redes-sociais-potencializam-o-movimento-feminista/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

O segundo capítulo é composto dos estudos feministas de mídia nos cenários anglo-americano e brasileiro, que revelam a necessidade de expandir a pesquisa sobre feminismo, especialmente dos Estudos Culturais, já que nessa corrente teórica se encontram os primeiros estudos relacionando mídia e feminismo. Para traçar esse caminho, fundamentou-se em uma pesquisa bibliográfica não extensiva, levantada através de uma pesquisa documental em publicações sobre o assunto, privilegiando investigações que conversam com a proposta desta dissertação.

O terceiro capítulo traz a fundamentação teórica sobre diferença, diversidade, pluralismo e hibridismo. Questões de diferença estão no foco de diversos debates no interior dos feminismos contemporâneos. Nesse capítulo, discorrem-se como esses temas podem auxiliar a entender a racialização do gênero. Realiza-se também uma concisa análise de certas categorias utilizadas nas teorias da “diferença”, na qual se busca tornar compreensíveis questões no desenvolvimento de estratégias políticas para a justiça social. Para problematizar essas indagações, apoia-se também em teóricas feministas contra-hegemônicas e pós-coloniais como: Chandra T. Mohanty (1983, 2003), Lélia Gonzalez (1988a, 1988b, 1983) e Sonia E. Alvarez (2007, 2009).

O quarto e último capítulo apresenta a análise realizada dos conteúdos postados na página do *Facebook* da ONG *Think Olga*, através dos marcadores de interseccionalidade: identificação de gênero, raça e classe. Antes de apresentar a análise da *fanpage* da *Think Olga*, serão cruzados dados de três pesquisas diferentes: “Pesquisa Brasileira de Mídia” – PMB (2016), “Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça”, realizada pelo IPEA (2011) e “Dossiê de Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil” também realizado pelo IPEA (2013), já que permitem mensurar as enormes distâncias que ainda afastam mulheres brancas e negras, homens brancos e negros. De qualquer perspectiva que se olhem esses grupos – nas esferas da saúde, do trabalho, da educação, do privado, da justiça – a realidade ainda revela a potência estruturante dos valores e convenções de gênero e raça na conformação do quadro maior de desigualdades e diferentes que ainda marca o Brasil.

Os resultados da pesquisa, explorados a partir dos marcadores de interseccionalidade, raça, identificação de gênero e classe, evidenciam a relevância da abordagem interseccional, enquanto articuladora de categorias de “diferenças”. Isso significa que tais situações, considerando-se apenas homens e mulheres, tornam-se, a partir dessa perspectiva, bastante simplificadas, e não refletem inteiramente o que de fato acontece. Através da análise realizada, é perceptível uma preocupação por parte da

ONG em trazer conteúdos que abracem a interseccionalidade construcionista, fortalecendo a pluralidade e a heterogeneidade de vozes femininas.

Deixo claro, assim como Ien Ang (1985), na sua clássica pesquisa dos Estudos Culturais feministas, que estou sujeita a indagações devido à minha ligação com o objeto. No entanto, também como ela, deixo para avaliação se minha análise é satisfatoriamente útil e relevante dentro do campo dos Estudos da Mídia.

1 PROCESSUALIDADES METODOLÓGICAS: CAMINHOS E ESTRATÉGIAS

Compreende-se o método científico como uma união de procedimentos que necessitam ser usados em uma pesquisa. Lopes (2001) salienta que a metodologia na investigação posiciona-se no plano da prática e indica o trabalho com os métodos aplicados. Assim, consiste em um conjunto de medidas e escolhas específicas feitas no decorrer do percurso investigativo. Neste capítulo, discorre-se sobre o caminho metodológico utilizado na pesquisa, destacando a abordagem, os métodos e as técnicas aplicadas, de maneira precisa e fundamentada.

Lopes (2001) ainda ressalta que a construção e reconstrução da pesquisa é um procedimento de articulação de quatro etapas metodológicas. Essas fases evidenciam determinada organização em comparação às operações incorporadas pela pesquisadora, mas não são completamente independentes ou estagnadas, já que esse processo requer diálogos, negociações e correlações entre as ações de cada fazer.

Logo, Lopes (2001) propõe essas etapas metodológicas como “definição do objeto”, “observação”, “descrição” e “interpretação”. A primeira, definição ou construção do objeto, é composta pelos procedimentos teóricos efetuados em conformidade com o caso pesquisado – nesta circunstância da comunicação –, são eles: o problema da pesquisa, que incide pela definição do tema e objetivos da pesquisa, o referencial teórico, que fornece os conceitos, e a elaboração da hipótese, que indica explicações preliminares do problema.

A segunda fase, da observação, é formada pelas técnicas de investigação e objetiva agrupar comprovações que apresentem os acontecimentos do objeto pesquisado, através do levantamento dos dados da pesquisa. Portanto, é composto pelos procedimentos de amostragem, em que se demarca o universo do estudo e a integração de pesquisa, e pelas técnicas de coleta, por meio das quais se conseguem os dados de pesquisa. A terceira fase, segundo Lopes (2001, p. 149), concerne à descrição, que “faz a ponte entre a fase de observação dos dados e a fase da interpretação”. Essa etapa estabelece-se pela realização da análise descritiva, que abrange a organização e

categorização dos dados, a estruturação dos “objetos empíricos” e a representação do fenômeno real exposto.

A quarta fase, da interpretação, é o segundo passo da análise, observa a autora. É nessa construção interpretativa que acontece a teorização dos dados baseado no quadro teórico escolhido e a elucidação das questões pesquisadas. É fundamentada nessas considerações de Lopes (2001) que esta dissertação foi desenvolvida, unindo etapas que permitam conceber e compreender nitidamente todo o trajeto metodológico.

A princípio, a atração pelo tema da pesquisa surgiu no início de 2013. Observou-se o aparecimento em e nas redes digitais de comunicação de diversas iniciativas de mobilização e articulação na construção da identidade feminista. Mais do que um espaço para a procura de informações e de comunicação, a internet se constituiu como um ambiente estratégico para a luta.

Em 2015, a grande rede foi massivamente ocupada por diferentes campanhas que denunciaram assédios, atos de machismo e que buscaram ampliar o espaço da mulher. Entravam em cena as manifestações contra os ataques aos direitos das mulheres e em defesa ao Estado Laico, ainda que tivessem expressões significativas somente em algumas cidades, como: Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. É com a eleição de Eduardo Cunha para presidência da Câmara Federal de Deputados que o cenário político torna-se mais acirrado e que os levantes das mulheres tomam as redes sociais – como a campanha *#MeuPrimeiroAssédio*¹³, da ONG *Think Olga*, *#MeuAmigoSecreto*¹⁴,

¹³ **THINK OLGA. Hashtag Transformação:** 82 mil tweets sobre o *#primeiroassedio*. Disponível em: <<https://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>>. Acesso em: 12 jan. 2018; MARTINELLI, Andrea. *#PrimeiroAssédio: Mulheres compartilham no Twitter primeira vez que sofreram assédio*. **Huffpost Brasil**, 22 out. 2015. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2015/10/22/primeiroassedio-mulheres-compartilham-no-twitter-primeira-vez_a_21693923/>. Acesso em: 12 jan. 2018; PHILLIPS, Dom. Men tweeted creepy things about a Brazilian girl on ‘MasterChef Junior.’ Here’s how Brazilian women fought back. **The Washington Post**, Whashington, 6 nov. 2015. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/11/06/men-tweeted-creepy-things-about-a-brazilian-girl-on-masterchef-junior-heres-how-brazilian-women-fought-back/?utm_term=.9424293cbd28>. Acesso em: 12 jan. 2018; VEJA COMO surgiu a *#FirstTimeIWasCatcalled*. **Made for minds**, 14 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/veja-como-surgiu-a-firsttimeiwascalled/av-19216201>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

¹⁴ Atitudes machistas que passam despercebidas no dia a dia foram denunciadas com a *hashtag*. Ver MOREIRA, Isabela. 20 relatos da hashtag *#meuamigosecreto* que precisam ser lidos. **Revista Galileu**, 25 nov. 2015. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/blogs/buzz/noticia/2015/11/20-relatos-da-hashtag-meuamigosecreto-que-precisam-ser-lidos.html>>. Acesso em: 12 jan. 2018; PADRÃO, Marcio. Como surgiu o *#meuamigosecreto* com denúncias de machismo na web. **Uol notícias**, São Paulo, 26 nov. 2015. Disponível em: <<https://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/11/25/entenda-como-surgiu-o-meuamigosecreto-com-denuncias-de-machismo-na-web.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 12 jan. 2018; MARTINELLI, Andrea. *#MeuAmigoSecreto: mulheres denunciam atitudes machistas de conhecidos nas redes sociais*. **Huffpost Brasil**, 25 nov. 2015. Disponível em:

#AgoraQueSãoElas¹⁵ – e ganham forma através de atos massivos de rua contra a PL 5069-2013. As campanhas e manifestações ocorridas nesse período ficaram conhecidas como “A Primavera das Mulheres¹⁶”, nas quais pautas importantes da agenda política feminista ganharam visibilidade nas redes sociais e na rua.

Por outro lado, presenciaram-se avanços expressivos do conservadorismo, especialmente no poder legislativo. O *boom* das campanhas acontece ao mesmo tempo de uma possível mudança na legislação sobre o atendimento a mulheres vítimas de estupro. A PL de autoria de Eduardo Cunha (PMDB) restringia o atendimento a mulheres vítimas de violência sexual e o acesso ao aborto legal, exigindo Boletim de Ocorrência, exame de corpo de delito, retirando das instituições médicas a obrigação de realizar procedimentos, ceder medicamentos como a pílula do dia seguinte e o coquetel anti-DSTs e até de prestar informações às mulheres violentadas que desejam abortar dentro dos marcos da lei.

A pauta somou-se ao descontentamento da classe trabalhadora e à comunidade LGBT que, juntamente com o movimento feminista, foram grandes propulsores das manifestações #ForaCunha¹⁷. É importante ressaltar que essas manifestações foram cortadas por outros atores sociais em uma conjuntura de instabilidade política progressiva no país, provocando batalhas exacerbadas de significado e maneiras de intervenção em relação ao contexto nacional, mais exasperados perante a deflagração do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

As aproximações exploratórias e as ações feministas em rede proporcionaram a definição do objeto empírico. Buscou-se observar, primeiramente, as ferramentas

<http://www.huffpostbrasil.com/2015/11/25/meuamigosecreto-mulheres-denunciam-atitudes-machistas-de-conhe_a_21684648/>. Acesso em: 12 jan. 2018.

¹⁵ Homens cedem seus espaços na mídia para que mulheres possam publicar textos sobre feminismos. Após a campanha foi criado um blog na *Folha de S. Paulo*. Ver: BENTO, Lilian. A ameaça da mulher monstro e o machismo medieval. **Revista O que rola**, Goiânia, 6 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.oquerola.com/goiania/revista/pablo-kossa-agoraquesaoelas>>. Acesso em: 12 jan. 2018; GRASSMAN, Nadine; BIROLI, Flávia. Um mês sem Marielle: democracia, legado e a violência contra as mulheres na política | #AgoraÉQueSãoElas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2018. Disponível em: <<http://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

¹⁶ GRILLO, Cristina *et al.* A primavera das mulheres. **Revista Época**, Rio de Janeiro, 7 nov. 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html>>. Acesso em: 12 jan. 2018; CORTÊZ, Natacha. Primavera das Mulheres mostra as direções que o feminismo toma no Brasil. **Uol**, São Paulo, 17 out. 2017. Disponível em:

<<https://estilo.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2017/10/17/primavera-das-mulheres-mostra-as-direcoes-que-o-feminismo-toma-no-brasil.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

¹⁷ Manifestação que pedia a deposição do deputado federal Eduardo Cunha (PMDB), também presidente da Câmara dos Deputados, por atos de corrupção e encaminhamento de pautas conservadoras que infringem os direitos das mulheres, das crianças, da comunidade LGBT, da classe trabalhadora, da estrutura “não convencional” da família, dos indígenas, entre outros direitos humanos.

digitais empregadas e os conteúdos postados. Esse acompanhamento aconteceu entre 2015 e 2017. Após os movimentos exploratórios da pesquisa e das observações realizadas entre 2015 e 2016, o caminho da investigação conduziu à tomada de decisão pela *Think Olga* como caso a ser pesquisado. Essa decisão se deu devido a sua atuação desde 2013 em campanhas, *hashtags*, denúncias e respostas a atitudes machistas, que reverberam nas redes e fora delas, mostrando como o feminismo pode se fazer presente no dia a dia das mulheres. Assim, com o intuito de analisar se os conteúdos presentes na *fanpage* do *Facebook* da *Olga* propagam o conceito de identificação de gênero defendido pelo feminismo interseccional construcionista e de que maneira é apropriado pela ONG, foi estruturado um quadro teórico de referência com o objetivo de esclarecer cada item primordial na problemática da pesquisa.

O quadro teórico é composto por uma pesquisa bibliográfica que acompanha a constituição de todo o trabalho (LOPES, 2001). Dessa maneira, parte-se dos estudos feministas de mídia nos cenários anglo-americano e brasileiro, principalmente dos Estudos Culturais, já que nessa corrente teórica se encontram os primeiros estudos relacionando mídia e feminismo. Também é realizada uma fundamentação teórica sobre diferença, diversidade, pluralismo e hibridismo, já que as questões de diferença estão no foco de diversos debates no interior dos feminismos contemporâneos. Esse procedimento proporcionou a aproximação com trabalhos elaborados no âmbito de pós-graduação no país, permitindo a obtenção de referências, às quais numerosas pesquisas utilizam, o que propicia a familiarização com diversas abordagens teóricas, auxiliando na delimitação da pesquisa realizada (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Após definidos os objetos teórico e empírico, foi dado início à etapa denominada observação. Essa fase sugere os tipos de dados a coletar, como fazer, como serão tratados e sua conexão com a teoria (LOPES, 2001). Primeiramente, foi realizada uma pesquisa documental da *Think Olga*, por meio da qual foram identificados cinco ambientes virtuais, são eles: *site*, *YouTube*, *Twitter*, *Facebook*, *Instagram* e *Linkedin*. Como a ONG possui múltiplas entradas para investigação, essa primeira observação permitiu delimitar o universo de pesquisa. Foi escolhida a *fanpage* do *Facebook* da *Olga*, já que é possível enxergar as interações das seguidoras da ONG com os conteúdos postados. É importante destacar que, em 2013, a organização permitia comentários em seu *site*, no entanto, após ameaças de estupro feitas a Juliana de Faria, foi retirada essa interação do ambiente virtual em questão. Para levantar os dados de pesquisa, aderiu-se à técnica de amostragem não probabilística intencional, na qual os elementos da amostra

são selecionados de acordo com a análise do pesquisador, fundamentado no que acredita ser indispensável para responder às perguntas realizadas. Assim, a amostra é tida como de representatividade social (não estatística) ou significativa (LOPES, 2001).

1.1 O PODER DAS IDEIAS E A *FANPAGE* DA *OLGA*

Conforme já mencionado, a *Olga* surgiu a partir da criação de um *site*, mas também com a finalidade de ser um *think tank* dedicado a elevar o nível da discussão sobre o movimento feminista na atualidade. De acordo com Rigolin e Hayashi (2012), os *think tank* são centros de pesquisa, produção e articulação do conhecimento, que atuam em várias funções. A mais popular é pautar o debate político através de publicações de estudos, artigos de opinião e da participação dos seus membros na mídia. A mistura entre “pesquisa e *advocacy*” (RIGOLIN; HAYASHI, 2012, p. 22) faz deles a conexão entre conhecimento e poder. Tornaram-se importantes nas últimas décadas por passarem a corresponder a um novo segmento do sistema político, persuadindo a tomada de decisões. Assim, trata-se de um ambiente privilegiado de fazer política, que encontra campo produtivo na democracia, em que a luta pelo poder se dá por meio das ideias (RIGOLIN; HAYASHI, 2012).

Conta-se que essas instituições vivam justamente por confiar no poder que as ideias possuem, incluindo uma complexa e intensa comunidade de produção do conhecimento, agindo dentro de uma conjuntura sociopolítica, inspirando, modificando e desenvolvendo as questões mais iminentes de um local e/ou época (RIGOLIN; HAYASHI, 2012). Os *think tanks* são, portanto, organizações que validam o exercício do poder “suave”. Trata-se da habilidade de conseguir os objetivos através da influência, ao invés da coerção.

Para Castells (2015b), a política informacional inicia com a conexão de mensagens que estão sujeitas aos interesses e valores de coalizão sociopolítica estabelecida ao redor de atores políticos específicos. O conteúdo e o formato dos projetos políticos são gradativamente determinados com o auxílio de *think tanks*, grupos que incorporam especialistas acadêmicos, estrategistas políticos e consultores de mídia sobre a administração da política e a elaboração de políticas públicas. A utilização de banco de dados, as mensagens encaminhadas, e as pesquisas recorrentes de opinião precisam ser entendidas em uma conjuntura mais ampla, que dominou os Estados Unidos há três décadas, mas que posteriormente se propagou pela maior parte do

mundo: a concepção de *think tanks* políticos e estrategistas encarregados pela análise de tendências, pela percepção dos mecanismos cognitivos dos indivíduos e pela aplicação prática dos resultados de suas pesquisas na criação de estratégias capazes de ganhar eleições, conservar um cargo e vencer lutas políticas relevantes, como a política de saúde, a política energética, o direito ao aborto ou a reforma do Estado de bem-estar social (CASTELLS, 2015b).

Para Hauck e Ávila (2014), a nomenclatura *think tank* surge nos países de língua inglesa. Devido à incipiência do seu uso e de no Brasil não existir uma palavra que o substitua em português, o termo foi inserido, segundo McGann e Weaver (2002), no decorrer da II Guerra Mundial, para indicar um local protegido (*tank*) onde os especialistas militares e civis se posicionavam para que conseguissem desenvolver (*thinks*) planos de conquista e outras estratégias militares. Depois da guerra, a utilização da terminologia ampliou, em 1960, para apresentar outros grupos de especialistas, receosos com o curso das relações internacionais e das questões estratégicas. Por volta de 1970, o termo *think tank* foi usado largamente nas instituições concentradas também em ações políticas, econômicas e sociais diárias (MCGANN; WEAVER, 2002).

Apesar da terminologia ter tido a sua utilização expandida depois de 1960, de acordo com Rich (2004), a criação dos primeiros *think tanks* acontece no início do século XX. O autor cartografa as primeiras organizações com essas atribuições nos EUA, apontando sua finalidade em um contexto em que os reformistas norte-americanos enxergavam a *expertise* como a solução para potencializar saídas reais para as inconstâncias sociais e políticas ocasionadas pela Revolução Industrial. McGrann e Weaver (2002) acreditam que essas organizações surgiram simultaneamente nos EUA e na Europa, na virada do século XX. Antes vistas quase que excepcionalmente em democracias industriais avançadas ocidentais, os *think tanks* sofreram um relevante crescimento desde os anos 1970 e exacerbada propagação, após a virada do século XX.

Rigolin e Hayashi (2012) afirmam que incontáveis outros *think tanks* estão surgindo desde então, apresentando, no decorrer de sua história, posicionamentos político-ideológicos distintos, ainda que sempre se mostrem, a princípio, como organizações independentes, não partidárias. Nos EUA, a força política dos *think tanks* aparenta ser significativa, segundo mostra pesquisa realizada com integrantes do Senado, Câmara e jornalistas. Aproximadamente 90% revelaram que os *think tanks* desempenhavam ampla atuação sobre a política externa norte-americana (RICH, 2004). Nos EUA, as modificações nos modos de financiamento e de interação com os *policy*

makers, a preferência por uma estratégia mais enérgica de propaganda e um perfil mais visivelmente ideológico têm atrapalhado a influência dos *think tanks* ultimamente.

Rich (2004) assegura ter ocorrido uma modificação considerável no que se refere à função e ao prestígio desempenhados pelos *think tanks*, entre a primeira e segunda metade do século XX. Durante o começo do século, grandes empresas como Rockefeller e Ford assumiram, juntamente com o governo, uma parte considerável do subsídio dos *think tanks*. A partir das transformações no ambiente político no fim dos anos 1960 e começo dos anos 1970, houve um aumento da quantidade de *think tanks* conservadores, financiados por indivíduos ou corporações, fazendo com que seus representantes assumissem uma conduta muito mais semelhante dos *lobbyistas* do que especialistas ou técnicos. Assim, a roda de poder excede o próprio governo, ou, visto de outra maneira, governo e sociedade interagem, de forma que diversas vezes atores e planos de ação se interpenetram e confundem (AZEVEDO, 2008).

Castells (2015b) afirma que um elemento significativo dos *think tanks* conservadores é o emprego vasto na mídia para moldar a opinião pública, uma iniciativa onerosa. Divergentemente, os *think tanks* liberais foram considerados organizações com poucos recursos e que se baseiam menos em projetos de visibilidade. É válido ressaltar que, dependendo das inclinações ideológicas, grupos que gastavam mais recebiam muito mais menções nas mídias tradicionais. Ultimamente, os *think tanks* liberais são mais bem financiados do que os conservadores, a diferença é que os grupos liberais e independentes continuam a gastar uma parte significativa de suas verbas em análises políticas, à medida que grupos conservadores destinam volumes expressivos dos seus recursos com mídia e em *lobby* no governo.

Na atualidade, Rich (2004) faz menção aos *think tanks* como uma universidade sem alunos e sem *peer review* que são capazes de transformarem ideias sobre interesses nacionais, persuadir as escalas de prioridades, apresentar estratégias de ação, movimentar coalizões políticas e burocráticas e produzir o design de instituições estáveis. Segundo Rigolin e Hayashi (2012), os *think tanks* salientam justamente o vínculo estreito entre esses âmbitos: a produção de conhecimento e a decisão política.

O conceito de *think tank* é essencialmente controverso. A luta pelo estabelecimento de definições consensuais para este tipo de organização constitui um dos espaços de concorrência no campo da Ciência Política, da Sociologia e disciplinas correlatas. Isso se deve, em boa parte, às consequências associadas ao emprego do termo. Para muitas organizações, especialmente, aquelas que poderiam ser negativamente descritas como

grupos de interesse, ativistas, ou empresas de *lobbying*, o termo traz consigo um aporte de autoridade ou crédito intelectual que as diferencia. Ser chamado *think tank* é elevar-se acima da política baseada em meros interesses (o mundo *politics*) e reivindicar os dividendos simbólicos que resultam da associação entre os produtores de conhecimento especializado e a política pública (mundo da *policy*) (RIGOLIN; HAYASHI, 2012, p. 24).

As autoras ainda afirmam que apesar das divergências, é possível notar determinados princípios gerais em algumas concepções acadêmicas vigentes. Uma dessas proposições relaciona-se com a compreensão de que os *think tanks* formam um grupo diferente de organização, reconhecida pela independência formal quanto aos Estados Nacionais, o mercado e as universidades (RIGOLIN; HAYASHI, 2012). Assim, para uma quantidade considerável de autores, os *think tanks* são institutos de pesquisa, organizações privadas da sociedade civil, sem fins lucrativos que fornecem informação e conhecimento com a finalidade principal de intervir em uma ou mais questões do procedimento de formulação, implementação e/ou avaliação das políticas públicas (ABELSON, 2002).

No entanto, Medvetz (2008) pretende escapar da rigidez conceitual e sugere a renúncia da “independência” como característica de identificação para os *think tanks* e a admissão da presença de relações com outras organizações, sejam governamentais, empresariais ou de outra natureza, como acontece com a *Think Olga*, que já realizou parcerias com o Banco Bradesco, Defensoria Pública do Estado de São Paulo etc. O autor descreve os *think tanks* como organizações que operam em ambientes sociais híbridos, comumente posicionados nas fronteiras de diferentes campos: o político, o econômico, o da mídia e a produção do conhecimento.

Para Medvetz (2008), os *think tanks* inventam sua própria história, modos de produção intelectual, critérios de legitimação, convenções e objetividades através de uma vinculação estrutural de esferas instituídas na política, na academia, na economia e na mídia. A eficácia dessa trama de sociabilidade pode afetar os *think tanks* em sua aptidão de exercer aquilo que se almeja deles: pensar. O mundo dos *think tanks* é, conseqüentemente, confrontado com necessidades opostas: a necessidade de inserção política, de publicidade e de garantia de sobrevivência financeira relaciona-se com a obrigação de estabelecer e conservar autoridade intelectual e rigidez metodológica, “créditos” sem os quais essas organizações não se legitimam nos espaços sociais em que circulam.

Em novembro de 2015, a *Think Olga* se transforma em ONG. No entanto, o intuito de ser uma “usina de ideias” que proporcione mais opções para as mulheres permanece até os dias de hoje. A *Olga* trabalha como uma ONG de jornalismo independente e gratuito para mulheres, dessa maneira, aceita colaboração financeira, através de doações¹⁸. Além disso, os estudos de conteúdo também são oferecidos como consultoria, também uma maneira de sustentar o trabalho (*THINK OLGA*, 2017a).

É importante ressaltar que ao lado da publicitária Nana Lima e da jornalista Máira Liguori, Juliana de Faria também está à frente da organização-irmã da *Olga*, uma empresa que busca repensar a maneira como as mulheres são retratadas na mídia a partir de consultoria para marcas, agências, instituições, ONGs e órgãos que desejam falar com as mulheres de uma forma mais efetiva e menos estereotipada. Em referência simbólica, mas não religiosa, à primeira mulher, nomearam o empreendimento de *Think Eva* (MENA, 2015).

Para Castells (2015b), a mudança mais relevante na comunicação nos últimos anos foi a passagem da comunicação de massa para a intercomunicação individual, sendo esta última o procedimento de comunicação interativa que apresenta o potencial de obter uma audiência de massa, mas em que a produção da mensagem é autogerada, a recuperação da mensagem é autodirigida, e a recepção e a recombinação do conteúdo proveniente das redes de comunicação eletrônicas são autosseleccionadas.

Os movimentos sociais da atualidade estão ligados de diversas maneiras, e a utilização da internet e das redes de comunicação móveis foram fundamentais para a sua estruturação. A comunicação sempre foi primordial para os movimentos sociais, através de panfletos, manifestos, televisão e rádio (CASTELLS, 2015b). A internet é particularmente apropriada à autonomia comunicativa na qual os movimentos sociais se fundamentam: “governos e corporações não conseguem, na maior parte das vezes, controlar com facilidade essas comunicações e, quando o fazem, geralmente já é muito tarde para interromper o movimento” (CASTELLS, 2015b, p. 50).

Mas o formato em rede é multimodal, e contém tanto redes *online* quanto *offline*, da mesma maneira que as redes sociais preexistentes e as redes geradas organicamente no decorrer do próprio movimento. As redes são descobertas no meio do movimento, com outros movimentos em volta do mundo, com a blogosfera da internet, com a mídia e com a sociedade em geral (CASTELLS, 2015b). “As tecnologias de rede são

¹⁸ Existe uma campanha de financiamento coletivo recorrente na Benfeitoria. (BENFEITORIA. *Think Olga*. Disponível em: <<https://benfeitoria.com/thinkolga>>. Acesso em: 15 jun.2017.

significativas porque fornecem a plataforma para essa prática expansiva e constante que evolui com a mudança de forma do movimento” (CASTELLS, 2015b, p. 50).

É válido ressaltar que os movimentos não necessitam de liderança, de controle protocolares, nem de uma organização vertical para difundir informações e orientações. Porém não por carecerem de liderança, mas pelo intenso receio da grande parte dos participantes do movimento quanto a qualquer modo de representação de poder. Esses movimentos repetidamente começam em redes sociais da internet, mas eles não são denominados como movimentos até que ocupem o espaço urbano. É nesse híbrido entre o espaço urbano e o ciberespaço que constitui um terceiro espaço, ao qual Manuel Castells (2013, 2015b) denomina espaço de autonomia.

Assim como as teóricas feministas contra-hegemônicas e pós-coloniais acreditam que se devem levar em consideração os aspectos globais e locais (MOHANTY, 2003; GONZALEZ, 1988a, 1988b; ALVAREZ, 2009; BRAH, 2006, 2007), Castells (2015b) assegura que os movimentos sociais são, concomitantemente, locais e globais, já que eles começam em conjunturas específicas, com base em causas particulares, e estruturam essas próprias redes e seu próprio espaço público tomando o espaço urbano e se vinculando através das redes de internet. Normalmente, eles mostram uma cultura cosmopolita, mas ao mesmo tempo, se sustentam enraizados em sua identidade específica, ultrapassando a separação contemporânea entre identidade comunitária local e a rede individual global.

O sociólogo ainda afirma que esses movimentos são na maioria das vezes provocados por uma centelha de indignação referente a um evento característico, que determinam um chamado para ação “do espaço dos fluxos que visa criar uma comunidade instantânea de prática insurgente no espaço dos lugares” (CASTELLS, 2015b, p. 52). Essa afirmação é bastante evidente em alguns momentos da história da *Think Olga*, como na campanha *#PrimeiroAssédio*, que surgiu em apoio a uma menina de 12 anos que foi alvo de comentários de cunho sexual na internet durante sua participação em um *reality show* de culinária, bem como na própria criação da *Olga*, que surgiu a partir da constatação da falta de espaço na mídia tradicional em olhar para mulheres de uma forma diferente, na qual fosse possível mudar a realidade da agressão e do assédio sexual. Castells (2015b) enfatiza que a origem do chamado é menos significativa que a força da mensagem nos destinatários múltiplos e não especificados, cujas emoções se vinculam ao conteúdo e à forma da mensagem. Dessa maneira, o autor constata que o poder das imagens é fundamental, principalmente nos estágios iniciais

dos movimentos (CASTELLS, 2015b), por isso as imagens coletadas durante o período de análise também serão organizadas de maneira sistemática segundo Bardin (1977).

Redes horizontais multimodais, tanto na internet quanto no espaço urbano, criam sentimento de unidade; isso é importante porque é através da unidade que as pessoas superam o medo e descobrem a esperança. Unidade não é o mesmo que comunidade, uma vez que esta última implica um conjunto de valores comuns, que, dentro do movimento, é algo que está em processo, já que a maior parte dos participantes chega com seus próprios objetivos e motivações e, então, partem para descobrir o potencial comum na prática do movimento. Dessa forma, comunidade é um objetivo a se alcançar, enquanto unidade é o ponto de partida e a fonte de empoderamento: Juntas podemos (CASTELLS, 2015b, p. 52).

E continua:

O que esses movimentos sociais em rede estão propondo em sua prática é a nova utopia no coração da cultura da sociedade em rede: a utopia da autonomia do sujeito em face das instituições da sociedade. De fato, quando as sociedades não conseguem gerir suas próprias crises estruturais por meio das instituições existentes, a mudanças somente podem acontecer fora do sistema por uma transformação das relações de poder que começa na mente das pessoas e desenvolve na forma das redes construídas pelos projetos de novos atores que se constituem como sujeito da nova história em curso. E a internet, que, como todas as tecnologias, incorpora a cultura material, é uma plataforma privilegiada para construção social da autonomia (CASTELLS, 2015b, p. 54).

O autor ainda destaca que os movimentos sociais em rede são largamente feitos por jovens adultos que convivem confortavelmente com as tecnologias digitais no mundo híbrido da virtualidade real, como é o caso da *Olga*. “Seus valores, objetivo e estilo organizacional se referem diretamente à cultura da autonomia que caracteriza as gerações de jovens de um século jovem” (CASTELLS, 2015b, p. 54). Eles não conseguiriam viver sem a internet e as redes horizontais de comunicação multimodal que permitem realizar suas ações. No entanto, sua relevância é muito maior. Eles são apropriados a suas funções de agente do contrapoder na sociedade em rede, em proeminente divergência com as instituições políticas de poder ultrapassadas, mas que foram trazidas de uma estrutura social historicamente superada (CASTELLS, 2015b).

A mídia é o espaço da produção de poder. Dessa maneira, ela institui um espaço onde as relações de poder são definidas entre atores políticos e sociais. Consequentemente, quase todos os atores e mensagens necessitam transitar pela mídia para alcançar suas metas. Eles têm de aceitar as normas reguladoras, a linguagem e os

interesses da mídia de massa. Assim, a mídia, de uma maneira geral, não é imparcial, como a ideologia do jornalismo profissional assegura; nem sequer é aparelho direto do poder do Estado, com a clara exceção da mídia de massa sob regimes autoritários. Os atores da mídia arquitetam plataformas de comunicação e participam da produção de mensagens segundo suas preferências organizacionais e profissionais específicas. Porém, dada a sua heterogeneidade, esses interesses também são diversos (CASTELLS, 2015b).

As redes horizontais de comunicação e os modos clássicos de comunicação unidirecional, como a televisão, o rádio e a mídia impressa, estão gradativamente mais misturados, compondo um sistema de comunicação híbrido que utiliza a maleabilidade da tecnologia digital. Embora o mundo da internet seja construído em volta do poder dos grandes conglomerados empresariais e, de certa forma, controlado pelos governos, ele continua sendo, efetivamente, uma maneira de comunicação bastante diferente, reconhecida pela significativa autonomia dos sujeitos comunicantes em comparação aos donos e reguladores da infraestrutura de comunicação. Isso ocorre uma vez que as tecnologias de redes digitais consentem que sujeitos e organizações originem seus próprios conteúdos e mensagens e os disseminem no ciberespaço, impedindo vastamente o controle de corporações e burocracias. Não sem obstáculo e não sem censura, porém com uma condição muito maior de liberdade. Assim, jovens que dominam a tecnologia podem, com algumas ideias e pouca verba, criar empresas que provocam as limitações estabelecidas pelos negócios oligopolistas à livre comunicação (CASTELLS, 2015b). Isso pode ser observado pelas transformações de organizações na internet, especialmente pelo aumento das redes sociais como: *Facebook*, *Twitter*, *YouTube*, entre outras.

Dessa maneira, as redes horizontais de comunicação digital se tornaram a espinha dorsal da vida na atualidade, materializando uma nova estrutura social que Castells (2015b) identifica como sendo a sociedade em rede. O conceito de redes sociais é complexo e abrangente. Para Silva (2016b), a construção das redes é um ato humano muito antigo, que, primeiramente, ocorria devido à necessidade de interação social. Castells (2013) refere-se à sociedade globalizada como uma rede, através da qual se constituem novas estruturas sociais. Baseando-se no seu argumento, é possível conceber as redes sociais digitais como espaços de autonomia, onde inúmeras pessoas passaram a ocupar o espaço público para pleitear seu direito de fazer história.

Segundo Manuel Castells (2013, p. 11), “a constituição de redes é operada pelo ato da comunicação”. Assim, a comunicação é definida como um procedimento de partilhar significado por meio da troca de informações, na qual a fonte primordial de produção social de significado é o processo de comunicação socializada. Para ele, as pessoas, as instituições e a sociedade, em geral, transformam a tecnologia, através da apropriação, modificação, experimentação, como é o caso da internet, que, para o sociólogo, consiste em uma tecnologia de comunicação.

Com 173.287 mil curtidas no *Facebook*¹⁹, a *fanpage* da ONG *Think Olga* se coloca num lugar de articulação entre sujeitos sociais, onde é possível enxergar as suas conversações. Criada concomitantemente com o *site*, em abril de 2013, pela jornalista Juliana de Faria, também com o objetivo de lutar pelo empoderamento feminino por meio da informação. Na rede social, apesar de contar com a participação das outras integrantes, a luta foi protagonizada até 2017 pela publicitária Luíse Bello, gerente de conteúdo, planejamento das ações ciberativistas e a mais antiga colaboradora da organização.

Em uma entrevista para Philo TV, Bello (2016) aponta que a maneira de transformar as dificuldades em algo positivo é lutar pelas mudanças. Afirma que as mulheres têm que escrever as suas próprias histórias, para não conhecermos a trajetória percorrida de forma secundária, uma vez que é um hábito recorrente o silenciamento de suas vozes. Para ela, ter mulheres produzindo conteúdo, falando sobre suas conquistas e dividindo suas versões sobre os fatos são formas de empoderar outros sujeitos, para, finalmente, trilhar um caminho para igualdade de gênero.

As publicações seguem em sua maioria as postagens realizadas no *site*. A dinâmica desse ambiente digital é bem simples: geralmente são uma a duas publicações de segunda a sexta-feira, que são compostas por texto e alguma linguagem visual. Em regra, grande parte do conteúdo²⁰ da página se dá através das publicações que possuem uma imagem ou vídeo como elemento enunciador do conteúdo. Observa-se que os textos postados na *fanpage* sempre são acompanhados por vários *links* de redirecionamentos²¹ para outras plataformas digitais tanto da *Think Olga* quanto para outros coletivos feministas.

¹⁹ Último acesso realizado em 23 de agosto de 2017.

²⁰ Designo de conteúdo apenas as postagens colocadas na linha do tempo da *fanpage* da ONG *Think Olga* e não os *posts* dos comentários.

²¹ *Links* de redirecionamentos é o recurso que faz com que o navegador vá automaticamente para outro endereço ao entrar em um domínio ou subdomínio.

A ONG apenas permite “reações”²², “comentários” e “compartilhamentos” nas publicações inseridas na sua linha do tempo. Novas publicações de conteúdo são elaboradas exclusivamente pela *Olga*. Algumas campanhas são criadas de maneira que as seguidoras e os seguidores possam narrar suas próprias histórias através do uso de *hashtags*. Pode-se afirmar que a *Think Olga* é um enunciador que dispõe aos sujeitos tanto uma forma de receber o conteúdo quanto uma maneira de criação das suas narratividades, propiciando visibilidades de si e do outro, construindo e reconstruindo suas subjetividades.

Rocha e Silva (2015, p. 3) afirmam que “independente dos meios de comunicação serem massivos ou não, o receptor é sempre ativo e sempre constrói narrativas a respeito dos outros recepcionados”. A narrativa composta pelo receptor da telenovela, por exemplo, se distingue daquela formada pelos sujeitos das comunidades do *Facebook*, já que existe um modo de interagir com a narrativa, repartindo o espaço com o emissor do conteúdo, o que não acontece com a telenovela. Desse modo, corrobora-se com as autoras que acreditam que essa interatividade que ocorre na *Olga* permite formas de narratividades, e não de narrativas. Visto que a narratividade consiste em um processo pelo qual o receptor constrói ativamente a história a partir da postagem fornecida (ROCHA; SILVA, 2015).

Analisar se os conteúdos presentes na *fanpage* do *Facebook* da *Think Olga* propagam o conceito de identificação de gênero defendido pelo feminismo interseccional construcionista também significa lutar pela igualdade de gêneros. Assim, constata-se que não é possível continuar nessa demanda sem levar em consideração que os sujeitos dialogam entre si e a partir da *Olga* vivenciam suas experiências também no mundo *offline* e moderno.

1.2 A INTERSECCIONALIDADE E A ANÁLISE DE CONTEÚDO APLICADAS À FANPAGE DA THINK OLGA

O feminismo é marcado por uma dinâmica horizontal com diversas vertentes, dessa forma, também na fase da observação, foram colhidas entrevistas dadas pelos membros da ONG nas quais foi possível identificar na fala da fundadora da *Olga* a

²² Curtir, amei, haha, uau, triste, grr.

prática do feminismo interseccional²³. Tal termo alude às reflexões e teorizações sobre a “multiplicidade de diferenciações que, articulando-se a gênero, permeiam o social” (PISCITELLI, 2008, p. 263).

Dessa maneira, é importante apontar algumas ponderações sobre a interseccionalidade. Ainda que, com atenção crescente à pesquisa histórica de seu curso teórico, assim como suas diferentes vertentes, aparenta ainda ser pouco explorada em termos de análise e teorizações sociais. Consequentemente, pode-se afirmar que as “últimas décadas têm marcado as análises interseccionais a partir, principalmente (mas não apenas), de teóricas feministas e dos estudos de gênero baseadas nos Estados Unidos e em alguns países europeus” (HENNING, 2015, p. 101). Portanto, é primordial salientar que esse desenvolvimento não pressupõe coesão teórica, já que existem inúmeras visões contemporâneas acerca da noção, a qual tende a ser vista, por exemplo, como teoria, método, abordagem, paradigma etc. (HENNING, 2015). Nesta dissertação, compreende-se interseccionalidade como perspectiva teórica, mas também se analisou a sua materialização nos discursos propagados pela organização.

A extensa literatura presente na língua inglesa e ultimamente também na francesa indica que a palavra interseccionalidade tenha sido cunhada pela primeira vez para denominar a correlação das relações de poder de raça, gênero e classe, por Kimberlé Crenshaw apenas em 1989 (CRENSHAW, 1991). Porém, a inquietação de entrelaçar diversas maneiras de diferenciações sociais é bem anterior. Sua origem remonta ao influente manifesto de 1977 do *Combahee River Collective*²⁴, que se tratava de um coletivo de feministas negras e lésbicas, em Boston, entre 1973 e 1980, que apoiavam uma luta vinculada não só contra a opressão sexual, mas também contra outras formas de dominação e de desigualdades baseadas em racismos, heterossexismos e exploração por classe social (DAVIS, 2009).

Contudo, Avtar Brah e Ann Phoenix (2004), assim como Brah (2007), afirmam que essa preocupação é bem anterior. Referem-se ao movimento abolicionista nos Estados Unidos em meados do século XIX (feminismos de primeira onda).

²³ TAMDJIAN, Juliana Luiz. “As mulheres estão perdendo o medo de falar”, diz fundadora da ONG *Think Olga*. **Metro**, São Paulo, 9 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.metrojornal.com.br/plus/2016/03/08/as-mulheres-estao-perdendo-o-medo-falar-diz-fundadora-da-ong-think-olga.html>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

²⁴ Henning (2015) afirma que as ativistas de cor dessa época eram frequentemente forçadas a escolher um dos lados: a luta feminista ou os direitos civis. Porém fazer uma escolha era difícil, já que suas experiências não eram baseadas apenas em raça ou gênero, mas em raça e gênero.

Nos EUA as tensões políticas no feminismo envolvendo as inter-relações entre raça e outros fatores como classe e gênero datam das campanhas antiescravidão. Durante a década de 1830, por exemplo, as mulheres estadunidenses se tornaram cada vez mais ativas no movimento abolicionista, contexto no qual aprenderam a defender seus próprios direitos de se envolver no trabalho político e onde suas experiências de relativa marginalização as compeliram a formar sociedades de mulheres antiescravagistas separadas [das sociedades antiescravagistas de homens]. A primeira sociedade feminina antiescravagista foi formada em 1832 por mulheres negras de Salem, Massachusetts, seguidas por sociedades similares estabelecidas por mulheres brancas de outros locais (BRAH, 2007, p. 249).

Brah e Phoenix (2004) apontam que várias das questões que versam sobre entrelaçamento de diferenças e desigualdades que reemergiram em 1970 já estavam presentes há mais de um século no discurso de Sojourner Truth²⁵, proferido em 1851, como também o debate ocorrido nas décadas de 1980 e 1990 sobre a crítica ao essencialismo contida na categoria “mulheres”.

O retorno do debate da problemática da interseccionalidade ganha maior repercussão nos países anglo-saxônicos a partir do legado do *Black Feminism*, nos anos 1990, sempre inserido em um quadro interdisciplinar, por Kimberlé Crenshaw e outras pesquisadoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs (HIRATA, 2014). Segundo Brewer (2005), o *Combahee River Collective* abriu a discussão dos feminismos radicais negros do momento e motivou as feministas acadêmicas a partir de um contexto extra-acadêmico.

De acordo com Hirata (2014), Crenshaw (1991) enfatiza especialmente as intersecções da raça e do gênero, discorrendo limitadamente classe ou sexualidade, que podem colaborar para constituir as experiências das mulheres de cor. A interseccionalidade é uma sugestão que leva em conta as várias formas de identidade, apesar de não ter a pretensão de propor uma nova teoria globalizante.

Brah (2006) realiza um contraponto à conjuntura americana apresentando a importância que os Feminismos Negros Britânicos tiveram na discussão interseccional, por meio da sua atuação particular na fundação da OWAAD, *Organization of Women of African and Asian Descent*, organização que proporcionava desde seu princípio debates sobre a articulação de marcadores sociais como: classe social, raça, gênero e diferenças culturais na vida de mulheres “não brancas”. Aponta então que nesse período existia uma quantidade relevante de publicações dos feminismos de segunda onda que expunham certa omissão com o racismo como um fator interno das “relações patriarcais

²⁵ Ver discurso na página 17.

ocidentais”. Esse tipo de indiferença causava comentários críticos de mulheres antirracistas, sobretudo “mulheres de cor”, sendo que as primeiras observações no contexto anglófono foram desenvolvidas pelo *Combahee River Collective*.

É importante ressaltar que essas concepções sobre articulações de diferenças nos anos 1970 derivavam de áreas não obrigatoriamente acadêmicas, mas também, e intensamente, de coletivos de ativistas feministas negras e lésbicas (HENNING, 2015).

Na primeira metade da década de 1980, Angela Davis (1981) e bell hooks (1981)²⁶ lançam de modo respectivo *Women, Race and Class*, e *Ain't I a Woman? Black Women and Feminism*. As duas expõem suas colaborações e críticas em relação à questão da estabilidade homogeneizante da categoria “mulher” e à imprescindibilidade de olhar também as maneiras associadas de diferenciações e desigualdades como raça e classe social, entrecruzando as experiências das mulheres. Em seguida, foram realizadas as publicações de Audre Lorde (1984) e Patricia Hill Collins (2000)²⁷, em que as apreensões teóricas da mesma forma compreendiam entrelaçamentos de diferenças sociais. No decorrer da década de 1980, diversas autoras feministas, das mais variadas áreas, começaram a publicar trabalhos relevantes sobre gênero, como Joan Scott (1995)²⁸, Marilyn Strathern (2006)²⁹, Donna Haraway (1991) e Judith Butler (2003)³⁰. Segundo Piscitelli (2008), algumas delas também escreviam sobre a temática das articulações de diferenças ajudando a gerar deslocamentos de parâmetros disciplinares nos marcos dos quais trabalhavam. A teórica pós-estruturalista Judith Butler, por exemplo, em sua tarefa em questionar a categoria “mulher” como sujeito do feminismo, afirma que

[...] se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é [...] o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas [...] se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 2003, p. 20).

De acordo com Piscitelli (2008), existem duas linhas principais entre as teóricas que trabalham com interseccionalidade a partir de distintas compreensões de poder,

²⁶ Gloria Jean Watkins adotou o nome da avó como pseudônimo. Prefere que seja escrito em minúsculo para que a atenção seja concentrada em sua mensagem ao invés de si mesma.

²⁷ Publicado originalmente em 1990.

²⁸ Publicado originalmente em 1988.

²⁹ Publicado originalmente em 1988.

³⁰ Publicado originalmente em 1990.

agência e estrutura/sistema. Essas vertentes seriam marcadas, de um lado, por uma abordagem sistêmica/estrutural encontrada fundamentalmente nos Estados Unidos e que daria mais atenção aos impactos do sistema ou estrutura sobre a formação de identidades. Essa abordagem seria representada pelos trabalhos das autoras como Kimberlé Crenshaw (1991, 2002) e Patricia Hill Collins (2000). De outro lado, por uma abordagem construcionista, adotada sobretudo por acadêmicas do Reino Unido, como Avtar Brah (2006, 2007) e Anne McClintock (1995), que possuem uma tendência a desenvolver uma percepção de poder mais dinâmica e relacional, levando em consideração aspectos de agência e identidade social.

A abordagem interseccional utilizada foi a construcionista, já que destaca especialmente os aspectos dinâmicos e relacionais da identidade social. Essa vertente está marcada por uma visão de poder vinculada à perspectiva de Gramsci, com embates constantes em torno da hegemonia e trabalha com a noção de articulação entendida como prática que estabelece uma relação entre elementos, de maneira que sua identidade se modifica como resultado da prática articulatória (PISCITELLI, 2008). Nessa abordagem existem “distinções entre categorias de diferenciação e sistemas de discriminação, entre diferença e desigualdade” (PISCITELLI, 2008, p. 268).

Na linha construcionista, os procedimentos por meio dos quais os indivíduos se estabelecem como sujeitos não significam somente que alguém será sujeito a um poder soberano, mas há algo mais, que proporciona possibilidades a este. E os marcadores de identidade, como gênero, classe ou etnicidade não passam a existir apenas como maneiras de categorização puramente restritivas. Eles oferecem, simultaneamente, recursos que permitem a ação (PISCITELLI, 2008). Essa linha trata dos efeitos coercitivos das relações de poder através das interseccionalidades, mas concomitantemente preocupa-se com os pontos de fuga, resistência e agência que práticas interseccionais também podem produzir (HENNING, 2015).

Nesse viés é possível citar duas autoras, McClintock (1995) e Brah (2006, 2007). A primeira cuja obra é situada nos Estudos Culturais, nos Estados Unidos, analisa o poder imperial assegurando que raça, gênero e classe não são diferentes experiências que existem isoladamente umas das outras, nem podem ser facilmente montadas em conjunto. Essas categorias existem em e por meio das relações entre elas. Por isso, são categorias articuladas, apesar de não serem idênticas, mas existem em relações íntimas, recíprocas e contraditórias.

A noção de articulação e a leitura vasta das políticas de agência também estão inseridas no trabalho de Brah (2006), que renuncia o conceito de patriarcado, optando pensar em relações patriarcais em situações específicas, em que as mulheres ocupam posições subordinadas. A autora, depois de um caminho marcado pelo deslocamento por vários contextos, desenvolveu um trabalho através da articulação entre gênero, raça, etnicidade e sexualidade no feminismo negro, na Inglaterra³¹. Em 1996, publicou *Cartographies of Diaspora: contesting identities*, que se tornou uma referência, sendo um dos capítulos traduzidos e publicados nos *Cadernos de Pagu* (2006). No livro em questão, ela faz uma série de formulações transformadoras no seio do movimento feminista. Em algumas dessas formulações, ela segue Hall³² (1996). Entretanto, diferente dele, se situa na discussão do feminismo negro e concede um lugar relevante ao gênero.

Segundo Brah (2006), os problemas que afetam as mulheres não podem ser analisados separadamente do contexto de desigualdade nacional e internacional, já que o gênero é formado e representado de maneira diversa de acordo com a localização dentro de relações globais de poder, que se realizam por meio de uma profusão de processos econômicos, políticos e ideológicos.

Para realizar a análise interseccional dos conteúdos postados, optou-se pela abordagem construcionista de Avtar Brah (2006, 2007), que trabalha com a ideia de diferença a partir de quatro eixos que se entrecruzam e se inter-relacionam: a diferença teorizada como relação social em sentido sociológico; explorada em termos de experiências humanas; entendida como subjetividade; e analisada em termos de identidade social. Visto que esses eixos permitem trabalhar de maneira bastante interessante o contexto de identidade pós-estruturalista, como descentrada, fragmentada e em processo, porém em termos de diferença entendida como subjetividade, ao mesmo

³¹ Avtar Brah nasceu na Índia, cresceu em Uganda, de onde fugiu com a família antes que Idi Amin expulsasse os asiáticos do país. Estudou nos Estados Unidos e morou depois na Inglaterra, onde se envolveu nos movimentos feministas, antirracistas e nas tentativas socialistas de imaginar um mundo democrático (PISCITELLI, 2008, p. 268).

³² Hall (1996) estava interessado em entender as relações entre classe social e racismo em um momento no qual considerava não existir elementos teóricos que possibilitassem fazê-lo. A articulação seria uma metáfora utilizada para indicar relações de conexões e eficácia entre diferentes níveis de todo tipo de coisas. Essas coisas estariam conectadas, mas não haveria uma identidade entre elas. A unidade formada por essa articulação é uma estrutura complexa que as relaciona por suas diferenças e semelhanças. Segundo Hall, o importante é desvendar qual é o mecanismo que conecta as coisas e a natureza das relações entre as partes. O autor recorre também a Gramsci, particularmente ao conceito de hegemonia, como estado de total autoridade social que em conjunturas específicas possibilita o domínio de uma classe sobre toda uma formação social, por uma mistura de coerção e consentimento, não apenas no nível econômico, mas também político e ideológico, na vida civil, intelectual e moral assim como no aspecto material (*apud* PISCITELLI, 2008).

tempo em que isso não se aplicaria quanto à ideia de diferença como identidade social e política em termos de ação política consciente, mesmo considerando que a ação consciente é sempre marcada por investimentos emocionais interiores, rupturas e contradições. Com isso, Brah (2007), procura contestar as visões de que a concepção pós-estruturalista de identidade não proporcionaria uma base para ação política.

É importante ressaltar que para fazer um estudo interseccional não é necessário desenvolver uma análise de infinidade de marcadores em toda e qualquer análise social, mas observar o entrelaçamento daqueles que são significativos contextualmente em termos específicos, históricos, localizados e políticos (HENNING, 2015).

Nesse sentido, foi de suma importância observar o processo histórico brasileiro de apagamento de algumas identidades raciais, herdadas do seu período colonial. Os dados do *Transatlantic Slave Trade Database*³³ (2013) mostram que o Brasil foi o primeiro país a importar pessoas da África para o escravismo, em 1539, e o último a abolir o trabalho escravo de pessoas de origem africana, em 1888, após ter recebido mais de cinco milhões de seres humanos traficados ao longo de mais três séculos (COSTA, 2013). Conte-se, antes desse período, a escravização dos chamados “negros da terra”, os índios (LIMA, 2017).

Ainda que nenhuma maneira de segregação tenha sido estabelecida depois da abolição, os ex-escravos tornaram-se, de forma geral, marginalizados em comparação ao sistema econômico atual (HERINGER, 2002). Além disso, o governo brasileiro começou, na segunda metade do século XIX, a incentivar a imigração europeia, numa investida clara de branqueamento da população nacional. Milhões de imigrantes europeus entraram no país durante as últimas décadas do século XIX e no início do século XX (HERINGER, 2002).

Como o Brasil se construiu a partir de uma realidade multirracial, multicultural, multirreligiosa e pluriétnica, os marcadores de análise utilizados foram: raça, classe e identificação de gênero (já que se considerou como o sujeito se identifica ou se autodetermina, independente do gênero do seu nascimento). Saliento que se optou em utilizar o termo identificação no lugar de identidade, já que para Brah (2006) é arriscado discorrer sobre identidade como efetiva e constituída se ela é processo, considerando mais adequado se referir à identificação. A identidade expressa é constantemente refeita

³³ É o resultado de um esforço coletivo de dezenas de historiadores ao redor do mundo sobre o tráfico atlântico de africanos em sua complexidade, trazendo um banco de dados contendo informações sobre milhares de viagens negreiras. No site, encontram-se dados quantitativos, mas também qualitativos.

e a identidade coletiva específica é um processo político por oposição à identidade como processo na e da subjetividade (BONELLI, 2010).

A heterogeneidade brasileira constitui-se num item bastante positivo, entretanto, devido às marcas históricas de discriminação e de exclusão, as diferenças sociais, culturais e raciais são frequentemente transformadas em desigualdades, ligadas à má distribuição de riquezas (RIBEIRO, 2013).

É praticamente instintivo que as desigualdades raciais não sejam vistas como relacionadas à raça, mas a fatores sociais e econômicos. Fica claro a separação entre a condição de vida de brancos e negros, o que de acordo com Hélio Santos (2001) nos leva à existência simbólica de dois Brasis.

[...] entretanto, o que salta aos olhos de quem observa são os estoques raciais alocados em cada um desses dois mundos – o do muito e o do nada [...]. No primeiro Brasil, que poderia ser confundido com um país europeu, como Bélgica, onde temos uma população de maioria branca e amarela. No outro Brasil, atrasado e pobre, temos um povo marcadamente não branco, onde predominam pretos e pardos. Os poucos índios remanescentes também habitam esse segundo Brasil. Há um outro aspecto que nos chama atenção: apesar de serem dois mundos nada parecidos, em termos econômicos e sociais, a cultura vivenciada pelos dois Brasis é a mesma (SANTOS, 2001, p. 181- 182).

Por esse motivo, é primordial analisar que a invisibilidade atribuída às mulheres é construída historicamente, a partir de distintos padrões de hierarquização no campo das relações de gênero e raça que, medidas pela classe social, causam intensas exclusões.

Carneiro (2003) afirma que em concordância com outros movimentos sociais progressistas brasileiros, o feminismo esteve, também por longo período, preso à perspectiva eurocêntrica e universal das mulheres. A decorrência disso foi a insuficiência de reconhecer as diferenças e desigualdades existentes no universo feminino. Dessa maneira, “as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além sexismo continuaram no silêncio e na invisibilidade” (CARNEIRO, 2003, p. 118). Assim, as denúncias sobre a problemática da mulher na sociedade brasileira vêm demandando a reconstituição do discurso e práticas políticas do feminismo. E o item decisivo nessa mudança de ponto de vista é o emergente movimento de mulheres negras (CARNEIRO, 2003).

“Enegrecendo o movimento feminista” é a expressão usada para indicar o caminho das mulheres negras dentro do movimento feminista brasileiro (CARNEIRO,

2003). Procura-se analisar, com ela, a identidade branca e ocidental do feminismo clássico, de um lado, e, de outro, mostrar a ausência teórica e prática política de unir as distintas nuances do feminino estabelecidas em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas ações, pôde-se produzir uma agenda especial que luta, concomitantemente, contra as desigualdades de gênero e intragênero (ou seja: entre as próprias mulheres), que visibiliza um olhar feminista negro que surge da categoria específica do ser mulher, negra e, geralmente, pobre. Apresenta-se, por fim, a importância que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil (CARNEIRO, 2003).

“Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos” (CARNEIRO, 2003, p. 119). Essa condição faz com esses sujeitos admitam, a partir do lugar em que estão inseridos, várias concepções que levam a processos singulares na luta de cada grupo particular. Isto é, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, têm demandas específicas que, necessariamente, não podem ser discutidas, unicamente, sob a marca da questão do gênero se esta não leva em consideração as particularidades que determinam o ser mulher neste e naquele caso. Esses olhares vêm demandando práticas distintas que desenvolvam o conceito e protagonismo feminista na sociedade brasileira (CARNEIRO, 2003).

Lélia Gonzalez, feminista negra brasileira, nos anos 1980, refletiu detalhadamente sobre a realidade de exclusão das mulheres na sociedade brasileira, especialmente das negras e indígenas. Ela foi precursora nas críticas ao feminismo hegemônico e nas reflexões sobre as diversas trajetórias de resistência das mulheres ao patriarcado, mostrando, com isso, as histórias das mulheres negras e indígenas, no Brasil, na América Latina e no Caribe (CARDOSO, 2014). Gonzalez (1988b) realiza intensas críticas à invisibilidade da raça na maior parte dos estudos feministas latino-americanos, com ênfase para o Brasil, tendo em vista a grande presença negra e indígena. Afirma que “o feminismo latino-americano perde muito de sua força ao fazer abstração de um dado da realidade da maior importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região” (GONZALEZ, 1988b, p. 135). A autora defende a perspectiva do antirracismo como componente inseparável das premissas feministas, já que, se o sexismo, o racismo e o classismo põem as mulheres negras no nível mais baixo de opressão, nenhum movimento de mulheres pode ser considerado verdadeiramente feminista se não tiver no seu princípio a confrontação dessas estruturas (CARDOSO, 2014).

O movimento de mulheres negras no Brasil colocou a raça em proeminência, mostrando o racismo e as desigualdades raciais como decisivos no sistema de opressão, discriminação e exclusão da população negra, de forma geral, e, sobretudo, das mulheres negras, quando o racismo vem articulado com o sexismo. Essa atuação força o movimento feminista branco e hegemônico a abarcar raça em suas abordagens, porém, a abrangência está longe de constituir uma transformação epistêmica, uma vez que a categoria raça permanece sendo tratada com pouca relevância. Raros são os estudos no Brasil que tratam da intersecção de gênero e raça, as representações de gênero racializadas e as implicações sobre a vida das mulheres nos mais distintos campos como saúde, mercado de trabalho, sexualidades, relações afetivas etc. Estudos de gênero que encobrem a realidade das mulheres negras e das indígenas ainda são minorias (CARDOSO, 2014). Assim, é extremamente pertinente a crítica feita por Lélia Gonzalez (2008)³⁴:

Apesar das poucas e honrosas exceções para entender a situação da mulher negra [...], poderíamos dizer que a dependência cultural é uma das características do movimento de mulheres em nosso país. As intelectuais e ativistas tendem a reproduzir a postura do feminismo europeu e norte-americano ao minimizar, ou até mesmo deixar de reconhecer, a especificidade do patriarcalismo por parte de mulheres negras, indígenas e de países antes colonizados (GONZALEZ, 2008, p. 36).

A interseccionalidade é de suma importância para observar as solicitações do movimento feminista negro e das feministas do “terceiro mundo”, que interrogam os sistemas de opressão fundamentados unicamente no sexo/gênero e que afirmam que o poder atua por meio de múltiplas estruturas de diferenças. Como a ONG é composta por mulheres brancas, pardas e negras, se encontra localizada em um país considerado de “terceiro mundo” e a sua criadora afirma praticar o feminismo interseccional³⁵, optou-se pela interseccionalidade como perspectiva teórica. Além disso, enfatiza-se mais uma vez que também se analisou a materialização da interseccionalidade nos discursos difundidos na *fanpage* da *Olga* no *Facebook* (a maneira como a análise foi realizada será explicitada mais à frente neste mesmo capítulo).

³⁴ Publicado originalmente em 1986.

³⁵ A ONG também desenvolveu, em dezembro de 2017, um calendário para 2018 que traz datas importantes para o feminismo interseccional e 12 ilustrações de artistas feministas.

A presença do gênero é a mostra de uma injusta organização de responsabilidade na sociedade, que institui uma distribuição de encargos que são alheios aos anseios dos sujeitos, sendo que os parâmetros dessa classificação são apoiados em marcações sociais como: identificação de gênero, classe e raça. Dessa maneira, o espaço que é conferido socialmente a cada pessoa decorrerá da maneira como se terá acesso à própria sobrevivência.

Elegeu-se a interseccionalidade com viés construcionista, uma vez que para essa linha as categorias – raça, classe e identificação de gênero – encontram-se em e através das relações entre elas. Esses três marcadores foram observados na *Think Olga* a partir da análise das suas publicações – textos, imagens e vídeos –, que foram organizadas de maneira sistemática para facilitar a compreensão das articulações dessas categorias. Nesse aspecto, decidiu-se que nas postagens em que ocorresse a presença de uma realidade de identificação de gênero que está ligado à experiência de ser mulher, mas também a um trabalho/profissão ou realidade social e raça que é um tema que vai além da cor da pele, abrangendo posse de bens materiais, acesso à educação, força de trabalho, cruzado pelo gênero, haveria a existência das categorias articuladas, que vivem por meio das relações, íntimas, mútuas e conflitantes (PISCITELLI, 2008).

Optou-se pelo pensamento de Brah (2006), uma vez que a autora sugere uma análise macro, analisando concomitantemente subjetividade e identidade para entender as práticas de poder na diferenciação social. Sendo um ponto de vista constitutivo das feministas do “terceiro mundo” – como é caso das componentes da *Olga* –, que têm inquietações políticas que demandam análises que incluam a produção de subjetividades. É importante destacar que a subjetividade se estrutura por meio de vários procedimentos complexos individuais que são formados por determinantes sociais, ideológicos, políticos e históricos, que se especificam dentro da sociedade. Está vinculada aos territórios simbólicos gerados pela cultura, gênero, classe social, religião, discursos etc., mas nutre-se de sentimentos particulares concebidos em um sujeito histórico. Dessa maneira, como a *Olga* traz falas de experiências de mulheres diversas, nesses discursos empregou-se a análise indicada por Brah (2006), já que o sentido se constitui nas vivências e as configurações subjetivas incorporam esses sentidos; ambos caracterizam a pluralidade de significados com desdobramentos em todas as ações do sujeito, que se organiza em processos múltiplos e que só pode ser entendido em relação mútua.

Figura 1 – Exemplo do empírico da aplicação da análise de Brah (2006).



Fonte: *Think Olga* (2017).

Tomando como exemplo a postagem anterior, e o vídeo que faz parte da publicação, pode-se afirmar que a diferença social sublinha a articulação historicamente variável de maneira micro e macro de regimes de poder, dentro dos quais modos de diferenciação como identificação de gênero, classe e racismo são instituídos em termo de formação de estrutura. Rosa Luz articula essa diferença ao narrar experiências histórias coletivas de artistas mulheres independentes, já que essas tramas narrativas são compartilhadas dentro de um sentimento de comunidade. É possível observar a subjetividade expressa como mulher negra e transexual, como identificação racial e de gênero, que também é naturalizada na dominação. No entanto, é importante destacar que essa subjetividade é percebida através de experiência interior e exterior, dessa maneira, não é unificada, nem fixa, mas em processo. Ao se denominar periférica e artista, nesse caso há elementos que remetem a sua classe social. Assim, a luta sobre

significado também são embates sobre os diversos modos de ser: diferentes identificações, que se vinculam à experiência, à subjetividade e às relações sociais, como mulher transexual, negra, artista visual e periférica.

De agora em diante, enfatiza-se as técnicas de coleta de pesquisa amparadas na observação direta, na qual a pesquisadora escolhe a colocação estratégica mais adequada para a obtenção dos dados (LOPES, 2001) e realiza-se a observação na vida real (PRODANOV; FREITAS, 2013), isto é, compilam-se os dados na medida em que acontecem naturalmente. A sistematização pode acontecer no e em decorrência do próprio procedimento. Para tal, utilizou-se a seguinte ferramenta para coleta de dados: o *Nimbus Screenshot & Screen Video Recorder*, que é um complemento para o navegador *Google Chrome*, cujo objetivo é capturar as publicações na página do *Facebook* nos períodos determinados.

A amostra deste estudo é composta por diferentes unidades de pesquisa, que são as publicações da página da *Think Olga* no *Facebook*, nas quais foi possível colher postagens que abarcam diversas perspectivas de mulheres, como: negras, indígenas, brancas, homossexuais, transexuais, periféricas etc. Os conteúdos foram coletados de 03 a 30 de abril de 2017, mês de aniversário da *Olga*³⁶. Foi escolhido esse período, já que março possui uma pauta representativa mundialmente devido ao mês da mulher, dessa maneira, existe uma maior preocupação com conteúdos que abarcam a causa feminista e o ser mulher. Evidencio ainda que através da observação direta nos anos anteriores e no ano posterior, a ONG não desenvolveu um conteúdo especificamente para o mês do seu aniversário. Dessa maneira, a coleta proporcionou um olhar mais condizente com o que é realizado diariamente no *Facebook* da *Olga*, já que não há o apelo de um mês comemorativo. Assim, procurei observar e descrever seus funcionamentos, suas estruturas, como são organizados e suas operacionalidades.

Como a interseccionalidade não defende uma primazia de uma opressão sobre as outras, já que todas estão articuladas na estrutura e na agenda social, elegeu-se por abarcar a pluralidade do “ser mulher”, juntamente com a articulação dos marcadores sociais: raça, classe e identificação de gênero. Ressalto que as categorias escolhidas são eixos estruturantes na matriz de desigualdade e diferenças no Brasil, que, por sua vez, se encontra na permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social.

³⁶ A comemoração foi realizada em julho de 2017, com uma arte realizada pela Anelena Toku.

Continuando com os processos metodológicos, a coleta foi realizada nos dias 10, 17, 24 de abril e 01 de maio de 2017. Realizou-se tanto análise descritiva quanto interpretativa dos dados de maneira conjunta e entrelaçada em uma única etapa da pesquisa. Os dados colhidos foram organizados, categorizados e tabulados (disposto em tabelas no *Excel*, proporcionando maior facilidade de verificação), com o intuito de encontrar concentrações, frequências e tendências (LOPES, 2001); efetuar relações e cruzamentos com os marcadores de interseccionalidades definidos, que são categorias analíticas que auxiliam na compreensão da estruturação social, para então encontrar campos de sentido. Destaca-se ainda que esses marcadores são imbricados e foram analisados como categorias articuladas, uma vez que a prática se estabelece na relação entre os elementos, dessa maneira, não há hierarquia entre eles.

Para a análise das publicações se empregou a Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin (1977, p. 38), que incide em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Para a autora, a finalidade da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (como, também, de recepção), que recorre a indicadores, que podem ser quantitativos ou não. A descrição (a indicação das particularidades do texto, resumida após o tratamento) é a primeira etapa necessária e a interpretação (o significado concedido a estas particularidades) é a última fase, a inferência, a qual a autora refere-se, é o procedimento intermediário, que “vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra” (BARDIN, 1977, p. 39).

Tabela 1 – Exemplo de organização dos dados coletados.

Temas	Nº de publicações	Subtemas	Data de publicação	Compartilhamentos	Reações	Comentários	IMG.	VÍD.	Expressões interseccionais
Artigo	3	Resenha do livro de Angela Davis	10/04/2017	14	156	3	7	0	Mulher cisgênero, negra e pedagoga.
		Dia do Índio	19/04/2017	23	98	3	3	0	Mulher cisgênero, indígena e estudante universitária (Ciências Sociais).
		O feminismo é questão de tempo	26/04/2017	154	442	20	3	0	Mulher cisgênero, branca e jornalista.

Fonte: A autora (2018).

Bardin (1977) estabelece sua proposta em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A primeira etapa corresponde à fase da organização, em que se prepara o material a ser estudado com a finalidade de torná-lo funcional, sistematizando as ideias iniciais. Nesse momento utilizaram-se ferramentas para ajudar na organização dos dados colhidos. O *Nimbus Screenshot & Screen Video Recorder* foi empregado para capturar as publicações separadamente com suas respectivas reações, compartilhamentos e comentários, totalizando 164 imagens.

Figura 2 – Exemplo de reações no *Facebook*.



Fonte: *Think Olga* (2017).

O botão das reações parece ser compreendido como um modo de participar da conversa sem necessitar formular uma resposta, deixando perceptível a participação com uma investida mínima, uma vez que o sujeito não fundamentalmente possui a obrigação de ler tudo. É uma forma de comunicar que a mensagem foi recebida. Sem mencionar que ao manifestar uma reação ao enunciado os indivíduos passam a ter seu nome ligado a ele e deixando público na sua rede social que a mensagem foi reagida. Assim, pode-se afirmar que as reações são uma maneira menos comprometida de fazer frente ao caso e também um modo de apoio e visibilidade, já que se apresenta para a rede que está ali (RECUERO, 2014).

Figura 3 – Exemplo de post com reações, compartilhamentos e comentários no *Facebook*.

Think Olga
5 de abril às 15:03 · 🌐

“Da cor do pecado”, ‘mulata’, ‘neguinha’. Nenhum desses termos me definem. Mas porque ainda preciso abaixar a cabeça quando ouço estas palavras na rua?”.

Na Semana Internacional Contra Assédio Sexual (Anti-#StreetHarassment Week), promovida pela ONG americana Stop Street Harassment, a jornalista da Think Olga Karoline Gomes abre o coração sobre o seu #PrimeiroAssedioRacista e alerta para a urgência de se falar sobre este problema cultural do ponto de vista de mulheres negras, passivas de agressões ainda mais perigosas nos espaços públicos.

Quando o assédio é somado ao racismo - Think Olga
Poucos momentos em minha vida gritaram tanto a minha identidade de mulher negra quanto o meu “primeiro assédio racista”. Eu já havia passado muitos constrangimentos na rua como uma adolescente, mas, se for possível classificar...

THINKOLGA.COM

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

👍 😍 🍷 180 Comentários mais relevantes ▾

23 compartilhamentos

Escreva um comentário...

Manoela Flôres Soares Luciana Mveh olha amiga!!
Curtir · Responder · 🌐 1 · 5 de abril às 15:10

Jéssica Curado Mária Alixandre
Curtir · Responder · 🌐 1 · 5 de abril às 21:23

Marina Souza Thauane F. de Oliveira!
Curtir · Responder · 🌐 1 · 6 de abril às 21:24

Daniela Razia Fátima Britto
Curtir · Responder · 🌐 1 · 5 de abril às 15:12

Raquel Coelho Dandara Barbosa
Curtir · Responder · 5 de abril às 15:27

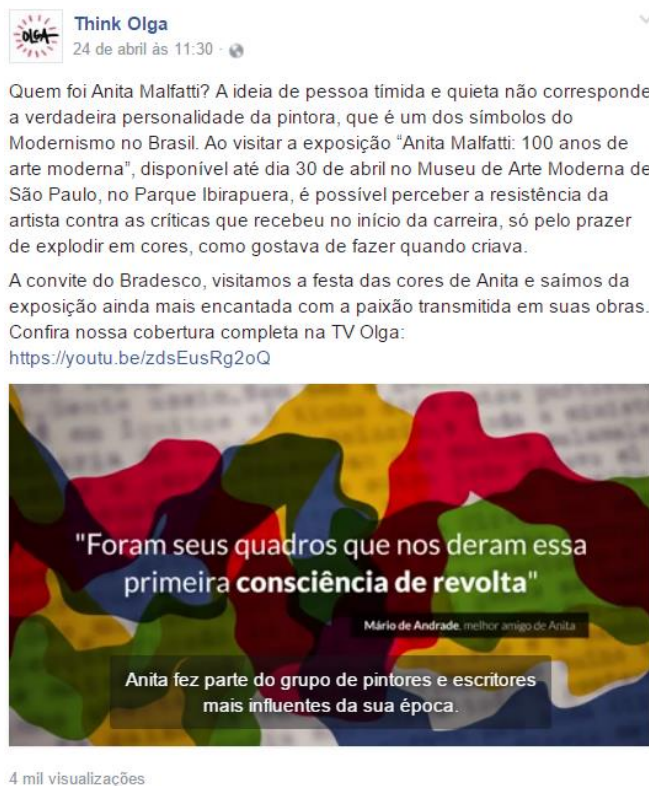
Fonte: *Think Olga* (2017).

O botão compartilhar tem empregos diferentes e valores relacionados. Sua função essencial aparenta ser a de proporcionar visibilidade para a conversação ou da mensagem, expandindo o alcance. Compartilhar uma informação também é participar

na propagação da conversação, tendo em vista que possibilita que os usuários elaborem alguma coisa que pode ser suscetível de discussão, visto que é de seu interesse e para sua rede social. O compartilhamento também é capaz de ratificar e intensificar a mensagem, já que contribui para o renome da publicação e respeita a informação que foi originalmente postada. De uma maneira generalizada, o compartilhamento aparenta ser positivo na perspectiva de aprovar uma determinada ideia, um manifesto ou uma mensagem – apesar de ter se observado em algumas ocasiões o compartilhamento para crítica (RECUERO, 2014).

Os comentários são processos mais claramente conversacionais. Trata-se de uma mensagem que é adicionada por meio do botão da publicação original e é perceptível tanto para o autor da postagem quanto para os outros comentaristas para reagirem e responderem. Assim, o comentário abrangeria uma participação mais ativa, exigindo um maior empenho e ocorrendo quando os usuários possuem algo a dizer sobre o tema (RECUERO, 2014).

Figura 4 – Exemplo de publicação que tem como elemento enunciador um vídeo³⁷ e que possui *links* de redirecionamentos.

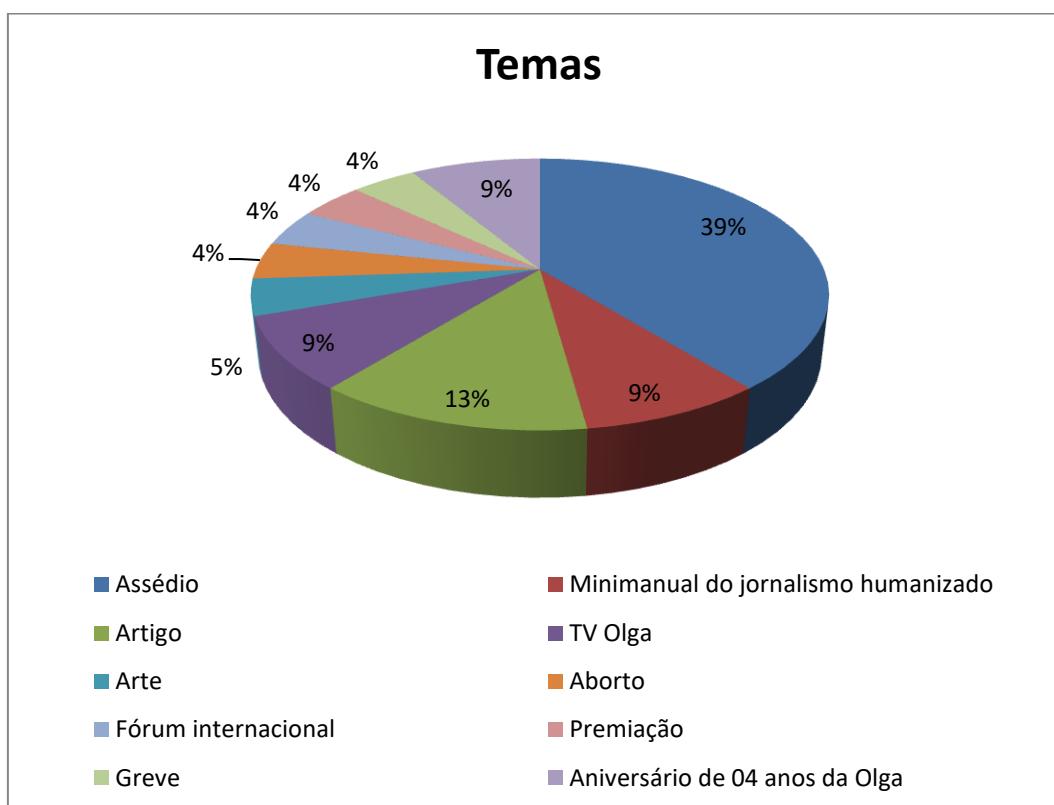


Fonte: *Think Olga* (2017).

³⁷ Elementos enunciadores dos conteúdos são aqui compreendidos como as imagens ou vídeos que estão presentes nas postagens sem ser através de *links* de redirecionamentos.

Também foram extraídas as páginas de coletivos feministas e outros materiais presentes em outras plataformas digitais da *Olga*, que estavam presentes nos *posts* através de *links* de redirecionamentos. Para baixar os vídeos presentes no *Facebook* foi utilizado um conversor *online* nomeado de *Download FB Vídeo*, já para os que se encontravam inseridos no *YouTube* foi usado o *Y2Mate*. No total foram coletados 21 vídeos, no entanto, apenas 10³⁸ foram analisados. O trailer do documentário “*Chega de Fiu Fiu – O filme*” se repete em 05 publicações diferentes, dessa forma foi realizada apenas uma análise. Além disso, não se considerou vídeos que não foram criados e/ou produzidos pela ONG, visto que fogem do objetivo da pesquisa. Também não se analisou os *teasers*³⁹ feitos pela *Olga*, já que não apresentavam informações relevantes para observar as interseccionalidades nos discursos.

Gráfico 1 – Temas



Fonte: A autora (2018).

³⁸ A análise dos 10 vídeos pode ser vista nos apêndices presentes nesta dissertação.

³⁹ *Teaser* é uma técnica usada como um dos recursos iniciais de uma campanha publicitária. Por meio de uma pequena peça, veiculada em qualquer mídia publicitária, procura-se levar o público-alvo a interrogar-se sobre a mensagem que pretende ser passada interessando-se pela continuação do tema.

Os dados coletados foram organizados em pastas com a data da publicação e em subpastas com a temática abordada em cada dia (ver na Tabela 1). Além disso, foram realizadas tabelas no *Excel* para facilitar a análise. A primeira tabela, nomeada de geral, foi a mais resumida, composta de: data da publicação, para identificar qual a frequência da postagem; horário que o conteúdo foi postado, também com o intuito de observar a periodicidade das publicações; tema, com o objetivo de enxergar os assuntos abordados; número de compartilhamentos, total de reações e comentários, para verificar a reverberação do conteúdo pelas seguidoras e pelos seguidores da *Olga*. Em seguida, foram feitas quatro tabelas, cada uma referente a uma semana de publicação – 03 a 07, 10 a 14, 17 a 21 e 24 a 30 de abril –, que, além das categorias citadas, possuem o conteúdo *ipsis litteris* e os *links* de redirecionamentos para garantir a análise do conteúdo original, caso as publicações fossem editadas; as reações subdivididas em: curtir, amei, haha, uau, triste, grr, que são definidas desse modo pelo próprio *Facebook*.

Figura 5 – Reações presentes no *Facebook*.



Fonte: A autora (2018).

A exploração do material compõe a segunda etapa, que incide na exploração do material com o estabelecimento de categorias (temas, número de publicação, subtemas, data de publicação, compartilhamentos, reações, comentários, imagens, vídeos e expressões interseccionais, que podem ser observadas na Tabela 1) e reconhecimento das unidades registradas (diz respeito à parte de conteúdo a analisar como unidade eixo, tendo em vista a categorização e o cálculo frequencial) e das unidades de contexto nos documentos (unidade de entendimento para codificar a unidade de registro que condiz com a fatia da mensagem, com a intenção de perceber a significação correta da unidade de registro). A exploração do material representa um passo significativo, já que permite ou não o valor das interpretações e inferências. Essa é a etapa da descrição analítica, que compreende o *corpus* da pesquisa sujeita a um estudo profundo, guiado pelas hipóteses e referenciais teóricos (BARDIN, 1977). Nessa etapa foram analisadas cada postagem, com seus determinados vídeos e imagens para identificar as expressões interseccionais presentes nas publicações. Através dos dados coletados foi possível ratificar a presença

do feminismo interseccional (ver Apêndice A) nos conteúdos publicados ao trazer experiências vividas por mulheres distintas. Assim, ao trazer para cena social e política as contradições resultantes das variáveis selecionadas, torna-se mais representativo o conjunto de mulheres brasileiras.

Para analisar a presença das categorias articuladas em alguns *posts* foi necessário considerar imagens, vídeos e *links* de redirecionamento presentes nas publicações coletadas, já que apresentavam uma relevância considerável e um caráter de complementariedade do que estava sendo exposto. Por exemplo: a temática do assédio sexual permeia toda a criação da *Olga* e do “*Chega de Fiu Fiu – O Filme*”, dessa maneira, foi identificado que a maioria das publicações sobre o assédio se encontra articulada com a campanha em questão, na qual em sua maioria se encontra presente o trailer do documentário, tanto através de *links* de redirecionamentos quanto por meio do elemento enunciador da publicação. Assim, o trailer também fez parte da análise. Nessa mesma premissa, foram assistidos e analisados todos os episódios da série *Yes, We Cat*, produzida pela ONG. Também foram consideradas todas as descrições disponíveis no *YouTube* abaixo de cada episódio e os *links* de redirecionamento para os canais, *sites* e *blogs* das entrevistadas, visto que foi realizada uma publicação apenas convidando para rever o programa, sendo necessário um olhar mais aprofundado para descrever, interpretar e analisar as expressões interseccionais. Para analisar a quarta parte do *Minimanual de Jornalismo Humanizado*, que trata sobre gordofobia, objetificação, abordagens limitantes e outros problemas encontrados no dia a dia das publicações brasileiras, como a visão masculinizada da mulher de negócios, foi necessário considerar o *minimanual* na íntegra. Evidencio ainda que, para investigar a temática nomeada de artigo, observou-se a realidade das mulheres que o escreveram, já que a *Olga* sempre contextualiza no final sobre as autoras que o elaboraram.

Também foram considerados na análise todos os vídeos e imagens que eram elementos enunciadores dos conteúdos, com a finalidade de entender as temáticas e os marcadores de interseccionalidades. Além disso, nas postagens na *fanpage* que havia trechos de ensaios e reportagens, nos quais era possível encontrar completos no *site* da *Olga*, foram considerados os textos na sua totalidade.

A terceira fase refere-se ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esse momento é designado ao tratamento dos resultados; acontece nele a solidificação e a evidência das informações para análise, terminando nas interpretações inferenciais; é o período da intuição, da análise reflexiva e crítica (BARDIN, 1977). Nesse período

foram feitas as representações gráficas e uma última tabela no *Excel* (ver Apêndice A), que condensa todas as informações pertinentes, composta de:

- Temas: são as essências do que vai ser desenvolvido por sua vez, engloba vários subtemas que emergem do mesmo núcleo (tema). O tema precisa conseguir resumir o principal assunto discutido nos subtemas.
- Número de publicações: consiste na frequência em que um determinado tema é abordado.
- Subtemas: são as delimitações de um assunto geral (tema), em que é possível se retirar vários subtemas. Por exemplo: O tema assédio engloba vários subtemas como assédio moral, assédio em espaços públicos etc.
- Data de publicação: por meio dessa categoria foi possível observar a incidência das publicações.
- Compartilhamentos: para observar as interações das seguidoras e dos seguidores com a ONG.
- Reações: também utilizado para verificar as interações das seguidoras e seguidores.
- Imagens: quantidade de imagens coletadas para análise.
- Vídeos: número de vídeos colhidos para análise.
- Expressões interseccionais: articulações entre marcadores sociais visíveis através dos conteúdos, imagens e vídeos coletados. O objetivo dessa categoria não é quantificar, é apenas para fim didático.

Também foi realizada uma tabela de hierarquização dos dados tomando como base as postagens com maior número de reações (ver Tabela 2). Foi escolhido esse tipo de interação, já que se mostra ser a mais utilizada pelas seguidoras e seguidores da página durante o período observado. A publicação com maior número de reações foi referente a Greve Geral realizada em 28 de abril de 2017. A cessação voluntária e coletiva do trabalho foi uma tentativa de reação contra as reformas trabalhistas e da Previdência propostas no Governo de Michel Temer. A quantidade de interações mostra a consonância das resistências femininas, uma vez que tais medidas aprofundam, ainda mais, as desigualdades e diferenças sofridas pelas mulheres no Brasil.

Tabela 2 – Hierarquização dos dados do maior ao menor número de reações.

Temas	Subtemas	Data de publicação	Compartilhamentos	Reações	Comentários
Greve	Greve geral	28/04/2017	436	1.200	7
Assédio	<i>BBB: Emilly Araújo e Marcos Harter</i>	12/04/2017	284	824	23
Assédio	Mexeu com uma, mexeu com todas <i>#chegadeassédio</i>	05/04/2017	105	740	20
Artigo	O feminismo é questão de tempo	26/04/2017	154	442	20
Aborto	9 verdades e 1 mentira	25/04/2017	135	416	52
Assédio	<i>Chega de Fiu Fiu - O Filme e Meet Us On The Street: Anti-Street Harassment Week</i>	03/04/2017	53	342	5
<i>Minimanual do jornalismo humanizado</i>	Dia do jornalista	07/04/2017	127	266	28
Arte	Anita Malfatti e sua festa da cor	24/04/2017	27	256	40
<i>TV Olga</i>	<i>Yes, we cat</i>	14/04/2017	14	241	17
Assédio	Dona Rosa	06/04/2017	23	230	8
Assédio	Quando o assédio é somado ao racismo	05/04/2017	23	180	5
<i>Minimanual do jornalismo humanizado</i>	Dia do jornalista	07/04/2017	16	172	1

Premiação	<i>Troféu Mulher Imprensa</i>	27/04/2017	3	168	7
Artigo	Resenha do livro de Angela Davis	10/04/2017	14	156	3
Aniversário de 04 anos da <i>Olga</i>	FAQ <i>Think Olga</i>	30/04/2017	3	128	5
Assédio	<i>Chega de Fiu Fiu - O filme</i> e MC Bárbara Sweet	18/04/2017	5	98	15
Artigo	Dia do índio	19/04/2017	23	98	3
Fórum internacional	<i>W20 Summit</i>	26/04/2017	0	91	4
Aniversário de 04 anos da <i>Olga</i>	FAQ <i>Think Olga</i>	30/04/2017	2	74	4
Assédio	<i>Chega de Fiu Fiu - O Filme</i> e <i>Meet Us On The Street: Anti-Street Harassment Week - Live</i>	04/04/2017	4	70	4
Assédio	<i>A Olga Esporte Clube</i> e o assédio na prática esportiva	06/04/2017	0	69	4
Assédio	“ <i>Chega de Fiu Fiu - O Filme</i> ”	03/04/2017	2	67	2
Assédio	Chamada para live. “ <i>Chega de Fiu Fiu - O filme</i> ” e MC Bárbara Sweet	17/04/2017	0	44	1
<i>TV Olga</i>	Pergunte a ela: Como resistir no cenário de música independente?	13/04/2017	4	42	2

Fonte: A autora (2108).

Saliento que se utilizaram duas perspectivas diferentes para trazer um olhar mais complexo sobre as publicações. O objetivo da análise de conteúdo e das categorias listadas é analisar as incidências de determinados temas e subtemas, frequências de publicações, quantificar as interações dos sujeitos que seguem a ONG etc. Já o intuito da interseccionalidade é capturar indícios e olhares sobre os *posts* através de um modelo crítico que abarca desigualdades, diferenças, ligações e intersecções, permitindo uma compreensão mais profunda e abrangente sobre as relações de poder do que a tentativa de formular a relação em apenas uma dimensão, mostrando que existem experiências de classes atravessadas por relatos e opressões e que são cruzadas com identificações de gênero e raça.

Considerando o caminho percorrido, destaca-se que o método de procedimento usado é o monográfico, que consiste no estudo de um caso em profundidade. De acordo com Yin (2001), a utilização desse método é apropriada quando se pretende investigar o como e por quê. O autor assegura que o estudo de caso é “uma pesquisa empírica que permite o estudo de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto de vida real, principalmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32). Nessa concepção, a demanda crucial desta dissertação é investigar um fato inserido em um contexto político e social, em que é possível analisar, apresentar e interpretar.

Figura 6 – Exemplo de imagem como elemento enunciador do conteúdo da história de Dona Rosa.



Fonte: *Think Olga* (2017).

O estudo possui uma abordagem interseccional construcionista com viés qualitativo, já que foi decidido não trabalhar com todo conteúdo publicado na *fanpage* da ONG. Identificou-se que quando a postagem apresentava uma experiência de ser mulher, atrelada a sua raça que abrange além da cor da pele, cruzada com sua realidade social, pode-se afirmar a presença das categorias articuladas, conforme apontado pela abordagem interseccional. Foram coletadas 23 publicações postadas no mês de abril, nas quais apenas 03 não apresentam expressões interseccionais. Por exemplo: uma das publicações analisadas traz a história de Dona Rosa, que foi vítima de seis facadas quando estava a caminho da delegacia para denunciar o seu ex-marido. Junto com o discurso que carrega a história experienciada, há a imagem da sua filha, Raquel, uma mulher cisgênero e negra subindo a escadaria da sua comunidade (essa imagem foi capturada do trailer “*Chega de Fiu Fiu – O filme*”, que traz suas falas e experiências), deixando perceptível as expressões interseccionais: mulher cisgênero, negra e periférica. O foco da perspectiva qualitativa se encontra nos processos, na interpretação de fenômenos e na atribuição de significados, considerando que existe entre o mundo real e os sujeitos uma relação dinâmica, que não pode ser explicada apenas em números (PRODANOV; FREITAS, 2013).

É importante evidenciar, ainda, algumas observações sobre os dados utilizados na pesquisa. Os resultados expostos procedem de dados coletados de ocasiões no tempo histórico, o que, adicionado ao seu caráter, de ser e estar na forma digital em e na rede, são aptos de alterações repentinas. Isso implica que se analisados outra vez podem proporcionar novos formatos, provocando outras significações. O mesmo acontece com as identificações de gênero observadas, que, segundo Brah (2006), são entendidas como processo, constantemente refeitas, permeadas por uma subjetividade composta de experiência interior e exterior, que não é fixa nem unificada e articulada historicamente pelas diferenças sociais. Desse modo, o olhar da pesquisadora na estruturação da análise perpassa a construção da sua identificação, que é permeada de subjetividade e articulada às experiências culturais e sociais vividas como mulher cisgênero, parda, nordestina, heterossexual e publicitária. Por isso, acredita-se que os resultados aqui expressos são relacionados ao fato pesquisado, ainda que não se recuse a subjetividade e o modo temporário que possam obter em outra circunstância. Ressalto ainda que a *Think Olga* não se disponibilizou para entrevistas e outros esclarecimentos relevantes. Portanto, os dados apresentados, tabulados e analisados resultam da observação direta.

A pesquisa realizada encontrou algumas limitações que devem ser enfatizadas. Atualmente, em meio aos processos da globalização e às mudanças sociais decorrentes da sociedade em rede, percebe-se que um dos gargalos mais preocupantes advindos das novas tecnologias é o discurso de ódio. Recuero (2011) analisa que é cada vez mais comum a propagação de discursos de ódio nas redes sociais, tão utilizadas como meio de expressão individual. No entanto, é imprescindível um questionamento sobre os limites dessas práticas, que podem ferir quem é alvo desses discursos.

Entende-se por discurso de ódio

[...] qualquer ato de comunicação que inferiorize uma pessoa tendo por base características como raça, gênero, etnia, nacionalidade, religião, orientação sexual ou outro aspecto passível de discriminação. No direito é qualquer discurso, gesto ou conduta, escrita ou representação que é proibida, porque possa incitar violência ou ação discriminatória, ou porque ela ofende ou intimida um grupo de cidadãos (DA COSTA, 2014, p. 1).

Com a *Olga* não foi diferente. Juliana de Faria, idealizadora da ONG, afirma ter recebido inúmeros e-mails de ameaças após a divulgação dos resultados da pesquisa que

culminou na campanha “*Chega de Fiu Fiu*”, em 2013⁴⁰. Em consequência a essas atitudes, a *Think Olga* retirou o campo de comentários do *site* e restringiu a interação apenas para a *fanpage* do *Facebook*. Salienta-se que atualmente não é possível observar a propagação de discursos de ódio na página, porém (através de observação direta), constata-se uma moderação dos comentários postados por parte da *Think Olga*.

Outro obstáculo deparado foram os comentários das seguidoras da *Olga*. No período de análise, não foi observada uma grande interação com os conteúdos postados, apesar de que em outros momentos e em campanhas como “*Chega de Fiu Fiu*” e *#PrimeiroAssédio* ter sido possível observar a construção de narratividades. Em sua maioria, os comentários consistem em marcações para que outras pessoas possam ver as publicações realizadas. Dessa maneira, para tentar observar também a reverberação do conteúdo, tentou-se analisar os compartilhamentos realizados pelas seguidoras, no entanto, em sua maioria os perfis eram privados, dificultando a compreensão se o conceito de identificação de gênero do sujeito feminismo apropriado pelas ativistas é mediado pelos conteúdos do *Facebook* da *Think Olga* e/ou são permeadas por outras perspectivas além das defendidas pela ONG.

Assim, algumas discussões que aconteceram ao longo dos assuntos abordados aqui podem demandar outras leituras relevantes, com o objetivo de proporcionar e mostrar outros panoramas sobre o que está sendo investigado. Recomenda-se que pesquisas vindouras possam investigar outras ações feministas centradas na interseccionalidade para observar como esses fenômenos acontecem no Brasil e em outros países de “terceiro mundo”.

⁴⁰ PERRIN, Fernanda; TERENZI, Gabriela. Blogueiras sofrem ameaças de estupro e xingamentos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/tec/209421-blogueiras-sofrem-ameacas-de-estupro-e-xingamentos.shtml>>. Acesso em: 18 jun.2017.

2 FEMINISMO E MÍDIA: UM ENTRELAÇAMENTO POSSÍVEL

A mídia é, hoje em dia, um item fundamental em nossas vidas. Para começar a discussão sobre o feminismo na era digital, é indispensável, antes de tudo, que se volte o olhar para as relações com meios de comunicação de uma maneira generalizada. De acordo com Pinto (2003), desde cedo o movimento feminista reconheceu a importância paradoxal ocupada pelos meios de comunicação na sociedade, tanto para ganhar visibilidade e projeção quanto para manter as representações e estereótipos de gênero. Foi a partir das apreensões provenientes do feminismo, tais como o sexismo e as relações de poder entre homens e mulheres, que as reflexões que possuíam como centro a questão do gênero na comunicação conseguiram notoriedade (DOW; CONDIT, 2005).

A partir da segunda metade do século XX, o feminismo passa a estabelecer uma relação de mão dupla com as mídias: de um lado através da crítica prática e acadêmica e, por outro, pelo uso alternativo da mídia no embate e enfrentamento dos discursos dominantes. Inicialmente será delineada uma possível trajetória dos estudos feministas, focando no contexto anglo-americano, especialmente dos Estudos Culturais, já que nessa corrente teórica se encontram os primeiros estudos relacionando mídia e feminismo. Para traçar esse caminho, fundamentou-se em uma pesquisa bibliográfica não extensiva, levantada através de uma pesquisa documental em publicações sobre o assunto, privilegiando investigações que conversam com a proposta desta dissertação.

Em seguida, propõe-se realizar uma breve contextualização do movimento feminista no Brasil, visto que ele apresenta características diferentes do contexto mundial e sua relação com a mídia. Embasou-se na perspectiva de Céli Regina Jardim Pinto, em seu livro *Uma história do feminismo no Brasil* (2003), no qual resgata cuidadosamente a atuação de algumas das principais militantes e organizações que construíram a história do feminismo em nosso país, situando sua atuação no processo de transformação vivido pela sociedade brasileira a partir do final do século XIX.

Por fim, será abordada a utilização da internet e das mídias digitais como meio mobilizador da luta das mulheres, através do ativismo midiático, já que é o ambiente que a ONG *Think Olga* se encontra. Segundo Castilho e Romancini (2017), as mídias sociais têm sido um espaço que confluem muitas outras mobilizações, inclusive uma série de coletivos feministas e campanhas relacionadas com a causa. Dessa maneira, os espaços comunicacionais conferem um enlace estratégico de primeira ordem. A internet

vem ampliar a relação do movimento com suas políticas de comunicação e gênero, possibilitando às ações feministas o alastramento de informações, demandas, organização e a criação de conteúdos, geralmente ignorados pelos meios de comunicação tradicionais.

2.1 UM POUCO SOBRE A LINHA INGLESA DOS ESTUDOS CULTURAIS

Compreendida como um campo diverso e interdisciplinar, a área dos Estudos Culturais surge em concomitância com concepções políticas e sociais particulares configuradas, sobretudo, pela análise conjuntural do seu tempo (TOMAZETTI; MARCONE, 2017). Com origem na Inglaterra pós-guerra do final dos anos de 1950, mas com direcionamentos característicos em vários continentes, esse campo de estudos rompe-se alerta às formações ideológicas e às configurações hegemônicas da sociedade pós-industrial com finalidades políticas (TOMAZETTI; MARCONE, 2017).

É concordância acadêmica conceder a fundação desse movimento de teorias a três textos que incentivam o atributo epistemológico e principal do conceito de cultura nas análises seguintes, são eles: *The uses of Literacy* (1957) de Richard Hoggart, *Culture and Society* (1958) de Raymond Williams e *The making of the english working-class* (1963), de Edward P. Thompson. Com a expectativa da formação de um projeto político e inspirados pela modificação dos valores tradicionais da classe operária, os pesquisadores fundadores dos Estudos Culturais procuraram analisar e entender as relações entre a cultura e a sociedade de classes inglesa, em intensa mudança pelo choque e dinamismo dos meios de comunicação de massa em seu cotidiano (ESCOSTEGUY, 2001; HALL, 2003a; TOMAZETTI; MARCONE, 2017).

É importante frisar que cada um dos textos possui um olhar particular e diversas vezes não consensual. É possível ressaltar que já há entre eles uma problemática de fundo que irá estabelecer os Estudos Culturais como conhecemos (TOMAZETTI; MARCONE, 2017). O centro das análises das discussões incide sobre o conceito de cultura diante “das grandes mudanças históricas que as modificações na indústria, na democracia e nas classes sociais representam de maneira própria” (HALL, 2003a, p. 133).

Com uma proposta politicamente engajada e que rejeita a estruturação academicista da época, os Estudos Culturais passam a se formar institucionalmente quando ligados à Universidade de Birmingham através do *Center for Contemporary*

Cultural Studies (CCCS), na Inglaterra (TOMAZETTI; MARCONE, 2017). A partir desse período, é possível destacar o desenvolvimento de um núcleo de pesquisas que tem como primeiro diretor Richard Hoggart⁴¹. Nesse primeiro momento, a análise cultural da sociedade é o foco fundamental das pesquisas e junto dela nasce a definição de que novos elementos, como os textos, a literatura, as artes e a linguagem, dão um papel indispensável à cultura para a compreensão e interpretação das instituições e das relações sociais (HALL, 1997).

É importante considerar que esses estudos proporcionaram transformações significativas na teoria cultural. A noção de cultura está ligada ao comportamento humano. Assim, toda prática cultural, tanto popular quanto erudita, produz significados para as pessoas. Não existe uma cultura melhor ou pior que outra, já que ela é relativa. Sua lógica está vinculada a uma comunidade específica em um determinado tempo e espaço. A cultura está inserida em práticas diárias, já que os sujeitos são mediados por significados em contextos distintos. Isso também acontece no decorrer do processo de recepção das mensagens comunicadas, visto que há uma série de variáveis que influenciam a interpretação dos conteúdos recebidos (ROSSI *et al.*, 2013).

Conforme afirma Escosteguy (2001), a reordenação do conceito cultura ocorre, principalmente, através dos textos *Culture and Society* (1958) e *The Long Revolution* (1962), ambos de Raymond Williams, em que o autor mostra a cultura como procedimento essencial para a compreensão das estruturas sociais e das experiências dos indivíduos. Determina-se aí uma importante contribuição, que surge através da crítica literária e se amplia aos outros produtos da cultura de massa: “a definição de que a cultura não pode ser mensura intelectualmente entre alta e baixa, entre o erudito e o popular ou massivo” (TOMAZETTI; MARCONE, 2017, p. 569).

A ampliação do conceito de cultura possibilitou uma ruptura de pensamento naquele momento, na qual práticas culturais deveriam ser analisadas de acordo com o contexto social, histórico e relações de poder que estavam inseridas. O cultural passou de dogma preciso para tornar-se prática comum dos processos sociais. Assim, com diversos objetos de análise (literatura, cinema, televisão, arte etc.) e misturando qualitativamente várias disciplinas sociais (sociologia, história, antropologia, filosofia, linguística etc.), os Estudos Culturais começaram uma intensa produção intelectual afinada aos debates de um projeto político (TOMAZETTI; MARCONE, 2017).

⁴¹ Até 1969, quando é substituído por Stuart Hall (ESCOSTEGUY, 2001).

De acordo com Escosteguy (2001), com um duplo compromisso, teórico e político, os Estudos Culturais se disponibilizam para debater diferentes questões através do tempo. Ainda em estudos iniciais, é relevante enfatizar a releitura de obras marxistas, sobretudo o tensionamento de autores como Gramsci e Althusser, ligados pela inclusão dos conceitos de hegemonia e ideologia, respectivamente. As leituras desses autores colaboraram principalmente para o desenvolvimento da concepção não reducionista das estruturas de classe social. Estabelecidas exclusivamente pela ordem econômica, essas definições estariam complexamente vinculadas, agora, aos entremeios culturais e sua autonomia relativa na produção das esferas sociais (TOMAZETTI; MARCONE, 2017).

Porém, embora tenha sido iniciado em 1964, é somente no começo da década de 1970 que o CCSS passa a tornar visível os Estudos Culturais no mapa intelectual europeu, difundindo suas produções por meio da publicação periódica *Working papers* (SCHULMAN, 1999). Nesse mesmo período, as pesquisas despertam para pensar “os meios de comunicação de massa para além das esferas de resistências das classes populares, centrando suas análises nas estruturas ideológicas” (TOMAZETTI; MARCONE, 2017, p. 569).

[...] a temática da recepção e a densidade dos consumos mediáticos começam a chamar a atenção dos pesquisadores. Este tipo de reflexão acentua-se a partir da divulgação do texto “*Encoding and decoding in the television discourse*”, de Stuart Hall publicado pela primeira vez em 1973. Desencadeando um processo de deslocamento do olhar, dentro do espectro dos Estudos Culturais, começam a aparecer outras produções: David Morley publica “*Texts, readers, subjects*” (1977-1978) e, logo em seguida, algumas pesquisas empíricas começam a tomar corpo (ESCOSTEGUY, 2001, p. 36, grifos do autor).

Nas décadas seguintes de 1980 e 1990, os Estudos Culturais, já espalhados pelo mundo, vão focar na discussão sobre a globalização do consumo e das culturas e na desestabilização das identidades nacionais, sociais e culturais (TOMAZETTI; MARCONE, 2017). Abre-se espaço, nesse momento, “para as metodologias empíricas de cunho aberto, como as etnografias, e para as análises dos processos circulares de consumo e apropriação dos produtos culturais e de massa” (TOMAZETTI; MARCONE, 2017, p. 570).

De maneira sucinta, é possível perceber que no desenvolvimento do CCCS, entre o período de 1970 a 1990, os temas de pesquisas, suas reflexões teóricas e seus aspectos metodológicos vão se reorganizando em conformidade com as transformações,

movimentos sentidos e vivenciados por seus pesquisadores. É importante frisar que há também nesse mesmo sentido outras linhas dos Estudos Culturais sendo desenvolvidas, predominantemente, nos EUA, na Austrália e na América Latina (TOMAZETTI; MARCONE, 2017).

Entretanto, o que aporta essa reflexão surge ainda em meados da década de 1970, “quando os Estudos Culturais vão ao encontro das teorias feministas em urgência no período” (TOMAZETTI; MARCONE, 2017, p. 570). Desse momento em diante, o conceito gênero e as críticas ao patriarcado entram no centro das reflexões, procurando um lugar nas análises culturais e unindo-se, não antes sem enfrentamentos, para a criação de novas variáveis nas pesquisas, especialmente aquelas que circulavam em torno das audiências e da recepção dos meios (ESCOSTEGUY, 2001).

2.1.1 A crítica feminista

A relação entre os Estudos Culturais e o feminismo foi, desde os anos 1960, vista como uma “intrincada relação” (THORNHAM, 2000). É importante ressaltar a heterogeneidade da teoria feminista para sua fragmentação política, em que sexualidade, raça, classe, entre outras questões, são imprescindíveis e se relacionam. Ann Gray tenta identificar uma unidade entre os feminismos:

A pesquisa feminista não é só aquela feita por mulheres, com mulheres, para mulheres, mas uma metodologia, um modo de pesquisa desenvolvido através de uma política e uma prática onde o político, o teórico e o epistemológico têm sido pensados juntos para entender, analisar, explicar e criticar a posição da mulher na sociedade (GRAY, 1997, p. 98, tradução nossa).

Mattelart (2005) afirma que os trabalhos feministas tiveram um impacto inovador sobre as novas problemáticas desenvolvidas em torno da questão do poder dos meios, da questão da relação texto-sujeito e do estatuto do sujeito receptor na produção do sentido. A autora ainda enfatiza a complexidade do tema “mulheres/meios” e da importância da corrente britânica dos Estudos Culturais para o impulsionamento da temática em questão.

Stuart Hall (2003a, p. 209) esclarece que o feminismo não teve uma data certa de entrada, “chegou como um ladrão à noite, invadiu; interrompeu”. Em entrevista concedida a Kuan Hsing Chen, Hall (2003b) declara que convidou, junto com Michael Green, feministas para participarem do CCCS, uma vez que os Estudos Culturais

estavam sensíveis à problemática de gênero. Os estudiosos dessa vertente estavam sensibilizados com a questão, mas não em relação à política feminista (ESCOSTEGUY, 2016). O feminismo explodiu no Centro sozinho. “Mas não era a primeira vez que os Estudos Culturais pensavam sobre o assunto ou tinham consciência da política feminista” (HALL, 2003b, p. 428).

Stuart Hall, como Diretor do CCCS, cooperou para acalorar as reivindicações do Grupo de Estudos de Mulheres, uma vez que não foi possível suprimir inteiramente a hierarquia presente no Centro (ESCOSTEGUY, 2016). O feminismo para Hall (2003a) é uma das rupturas teóricas mais determinantes que modificou a prática acumulada dos Estudos Culturais no início dos anos 1970, reestruturando a sua pauta em termos bem decisivos. Dentre eles, pode-se salientar a influência de algumas questões: a ampliação da noção de poder, a inclusão de temas em torno do subjetivo e do sujeito, a centralidade das questões de gênero e sexualidade para a compreensão da categoria do poder, o entendimento do âmbito pessoal como político e suas implicações na construção do objeto e a reabertura entre a teoria social e a psicanálise.

Depois da mudança de perspectiva de Hall em relação ao feminismo na constituição dos Estudos Culturais e, sobretudo, na sua nova configuração, será realizado o mapeamento das transformações que marcaram o desenvolvimento de uma crítica feminista de mídia no contexto inglês.

“A crítica feminista se vincula aos Estudos Culturais dos anos 1973/1974 e com passagem para segunda fase, nos anos 1980, no contexto inglês” (ESCOSTEGUY, 2016, p. 65). Na primeira metade da década de 1970, o CCCS voltou suas atenções para a emergência das subculturas. Já na segunda metade, os estudos do Centro convergiram para os meios de comunicação de massa que, além de entreter, eram também aparelhos ideológicos do Estado (ESCOSTEGUY, 2001).

O feminismo surge apontando para as diferenças de gênero aliadas à ideia de resistência. De acordo com Escosteguy (1998, 2010), os trabalhos de perspectiva feminista surgem de forma espaçada, o primeiro artigo a ter uma relação com a pauta é *Images of Women in the Media* (1974), que aborda a subordinação das mulheres ao sistema capitalista. Somente em 1978 é publicado *Women Take Issue*, que foi uma produção pioneira do Grupo de Estudo de Mulheres, fundado em 1974. Nesse período, foram poucos trabalhos feministas que alcançaram reconhecimento (MESSA, 2008).

De forma generalizada, os estudos dessa época expressavam que todas as mulheres sofrem com o patriarcado e, portanto, vivem experiências em comum. Isto é,

há uma equivalência entre feminismo e mulheres. As análises focavam praticamente no modo pelo qual os discursos dominantes da mídia reforçavam papéis tradicionais de gênero e uma visão machista da sociedade (ESCOSTEGUY, 2016).

O empenho inicial de Angela McRobbie e Jenny Garber (2014) em ressaltar maneiras distintas de resistência da subcultura juvenil feminina, que se articulavam em torno da classe, geração e gênero, constitui-se numa forma preliminar de tensionamento da postura homogeneizante.

A constituição de um núcleo sensível à problemática das mulheres propiciou a criação de dois campos nos Estudos Culturais: um ligado apenas a questões sobre cultura em geral e outro especificamente relacionado à problemática feminista, que fez surgir uma divisão dentro do próprio grupo. É importante destacar que, mesmo em outros termos, “persiste a existência de uma cisão nos dias de hoje no que diz respeito à viabilidade de uma prática em estudos culturais que articule questões de gênero” (ESCOSTEGUY, 2016, p. 66).

Apesar dessa dualidade de perspectivas, algumas semelhanças entre o feminismo e os Estudos Culturais os aproximam. Ambos nasceram fora da academia, inseridos em contextos sociais, educacionais e políticos, não sendo institucionalizados e tendo bastante resistência para serem aceitos no meio acadêmico. Além disso, os dois dedicavam-se a grupos oprimidos e marginalizados e foram alvos de críticas ao declarar não existir conceitos e teorias que dessem conta de seus objetivos (GRAY, 1997).

Segundo Gray (1997), os estudos feministas de mídia não eram uma prática corriqueira na década de 1970 e quando surgiam tendiam a apresentar uma abordagem marginal ou corriqueira a respeito desta. A autora ainda ressalta que os livros, as revistas e a televisão não eram considerados objetos dignos de estudos científicos, da mesma maneira que não tinham ainda metodologias apropriadas para a sua análise. É a partir da metade da década 1970 que os estudos de mídia e cultura popular ganham forma e reconhecimento (BRUNSDON, 2000).

A década de 1980 é o momento que os Estudos Culturais expandem-se. “Descolaram-se para diversos países para dar aulas, internacionalizando a problemática e alastrando o seu alcance” (MESSA, 2008, p. 44).

A problematização do espaço político, realizada pelo feminismo nos anos 1970 através do lema da ativista Carol Hanisch (1969, p. 1), “o pessoal é político”, repercute com vigor mesmo nos anos 1980, na crítica feminista da mídia. Ocorre um redirecionamento da pesquisa para as experiências das mulheres perante os textos

mediáticos, ou seja, para o entendimento de que o sentido não é um atributo do próprio texto, mas é estabelecido através da interação entre sujeitos, textos e contextos (ESCOSTEGUY, 2016).

O livro *Feminism for girls* (1981), organizado por McRobbie e McCabe, ao usar a palavra “meninas” estabelece a existência de diferenças dentro de uma formulação globalizante como a de mulher (ESCOSTEGUY, 2016). “Este livro marca, também, o fim da primeira fase com uma percepção muito forte dos problemas com a categoria ‘mulher’, bem como com a diferença entre as mulheres” (BRUNSDON, 1996, p. 276 *apud* ESCOSTEGUY, 2016, p. 67).

Nesse momento houve reorientações nas análises, nos temas e de ordem teórica. Na direção oposta da universalização das mulheres, que extinguiriam questões como: raça, etnia, classe, orientação sexual, entre outras, vai se sobressaindo a construção da identidade de gênero e o seu caráter histórico.

Os temas que passam a ser estudados nos Estudos Culturais, e que se articulam com a crítica feminista de mídia, são:

[...] o interesse pela ficção romântica, pelo melodrama e pelas *soap operas*, considerados dentro do escopo de gêneros femininos, estruturas narrativas que atendem prioritariamente a um público-alvo feminino; e o foco no prazer decorrente do consumo desses mesmos produtos, compreendendo-os tanto como fonte de ideologia como de resistência (ESCOSTEGUY, 2016, p. 67).

Uma das maiores mudanças no contexto inglês foi a conexão da crítica feminista com as questões em torno dos sujeitos e das identidades, principalmente as de gênero. Juntamente com a narrativa “autobiográfica” de Hall (2003b) sobre determinados períodos e legados teóricos nos Estudos Culturais.

A partir da segunda metade dos anos 1980 da crítica feminista, especialmente anglo-americana, é possível observar as preocupações teóricas de Hall e o feminismo ao reivindicar que o gênero institui o sujeito e focalizar na diferença em nome de uma maior inclusão, aplicando tanto às diferenças entre as mulheres como às diferenças entre homens e mulheres. Há um reconhecimento crescente das várias diferenças que caracterizam os problemas e dificuldades de distintos grupos de mulheres.

Assim, a teoria feminista ultrapassa a perspectiva anterior de identificar a construção de papéis de gênero na sociedade, típica da sua primeira fase. Ao mesmo tempo em que se concretiza esse deslocamento, os estudos de Hall e a crítica feminista convergem na desconstrução da ideia de uma identidade fixa e estável do sujeito. Essa

afinidade vai se constituindo ao longo da metade dos anos 1980, quando Hall passa a se debruçar teoricamente com a problemática da identidade, embora não seja um tema recente em seus estudos (ESCOSTEGUY, 2016).

A compreensão da categoria gênero como construção social se integra à ideia de que as identidades se definem de maneira relacional e, a partir de determinado período, não mais apenas via o par feminino e masculino. Esse debate aproxima a perspectiva feminista e as reflexões de Hall que assegura que a identidade

É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em momentos distintos, que não são unificadas em torno de “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2005, p. 13).

Para Hall (2005), essas questões modificam o significado de engajamento político, que, obrigatoriamente, necessita rejeitar os binarismos e assumir a contingência ou a sua vinculação a outros fatos e contextos. Por isso a indispensabilidade de reposicionar-se ao longo do tempo e, perante as diversas circunstâncias, constituir novas alianças.

Nos anos 1990, os Estudos Culturais já estavam institucionalizados, desfrutando de reconhecimento acadêmico. Nesse período, colocam-se em pauta os riscos desse processo e as possíveis transformações. “A estruturação desse campo intelectual é permeada de críticas quando busca uma organização acadêmica legítima” (MESSA, 2008, p. 49).

Questões como raça e etnia, o uso e a integração de novas tecnologias como o vídeo e a TV, assim como seus produtos na constituição de identidades de gênero, de classe, bem como as geracionais e culturais, e as relações de poder nos contextos domésticos de recepção continuam na agenda, principalmente das análises de recepção (ESCOSTEGUY, 2001, pp. 43-44).

Essas tendências de estudo de audiências são comprovadas através do mapeamento realizado por Márcia MESSA (2008), no livro *Comunicação e Gênero: uma aventura de pesquisa*, das pesquisas sobre as relações de gênero na comunicação no contexto anglo-americano. Assim, a partir desse momento, retoma-se o caminho realizado pela autora.

Dorothy Hobson (1990) publica *Women, audiences and the workplace*, e permanece com sua pesquisa sobre *soap opera* entre as operárias, já estabelecida em 1989. Christine Geraghty (1990) observa as *soap operas* americanas e britânicas no seu

trabalho *Women and Soap Opera, a study of prime time soap*, assunto que já vinha trabalhando desde os anos 1980. A autora realiza uma análise textual das novelas e apresenta a construção da posição da espectadora. Em 1992, lança mais um trabalho sobre a temática, intitulado de *British Soaps in the 1980s* (MESSA, 2008).

Andrea Press (1992), em *Class, gender and the female viewer*, investiga as diversas formas que as classes sociais assistem à *soap opera*. Para ela, as mulheres de classe operária têm tendência a receber aquilo que é exibido sem nenhuma crítica, enquanto as mulheres de classe média tendem a posicionar-se criticamente em relação ao conteúdo exposto (MESSA, 2008).

Angela McRobbie pesquisa as revistas destinadas a adolescentes. Sempre atenta a alterações na linguagem e representações, a autora investiga esse tipo de publicação, desde 1970, como fenômeno cultural. Entre as pesquisas sobre o tema, destacam-se: *Feminism and Youth Culture: from Jackie to Just Seventeen* (1991) e *Postmodernism and Popular Culture* (1994). De acordo com Messa (2008), nesta última, ela discorre como o feminismo e feminilidades transformaram-se em coisas diferentes para as mulheres nos anos 1980. E seu ensaio *More!: new sexualites in girls and women's magazines* (1996) mostra como as “representações sexuais nas revistas feministas têm se modificado através dos tempos” (MESSA, 2008, p. 50).

Ann Gray (1992) propõe uma mudança de foco em *Video Playtime: The Gendering of a Leisure Technology*. A autora estuda sobre a utilização do videocassete como uma ferramenta tecnológica de entretenimento. Ela investiga como a mulher operária, inserida no seu contexto doméstico, “usava essa tecnologia para o prazer e como se dava essa interação” (MESSA, 2008, p. 51).

Christine Geraghty (1995) escreve *Feminism and media consumption*, no qual analisa as representações da mãe na ficção cinematográfica e televisa. A autora observa que a figura da mãe é sempre forte e decidida nas *soap operas*, enquanto nas produções cinematográficas elas são apresentadas como o motivo dos problemas dos filhos (MESSA, 2008).

Segundo Messa (2008), Charlotte Brunsdon é uma das feministas mais envolvidas com os estudos da mídia. Suas produções acerca desses estudos se iniciaram na década de 1980 com *Crossroads: notes on soap opera* (1981) e *Feminism and Soap Opera* (1988). Nos anos 1990 ela tem seu período mais frutífero sobre a crítica feminista da televisão. Em *Identity in feminist television criticism* (1993), ela realiza uma “análise da crítica feminista sobre a televisão e observa que existe, desde seu

surgimento em 1976, uma ambivalência entre este tipo de estudo e os prazeres experimentados por aquelas que os consomem, principalmente o caso das *soap operas*” (MESSA, 2008, p. 51). A autora acredita que houve uma mudança de padrão presente até meados dos anos 1980, que se mostravam hostis com a mídia e, posteriormente, passaram a ter uma posição mais acadêmica, preocupada com a mídia (MESSA, 2008). Em 1997, publica com Julie D’Acci e Lynn Spigel a pesquisa *Feminist Television criticism: a reader*, na qual realizam um levantamento sobre o que foi produzido na academia em relação ao feminismo e à produção e à recepção de televisão (MESSA, 2008).

A justificativa de que a pesquisa de uma revista feminina não pode ser compreendida separada do contexto em que sua leitora está introduzida é de Joke Hermes (1995), em *Reading Women’s Magazines: na analysis of everyday media use*. Nessa obra, ela alega que não se sentia satisfeita com a maioria dos trabalhos feministas sobre publicações feministas já que, na sua perspectiva, estes se colocavam “mais com preocupação do que com respeito em relação àquelas que liam esse tipo de revista” (MESSA, 2008, p. 52).

Em 1997, Valerie Walkerdine segue com sua pesquisa com a cultura popular das garotas em *Daddy’s Girl: Young girls and popular culture*. A autora analisa o modo como a fantasia, inserida pela ficção, fundamenta a subjetividade feminina. Além de abordar a constante erotização de meninas pelos meios de comunicação de massa (MESSA, 2008).

Ao observar os estudos que seguiram o viés dos Estudos Culturais, percebe-se a interdependência de produção, texto e recepção. No entanto, o aspecto da produção foi o menos ressaltado, em contraponto à recepção, que foi pesquisada por inúmeras autoras, especialmente no que se refere à audiência feminina. Outro ponto que merece destaque é a grande parte dos estudos que dedicam sua atenção à questão da representação do feminino na televisão, principalmente nas *soap operas*.

Na virada do século XX para o XXI, as relações entre a crítica feminista e os estudos da mídia são marcadas principalmente pelo pós-feminismo⁴². De acordo com Escosteguy (2016), a natureza do pós-feminismo tem sido tema de considerável disputa,

⁴² O conceito apresenta variantes na sua definição. Compreendo como pós-feminismo a presença atual de uma pluralidade de feminismos, que reconhece o fator da diferença como uma recusa da hegemonia de um tipo de feminismo sobre o outro.

o que não é nenhuma surpresa no espaço feminista, onde se fala muito e se chega à conclusão de que é necessário continuar falando.

Para Angela McRobbie (2006), a cultura midiática, por meio do rótulo de pós-feminismo, concretiza um desaparecimento do movimento quando difunde a concepção de que é algo datado e não possui mais função. Para a autora, paradoxalmente, se legitimam princípios neoconservadores relacionados ao gênero quando se agregam procedimentos de caráter mais liberador, as relações de poder são feitas e refeitas, estabelecendo um “novo regime de gênero” que pretende regular os modos de ser por meio do discurso da escolha própria (MCROBBIE, 2008). Assim, as conquistas são expostas como resultado de caminhos individuais e não do movimento feminista ou dos embates constituídos em sua história.

Na conjuntura inglesa da crítica feminista de mídia, questões identitárias permanecem no centro das análises, não só pelo viés referido, mas por uma diversidade de perspectivas.

2.2 A MÍDIA E O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

É possível ter vários enredos sobre a história do movimento feminista. Dessa maneira, é necessário escolher uma narrativa apropriada para dar conta do seu caráter ao mesmo tempo singular e plural, evidenciando acontecimentos que fazem parte da história das mulheres desde o século XIX.

O movimento feminista é caracterizado pela sua amplitude, apresentando-se de maneira explícita e anônima, fortalecendo-se, pouco a pouco, através de lutas diárias e conquistas mínimas. Trata-se de um movimento fragmentado, unindo desde reuniões privadas até formas mais unitárias e visíveis de expressões. Conforme destaca Pinto (2003, p. 10), o feminismo no Brasil “não foi uma importação que pairou acima das contradições e lutas que constituem as terras brasileiras, foi um movimento que desde suas primeiras manifestações encontrou um campo de luta particular”.

Matos (2010) afirma que a história das feministas brasileiras pode ser reconstruída até Nísia Floresta e sua livre tradução do texto clássico “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”, de autoria de Mary Wollstonecraft, em 1832, sendo Nísia a primeira brasileira a arriscar desconstruir os estereótipos de gênero e a dominação das mulheres.

O surgimento da mídia feminista acontece ainda no século XIX no país, as atividades de mulheres em jornais foram expressivas nesse século. No mesmo momento em que surgiam publicações voltadas ao público feminino, que se ocupava de assuntos como moda, culinária e cuidados domésticos, também eram criados espaços que problematizavam a “condição da mulher” (WOITOWICZ, 2008). De acordo com Pinto (2003), esse tipo de manifestação das mulheres através da mídia aponta para a “existência de incipiente movimento de construção de espaços públicos na sociedade brasileira e, no caso, por parte de pessoas que estavam completamente excluídas do campo da política e das atividades públicas” (PINTO, 2003, p.33). Uma importante representante desse jornalismo que assumia a defesa dos direitos das mulheres foi Francisca Senhorinha Motta Diniz, que discutia o voto feminino e a importância de educar as mulheres.

Francisca Senhorinha Motta Diniz foi possivelmente a primeira mulher a fundar um jornal no Brasil com o objetivo de divulgar a “causa das mulheres”. Em 1873 fundava em Minas Gerais *O Sexo Feminino*, que teve dois anos de duração naquele estado. Transferiu-se para o Rio de Janeiro e reeditou o jornal, que durou até 1890, passando a chamar-se *15 de Novembro do Sexo Feminino* a partir da Proclamação da República. Este era um jornal que tinha tiragem quinzenal e algumas peculiaridades, pois além da preocupação com o voto, generalizada entre as mulheres que lutavam por direitos, interessava-se pelos direitos civis. Já em 1873, Francisca Diniz alertava em artigo para a ignorância em que as mulheres se encontravam em relação a seus direitos no casamento e o perigo a que estavam expostas diante de maridos que faziam do casamento uma forma de enriquecer. Segundo Francisca, as mulheres tinham de estar conscientes de seus direitos e não podiam se deixar enganar. Diante dessa situação, pregava uma educação real das mulheres, que as levaria à emancipação (PINTO, 2003, p. 31).

Outras experiências de imprensa independente que também marcaram a história do feminismo foram: *O Jornal das Senhoras* (1852), *O Domingo* (1874), *Jornal das Damas* (1874), *Myosotis* (1875), *Echo das Damas* (1879), *A Voz Feminina* (1900) e *A Família* (1888). Este último, produzido por Josefina Álvares de Azevedo, manteve-se em circulação por quase dez anos (PINTO, 2003).

Após esse momento inicial, que contou com a participação de personagens femininas que atuavam praticamente sozinhas por meio dos jornais na defesa dos direitos das mulheres, o movimento feminista passa a contar com suas próprias publicações: jornais, panfletos, cartazes, revistas, entre outros, como instrumentos para o fortalecimento de sua luta (WOITOWICZ, 2008).

Pinto (2003) observa duas vertentes do movimento feminista no Brasil. A primeira sob o comando de Bertha Lutz⁴³, designada de “bem-comportada”, cuja mobilização objetivava a conquista dos espaços institucionais como o direito ao voto. E uma segunda tendência nomeada como a “mal comportada” do feminismo. Esse viés possuía uma presença mais heterogênea de mulheres, colocando-se de maneira mais radical contra a dominação masculina (PINTO, 2003).

A procura da cidadania estabelecida pela luta por direitos sociais e reconhecimento público define o conjunto de manifestações das mulheres desde um tempo remoto. São mobilizações que, primeiramente separadas, vão concedendo lugar a uma campanha mais viva pelo direito político das mulheres votarem e serem votadas (PINTO, 2003).

Nas primeiras décadas do século XX, o feminismo esteve ligado a personalidades, destacando-se o esforço pessoal de determinadas mulheres que rompiam com papéis estabelecidos pela sociedade. Nessa ocasião sobressaem-se três tendências. Na primeira, a mulher surge como sujeito capaz de desempenhar direitos políticos. A segunda vertente é caracterizada por manifestações da imprensa feminista alternativa, através de professoras, escritoras e jornalistas. As mulheres, por meio da imprensa, buscavam formar uma opinião a favor das suas ideias de libertação. Eram mulheres de vanguarda com valores alternativos à moral dominante, que discorriam sobre temas como divórcio e sexualidade, formando a face menos comportada do movimento. A terceira tendência é de natureza política, que é manifestada por meio da presença do Partido Anarquista e Partido Comunista, no movimento feminista (PINTO, 2003).

Em 1934, nasceu a União Feminina como elemento associado da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que era comandada por comunistas com desígnio de derrotar o governo Vargas e instaurar um governo popular. Suas adeptas eram sobretudo intelectuais e operárias (TELES, 1999). Posta na clandestinidade em 1935, teve presas todas as suas dirigentes, algumas ficando mais de um ano em cárcere. Olga Benário

⁴³ A bióloga e ex-deputada federal Bertha Lutz foi uma das pioneiras do movimento feminista no Brasil, responsável direta pela articulação política que resultou nas leis que deram direito de voto às mulheres e igualdade de direitos políticos nos anos 1920 e 1930. Filha do sanitarista Adolfo Lutz, um reconhecido estudioso da medicina tropical, Bertha nasceu em 1894 e foi educada na Europa. Voltou ao Brasil em 1918, formada em Ciências Naturais pela Universidade de Sorbonne, na França, para então trabalhar no Museu Nacional. Foi a segunda mulher a ingressar no serviço público brasileiro. Começou daí a militância. Bertha conheceu os movimentos feministas da Europa e dos Estados Unidos nas primeiras décadas do século e foi responsável pela organização do movimento sufragista no Brasil. Com sua militância científica e política, lançou as bases do feminismo no país (PORTAL BRASIL. **Bertha Lutz**. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/bertha-lutz>>. Acesso em: 21 jan. 2018.).

Prestes, cidadã alemã, integrante da “União Feminina e que lutava contra o nazismo no Brasil, foi presa, deportada para Alemanha e internada em um campo de concentração, onde teve sua filha. Posteriormente, em 1942, foi assassinada pela Gestapo” (TELES, 1999, p. 47).

Em 1937 aconteceu, no Brasil, o golpe de Estado de Getúlio Vargas, visando sua continuidade no poder como ditador. Nessa conjuntura, a luta feminista uniu-se praticamente com a de toda a população, enfrentava a ditadura e defendia a democracia (TELES, 1999).

No decorrer da Segunda Guerra Mundial, as mulheres estiveram presentes na luta em prol da democracia, contra o nazismo e fascismo, como também para forçar a entrada no Brasil na guerra, junto dos Aliados. No ano de 1945, com o final da guerra, nasceu no Rio de Janeiro o Comitê de Mulheres pela Democracia, com o objetivo de estimular as mulheres a participarem efetivamente do estabelecimento da democracia e da conquista da igualdade de direitos em termos profissionais, administrativos, culturais e políticos. Nesse mesmo período, houve um fortalecimento da luta pela anistia, e surgiu a Associação de Donas-de-Casa contra a Carestia (TELES, 1999).

A Associação Feminina do Distrito Federal, com sede na cidade do Rio de Janeiro, se espalhou por aproximadamente 30 bairros. As lutas dessa organização eram “contra o despejo de favelas, contra o alto custo de vida, pelos direitos da mulher, pela vida, pela defesa da infância e pela paz” (TELES, 1999, p. 48).

No ano de 1947, nasce o jornal *Momento Feminino*, editado por Arcelina Mochel, no Rio de Janeiro. Com uma boa receptividade entre as mulheres, se manteve em circulação por aproximadamente dez anos, chegando a ter representantes em 16 estados brasileiros. Em maio do mesmo ano, foi criada a Federação das Mulheres do Brasil (FMB), sendo sua primeira presidente Alice Tibiriçá, que lutava pelo direito do voto e pela defesa do petróleo brasileiro. A FMB tinha como objetivo incentivar a ação das mulheres e debater questões de seu interesse, seus direitos, a proteção à infância e a paz mundial. Em 1951, foi organizado o I Congresso da FMB, com delegadas de todos os estados, donas de casa, operárias, funcionárias públicas, professoras, profissionais liberais, estudantes e camponesas (TELES, 1999).

É importante ressaltar que essas organizações apareceram sob a influência do Partido Comunista Brasileiro, que desenvolvia um trabalho de massas com o intuito primordial de mobilizar milhares de mulheres para as campanhas contra a carestia (TELES, 1999).

No ano de 1952, realizou-se a 1ª Assembleia Nacional de Mulheres, no Rio de Janeiro, com representantes de nove estados, pela defesa dos direitos da mulher (principalmente da mulher trabalhadora), da infância e pela paz mundial. A assembleia foi presidida por Nuta Bartof James, defensora dos direitos da mulher e das liberdades democráticas. No mesmo ano, realizou-se a 2ª Assembleia Nacional de Mulheres, em Porto Alegre, com representantes de 18 estados (TELES, 1999).

Nas décadas de 1960 e 1970, o feminismo esteve ligado ao fervor político na sua conjuntura mundial. O movimento questionava os valores conservadores da organização social, como as hierarquias vigentes nos âmbitos público e privado. Foi nesse momento que emergiu o livro de Simone de Beauvoir, *O segundo sexo* (2000)⁴⁴, irrompendo também manifestações de contestação, tal como a “queima de sutiãs”, feita por americanas lideradas por Betty Friedan, autora do livro *Mística feminina* (1971)⁴⁵.

Porém, é relevante ressaltar que o movimento feminista no Brasil e nos demais países latino-americanos durante esse período era distinto do contexto mundial. Uma vez que o feminismo juntou paradoxalmente a luta contra hegemonia masculina, a violência sexual, o direito ao exercício do prazer e, por outro lado, a luta contra a ditadura militar. O movimento de mulheres compreendia manifestações como a luta contra a carestia, movimento das mães pela liberdade, anistia etc., gerando um conflito entre duas esferas: a que defendia questões relacionadas ao corpo, ao prazer e à sexualidade e a que privilegiava a luta de classes e/ou a luta pela democracia (PINTO, 2003; MATOS, 2010).

Ao longo da década de 1970, nascem grupos feministas temáticos marcados por novas divisões entre as feministas que lutavam pela institucionalização do movimento e as autonomistas, que viam na aproximação com as esferas estatais riscos de associação e as diferenças intragênero. Nesse período, a imprensa feminista atuou como uma importante aliada para a conscientização de diferentes setores da sociedade. Surgem diversos periódicos e publicações, sendo suas características bastante semelhantes: tiragem reduzida, equipe de produção formada por voluntários, restrições de recursos e conteúdo engajado com as questões feministas. Os temas abordados são: a inserção da mulher no mercado de trabalho, a participação política, liberdade sexual, igualdade de direitos, aborto, políticas públicas para mulheres, violências, entre outras (WOITOWICZ, 2008; MATOS, 2010).

⁴⁴ Publicado originalmente em 1949.

⁴⁵ Publicado originalmente em 1963.

Esse tipo de jornalismo, denominado por Woitowicz (2008) como mídia alternativa, ganha força e se desenvolve como espaço de articulação do feminismo a partir nos anos 1970 nos Estados Unidos e acompanha o debate de ideias que também se desenvolvem em outros países, inclusive no Brasil, no mesmo período.

Barsted (1983) observa que na década de 1970 novos espaços foram surgindo para dar voz às mulheres, a partir de meios variados: revistas, boletins, jornais alternativos, luta por espaço dentro da grande imprensa, do rádio, da televisão e do cinema. Para a autora, “os veículos de comunicação se apresentam inseridos numa estratégia de educação do movimento feminista, de recriação da identidade social da mulher e de resgate de nossa história” (BARSTED, 1983, p. 16). Trata-se de um período de destaque para a militância das mulheres, que fazia uso da imprensa independente como meio de reivindicação e protesto (CAMARGO *et al.*, 2016).

A necessidade de uma imprensa feminista própria colocou-se, assim, a partir da consciência de que os meios tradicionais de comunicação, esfera de atuação dos donos do poder, e até mesmo alguns setores da imprensa alternativa, ou ignoram a mulher, ou reforçam os estereótipos discriminatórios a seu respeito, ou a manipulam enquanto objeto de consumo-consumidora. Ou seja, negam a existência de um falar feminino e, portanto, de mulher sujeito de sua fala e de seu desejo (BARSTED, 1983, p. 14).

Os jornais impressos feministas que tiveram uma forte contribuição em torno dos novos desafios do feminismo foram: *Brasil Mulher* (1975-1979), *Nós Mulheres* (1976-1978) e *Mulherio* (1981-1987). Desse modo, o movimento feminista passa a incorporar em suas ações diversas práticas midiáticas, como espaço de resistência e luta em defesa das mulheres (WOITOWICZ, 2008).

O ano de 1975 é apontado como o período inicial de amplitude do movimento feminista, saindo da condição de grupos fechados e intelectualizados para englobar segmentos sociais que se fizeram presentes em fatos mais extensos e que marcaram a participação da mulher na esfera pública (PINTO, 2003). Foi nesse ano que a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o Ano Internacional da Mulher e a Década da Mulher (1975-1985), relembra Woitowicz (2008).

Nos anos 1980, período de redemocratização no Brasil, a forte participação política de feministas aliadas aos partidos políticos e aos setores progressistas da Igreja Católica fez com que muitas vezes se priorizassem metas coletivas em detrimento dos direitos individuais das mulheres (PINTO, 2003). Registra-se a presença de novas

temáticas dentro do movimento feminista. Surgem, então, a violência e a saúde como bandeiras de luta e espaço de atuação. Nasce várias organizações de apoio à mulher vítima de violência. Nesse momento, o tema da violência contra a mulher vai tornar clara a diferença entre categorias sociais, fazendo com que a militância feminina tome outro formato, passando a organizar-se com assessoria na área jurídica.

Nota-se ainda, a presença de mulheres na delegacia, vista antes como espaço exclusivamente masculino, dando visibilidade a agressões antes restritas à área privada. O tema da saúde extrapolou as políticas do Estado, questionando tabus ligados à sexualidade e ao aborto. Essas características, tanto do movimento feminista quanto da conjuntura sociopolítica brasileira, concorreram para que temas referentes à cultura – e também à mídia – não fossem priorizados no horizonte da reflexão feminista da época (ESCOSTEGUY, 2016).

As experiências das mulheres apontavam cada vez mais para a necessidade de criar um discurso próprio, capaz de fazer questionamento e promover mudanças. No Encontro do Movimento das Mulheres no Brasil, realizado em 1981, no Rio de Janeiro, transcrito no livro *Mulheres em movimento*, foi discutido o papel educativo dos meios de comunicação, considerando não apenas a reprodução de uma ideologia dominante, mas com foco na propagação de novas ideias e valores (BARSTED, 1983).

Também é preciso destacar que questões feministas encontravam espaço em outros veículos alternativos que circularam no período da ditadura militar, tais como: *Pasquim, Lampião, Ovelha Negra, Bagaço, Em tempo, Informação, De fato, Cobra Vidro, Opinião, Movimento, Repórter* etc. (WOITOWICZ, 2008).

Ambos os períodos – o feminismo na ditadura (anos 1970) e na redemocratização (anos 1980) – coincidem, aproximadamente, com o momento inicial que a crítica feminista se vincula aos Estudos Culturais dos anos 1973 e 1974 e com passagem para uma segunda fase, nos anos 1980, no contexto inglês (ESCOSTEGUY, 2016).

Nos anos 1990, o feminismo se popularizou, especialmente sobre temas como violência doméstica e assédio sexual. No que se refere à relação entre estudos da mídia e a crítica feminista, houve um progresso ínfimo (MEIRELLES, 2009).

Em um mapeamento da pesquisa brasileira sobre as práticas de recepção midiática nos anos 1990, observou-se que embora mais da metade desses estudos desse destaque às mulheres como informantes, a problemática das relações de gênero não fazia parte do eixo estruturador da pesquisa. O termo “gênero” era utilizado mais para indicar uma distinção sexual entre feminino

e masculino, embora mediante convocação para que as mulheres falassem sobre sua relação com a mídia ou com um produto midiático, elas revelassem como se pensam a si mesmas como mulheres (ESCOSTEGUY, 2004 *apud* ESCOSTEGUY, 2016, p. 72).

Na virada do milênio, acontece uma dissolução entre pensamento feminista e movimento feminista que, apesar de complementares, agem de maneira distinta. Outra classificação aparece na narrativa sobre a história do movimento feminista. Trata-se da existência de um feminismo difuso, que não têm militantes e organizações, sendo muitas vezes defendido por homens e mulheres não necessariamente identificados como feministas (PINTO, 2003).

Pinto (2003) ainda observa que os espaços de atuação mais importantes nesse período são as ONGs. Muitas tiveram sua origem nos movimentos sociais, sendo formadas por mulheres que já militavam no movimento e buscaram associar suas profissões ao comprometimento com as causas feministas. Dentre as organizações criadas, é possível citar: o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)⁴⁶, criado em 1989 e as Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE)⁴⁷, ambos com sede em Brasília, atuam no poder legislativo sendo intermediárias entre o campo político e a sociedade; a Articulação da Mulher Brasileira (AMB)⁴⁸, criada para preparar a ida das mulheres brasileiras à IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995, atua como contraponto, assessorando e organizando os movimentos de base; a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos conhecida como Rede Saúde, criada em 1991, que congrega 110 filiadas em 20 estados; a Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA)⁴⁹, a Assessoria Jurídica (THEMIS)⁵⁰ e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM)⁵¹.

Há ainda outro tipo de organização que atua no campo da política e não se relaciona diretamente com o Estado, mas principalmente com as mulheres das camadas

⁴⁶ CFMEA. Centro Feminista de Estudos e Assessoria. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

⁴⁷ AGENDE. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.agende.org.br>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

⁴⁸ AMB. Articulação de Mulheres Brasileiras. **Site oficial**. Disponível em: <<http://articulacaodemulheres.org.br>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

⁴⁹ CEPIA. Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.cepia.org.br>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

⁵⁰ THEMIS – Gênero justiça, direitos humanos. **Site oficial**. Disponível em: <<http://themis.org.br>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

⁵¹ CLADEM – Mulheres usando o direito como instrumento de mudança. **Site oficial**. Disponível em: <<https://www.cladem.org/pt>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

populares, organizando-as e buscando aumentar o seu poder para agirem na esfera pública. A Geledés⁵², fundada em 1988, e a *Think Olga*, criada em 2013, se enquadram nessa categoria.

Pinto (2003) igualmente cita que entre as ONGs ligadas à Associação Brasileira de ONGs (ABONG)⁵³, é possível verificar uma multiplicidade de manifestações de mulheres em movimentos populares, em sindicatos e em partidos políticos, que trazem para a discussão as questões dos direitos das mulheres. Essas ações adquirem, assim, legitimidade diante das esferas estatais e públicas, constituindo um fenômeno novo na política, por conta da possibilidade de intensa atuação na sociedade civil. Uma quantidade considerável de organizações⁵⁴ atua hoje no Brasil com a capacidade de intervenção, representando a face mais recente do feminismo no país.

Pode-se dizer que a transição da militância no movimento social para a atuação nas ONGs representou a busca por formas alternativas de intervenção, nas quais as organizações figuram como interlocutoras de interesses dos grupos que representam, atendendo questões específicas de um determinado campo de atuação.

2.3 A INTERNET E AS MÍDIAS SOCIAIS: NOVOS ESPAÇOS E NOVAS ARTICULAÇÕES DA LUTA FEMINISTA

Em encontro com as possibilidades comunicativas na era digital, o feminismo passa a identificar o ambiente virtual como um local de práticas e expressões coletivas, antes desconhecidas, com novas significações e endereçamentos múltiplos. Assim, na expectativa de produzir espaços alternativos de visibilidade, nos quais as mulheres poderiam protagonizar posicionamentos ao transformarem-se no papel de autoras, produtoras e transmissoras de conteúdo, já nos anos 1990, diversos grupos feministas, conscientes das imensas potencialidades das redes digitais, suas contradições, complexidades e de sua natureza mais política que técnica, se lançam na disputa pelo terreno comunicativo da internet (NATANSOHN, 2013).

⁵² GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

⁵³ ABONG – Organizações em defesa dos direitos e bens comuns. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

⁵⁴ Segundo levantamento realizado no *site*, há 68 ONGs no Brasil que atuam nas causas de gênero. A *Think Olga* não aparece como organização associada (ABONG. Organizações em defesa dos direitos e bens comuns. **Organizações associadas**. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/associadas.php>>. Acesso em: 16 abr. 2017).

Com a responsabilidade de um dever político na área comunicacional, o espaço da internet foi requerido oficialmente pela primeira vez no ano de 1995, no Simpósio Internacional sobre a mulher e os meios de comunicação, organizado pela UNESCO, em Toronto, no Canadá. Ureta (2005) expõe que as feministas manifestaram uma reflexão preliminar sobre a relevância de sua presença na internet, com o propósito de atingir um maior número de mulheres e de propagar informações que as auxiliassem e apoiassem no desenvolvimento de práticas diárias.

Também, em setembro do mesmo ano, na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, na China, as feministas apresentaram a necessidade de “estimular e reconhecer as redes de comunicação das mulheres, entre elas as redes eletrônicas e outras novas tecnologias aplicadas à comunicação, como meio para difusão de informação e intercâmbio de ideias” (URETA, 2005, p. 386). Pela primeira vez, uma equipe de 40 mulheres, de 24 países, assegura a formação e apoio a 1.700 usuárias, criando um espaço eletrônico com informações sobre as ONGs presentes no evento, em 18 idiomas, contabilizando 100.000 visitas em sua página na *web* (DE MIGUEL; BOIX, 2013). Ineditamente, sem estarem presentes fisicamente, mulheres de todo mundo puderam fazer o rastreamento *online* dos trabalhos da conferência e expressarem suas opiniões em tempo real. Foram os correios eletrônicos que permitiram o acesso à informação para todo o mundo, sem depender dos meios de comunicação tradicionais (DE MIGUEL; BOIX, 2013).

Tomazetti (2015) afirma que esses encontros aspiraram inúmeras ações e possibilidades para a criação de redes feministas na internet. Entre as primeiras experiências, ressalta-se o *site* espanhol *Mujeres en red*⁵⁵, criado em 1997, com o auxílio dos servidores alternativos da *APC mujeres*⁵⁶. Atualmente, o *site* é respeitado mundialmente, estabelecido a partir de publicações e reuniões de textos e reflexões sobre direitos humanos e feminismo, além de reconhecimento e compartilhamento de recursos para o empoderamento da mulher através de listas de e-mails e fóruns de debate (DE MIGUEL; BOIX, 2013).

É também nos anos 1990 que surge o chamado ciberfeminismo, “um movimento iniciado pela experimentação do feminismo junto a arte virtual” (TOMAZETTI, 2015,

⁵⁵ MUJERES EM RED – El periódico feminista. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.mujeresenred.net/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

⁵⁶ APC. Asociación para el Progreso de las comunicaciones. **Programa de derecho de las mujeres**. Disponível em: <<https://www.apc.org/es/about/programmes/programa-de-derechos-de-las-mujeres>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

p. 491). Provocado pelo entendimento da utilização das tecnologias para práticas enunciativas, e relacionado à união entre mulher, mundo digital e arte, o ciberfeminismo tornou-se uma prática múltipla que está disseminada atualmente por várias partes do mundo. Dentre as manifestações precursoras, destaca-se o grupo australiano *VeNuS Matrix*, cujas integrantes vêm do mundo da arte e “são pioneiras na utilização, no início dos anos 90, do termo para apresentar seus trabalhos de experimentação entre o sujeito feminino, a arte e a virtualidade” (DE MIGUEL; BOIX, 2013, p. 55).

A existência do feminismo na internet posiciona o movimento politicamente em um período de outras possibilidades impulsionadas pela constituição de vínculos solidários entre mulheres e feminismos de todo mundo (TOMAZETTI, 2015). Ureta (2005) observa que o espaço social e virtual estimulado pelas redes digitais permitiu vivências de ativismos mais livres e ressaltou probabilidades de desenvolvimento de outros canais de comunicação e trocas informativas, expandidas para além dos contextos localizados entre as mulheres e suas comunidades.

No Brasil, as experiências da utilização na internet são variadas e caracterizam a presença do feminismo em diferentes segmentos desde *sites*, *blogs*, fóruns e mídias sociais. Entre os blogs feministas, pode-se destacar: *Blogueiras feministas*⁵⁷, local que abarca textos e discussões sobre diversos conteúdos atrelados à luta das mulheres, produzido por uma rede de blogueiras de várias partes do país; o *Escreva Lola Escreva*⁵⁸, que publica matérias reflexivas de pautas do feminismo, além de textos sobre a política nacional e questões de gênero; o *site* da *Marcha Mundial das Mulheres (MMM)*⁵⁹ configura-se enquanto um espaço de auto-organização do movimento na internet, apresentando informações, conteúdo e agendas das marchas das mulheres em vários países do mundo.

Além disso, há também as mídias sociais – *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *Tumblr*, entre outras –, que possuem em suas redes nós feministas com segmentos diversificados: “de organização ativista, de reflexão, de conteúdo irônico, provocativo, de prática institucional, de movimentos mundiais, e assim a lista de nuances continua” (TOMAZETTI, 2015, p. 492). É fundamental frisar aqui que as práticas de ativismo

⁵⁷ BLOGUEIRAS FEMINISTAS. **Blog**. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

⁵⁸ ESCREVA LOLA ESCREVA. **Blog**. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

⁵⁹ MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Blog**. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

feminista ultrapassam a presença em somente um espaço na internet, estando em vários ambientes comunicacionais da rede, como é o caso da ONG *Think Olga*.

Assim, se constroem redes de comunicação sobre as reflexões de gênero na internet e fora dela, nas quais os vínculos entre conteúdos produzidos em *blogs*, *sites* e mídias sociais (*online e offline*) passam a expandir a agenda e configurar meios de organização política. A intensidade dos campos de ação é visível e a convergência entre as dinâmicas e práticas tradicionais com o universo digital e suas possibilidades é indicativa da análise e autocrítica feminista a respeito dos espaços em que fortificam as estruturas de ação e dominação (TOMAZETTI, 2015).

Conforme Natansohn (2013), no entorno tecnológico, o feminismo centra em atestar e implantar políticas de inclusão das mulheres no meio digital, considerando uma possibilidade para a teoria e prática feminista em resposta a demandas sociotécnicas. Segundo a autora, o que está em prova nessa área é o alcance político e social da cultura digital como modo de existir na sociedade contemporânea, sendo um espaço onde se ampliam lutas por poder e por enunciação de distintos grupos sociais. Porém, a análise e a utilização desse ambiente devem prever o seu reconhecimento enquanto um lugar de não neutralidade de gênero. Para Natansohn (2013), assim, é importante pensar o protagonismo da mulher além da apropriação da tecnologia, mas unida a isso a iniciativa de construção de saberes programáticos a estas mesmas ferramentas e plataformas tecnocientíficas.

[...] estamos assistindo a uma lenta, mas constante, tomada de consciência sobre a necessidade de usar os recursos organizacionais da rede e adquirir competências tecnológicas. Há uma grande quantidade de *sites* e recursos na web de organizações pelos direitos das mulheres e outras minorias. Contudo, são poucos os projetos orientados às tecnologias digitais com enfoque de gênero e, esta neutralidade não faz senão discriminar minorias que não se integram espontaneamente ao mundo digital (NATANSHON, 2013, p. 26).

Consequentemente, na perspectiva comunicacional, a relação entre o feminismo e a internet requer dedicação para análise e interpretação, pois aumenta os espaços de ação do movimento, do mesmo modo consente o dimensionamento de questões virtualmente enriquecidas por meio de fenômenos locais. Como é o caso da Marcha das Vadias, realizada em um país específico e através de um fato local, mas disseminada para inúmeras partes do globo a partir da apropriação das redes digitais para a publicização e orquestragem, primeiro, da repulsa com o episódio que precedeu;

segundo, para organização de uma prática reivindicatória propriamente feminista; e terceiro, através de vínculos solidários e de identificação coletiva com o desenvolvimento das políticas de gênero (TOMAZETTI, 2015).

No caso do Brasil, as mídias digitais também representam um instrumento de luta através do ativismo midiático (CASTILHO; ROMANCINI, 2017). A cultura do estupro, por exemplo, foi confrontada nas redes através de uma campanha que começou depois da divulgação de uma pesquisa realizada pelo *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* – IPEA (2014), na qual uma quantidade representativa de brasileiros concordou total ou parcialmente que mulheres que mostram o corpo “merecem ser atacadas”. A notícia provocou comoção nas redes sociais e houve diversas mobilizações digitais sobre o tema, mas a que adquiriu mais relevância foi a campanha iniciada pela jornalista Nana Queiroz, em Brasília, que publicou uma foto no *Facebook* em que cobre os seios desnudos com um braço e coloca o outro na parte superior da cabeça, e neles escreve os dizeres: “Não mereço ser estuprada”. Nana convidou outras mulheres a publicarem suas fotos com a frase em questão. A iniciativa recebeu apoio e adesão de milhares de mulheres, celebridades e até mesmo da presidenta Dilma Rousseff, através de sua conta pessoal no *Twitter* (BORTOLON; MALINI; MALINI, 2015). Foram mais de 40 mil usuários confirmados (BORELLI; DIAS, 2014).

O grande número de adeptas ao movimento inspirou várias ramificações da campanha. Motivadas pelo sucesso, outras mulheres se mobilizaram para reunir as fotos e relatos apresentados, dando início à *fanpage* “Eu não mereço ser estuprada”, ativa até hoje. Esse espaço se configurou em um espaço de luta de questões de gênero, reunindo ativistas e usuários comuns de todo o país, onde o conteúdo superou a performance imagética das fotos (BORTOLON; MALINI; MALINI, 2015). Também em 2014, o movimento global *#HeForShe* foi abraçado localmente pela campanha de solidariedade da *ONU Mulheres*, tendo certo impacto e servindo de mote para diversas manifestações de rua desde 2015 (CASTILHO; ROMANCINI, 2017).

Desse modo, percebe-se que as mídias sociais são um espaço que confluem várias mobilizações, coletivos feministas e campanhas relacionadas à causa. Estudos recentes têm analisado algumas *fanpages* e os aspectos de mobilização, destacando algumas vezes as articulações entre os ambientes *online* e *offline*. Dentre as pesquisas é possível citar: “*Moça, você é machista*”⁶⁰ (ROCHA; SILVA, 2016), *Marcha das*

⁶⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/MocaVoceEMachista/>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

*Vadias do Rio de Janeiro*⁶¹ (NAME; ZANETTI, 2013) e o *Marcha das Vadias de São Paulo*⁶² (GOMES-FRANCO; COLUSSI, 2016).

Em suma, percebe-se que no Brasil também acontece uma propensão das mulheres encontrarem na internet um espaço que seja concomitantemente um fórum de discussão e um caminho para o ativismo feminista. Assim, a internet se converteu em um elemento essencial para difundir as informações, trocar opiniões, coordenar estratégias e realizar ações. Castilho e Romancini (2017) afirmam que é questionável o quanto a utilização da internet, por si só, constitui o início de uma “quarta onda” feminista, contudo, é “cada vez mais claro que a internet tem facilitado a criação de uma comunidade global de feministas [...]. A internet criou uma cultura em que sexismo ou misoginia podem ser ‘gritados’ e desafiados” (MUNRO, 2013, p. 23, tradução nossa).

Em termos teóricos, na perspectiva dos estudos feministas, é evidente que a teoria feminista e a militância avançaram, no entanto, a permanência da dominação masculina continua abundante (CASTILHO, ROMANCI, 2017; PINTO, 2011). Através de um processo de transformação, os feminismos, atentos a sua natureza híbrida, tendem a propagar as diferenças sociais e as referências culturais dos países onde estão localizados, sem desprezar a luta contra a dominação estrutural, demandando uma visão atenta do movimento para as estruturas opressoras e para os discursos estagnados próximo aos meios de comunicação. Dessa maneira, o desafio atual do movimento é irromper as fronteiras de ordem simbólica e material que atingem diversas categorias sociais em nível classe e raça, por exemplo.

A militância feminista na internet é muito vasta. Existem diversos coletivos, ONGS, *sites*, *fanpages*, grupos abertos e fechados, que funcionam como um meio de organização para ação e prática política, onde mulheres das mais diferentes vertentes do feminismo constroem, discutem, ampliam e geram conteúdo sobre a pauta, como é o caso da *Olga*. Portanto, as redes de comunicação digital possuem um papel fundamental nesse processo, já que possibilitam a transposição de fronteiras territoriais, articulando as ações locais, regionais, nacionais e translocais. Compreendendo o pluralismo de concepções de mundo dentro de determinados limites éticos, o respeito às diferenças e a radicalização da democracia por meio do aprofundamento da autonomia.

⁶¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/MarchaDasVadiasRioDeJaneiro/>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

⁶² Disponível em: <https://www.facebook.com/MarchaDasVadiasSP/>>. Acesso em: 25 jun. 2017

3 FEMINISMO INTERSECCIONAL CONSTRUCIONISTA: DIFERENÇA, DIVERSIDADE, PLURALISMO E HIBRIDISMO

De acordo com Avtar Brah (2006), diferença, diversidade, pluralismo e hibridismo são alguns dos assuntos mais discutidos e debatidos na atualidade. Questões de diferença estão no foco de diversos debates no interior dos feminismos contemporâneos. Neste capítulo, discorrem-se como esses temas podem auxiliar a entender a racialização do gênero. Livre das vezes que o conceito é apresentado como vago, a “raça” ainda opera como um marcador supostamente não erradicável de diferença social. A autora em seu livro *Cartographies of Diaspora: Contesting Identities* (1996)⁶³ realiza alguns questionamentos:

O que torna possível que essa categoria atue dessa maneira? Qual é a natureza das diferenças sociais e culturais, e o que lhes dá força? Como, então, a diferença racial se liga a diferenças e antagonismos organizados em torno de outros marcadores como gênero e classe? (BRAH, 2006, p. 331).

Essas questões são primordiais, pois podem contribuir para elucidar o constante investimento dos indivíduos em noções de identidade, comunidade e tradição (BRAH, 2006). Assim, para apresentar essas questões retomam-se as divisões realizadas por Brah (2006). Na primeira, desenvolvem-se os fundamentos da “diferença” que emergiram da nova controvérsia sobre a categoria “negro”. Na segunda, observam-se de que maneira as questões de “diferença” foram adaptadas na teoria e na prática feminista durante as décadas de 1970 e 1980. E por fim, realiza-se uma concisa análise de certas categorias utilizadas nas teorias da “diferença”, na qual se busca tornar compreensíveis questões no desenvolvimento de estratégias políticas para a justiça social. Para problematizar essas indagações, apoia-se também em teóricas feministas contra hegemônicas e pós-coloniais como: Chandra T. Mohanty (1984, 2003), Lélia Gonzalez (1984, 1988a, 1988b, 1988c, 2008) e Sonia E. Alvarez (2009).

É importante salientar que Brah (2006) faz um esquema analítico, que também será resgatado, em que a finalidade não é favorecer “o nível macro ou micro de análise, mas como articular discursos e práticas inscreve relações sociais, posições de sujeito e subjetividades” (BRAHM, 2006, p. 359). Ela sugere quatro modos como a diferença

⁶³ Um dos capítulos desse livro foi traduzido pelo *Cadernos de Pagu*, em 2006.

pode ser conceituada: diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade. Dessa maneira, percebe-se que o conceito de diferença, então, se refere à diversidade de formas como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados.

3.1 NOÇÕES DE “DIFERENÇAS”: O CONCEITO DE “NEGRO”

A falta de atenção à relação entre raça e gênero no feminismo acadêmico brasileiro se deve em grande parte à forma como se desenvolveu o campo dos estudos sobre mulheres no país (CALDWELL, 2000). Ao contrário do feminismo acadêmico nos Estados Unidos e na Inglaterra, onde a discussão sobre raça aumentou nas décadas mais recentes, as pesquisadoras feministas brasileiras têm sido muito mais lentas na incorporação do estudo da raça aos estudos sobre mulheres e à teoria feminista (CALDWELL, 2000).

Para Matos (2010), os feminismos latino-americanos têm suas próprias transformações e peculiaridades históricas e não foram (ou são) usadas ou convocadas (não por inteiro) pelas estratégias de viés neoliberal, já que, conforme é conhecida, a coragem do Sul global nasceu justamente a partir daí: da sua rejeição, sua reação e obstinação aos progressos do neoliberalismo, expondo também aos feminismos do Norte o caminho equivocado em que estes se encontram, dessa maneira, retomo as contribuições de Chandra T. Mohanty e Lélia Gonzalez.

Chandra T. Mohanty é uma das precursoras na “ácida crítica à obliterada perspectivação teórico-feminista a partir do Norte global” (MATOS, 2010, p. 74). Mohanty (1984), em um texto que já se tornou famoso, *Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses*, procurou especificar nos escritos de feministas ocidentais aquilo que ela determinou como a “produção da ‘mulher do terceiro mundo’ como um sujeito monolítico” (MOHANTY, 1984, p. 333), a partir da estruturação crítica de três norteadores básicos: a declaração de que “as mulheres” compõem-se em um grupo coerente e semelhante, com propensões e vontades iguais; a utilização sem crítica de metodologias próprias de análise que buscam “comprovar” a existência dessa universalidade e de sua correspondente legitimidade para os estudos de distintos países (principalmente tendo-se como base a continuação da dominação patriarcal e da opressão das mulheres como um fato global); esses dois pontos antecedentes, por provocarem uma noção homogênea da opressão das mulheres como um grupo singular,

geram, conseqüentemente, uma imagem específica das mulheres do Terceiro Mundo (aqui também estariam em questão uma concepção de relações de força em que o sentido hegemônico de poder é restringido a uma estrutura binária entre quem tem poder – homens – e aqueles que não o possuem – as mulheres, sobretudo as de Terceiro Mundo). Sua sugestão, primeiramente, forte e autêntica, teve efeito instantâneo na academia, uma vez que o artigo localizava o feminismo acadêmico inserido no contexto global de dominação política e econômica do “Primeiro Mundo” (MATOS, 2010).

Mohanty (1984) buscou mostrar maneiras de assimilação e de codificação de informações acadêmicas sobre as mulheres de Terceiro Mundo, traçadas por meio de categorias analíticas criadas apenas por pensadoras anglo-saxãs. Ainda no artigo, a autora salienta a carência da formação ou estruturação de estratégias de união entre as dimensões de classe, raça ou cor e nacionalidade no desenvolvimento de conhecimentos acadêmicos feministas contra-hegemônicos, que estariam em contraponto com as propostas ocidentais. A autora, ao refletir sobre as práxis tipicamente acadêmicas como inscritas em relações políticas, enfatiza “como” as teorias feministas ocidentais estariam estabelecendo uma representação deturpada, estável, sem história e simplista sobre as mulheres e dos feminismos de Terceiro Mundo como: sexualmente limitadas, incapazes, pobres, não alfabetizadas, tradicionais e conservadoras, orientadas basicamente para o privado e a família, subordinadas e vitimizadas pelo sistema econômico (MATOS, 2010).

Para Matos (2010), a denúncia de Mohanty estabelece-se na urgência de reconhecer nessas estratégias de que maneira os feminismos ocidentais estariam se apropriando e verdadeiramente “colonizando” as complexidades básicas e os conflitos que seriam próprios e que distinguem a vida das mulheres de classes, raças, religiões, culturas e castas tão distintas em benefício de uma perspectiva binária e reducionista, e designando-as constantemente de “as outras”.

Assim, Mohanty (1984) argumenta que os estudos trans ou interculturais do e sobre o feminismo precisariam estar em alerta tanto para dimensões micropolíticas de contextualização, de subjetividades e de lutas características quanto às conjunturas macropolíticas dos sistemas políticos e econômicos mundiais: análises particulares do Terceiro Mundo deveriam ser ou estar ligadas a análises de escopo mais expandido, almejando, portanto, a viabilidade da construção de estratégias de vínculos solidários feministas para além das fronteiras.

Em um texto posterior intitulado *Under Western Eyes Revisited: Feminist Solidarity through Anticapitalist Struggles*, Mohanty (2003), justifica-se pela intensa crítica feita no primeiro texto e assegura que sua principal intenção era garantir a relevância de perspectivas locais e localizadas que estariam determinando a universalização, até para a categoria do feminismo. Assim, sua contribuição teria sido advertir para a maneira retorcida da categoria “do universal” com o objetivo de recuperar, contudo, a possibilidade de desenvolvimento de uma solidariedade feminista transversal de fronteiras e não colonizadora, em que as diferenças partilhadas entre as diversas visões do feminismo de Terceiro e do Primeiro Mundo fossem as responsáveis por consolidar tal alicerce solidário. Ou seja, sua finalidade seria identificar, nas diferenças, as possíveis vinculações e as linhas de compartilhamento que tornassem possível a constituição de coalizões e de solidariedade transversais.

Para Mohanty (2003), competiria ao feminismo acadêmico a construção de uma crítica feminista transnacional que estaria constituída no amparo analítico de se tentar entender a vida dos grupos de mulheres marginalizadas pelo mundo, com o objetivo de construir um modelo mais inclusivo possível. O ponto de inicial epistemológico de Chandra T. Mohanty é a sua convicção na união entre as condições de localização e de vivências marginais e a aptidão dos agentes humanos em esclarecer e analisar características da sociedade capitalista: “a perspectiva particular dos pobres indígenas e das mulheres do Terceiro Mundo/Sul pode nos oferecer a visão mais inclusiva possível do poder sistêmico global” (MOHANTY, 2003, p. 232).

Dessa maneira, a proposta da autora é “a construção de um feminismo sem fronteiras que tenha como ponto de partida os corpos e as vidas das mulheres e meninas do Terceiro Mundo/Sul” (MATOS, 2010, p. 78). Ela sugere uma aproximação do feminismo acadêmico com esses fatos globais fortemente cortados pelo gênero, classe e raça, de modo a não perpetuação, dentro do Terceiro Mundo/Sul, das interpretações e dos panoramas ocidentais: a organização coletiva de um projeto feminista localizado e configurado de maneira anticapitalista, anti-imperialista, que reconheça as formas cotidianas de luta coletiva das mulheres em todo o mundo (MOHANTY, 2003).

Lélia Gonzalez também foi pioneira na crítica ao feminismo hegemônico e nas reflexões sobre as diversas trajetórias de resistência das mulheres, na década de 1980. Através dos seus textos, buscou a pluralidade do movimento feminista e refletiu atentamente sobre a realidade da exclusão das mulheres na sociedade brasileira, principalmente das negras e indígenas, no Brasil, na América Latina e no Caribe.

Cardoso (2014) afirma que o pensamento de Lélia Gonzalez foi estruturado através do contato com homens e mulheres de outros lugares que permitiram deslocamentos e expandiram perspectivas teóricas e políticas. Para Ratts e Rios (2010), Gonzalez foi uma “intelectual diaspórica, com um pensamento erigido por meio de trocas afetivas e culturais, ao longo do chamado Atlântico Negro, com intelectuais, amigos e ativistas da América do Norte, Caribe e África Atlântica” (RATTS; RIOS, 2010, p. 128). Dessa interação com diversas pessoas, ela desempenhava a “política de tradução de teorias” para elaborar um pensamento globalizado e transnacional, voltado não só para explicar como se compôs nas Américas uma raiz de dominação amparada pelo racismo, mas, especialmente, para intervir e modificar essa prática a partir de sua percepção (CARDOSO, 2014). A política de tradução de teorias, como explica Alvarez (2009),

[...] explora como discursos e práticas feministas, viajam por uma variedade de lugares e direções e acabam se tornando paradigmas interpretativos para a leitura/escrita de questões de classe, gênero, sexualidades, migração, saúde, cidadania, política e circulação de identidades e textos (ALVAREZ, 2009, p. 743).

A tradução de teorias é uma metáfora para apresentar como o deslocamento das ideias está intensamente mergulhado em assuntos mais vastos da globalização. A política é estabelecida por meio do trânsito de teorias e práticas feministas, cruzando fronteiras geopolíticas e disciplinares (CARDOSO, 2014). Alvarez (2009, p. 743) afirma que é o ir e vir de “[...] *insights* dos feminismos de latinas, de mulheres de cor e feminismo pós-colonial do norte das Américas para as nossas análises de teorias, práticas, culturas e políticas do sul, e vice-versa”. É possível compreendê-la também como uma marca de contravenção das determinações e normas da “colonialidade do poder”, com suas fronteiras levantadas, conservando separados dos países do norte imigrantes indesejados, os não brancos do Sul (CARDOSO, 2014). A política de tradução negocia sonhos, recusando, propositalmente, a presença das fronteiras, com a finalidade política e teórica de produzir “epistemologias e alianças políticas feministas, antirracistas e pós-coloniais/pós-ocidentais” (ALVAREZ, 2009, p. 744).

Trazendo como referência e influência o pensamento de Frantz Fanon, Lélia Gonzalez buscou semelhanças nos vários contextos da diáspora negra de maneira a elaborar justificativas em comum para abordar o racismo, como também reaver as estratégias de resistências e luta das mulheres negras e indígenas, objetivando seu

registro como protagonistas e sujeitos históricos. Uma das características primordiais do pensamento de Fanon refere-se à abordagem dos danos psicológicos ocasionados pela relação de dominação/exploração entre colonizador e colonizado (CARDOSO, 2014).

Segundo Fanon (2008), o colonialismo criou a subalternidade do colonizado que, por conta da dominação, termina por aceitar essa concepção. O colonizador se ampara do racismo para construir a colonização e defender a sua ação, já que, por meio da disseminação ideológica da pressuposta supremacia do colonizador, seu ato é visto como vantagem, e não como agressão, o que sucedeu na alienação colonial, na estrutura do colonizador e do colonizado, o primeiro apresentado como beneficiário autêntico de princípios civilizatórios e o segundo, como primitivo, desprovido de legado digno de ser propagado.

De acordo com Lélia Gonzalez (1988b), o racismo pode ter duas maneiras para sustentar a opressão: o racismo aberto e o racismo disfarçado. O primeiro modo é achado, sobretudo, nos países de origem anglo-saxônica, e o segundo prevalece nas sociedades de origem latina. No racismo disfarçado, são utilizadas as teorias da miscigenação, da apropriação e da democracia racial. A autora afirma que essa forma de se manifestar, ao pensar o Brasil, impede “a consciência objetiva desse racismo sem disfarces e o conhecimento direto de suas práticas cruéis, pois a crença historicamente construída sobre a miscigenação criou o mito da inexistência do racismo em nosso país” (GONZALEZ, 1988a, p. 73).

É possível também encontrar a relação de dominação e subordinação entre o colonizador e o colonizado no pensamento de Avtar Brah (2006). A autora afirma que os grupos africanos-caribenhos e sul-asiáticos experienciaram a racialização do seu posicionamento de classe e gênero, na Inglaterra, por meio de um racismo que colocava em primeiro lugar a sua “não branca” como tema para argumentos de “pessoas de cor”. Apesar dessa heterogeneidade de pessoas não ter sido racializada de formas iguais, a condensação do binário branco/não branco nesse discurso estabeleceu a correspondência e semelhança de vivência, na medida que encaram maneiras de “estigmatização, inferiorização, exclusão e/ou discriminação em arenas como emprego, educação, moradia, meios de comunicação, sistema de justiça criminal, aparato de imigração e serviços de saúde” (BRAH, 2006, p. 333). Esses vínculos de correspondência criaram as circunstâncias nas quais uma nova política de solidariedade se tornou possível (BRAH, 2006).

Nos últimos anos, as discussões sobre racismo e antirracismo alcançaram um lugar proeminente na agenda das ciências sociais e política. Apesar da preocupação política e das pesquisas sobre o tema já datarem de várias décadas, não havia a visibilidade que se tem atualmente. Segundo Hall (2003c),

Conceitualmente, a categoria “raça” não é científica. As diferenças atribuíveis à raça numa mesma população são tão grandes quanto àquelas encontradas entre populações racialmente definidas. Raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo (HALL, 2003c, p. 166).

É importante problematizar o modo como as pessoas são socialmente racializadas nas práticas sociais em que vivem. Dessa maneira, retoma-se ao conceito de Munanga (2005) para embasar a discussão:

Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isso é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico. Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou raças sociais que se reproduzem e se mantêm os racismos populares (MUNANGA, 2005, p. 6).

Considerando a reflexão realizada por Munanga (2005), o uso da raça no seu discurso faz uma referência à construção sociopolítica a que são sujeitadas as mulheres negras. Dessa maneira, Brah (2006) afirma como a racialização do gênero faz da raça um marcador de diferença racial, ressaltando também diferenças e antagonismos estabelecidos através das interconexões entre outros marcadores como gênero e classe.

Para Brah (2006, p. 333), “o conceito de ‘negro’ se constituiu em um sujeito político contra racismos centrados na cor”. Ela estabeleceu um sujeito político associando à política de resistência contra racismos focados na cor. A posição foi abraçada pelas uniões resultantes entre organizações e ativistas africano-caribenhos e

asiáticos do sul no final dos anos 1960 e 1970, na Inglaterra. Foram inspirados pelo movimento *Black Power*, que tinha transformado o conceito de “negro”, retirando seus sentidos depreciativos em falas racializadas, modificando numa afirmação segura de uma identidade do grupo (BRAH, 2006). É importante ressaltar que o movimento *Black Power* solicitava aos negros norte-americanos a criação da “‘comunidade negra’ não como uma questão geográfica, mas antes em termos da diáspora africana global” (BRAH, 2006, p. 333), dificultando o “cromatismo”, que é o alicerce de diferenciação entre negros de acordo com a tonalidade mais clara ou mais escura da pele. “Negro” passou a ser uma cor política assegurada com honra contra racismos baseados na cor (BRAH, 2006).

Falar sobre particularidades comuns partilhadas por formações diferentes e, concomitantemente, resgatar a particularidade, a especificidade histórica, sem parecer estar envolvida na incoerência ou esclarecimentos essencialistas é possível desde que não seja construída através da perspectiva essencialista universalista (BRAH, 2006). O termo “negro” pode ter vários sentidos políticos e culturais em circunstâncias diferentes. Brah (2006) afirma que não se pode achar que sua definição característica na Grã-Bretanha do pós-guerra tenha rejeitado diferenças culturais entre povos africanos, caribenhos e sul-asiáticos quando a diferença cultural não era a causa organizadora inserida nesse discurso ou prática. As lutas políticas tangíveis em que o novo significado se estabelecia e identificava as diferenças culturais procuravam alcançar a unidade política contra o racismo. Culturas nas diásporas sempre possuem sua própria particularidade. Ou seja, mesmo quando a utilização da palavra “negro” for restrito à África subsaariana e suas diásporas, pode-se afirmar que ela nega as particularidades culturais desses vários grupos.

A autora ainda destaca que é necessário entender as diferenças como produto histórico, como uma particularidade usual oriunda de uma experiência histórica mutável e como tal sujeita à alteração. Dessa maneira se considera as características comuns, por meio do acúmulo de experiências parecidas, mas não idênticas, em diferentes contextos (BRAH, 2006).

Cardoso (2014) identifica a historicidade das experiências, referida por Avtar Brah, na “Amefricanidade” de Lélia Gonzalez, categoria criada nos anos 1980, que se introduz no panorama pós-colonial, nasce na conjuntura marcada tanto pela diáspora negra quanto pelo aniquilamento dos índios das Américas e reconstrói as histórias de resistência e luta dos povos colonizados contra as violências causadas pela

colonialidade do poder. Fundamentada nas resistências, como estruturas estratégicas de visibilidade e variáveis contextos históricos desses grupos, tendo como finalidade refletir desde dentro as culturas indígenas e africanas e, assim, distanciar-se gradativamente de explicações centralizadas na visão de mundo europeia. A categoria, logo, tem força epistêmica, já que almeja outra maneira de pensar, de produzir conhecimento, focada nos subalternos, nos excluídos, nos marginalizados. Traz mulheres negras e homens negros e indígenas da margem para o foco da investigação, transformando-as (os) em sujeitos do conhecimento ao recuperar suas experiências no confronto do racismo e sexismo.

3.2 O FEMINISMO É GLOBAL?

Em 1985, na Conferência Internacional de Mulheres em Nairobi, mais de 10 mil mulheres de mais de 150 países se reuniram para discutir sobre as dificuldades da subordinação universal como “segundo sexo”, no entanto, Brah (2006) destaca que o mais notável dessa conferência era a heterogeneidade da condição social, sobretudo dos grupos de mulheres do Terceiro Mundo, que “serviram para sublinhar o fato de que os problemas que afetam as mulheres não podem ser analisados isoladamente do contexto de desigualdade nacional e internacional” (BRAH, 2006, p. 341). Para a autora, o “ser mulher” é composto e concebido de forma diferente de acordo com a localização ocupada dentro de relações globais de poder. A inserção nessas relações de poder é realizada por meio de uma infinidade de processos econômicos, políticos e ideológicos.

Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres de classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões (BRAH, 2006, p. 341).

É importante frisar que isso não denota que a própria categoria necessite de sentido. O signo “mulher” possui sua própria característica construída dentro e através de configurações historicamente particulares de relações de gênero. Sua direção semiótica adquire definições próprias em falas de distintas “feminilidades”, onde vem representar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas singulares. Diferença nessa perspectiva é uma distinção de condições sociais. O centro

da análise está inserido na construção social das várias categorias de mulheres dentro dos processos estruturais e ideológicos mais extensos. Não se assegura que uma categoria individual é totalmente homogênea. Mulheres da classe trabalhadora, por exemplo, abrangem grupos distintos de pessoas tanto dentro quanto entre diferentes formações sociais. A posição de classe aponta certas qualidades comuns de implicações sociais, contudo, a classe se articula com diversos eixos de diferenciação como o racismo e o heterossexismo no delineamento de maneiras variáveis de oportunidades de vida para categorias particulares de mulheres (BRAH, 2006).

Para Brah (2006), o propósito fundamental do feminismo tem sido modificar as relações de poder sobrepostas no gênero. Como as desigualdades de gênero adentram todos os campos da vida, as táticas feministas abarcam confrontações sobre a posição subordinada das mulheres tanto inseridas nas instituições do estado quanto na sociedade civil. A potência atrás da teoria e da prática feminista no momento do pós-guerra tem sido seu comprometimento de acabar com as desigualdades provenientes da concepção de diferença sexual intrínseca a teorias biologicamente deterministas, que explanam a posição social das mulheres como consequência de diferenças congênitas. As feministas, obviamente, não desconsideram a biologia das mulheres, no entanto, discutem os sistemas de ideias que estabelecem a subordinação das mulheres como fruto de suas competências biológicas.

A maneira como as indagações da biologia são abordadas muda nos diversos feminismos. É controverso delimitar fronteiras claras entre feminismos, até porque existe uma convenção em muitos campos básicos. A seguinte “tipologia de manual”, conseqüentemente, anseia unicamente em evidenciar algumas diferenças maiores que permanecem objeto de refutação. De acordo com tais tipologias, análises feministas radicais possuem a tendência em identificar a subordinação biologicamente estabelecida das mulheres como alicerce principal das desigualdades de gênero. As relações de poder entre homens e mulheres são vistas como a principal causa da opressão das mulheres, acarretando ocasionalmente na supressão de outros fatores como classe e racismo. Concepções feministas “radicais” apresentam as capacidades reprodutivas das mulheres como parâmetro de certas características psicológicas que são excepcionais e totalmente femininas. Pressupõe-se que esses atributos tenham sido diminuídos por meio do sistema patriarcal e, por conseguinte, necessitem ser redescobertos e exigidos. Como resultado, pode existir uma comemoração da “diferença sexual” na maneira de atributos e qualidades teoricamente e unicamente femininas. Já se disse que, apesar de rejeitar o

determinismo biológico envolto nas falas patriarcais, determinadas versões do feminismo “radical”, por sua vez, estabelecem uma perspectiva trans-histórica da feminilidade efetiva, que careceria ser resgatada e restaurada para além das relações patriarcais (BRAH, 2006).

Um argumento fundamental do feminismo “socialista”, de outro modo, é que a “natureza humana não é essencial, mas socialmente produzida. O significado de ser mulher – biológica, social, cultural e psiquicamente – é considerado uma variável histórica” (BRAH, 2006, p. 342). O feminismo “socialista” preparou uma enérgica crítica aos conceitos materialistas que privilegiam a classe, esquecem as consequências sociais da separação sexual do trabalho, priorizam as heterossexualidades e destinam uma pequena atenção às estruturas sociais que impossibilitam as mulheres de alcançar igualdade econômica, política e social. Esse viés do feminismo se afasta da pressuposta evidência feminista “radical” na importância das relações de poder entre os sexos como determinantes e praticamente exclusivo da subordinação das mulheres (BRAH, 2006).

De acordo com Brah (2006), na década de 1990, o debate se modificou drasticamente, e essas “tipologias” contraíram uma importância histórica. A partir do fim do “socialismo de estado” na antiga União Soviética e na Europa Oriental, o “socialismo” passou a denotar uma política autoritária e antidemocrática. O Fórum das Feministas Socialistas Europeias, por exemplo, alterou seu nome para Fórum Europeu das Feministas de Esquerda. Essa modificação de nome não ocorreu porque os problemas políticos que eram discutidos sob o signo do socialismo se tornaram irrelevantes.

É importante recordar que, até pouco tempo atrás, concepções feministas ocidentais, de forma generalizada, deram pouco cuidado aos procedimentos de racialização do gênero, classe e sexualidade. Métodos de racialização são historicamente característicos, e diversos círculos foram racializados de forma distinta em situações variáveis, e no alicerce de diferentes significados de “diferença”. Cada racismo tem uma trajetória específica. Nasceu na trama de um grupo particular de situações econômicas, políticas e culturais, foi produzido e repetido por meio de mecanismos específicos e adquiriram diversas maneiras diferentes de situações. O racismo antinegro, o racismo anti-irlândes, o racismo antisemita, o racismo antiárabe, diferentes variedades de orientalismos: todos possuem suas particularidades diferentes. Esses grupos criaram respostas díspares aos racismos, já que suas experiências, apesar de serem parecidas, não são iguais (BRAH, 2006).

Porém, é válido destacar que tanto negros quanto brancos experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da “raça”. A racialização da subjetividade branca não é manifestada de forma clara, muitas vezes, para os grupos brancos, porque “branco” é um significativo de dominância, no entanto, isso não faz com que o procedimento de racialização seja menos expressivo. É imprescindível, assim, analisar como se estruturam “mulher branca” ou “mulher negra”, como “homem branco” ou “homem negro”. Tal desconstrução é indispensável se desejarmos compreender como e por que os significados dessas expressões se transformam de simples especificações a categorias hierarquicamente constituídas em determinadas circunstâncias econômicas, políticas e culturais (BRAH, 2006).

Alvarez (2009) utiliza a noção de tradução de maneira figurada para ressaltar como discursos e práticas feministas estão imersos em questionamentos mais extensos de globalização e abrangem transações entre inúmeras localidades, principalmente entre mulheres na América Latina e latinas nos Estados Unidos. Para a autora, a tradução é política e teoricamente imprescindível para tecer epistemologias e uniões feministas antirracistas e pós-coloniais/pós-ocidentais, uma vez que a América Latina – enquanto formação cultural transfronteiriça e não territorialmente demarcada – deve ser compreendida como translocal em duas perspectivas. O primeiro sentido que Alvarez (2009) alude é de translocalidade, parte dos movimentos além dos conceitos da “política da localização” usados pelo feminismo terceiro-mundista estadunidense, pois uma política feminista de localização abrange uma temporalidade de luta, e não uma atitude fixa.

Agustín Láo-Montes (2007) sugere que latinas/os e afro-latinas/os, em especial, são mais percebidas/os como “sujeitos translocais”. Nesse ponto de vista, a política da localização, como é constituída pelos feminismos das mulheres de cor nos Estados Unidos, “relaciona as ‘múltiplas mediações’ (gênero, classe, raça etc.) que constituem o *self* aos diversos modos de dominação (capitalismo, patriarcado, racismo, imperialismo) e às distintas, ainda que conectadas, lutas e movimentos sociais” (LAÓ-MONTES, 2007, p. 122). O conceito translocal dá um passo à frente, ligando geografias de poder em múltiplas escalas (local, nacional, regional, global) a posições de sujeitos (gênero/sexual, étnico-racial, classe etc.) que constituem o *self*. Alvarez (2009) desenvolve essa perspectiva de translocal para englobar não somente latinas/os estadunidenses, mas de toda a América Latina.

Uma política hemisférica do translocal precisa olhar para a heterogeneidade das latinidades dentro dos Estados Unidos e entre povos latino-americanos e caribenhos, como também para as inúmeras posições que moldam as vidas latino-americanas por meio de múltiplas fronteiras. Visto que mais do que “migrar” e “assimilar”, várias pessoas da América Latina cada vez mais se movimentam entre localidades e lugares historicamente situados e culturalmente específicos, cruzando inúmeras fronteiras, e não apenas entre nações (ALVAREZ, 2009). Alvarez (2009) utiliza a palavra translocal, então, com um segundo significado, que denomina de translocalidade, justamente para enlaçar esses cruzamentos e movimentos multidirecionais.

Inúmeras feministas e teóricas críticas percorrem atualmente, por uma cadeia de redes íntimas, familiares, libidinais, culturais, financeiras, políticas e trabalhistas, dentro e cruzando diversas localidades da América Latina e além. O feminismo sugerido pela autora é uma prática multilocalizada. Assim como as teorias viajantes e os transmigrantes de hoje, nossos próprios cruzamentos – teóricos, políticos, pessoais e íntimos – são excessivamente vigiados e repetidamente interrompidos por variados tipos de vigilantes (patriarcais, disciplinares, institucionais, capitalistas/neoliberais, geopolíticos, sexuais e por aí vai) (ALVAREZ, 2009).

De acordo com Alvarez (2009), os nossos diversos locais ou posições de sujeito se modificam, de maneira decisiva para a política da tradução, segundo nossos movimentos e passagens por localidades espaço-temporais. Nossas subjetividades são, concomitantemente, fundamentadas no lugar e deslocadas ou mal colocadas. A autora exemplifica: se uma cubana-americana “étnica” no sul da Flórida e uma latina racializada na Nova Inglaterra chegam a São Paulo, se tornam brancas. No entanto, a incorporação dessa “branquitude” é temporária e desagradável, pois existe a consciência das afrontas atribuídas pelo racismo tanto no norte quanto no sul das Américas. Embora com menor flexibilidade para os corpos mais negros por causa do “fato da negritude”, a raça pode ser marcador instável através das fronteiras. Como deixa claro a antropóloga brasileira Suzana Maia (2014), a raça não é um significante fixo de identidade, mas muda de acordo com os locais em que se habita.

Nessa circulação de numerosas bordas, Alvarez (2009) propõe o “translocas” como um projeto político e uma teoria do conhecimento que abranja e negocie as Américas globalizadas, um projeto que pode ser adotado vastamente nos Hemisférios ou mesmo além deles. Simone Schmidt (2009) defende que o deslocamento é algo bastante familiar aos sujeitos da modernidade tardia, e o sentimento de deslocamento,

ou, nesse caso, de translocalidade, frequentemente nos deixa, como propõe Hall (2005), com a sensação de não estarmos em casa em lugar algum.

Por causa “dos múltiplos circuitos, viagens, deslocamentos e reposicionamentos, as translocas se afirmam como sujeitos da diáspora, como necessariamente tradutoras” (ALVAREZ, 2009, p. 747), já que há a necessidade de se fazer traduzir através dos vários locais onde possuem relações e compromissos. Segundo Espinal (2014), a tradução é um “jogo sem descanso”, “um formar de viver”, uma estratégia de sobrevivência para aquelas que moram no Norte. Para muitas que nasceram nos EUA ou que imigraram quando criança com pais que não falavam inglês, a tradução se inicia praticamente na infância. As translocas expandem e transformam línguas e culturas de forma que nem a “língua-materna” nem as outras línguas utilizadas são “realmente estrangeiras” ou “nossas”.

Lélia Gonzalez também buscou encontrar formas de estruturação do pensamento no saber diaspórico como ferramenta para responder os seus questionamentos. Cardoso (2014) afirma que a autora relaciona o modelo dominante e, em determinados textos, apela a uma linguagem tida como fora do padrão instituído para a produção textual acadêmica, isto é, sem dependência às exigências e às regras da gramática normativa, mas que representa a herança linguística de culturas escravizadas. Assim, Gonzalez (1988a) hibridiza, envolve o português com fundamentos linguísticos africanos, em uma experiência política de mostrar o preconceito racial efetivo na própria definição da língua materna brasileira. Em decorrência do enredamento, enfatiza:

[...] aquilo que chamo de “pretoquês” e que nada mais é do que marca da africanização do português falado no Brasil [...], é facilmente constatável sobretudo no espanhol da região caribenha. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o *l* ou o *r*, por exemplo). Apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (e isto sem falar nos dialetos “crioulo” do Caribe) (GONZALEZ, 1988a, p.70).

Também sobre o português africanizado, prossegue a autora:

É engraçado como eles [sociedade branca elitista] gozam a gente quando a gente diz que é *Framengo*. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse *r* no lugar do *l* nada mais é do que a marca linguística de um idioma africano, no qual o *l* inexistente. Afinal quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala

dita brasileira que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa *você* em *cê*, o está em tá e por aí agora. Não falam que estão pretuguês⁶⁴.

E por falar em pretuguês, é importante ressaltar que o objeto parcial por excelência da cultura brasileira é a bunda (esse termo provém do quimbundo que, por sua vez e juntando o abundo, provém de um tronco linguístico bantu que “casualmente” se chama bunda). E dizem que significante não marca... Marca bobeira quem pensa assim. De repente bunda é língua, é linguagem, é sentido, é coisa. De repente bunda é desbundante perceber que o discurso da consciência, o discurso do poder dominante, quer fazer a gente acreditar que a gente é tudo brasileiro, e de ascendência europeia, muito civilizado etc. e tal.

[...] E culminando pinta este orgulho besta de dizer que a gente é uma democracia racial. Só que quando a negrada diz que não é, caem de pau em cima da gente, xingando a gente de racista. Contraditório né? Na verdade, para além de outras razões, reagem dessa forma justamente porque a gente pôs o dedo na ferida deles, a gente diz que o rei tá pelado. E o corpo do rei é preto e o rei é escravo (GONZALEZ, 1984, p. 283).

O pensamento de Lélia Gonzalez foi construído a partir do contato com homens e mulheres de outras localidades. Alvarez (2009) assegura que assim como Gonzalez (1988a, 1988b, 1984) e Espinal (2014), não se pode cansar de traduzir, já que diante de uma progressiva apropriação de culturas e conhecimentos locais nos fluxos globais de capital e mercadoria, nasce a urgência de um compromisso, por parte das feministas, em conversações e tráficos produtivos através de diversas fronteiras geopolíticas e teóricas, visto que as próprias traduções são objetos de luta que envolvem o compartilhamento de conhecimento para tecer alianças ou acabar com o discurso dominante.

3.3 FEMINISMO NEGRO, FEMINISMO BRANCO E AS QUATRO MANEIRAS COMO A DIFERENÇA PODE SER CONCEITUADA

Feministas críticas ao feminismo hegemônico têm procurado reconhecer as vivências de mulheres que, por não saberem utilizar da escrita e da erudição, não deixaram documentos registrados a respeito de seus atos, fazendo com que suas falas e protagonismos fossem silenciados como também vários atos de luta ao sexismo continuam sem visibilidade. Quando o combate contra à opressão sexista é analisado, como uma estrada de via única, em que apenas as experiências de determinadas mulheres são adotadas como referência, o local ocupado pelas mulheres negras, indígenas e brancas pobres fica inserido exclusivamente na história do feminismo hegemônico. Logo, as experiências de resistências aos diversos modos de violência, que

⁶⁴ A palavra aparece nos textos da autora escrita de duas maneiras: pretuguês e pretuguês.

seguem as opressões que reincidentem sobre distintas mulheres e, sobretudo, outros aspectos de feminismos são apagados e desconsiderados (CARDOSO, 2013).

Distinto de outros países, no Brasil, a discussão sobre feminismos e, especialmente, as críticas ao feminismo hegemônico têm ocupado de forma ínfima o panorama das pesquisas acadêmicas. Ainda que circunde entre os diversos ambientes de movimentação política de mulheres, um anseio de repulsa com um feminismo reconhecido com uma agenda política e uma herança histórica que pouco tem colaborado para a luta das mulheres negras contra as relações patriarcais (CARDOSO, 2013).

Várias das contribuições de Lélia Gonzalez, já explanadas na presente dissertação, ainda hoje, compõem as discussões de mulheres latino-americanas e caribenhas que possuem como sugestão refletir o feminismo desde o Sul (CARDOSO, 2013), um feminismo descolonizado que acolha e compreenda as mulheres que estão operando nas margens do “sistema capitalista moderno colonial”, como lembra María Lugones (2008), com a finalidade de estabelecer formas alternativas de sociedade.

Para Cardoso (2013), a proposta para refletir o feminismo negro no Brasil é atuar, desse modo, com categorias analíticas ajustadas com percepções teóricas da “tradição de pensamento de *mujeres de color*⁶⁵” (LUGONES, 2008, p. 73). Abraçar uma atitude crítica perante as elucidações universalizadas sobre mulheres, interrogando o uso de categorias baseadas em experiências remotas das mulheres negras para elucidar fenômenos sociais que lhe dizem respeito, pode mostrar espaços desconhecidos ou pouco estimados da vivência feminina negra.

A aproximação do movimento de mulheres negras com o feminismo foi atravessada, primeiramente, pelo enfrentamento e pela demarcação, considerado, muitas vezes, de “coisa” de mulher branca (CARDOSO, 2013).

Foi preciso um trabalho para enegrecer o feminismo e feminizar o movimento negro. Mas não foi um processo tranquilo, não foi um processo fácil nem de um lado nem de outro. Nem dentro do movimento feminista e nem dentro do próprio movimento de mulheres negras muito..., era sempre tensionado dos dois lados, sempre tensionando (IRACI, 2013 *apud* CARDOSO, 2013, p. 4).

⁶⁵ Segundo a autora, o termo significa uma coalização orgânica entre mulheres mestiças, indígenas, negras, mexicanas, ou seja, toda a trama complexa daquelas vitimizadas pelo colonialismo.

Quando Nilza Iraci⁶⁶, no depoimento citado anteriormente, menciona as divergências entre o movimento de mulheres negras e o feminismo, ela retoma a discussão que definiu a direção de desenvolvimento da conversa entre movimentos de mulheres negras e brancas com o feminismo no Brasil quanto à percepção teórica e política. Conversação que causou, a princípio, conceitos diferentes sobre o feminismo para ambos os movimentos. Para as ativistas negras feministas, a necessidade e a assimilação política do conceito feminismo, somando-se novas contribuições ao método de formação da teoria e prática, se faziam indispensáveis, objetivando a elaboração de um argumento mais efetivo para a luta das causas cruéis determinadas pelo racismo e interseccionado com o sexismo e com a classe para as mulheres negras (CARDOSO, 2013).

Cardoso (2013) realiza uma entrevista com Marta Maria de Andrade, em 2009, que recupera em sua declaração as emoções que circulavam no debate em seu começo: “tinha uma discussão de que naquele momento as mulheres feministas eram taxadas de brancas. E eram mesmo, brancas, louras, sociólogas, antropólogas, ‘doutorólogas’, cabelo vermelho. As ‘ólogas’ todas eram as mulheres brancas” (ANDRADE, 2009 *apud* CARDOSO, 2013, p. 5).

A percepção, coberta de preconceitos, atua com rótulos estabelecidos pela sociedade sobre o feminismo como resumido a estilo de vida (CARDOSO, 2013). Para Matilde Ribeiro (1998), essa concepção pode ser esclarecida pelo exercício do próprio movimento feminista brasileiro, inicialmente, ou seja, em seus problemas por um lado de passar com a heterogeneidade presente entre as mulheres e por outro de ter um espectro mais vasto dos procedimentos organizativos. Esse conceito restrito veio corroborar a ideia da feminista como branca, de classe média e intelectualizada.

Gonzalez (1988 *apud* CARDOSO, 2013), no seu texto “A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social”, expõe o debate feito naquele momento. A autora pondera a discrepância para as mulheres negras, do feminismo que adota como regra as experiências das mulheres brancas. Ela organiza sua crítica tendo como marca o panorama ofertado pelo I Encontro Nacional de Mulheres Negras, sucedido em Valença, no Rio de Janeiro, em 1988, onde o assunto feminismo

⁶⁶ Nilza Iraci é comunicadora social com especialização pela Universidade Nacional de Brasília. É presidenta e coordenadora de comunicação do Geledés – Instituto da Mulher Negra, coordenadora da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras. Integra o Conselho Deliberativo do Instituto Patrícia Galvão, o Comitê Internacional do Fórum Social Mundial e o Conselho Consultivo do Observatório de Gênero (GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/nilza-iraci-programa-de-comunicacao/>>. Acesso em: 21 nov. 2017).

surgiu. Compreender a conjuntura é imprescindível, tendo em vista que a identidade feminista negra é construída como alternativa ao sujeito do feminismo hegemônico. A crítica de Lélia Gonzalez assinala para o erro de demarcarmos a história das mulheres negras por espectros eurocêntricos, principalmente pelas ideias do feminismo radical.

Fechado em si mesmo pela identificação imaginária que o fundamenta, seus critérios são os de reprodução especular (e haja espelho nesta estória), caracterizados pelo sexismo extremado. Como lhe falta o impulso necessário para atingir o simbólico, ele não consegue apreender o real ou, como se diz, cair na real. Daí a grande distância que o separa da realidade vivida por milhões de mulher negras deste país e a sua grande proximidade do modelo ariado de explicação (cujo elemento de sustentação é justamente o racismo) (GONZALEZ, 1988 *apud* CARDOSO, 2013, p. 5).

Gonzalez reprova o que denomina de perspectiva estreita – vivências de mulheres e homens negros inseridas na defesa do feminismo que possui nas desigualdades de gênero sua predominância – por acreditar que gênero é o elemento primordial, que conduz seus anseios, não analisando que as relações de poder são compostas por outros marcadores sociais como raça e classe (CARDOSO, 2013).

[Esse] tipo de afirmação caracteriza toda uma tradição ideológica não só profundamente deformadora, bem como extremamente dicotômica: a do macho opressor versus a fêmea oprimida. A dialética não tem lugar neste tipo de perspectiva. Em consequência, a opressão racial e a exploração de classe ficam devidamente esquecidas nos porões de uma sociedade cujos sistemas de classificação social e econômico fazem da mulher negra o foco, por excelência, de sua perversão. Esquecer isso é negar toda uma história feita de resistência e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista, graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral (que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo). Esquecer isso significa não querer ver todo um processo de expropriação que as classes dominantes brancas têm exercido contra mulheres e homens negros deste país (GONZALEZ, 1988 *apud* CARDOSO, 2013, p. 5).

Lélia Gonzalez apoia um feminismo caracterizado pela especificidade, “o feminismo negro possui sua diferença específica em face do ocidental: [a diferença dada pela] solidariedade, fundada numa experiência histórica comum” (GONZALEZ, 1984, p. 3). Para Cardoso (2013), a solidariedade que a autora menciona é o alicerce da resistência das mulheres negras, desde o período da escravidão até a atualidade, das várias maneiras de organização que, nem a todo o momento, se ordenaram aos padrões formais, mas que sempre foram regulares e que se estabeleceram na luta aos artifícios de preponderância patriarcais, uma solidariedade historicamente construída, por meio de enfrentamentos e táticas de sobrevivência na diáspora, “nas sociedades pós-coloniais

marcadas pelo racismo, uma solidariedade que dá corpo aos Movimentos de Mulheres Negras no Brasil e inspira a perspectiva feminista das ativistas negras autodeclaradas feministas” (CARDOSO, 2013, p. 6).

Refletir identificação de gênero, raça e classe como marcadores que são acionados por feministas interseccionais enfatiza o conjunto de possibilidades que se dirigem aos estudos contemporâneos sobre as identidades. O processo de construção das identidades, que são diversas e plurifacetadas, reflete em diversos espaços, sejam eles pessoais ou políticos.

Segundo Correia (2013), a conjuntura do século XX impulsionou os estudos sobre as identidades com o (re)desenhamento dos chamados Novos Movimentos Sociais após a década de 1970, analisando de modo mais consistente o significado em torno das reivindicações pelo direito às diferenças. Essas movimentações ressoaram além de ações políticas orientadas para os segmentos nomeados de minoria. A partir dos estudos pós-coloniais, subalternos e pós-estruturalistas, é possível observar uma nova roupagem acerca dos estudos da identidade. Desse modo, é inevitável perceber que

[...] precisamos de molduras conceituais que possam tratar plenamente a questão de que os processos de formação da subjetividade são ao mesmo tempo sociais e subjetivos, que podem nos ajudar a entender os investimentos psíquicos que fazemos ao assumir posições específicas de sujeito que são socialmente produzidas (BRAH, 2006, p. 370).

Tendo em vista que os marcadores sociais de identidade gênero, raça e classe são construídos historicamente, produzidos culturalmente e institucionalizados, evidencio aqui a fala de Audre Lorde (2009):

Eu nasci Negra, e mulher. Eu estou tentando me tornar a pessoa mais forte. Eu posso voltar a viver a vida que me foi dada e ajudar em mudança efetiva em torno de um futuro vivível para essa terra e para minhas crianças. Como uma Negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, mãe de duas crianças incluindo um garoto e membra de um casal inter-racial, eu usualmente acho a mim mesma parte de algum grupo no qual a majoritariedade define-me como desviante, difícil, inferior ou apenas sendo “errada”. Pela minha pertença em todos esses grupos eu aprendi que opressão e intolerância da diferença vem em todas formas e tamanhos e cores e sexualidades. [...]. Eu aprendi que sexismo (a crença em superioridade inerente de um sexo sobre todos outros e então, seu direito à dominância) e heterossexismo (a crença na superioridade inerente de um modelo de amor sobre todos outros e então, seu direito à dominância) são ambos nascidos da mesma fonte como racismo – a crença em superioridade inerente de uma raça sobre todas outras e então, seu direito à dominância (LORDE, 2014, p. 1).

É perceptível no discurso marcações, como: identificação de gênero, classe, raça, opção política e orientação sexual, que mostram através da experiência da autora diversos modos de se inserir no meio social, como também distintas maneiras de ativismo político. Assim, é possível observar a multiplicidade de variações que rodeiam a categoria mulher, além da complexidade de constituir concepções que abarquem tais engendramentos sociais. Dessa maneira, pensar as identificações que permeiam marcadores sociais de gênero, raça e classe consiste em desafiar também as formações dos sujeitos múltiplos que requerem para si tais marcações. Para Correia (2013), a produção da autoidentificação racial ou de gênero atravessa não apenas a categorização de si que se constitui baseada na identificação com o outro, mas, também, a construção e a escolha que o indivíduo faz da sua identidade, alicerçado na sua trajetória de vida e no seu processo de individualização.

Quanto à diferença, a abordagem desta dissertação ampara-se em Brah (2006, p. 374): “se refere à variedade de maneiras como discursos específicos da diferenciação são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados”. Pode ou não ser compreendida como um marcador fixo de hierarquia ou como relacional, circunstancial e variável. Dessa maneira, retomo exclusivamente às quatro maneiras como a diferença pode ser conceituada pela autora: diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade.

Para Brah (2006), refletir sobre a experiência e a constituição do sujeito como processo é reestruturar a questão da “agência”. Para a autora é adequado reconhecer a diferença como marcador de caracterização de “histórias” coletivas da diferença como experiência pessoal, registrando a biografia pessoal. Esses grupos de “diferenças” se articulam frequentemente, mas não podem ser “lidas” uma “a partir da outra”.

A diferença como experiência é aquela gravada na história individual, e surge como ambiente de desenvolvimento do sujeito, sendo os dois compreendidos em processo. O “eu” e o “nós” que atuam não somem, mas o que fenece é a concepção de que essas categorias são elementos unidos, estáveis e já existentes, e não particularidades de “múltipla localidade, continuamente marcadas pelas práticas culturais e políticas cotidianas, como modalidades de múltipla localidade, continuamente marcadas por práticas culturais” (BRAH, 2006, p. 361). Isto é, o indivíduo da experiência não é uma pessoa formada a quem as experiências ocorrem. A diferença como experiência ingressa os contrassensos da subjetividade e da identidade. Desse modo, “a experiência de uma mulher negra é partilhada como identidade racial,

em comunidade e a experiência de gênero como subjetividade naturalizada na dominação” (BONELLI, 2010, p. 275).

A diferença como relação social faz referência à maneira como ela é formada através de discursos sistemáticos de casualidade, sejam eles econômicos, políticos, culturais e pelas práticas institucionais (BRAH, 2006). Ou seja,

[...] o conceito de “diferença como relação social” sublinha a articulação historicamente variável de micro e macro regimes de poder, dentro dos quais modos de diferenciação tais como gênero, classe ou racismo são instituídos em termos de formações estruturadas (BRAH, 2006, p. 363).

Um grupo articula essa diferença ao narrar as experiências históricas coletivas como um passado comum, tal como o legado da escravidão (BONELLI, 2010). A diferença como relação pode ser entendida como as trajetórias históricas e contemporâneas das circunstâncias materiais e práticas culturais que produzem as condições para a construção das identidades de grupo. O conceito se refere a tramas de narrativas coletivas compartilhadas dentro de sentimentos de comunidade, seja ou não essa comunidade constituída de encontro face a face ou não (BRAH, 2006). Isto é, elas produzem as condições para as identidades coletivas, para os discursos compartilhados, mas que precisam se concretizar na comunidade (BONELLI, 2010).

A diferença como subjetividade é percebida como interioridade, no entanto, o sujeito em processo é composto em e por meio da experiência “interior” e “exterior”. Dessa maneira, esse desenvolvimento da subjetividade é concomitantemente social e subjetivo, “donde o sujeito é entendido como descentrado e heterogêneo em suas qualidades e dinâmica. A subjetividade então não é unificada, nem fixa, mas fragmenta e constantemente em processo” (BRAH, 2006, p. 368). A autora ainda assegura que para as feministas tal compreensão passou a ser particularmente atraente, uma vez que é possível problematizar a “diferença sexual” como algo a ser justificado e não presumível (BRAH, 2006).

Para Brah (2006), as lutas sobre significado são também lutas sobre diversas maneiras de ser: diferentes identidades. Dúvidas de identidade estão profundamente vinculadas a questões de experiência, subjetividade e relações sociais. Identidades são registradas através de experiências culturalmente estruturadas em relações sociais. A “subjetividade – o lugar do processo de dar sentido a nossas relações com o mundo – é a modalidade em que natureza precária e contraditória do sujeito-em-processo ganha

significado ou é experimentada como identidade” (BRAH, 2006, p. 368). As identidades são conhecidas pela pluralidade de posições de sujeito que formam o sujeito. Consequentemente, a identidade não é fixa, nem particular; ela é uma variedade relacional em permanente transformação. Porém na sua fluidez, as identidades adotam padrões característicos, como num caleidoscópio, perante conjuntos particulares de situações pessoais, sociais e históricas. Dessa maneira,

a identidade pode ser entendida como o próprio processo pelo qual a multiplicidade, contradição e instabilidade da subjetividade é significada como tendo coerência, continuidade, estabilidade; como tendo um núcleo – um núcleo – um núcleo em constante mudança, mas de qualquer maneira um núcleo – que a qualquer momento é enunciado como eu (BRAH, 2006, p. 368).

Para a autora, é arriscado discorrer sobre identidade como efetiva e constituída se ela é processo, sendo mais adequado se referir à identificação. A identidade expressa é constantemente refeita e a identidade coletiva específica é um processo político por oposição à identidade como processo na e da subjetividade (BONELLI, 2010).

4 UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL CONSTRUCIONISTA DA *FANPAGE* DA *THINK OLGA*

Abramo (2006) afirma que as desigualdades de gênero, raça e classe são estruturantes na sociedade brasileira. Não existe, nessa frase, informação ou conteúdo que já não tenha sido obstinadamente salientado pela sociedade civil organizada e, principalmente, pelo movimento feminista e negro, durante as últimas décadas. Incontáveis são as declarações que indicam para as piores condições de vida das mulheres, em especial, as negras, para as barreiras à participação igualitária em vários campos da vida social e para as consequências que essas desigualdades e discriminações produzem não apenas para esse grupo específico, mas para a sociedade de uma maneira geral.

Tais indícios, entretanto, não foram capazes de sozinho imprimir às agências governamentais um novo modelo para a estruturação de práticas que possibilitem diminuir desigualdades e diferenças. Por décadas, as políticas se desenvolveram a partir de um conjunto homogêneo de seres humanos, que deveriam, por meio dessa sistematização, ter condições semelhantes de acessar as políticas públicas e delas se favorecerem. O fato, porém, comprovado por estudos e pesquisas baseados em indicadores sociais sugeria que as desigualdades permaneciam e que a mudança desse quadro demandaria uma nova forma de agir.

Desse modo, antes de apresentar a análise da *fanpage* da *Think Olga*, serão cruzados dados de três pesquisas diferentes, já que permitem mensurar as enormes distâncias que ainda afastam mulheres brancas e negras, homens brancos e negros. De qualquer perspectiva que se olhem esses grupos – nas esferas da saúde, do trabalho, da educação, do privado, da justiça –, a realidade ainda revela a potência estruturante dos valores e as convenções de gênero e raça na conformação do quadro maior de desigualdades e diferenças que ainda marca o Brasil.

Os dados da “*Pesquisa Brasileira de Mídia*” – PMB (2016), da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, trazem informações sobre os hábitos da população no que se referem aos meios de comunicação. Em seguida, também serão mostrados os dados da pesquisa “*Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça*”, realizada pelo IPEA (2011), que é produzida desde 2004, resultado de uma parceria estabelecida ente IPEA, *ONU Mulheres*, *Secretaria de Políticas para as Mulheres*

(SPM) e *Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial* (SEPPIR), sobre o acesso a bens e exclusão digital com ênfase nos recortes de gênero e raça. Ainda serão apresentados alguns números do “*Dossiê de Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*” também realizado pelo IPEA (2013), já que corrobora com a discussão presente na dissertação.

Esses dados serão apresentados porque disponibilizam à sociedade brasileira instrumentos que permitem mostrar as condições de vida das mulheres no país e os seus entrelaçamentos com a mídia, além de colaborar, futuramente, para a construção de um país que não enxergue nas diferenças os determinantes da desigualdade.

4.1 A IMPORTÂNCIA DO ACESSO A BENS E INCLUSÃO DIGITAL PARA A SUPERAÇÃO DAS DIFERENÇAS E DESIGUALDADES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE

O conhecimento sobre as maneiras como as desigualdades de gênero se produzem e reproduzem é condição para que elas possam ser encaradas, através do vínculo entre os movimentos feministas e de mulheres, no Brasil, de organizações internacionais, acadêmicas e diversos atores sociais que vêm tentando construir a igualdade enquanto uma realidade.

No entanto, as vitórias obtidas no campo da igualdade de gênero, raça e classe, não podem velar os grandes desafios ainda estabelecidos. Assim, os indicadores sociais e os hábitos nacionais de mídia, disponibilizados através das pesquisas previamente mencionadas, permitem dimensionar as grandes distâncias que ainda separam determinados grupos em todas as esferas sociais.

A pesquisa sobre os hábitos nacionais de mídia “*Pesquisa Brasileira de Mídia*” – PBM (2016), da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, revela que o brasileiro passa de segunda-feira a sexta-feira, em média 4h44min por dia na internet. Nos fins de semana, o tempo médio é de 4h32min. Cumpre reparar que o tempo dedicado à rede mundial de computadores é maior que nas mídias eletrônicas tradicionais. O consumo médio diário da televisão, por exemplo, foi de 3h21min em dias de semana. Aos fins de semana, o tempo médio de consumo do meio foi maior do que o registrado de segunda a sexta-feira, com 3h39min.

A PBM (2016) confirma a importância da utilização da internet como recurso para obter informação, apesar de ainda buscarem nos meios tradicionais a validação

daquilo que veem. Dos entrevistados, 49% mencionaram em primeiro ou segundo lugar a rede mundial de computadores como meio para se informar mais sobre o que acontece no Brasil. É importante ressaltar que o percentual marca a ultrapassagem da internet sobre o rádio como segundo meio de informação preferencial, com 30%.

Outro aspecto importante é que o tempo médio dedicado à internet pode variar conforme a idade, a escolaridade e até a região. Nesse sentido, a PBM (2016) verifica que adolescentes e adultos jovens (16 a 24 anos) usam a rede durante a semana por 6h17min em média. O estrato que está na 5ª a 8ª série fica mais tempo conectado do que o estrato que estudou até a 4ª série, com 3h19min. Diferenças semelhantes foram observadas no fim de semana, sendo que na Região Centro-Oeste o tempo médio na rede é de 05h04min, significativamente superior ao tempo médio em todo Brasil, com 4h12min.

Observa-se que a concentração do acesso à internet no Brasil está entre os jovens com instrução e que, apesar de uma parcela representativa ainda não ter o acesso, os indivíduos que o têm utilizam de maneira constante e intensa. Logo, fatores sociais como escolaridade, faixa etária e classe social estão relacionados ao acesso à internet.

Apesar da PBM (2016) não apontar desproporcionalidades no acesso à internet entre gêneros, o *“Dossiê de Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil”* (IPEA, 2013), que usa também os dados obtidos na pesquisa *“Retrato das Desigualdades de gênero e raça”* (IPEA, 2011), detalham a estrutura dos domicílios no Brasil e permitem identificar diferenças de renda, facilidades de acesso a determinados bens e serviços e a relação entre distribuição de renda e capacidade de consumo.

Em termos de análise de gênero, a conquista de bens possui impacto sobre o progresso da chefia feminina nos lares e sobre a utilização do tempo das mulheres, ainda principais responsáveis pelos trabalhos domésticos. No que se refere à marginalização ligada ao gênero, o estudo da evolução do acesso a bens no panorama confrontado entre mulheres e homens possibilita encontrar o processo de manutenção ou de superação de tendências de hierarquia entre os gêneros, que surgem também nas dificuldades de acesso a bens pelas populações negras, sobretudo mulheres negras.

No ponto de vista racial, as dificuldades de acesso a bens e a exclusão digital repercutem nas desigualdades sociais que prejudicam a inclusão da população negra e sua participação como cidadã na sociedade brasileira contemporânea.

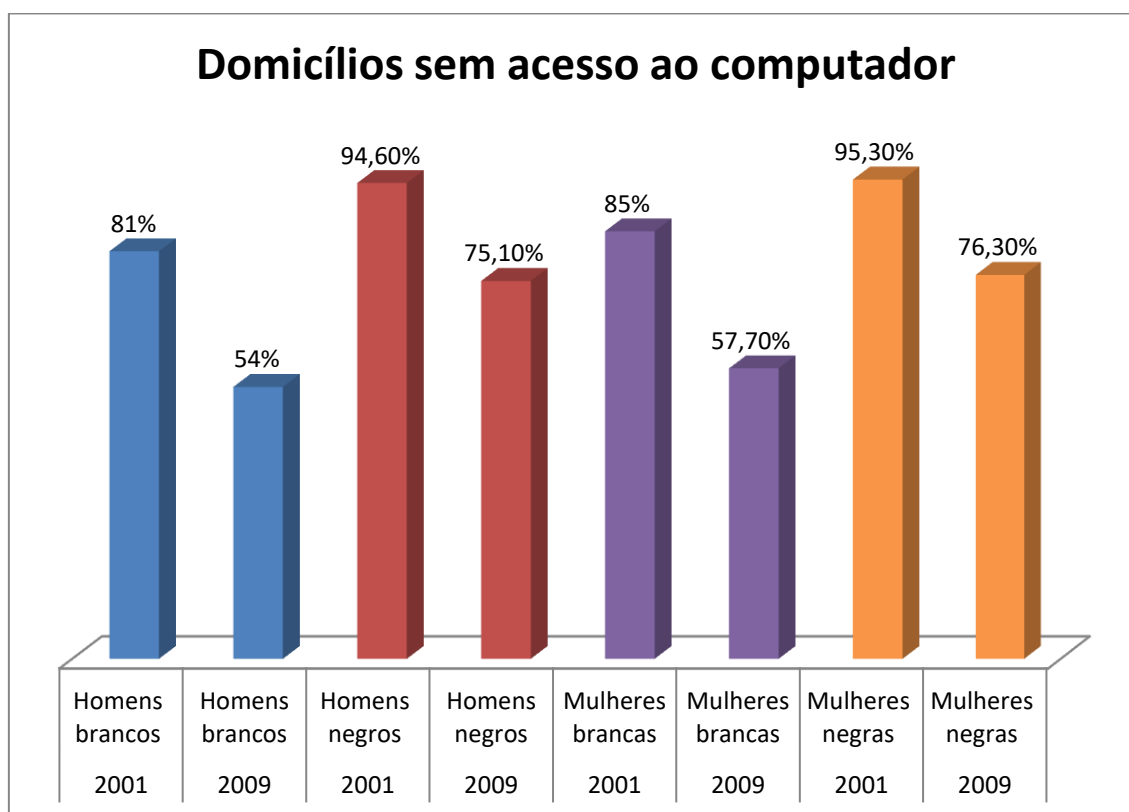
A análise dos dados em ambas as pesquisas realizadas pelo IPEA (2011, 2013) na perspectiva de gênero e raça corrobora com a abordagem interseccional, que se remete ao acúmulo, por um indivíduo, de diversas marcas de subordinação, a qual leva ao deterioramento de sua maneira de inclusão social. Dessa maneira, a inserção social perpassa três condicionantes que subordinam sua posição: ser mulher, ser negra e de baixa renda.

Os dados do “*Retrato das Desigualdades de gênero e raça*” (IPEA, 2011) evidenciam intensa divergência entre homens brancos e mulheres negras. A perseverança das desigualdades repercute no papel subordinado de mulheres negras e brancas e de homens negros na estrutura da sociedade nacional. No que concerne ao acesso a bens e à exclusão digital, é possível ratificar que o peso da raça, gênero e classe é decisivo no desenvolvimento ocupado pelos indivíduos.

Castells (1999) observa que, nas últimas décadas do século XX, a economia informacional, global e em rede se instituiu com uma nova ruptura de padrão nas sociedades capitalistas. Nessa economia, as habilidades dos sujeitos e das empresas de comunicar-se com pontos remotos e de produzir conteúdo informacional são as principais formas de gerar valor. O choque do valor da informação excede a questão econômica e influencia de modo direto as identidades culturais e a maneira de inserção social. O resultado do poder da comunicação em rede e do uso dos computadores da internet é a necessidade de proporcionar inclusão digital às populações, já que o acesso a informações e a produção de conteúdo digital por parte das pessoas estão diretamente associados às oportunidades de inserção social mais vasta. A rápida evolução desse formato de economia exige acelerados mecanismos para superar a exclusão digital, que se manifesta nas dificuldades de acesso ao computador e à internet; pelo analfabetismo digital, que normalmente coincide com a barreira do universo cultural dos sujeitos; e pela cristalização do *status* de consumidor ou produtor de conteúdo digital. No caso da população negra, a exclusão digital ressalta e perpetua as desigualdades encaradas e torna ainda mais difícil o acesso à educação de qualidade, a um emprego formal e às várias formas de sociabilidade disponibilizadas pela internet.

Sob a ótica do gênero, os dados de domicílios sem acesso a computador possuem a mesma tendência dos demais bens. O percentual de lares sem computador chefiados por mulheres é superior ao de domicílios chefiados por homens da mesma raça. Em 2001, 87,6% dos domicílios no Brasil não possuíam computador. Em 2009, esse número era de 65,4% (IPEA, 2011).

Gráfico 2 – Domicílios sem acesso ao computador



Fonte: IPEA (2011).

Os domicílios sem computador chefiados por homens brancos eram de 81% em 2001. No mesmo ano, os lares sem computador chefiados por homens negros eram de 94,6%. Em 2009, os números avançaram para 54% e 75,1%, para chefias masculinas brancas e negras, concomitantemente (IPEA, 2011).

Entre os domicílios sem computador chefiados por mulheres, em 2001, 85% dos domicílios chefiados por mulheres brancas não possuíam computador. No mesmo ano, 95,3% dos lares chefiados por mulheres negras não tinham acesso a esse bem. Em 2009, a evolução da posse do bem para os lares chefiados por mulheres brancas foi de 23,7 p.p., o que implica 57,7% das casas sem computador. Para mulheres negras, a queda foi de 19 p.p. em relação a 2001, implicando um número de 76,3% de domicílios sem computador. Os lares chefiados por mulheres negras não só possuem uma maior dificuldade de acesso ao computador, mas também uma tendência mais devagar de mudança da situação de posse do bem (IPEA, 2011).

No confronto entre os dados de homens e mulheres, os números dos domicílios chefiados por mulheres brancas são inferiores que os de domicílios chefiados por

homens brancos. Porém, o número é superior quando se contrapõem os dados dos domicílios chefiados por mulheres brancas com os chefiados por mulheres e homens negros. No que se refere à exclusão digital, a gravidade das desigualdades fundamentadas na raça tem maior repercussão sobre o acesso. Consequentemente, mais uma vez, o acúmulo das desigualdades de raça e gênero torna ainda mais difícil o acesso a esses bens, remetendo à abordagem interseccional, que ajuda a identificar por meio de um modelo crítico as intersecções entre as diferenças e desigualdades, permitindo uma compreensão mais profunda sobre as relações de poder.

Assim, percebe-se que a estabilização da economia em meados da década 1990, e, nos anos 2000, que impulsionou o acesso aos bens duráveis, seja condição indispensável para o acesso à informação e ao conhecimento disponíveis, não acarreta obrigatoriamente na inclusão digital, uma vez que instrução e conhecimentos mínimos são essenciais para tanto. A diminuição das brechas digitais não será conseguida a partir do fornecimento do acesso se este não estiver assistido de um processo de formação de usuários, concentrado no sentido do seu preparo e motivação, tendo por pano de fundo a clareza e o dimensionamento da relação entre sujeito, informação e mediação tecnológica.

Apesar de a internet ter facilitado a criação de uma comunidade feminista na qual é possível propagar informações para um número maior de mulheres, é necessário desenvolver mecanismos para reduzir substancialmente a distância entre os estratos da população, principalmente no que se refere a gênero, raça e classe.

4.2 UM OLHAR INTERSECCIONAL SOBRE RAÇA, CLASSE E IDENTIFICAÇÃO DE GÊNERO NA *FANPAGE DA THINK OLGA*

É inegável o impacto que a internet e as redes horizontais tiveram sobre os movimentos sociais, tanto no que concerne a sua caracterização quanto nas suas estratégias de ativismo. Nas últimas décadas, o movimento feminista tem encontrado novas vias de mobilização de suas pautas, discussões e ações, através das redes sociais, *sites* e *blogs*.

A *Think Olga* é uma ONG feminista com o objetivo de criar um conteúdo que reflita a complexidade das mulheres e empoderar por meio da informação. A *Olga* utiliza várias plataformas digitais, como: *site*, *YouTube*, *Twitter*, *Facebook*, *Instagram* e *LinkedIn*. Como a ONG possui múltiplas entradas para investigação, foi escolhida a

fanpage do *Facebook* da *Olga*. Esta dissertação objetiva analisar se os conteúdos presentes na *fanpage* do *Facebook* da *Think Olga* propagam o conceito de identificação de gênero defendido pelo feminismo interseccional construcionista e de que maneira é apropriado nos discursos da ONG.

Foram utilizadas duas perspectivas diferentes para trazer um olhar mais complexo sobre as publicações: a análise de conteúdo de Bardin (1977) para analisar incidências e frequências das publicações, além de quantificar as interações dos sujeitos que seguem a ONG, e a interseccionalidade com viés construcionista de Brah (2006), que trabalha com a ideia de diferença a partir de quatro eixos que se entrecruzam e se inter-relacionam. São eles: a diferença teorizada como relação social em sentido sociológico; explorada em termos de experiências humanas; entendida como subjetividade; e analisada em termos de identidade social, que proporcionou capturar indícios e olhares sobre os *posts* através de um modelo crítico que abarca desigualdades, diferenças, ligações e intersecções, permitindo uma compreensão mais profunda e abrangente sobre as relações de poder do que a tentativa de formular a relação em apenas uma dimensão. Mostrando que existem experiências de classes atravessadas por relatos e opressões que são cruzadas com identificações de gênero e raça.

Para atingir a finalidade proposta desta dissertação, recorre-se ao banco de dados, organizado de forma sistemática e objetiva da descrição dos *posts* conforme indicado por Bardin (1977). Foram também utilizados imagens e vídeos coletados a fim de compreender as temáticas, os indicadores, as expressões interseccionais, através de uma lógica de importância. No entanto, percebe-se que não têm temas mais e menos significativos, todos foram importantes, já que foram selecionados, publicados, reagidos, compartilhados e comentados por sujeitos que pretendem ser vistos e ouvidos de alguma maneira.

No entanto, a temática do assédio sexual foi recorrente em várias postagens, representando 39% dos assuntos debatidos durante o período de análise (Gráfico 1). Ressalta-se que o tema em questão não foi apenas recorrente no período da coleta de dados, em que houve uma semana de *posts* dedicado ao assunto, mas permeia toda a história da criação da *Olga* e sua principal campanha, “*Chega de Fiu Fiu*”, que se iniciou inteiramente *online*, mas que teve vários desdobramentos na vida *offline*. Assim, verifica-se que o ambiente virtual é essencial não apenas pela tecnologia, mas também pelas possibilidades de expressões, que permeiam tanto atitudes políticas quanto as pautas morais e práticas culturais (MARTÍN-BARBERO, 2013).

O primeiro *post* realizado no período de análise foi feito em 03 de abril de 2017, com 53 compartilhamentos, 342 reações e 05 comentários. O assunto abordado foi a discussão sobre o assédio sexual em locais públicos no Brasil e no mundo. A ONG afirmou que mais mulheres têm tido forças para denunciar, leis vêm sendo pensadas sobre a causa, e assim, a mídia de massa não pode se dar ao luxo de não pautar o tema com a seriedade e sensibilidade necessárias. Com o objetivo de educar sobre a questão cultural em torno da prática do assédio em locais públicos, divulgaram na publicação o trailer do documentário “*Chega de Fiu Fiu – O filme*” e a *Semana Internacional Contra Assédio (Meet Us On The Street: Anti-#StreetHarassment Week)*, promovida pela ONG americana *Stop Street Harassment*, a fim de jogar luz sobre o problema de maneira global, com eventos *offline* e *online* ao redor do mundo.

Figura 7 – Cenas do trailer do documentário “*Chega de Fiu Fiu – O filme*”.



Fonte: *Think Olga* (2017).

Figura 8 – Cenas do trailer “*Chega de Fiu Fiu – O filme*”. Na imagem, Rosa Luz, de Brasília (DF).



Fonte: *Think Olga* (2017).

Figura 9 – Cenas do trailer “*Chega de Fiu Fiu – O filme*”. Na imagem, Raquel Carvalho, de Salvador (BA).



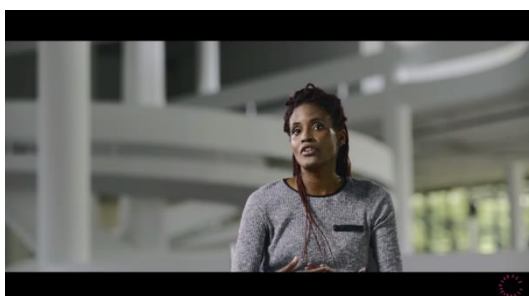
Fonte: *Think Olga* (2017).

Figura 10 – Cenas do trailer “*Chega de Fiu Fiu – O filme*”. Na imagem, Teresa Chaves, de São Paulo (SP).



Fonte: *Think Olga* (2017).

Figura 11 – Cenas do trailer “*Chega de Fiu Fiu – O filme*”. Na imagem, Djamila Ribeiro.



Fonte: *Think Olga* (2017).

Figura 12 – Cenas do trailer “*Chega de Fiu Fiu – O filme*”. Na imagem, Juliana de Faria.



Fonte: *Think Olga* (2017).

Das 9 publicações que fazem parte do tema assédio, 5 *posts* possuem o trailer do documentário “*Chega de Fiu Fiu – O filme*”, tanto através de *links* de redirecionamentos quanto por meio de elemento enunciador do conteúdo. Dessa maneira, nessas postagens foi considerada a análise do vídeo para observar as expressões interseccionais. O documentário foi apoiado e financiado por 1.200 pessoas no *Catarse*, como mais uma ferramenta de combate ao assédio de mulheres que estão apenas exercendo seu direito inalienável de ir e vir. O assédio nos espaços públicos se desenha no trailer através da história de três mulheres de diferentes regiões do país: Rosa Luz, de Brasília (DF), Raquel Carvalho, de Salvador (BA) e Teresa Chaves, de São Paulo (SP). O vídeo inicia com as falas dessas mulheres falando das dificuldades de andar pelo espaço público no dia a dia com a falta de iluminação e segurança, o medo do estupro, das agressões e assédios no geral. Também são trazidas no trailer cenas de assédios registradas nas ruas através dos óculos espião (que possuem uma câmera filmadora) e as dificuldades particulares de cada uma das três personagens. O trailer ainda conta com Djamila Ribeiro, feminista interseccional, negra, pesquisadora e conhecida por seu ciberativismo, que fala sobre a ultrassexualização e a objetificação do corpo da mulher negra desde o período colonial, e Juliana de Faria, jornalista e criadora da *Olga*, falando da importância do debate do assédio em espaços públicos e do respeito às mulheres.

Gráfico 3 – Expressões interseccionais, Rosa Luz, Brasília (DF).



Fonte: A autora (2018).

Algumas mulheres são trazidas em publicações mais de uma vez, esse caso acontece com Rosa Luz, que também aparece na temática *TV Olga*, na série Pergunte a ela (Figura 1), que consiste em vídeos curtos, geralmente 1 a 3 minutos, em que é feita uma pergunta sobre uma realidade experienciada. O subtema do vídeo em questão é denominado “Como resistir no cenário de música independente?”, em que foram realizadas duas edições, uma mais curta colocada como elemento enunciador do conteúdo no *Facebook* com 2,5 mil visualizações e o completo inserido no *TV Olga* (canal da ONG no *Youtube*) com 598 visualizações⁶⁷, ratificando que existe uma maior propagação com o conteúdo postado na *fanpage* no *Facebook*. A publicação sobre a série no *Facebook* foi publicada no dia 13 de abril de 2017, teve 04 compartilhamentos, 42 reações e 02 comentários, houve *links* de redirecionamentos para o canal de Rosa Luz, denominado *Barraco da Rosa*, onde afirma ser uma mulher transexual, periférica, negra e artista; para a *TV Olga*, onde tem o vídeo na íntegra; para o trailer do

⁶⁷ Dados coletados em 17 de abril de 2017.

documentário “*Chega de Fiu Fiu – O filme*”; para a prévia do EP⁶⁸ da Rosa Luz; e para colaborar com seu projeto musical.

Figura 13 – Alguns vídeos do canal no *YouTube* do *Barraco da Rosa*.



Fonte: *Barraco da Rosa* (2018).

No *TV Olga*, Rosa Luz compartilha sua experiência na música, respondendo sobre a importância de “dar as caras” no cenário independente, superando barreiras de gênero e outros preconceitos encontrados no meio, para fazer o que ama. Para observar as expressões interseccionais articuladas conforme indicada por Brah (2006), foram analisados tanto o trailer do documentário quanto o vídeo da série. Pode-se afirmar que a diferença social sublinha a articulação historicamente variável de maneira micro e macro de regimes de poder de mulheres que trabalham no cenário musical independente, já que essas tramas narrativas são compartilhadas dentro de um sentimento de comunidade. É possível observar a subjetividade expressa como mulher negra e transexual, como identificação racial e de gênero, que também é naturalizada “triplamente” na dominação. No entanto, é importante destacar que essa subjetividade é percebida através de experiência interior e exterior, dessa maneira, não é unificada, nem fixa, mas em processo. Ao se denominar periférica e artista, mostra elementos que remetem a sua classe social. Assim, a luta sobre significado também é embate sobre os

⁶⁸ A sigla EP vem do termo em inglês *extended play* e significa uma obra musical que contém mais músicas do que um *single*. O termo *extended*, indicando que o EP é um *single* estendido, com mais faixas.

diversos modos de ser: diferentes identificações, que se vinculam à experiência, à subjetividade e às relações sociais, como mulher transexual, negra, artista e periférica.

Gráfico 4 – Expressões interseccionais, Raquel Carvalho, Salvador (BA).



Fonte: A autora (2018).

Raquel Carvalho aparece também em outro *post* sobre a temática do assédio, com o subtema de “Dona Rosa”, que foi publicada no dia 06 de abril de 2017 (Figura 6), teve 23 compartilhamentos, 230 reações e 08 comentários. No texto é abordada a violência de gênero sofrida por sua mãe, Dona Rosa, em que conta as ameaças e perseguições que se seguiram ao término do seu casamento de dois anos até a tentativa de feminicídio, quando estava a caminho da Delegacia da Mulher para prestar queixa, e foi atacada pelo ex-marido com seis facadas no rosto, tórax e pescoço. O *post* possui a foto de Raquel Carvalho subindo a ladeira da sua comunidade (imagem retirada do trailer) com a frase: “Por sorte minha mãe está viva, mas ela precisa se libertar do medo”, assinado com o seu nome, o local da sua origem e a atividade que exerce. A publicação também possui vários *links* de redirecionamentos: para o trailer do documentário “*Chega de Fiu Fiu – O filme*”; a *hashtag* #*MexeuComUmaMexeuComTodas*; e para o Instituto da Mulher Negra – Odara, que

noticiou a reunião de mulheres negras que acompanharam Dona Rosa na audiência do seu caso, que se enquadra na Lei Maria da Penha⁶⁹. O texto é concluído com os dados que afirmam a diminuição do índice de feminicídio de mulheres brancas no Brasil e o aumento do feminicídio de mulheres negras.

Rago (1991) ressalta que, após a abolição, as ex-escravas, lavadeiras, empregadas domésticas e outras trabalhadoras enfrentavam o “estigma de prostituta” pelo simples fato de circularem fora do âmbito privado das casas. Assim, enquanto a sexualidade da senhora branca estava limitada aos ambientes familiares para fins de procriação, a mulher negra carregava a imagem da escrava submetida ao uso sexual dos senhores fora da vida familiar. Esse olhar sobre as mulheres negras persiste até os dias de hoje. Fato que pode ser comprovado através das diferenças significativas das mortes de mulheres negras e não negras, por exemplo. Os dados do Atlas da Violência (2017) indicam que 65,3% das mulheres assassinadas no Brasil no último ano eram negras, na proeminência de que a articulação entre desigualdade de gênero e racismo é intensamente perversa e configura variável essencial para entendermos a violência letal contra a mulher no país.

No que se refere à articulação dos marcadores sociais, identificação de gênero, classe e raça, conforme defendido por Brah (2006), é possível observar que a diferença social está presente na violência sofrida pelas mulheres negras, uma vez que essa narrativa é partilhada dentro de um sentimento de envolvimento de coletividade, presente no apoio dado pelas mulheres negras que foram em sua audiência, como também se encontra presente na sua filha Raquel, que dá voz a sua história. É possível observar a subjetividade expressa como mulher negra e cisgênero, tanto da mãe quanto da sua filha, como identificação racial, através da foto de Raquel e do apoio dado pelas mulheres negras na sua audiência, e de gênero, que também é naturalizada na dominação e na estigmatização de ser mulher e negra. Raquel Carvalho, ao se denominar universitária na publicação e no trailer do documentário, sempre mostra sua realidade atrelada à da sua comunidade, na periferia, e traz elementos da sua classe, apresentando a articulação: mulher cisgênero, negra, estudante universitária e periférica.

⁶⁹ Lei 11340/06 cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Tem o objetivo de prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Foi decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006, a lei entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006. Desde a sua publicação, a lei é considerada pela Organização das Nações Unidas como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Gráfico 5 – Expressões interseccionais, Djamila Ribeiro.



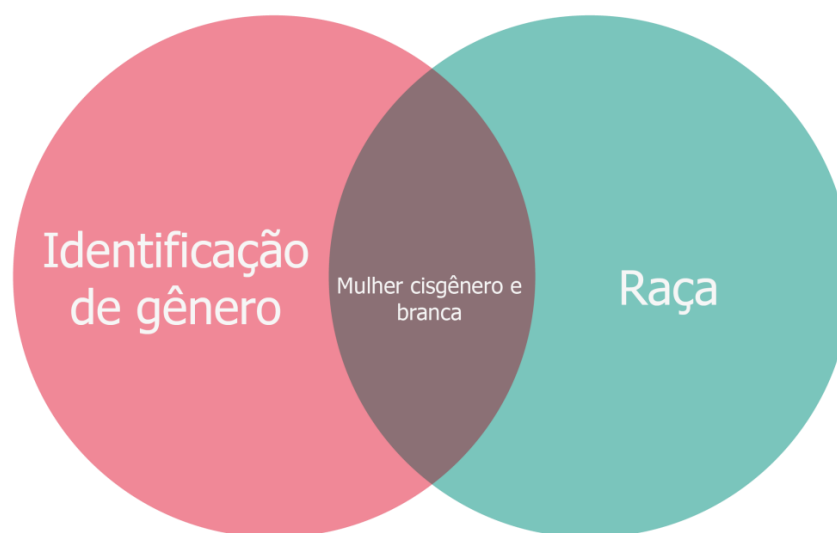
Fonte: A autora (2018).

No trailer do documentário “*Chega de Fiu Fiu – O filme*”, Djamila Ribeiro reforça a fala de Rago (1991) quando discorre sobre a objetificação e ultrassexualização dos corpos negros desde o período colonial, que, sob a égide da dominação, criou categorias de representação estereotipadas que persistem até hoje através da sexualização da mulata, da passividade submissa, generosa e autossacrificial da mãe-preta e da bestialização da negra escravizada. Djamila Ribeiro é uma pesquisadora feminista, mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo e conhecida pelo seu ativismo. Escreveu o prefácio do livro *Mulheres, raça e classe* da filósofa negra e feminista Angela Davis, obra inédita no Brasil e que foi traduzida e lançada em setembro de 2015. Em maio de 2016, foi nomeada secretária adjunta de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo durante a gestão do prefeito Fernando Haddad.

Observa-se que a diferença social sublinhada na articulação do regime de poder deixado pelo legado da escravidão se encontra presente na narração coletiva sobre a sexualização dos corpos negros, já que essas tramas são partilhadas dentro de um sentimento de comunidade. É possível constatar a subjetividade expressa como mulher

negra e cisgênero, como identificação racial e de gênero, que é naturalizada duplamente na dominação, por ser negra e mulher. Ao se denominar pesquisadora, traz elementos que remetem a sua classe social, evidenciando a articulação de ser mulher cisgênero, negra e pesquisadora.

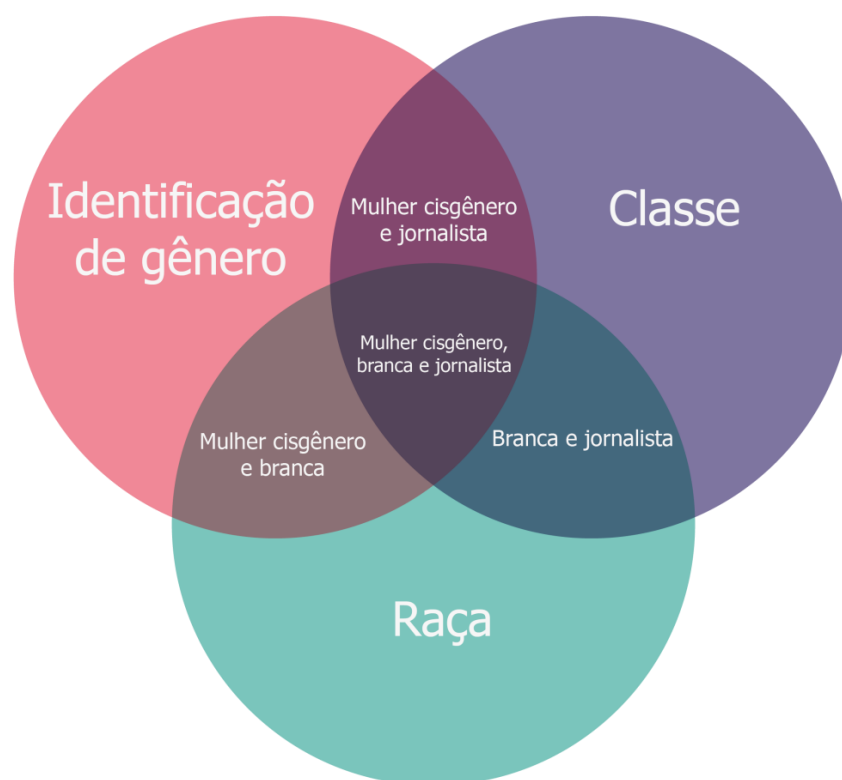
Gráfico 6 – Expressões interseccionais, Tereza Chaves, São Paulo (SP).



Fonte: A autora (2018).

Outras expressões interseccionais reconhecidas no trailer foi a de mulher cisgênero e branca, trazida por Tereza Chaves. Em muitas discussões são explorados diversos aspectos das desigualdades entre gêneros. Algumas das dimensões são encontradas através das diferenças de oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, disparidade salarial e acesso à esfera pública em geral. No entanto, existem outros aspectos que são mais subjetivos e são manifestados na maneira que as mulheres são vistas. Nessa perspectiva entra a objetificação do corpo feminino, tornando a mulher mais suscetível ao assédio sexual nos espaços públicos, que consiste em uma manifestação de poder e dominância dos homens sobre as mulheres, reforçando o papel de objeto sexual e fazendo com que a ameaça da violência esteja sempre presente no ir e vir. Essa subjetividade pode ser expressa através das filmagens com os óculos espião dos assédios sofridos por Tereza Chaves, trazendo a intersecção mulher cisgênero e branca.

Gráfico 7 – Expressões interseccionais, Juliana de Faria.



Fonte: A autora (2018).

As últimas expressões interseccionais observadas no trailer foram trazidas pela criadora da ONG, Juliana de Faria, que fala sobre a importância de trazer para o debate os assédios sofridos pelas mulheres em espaços públicos. É importante ressaltar que essas agressões não se dão apenas através de abusos físicos, mas também por meio de abusos psicológicos, morais e verbais, colocando a urgência de se quebrar paradigmas e estereótipos e discutir o saldo negativo da violência de gênero. Constata-se que a diferença social articulada historicamente pelos regimes de poder se encontra na narrativa sobre a objetificação e o assédio sofrido pelas mulheres, já que o discurso realizado por Juliana de Faria é proferido dentro de um sentimento de coletividade vivenciado pelas mulheres. É possível observar a subjetividade expressa como mulher branca e cisgênero, como identificação racial e de gênero. Ao se denominar jornalista, à frente da ONG *Think Olga* e da empresa *Think Eva*, traz elementos que remetem a sua classe social.

Figura 14 – Cenas da *live* sobre “*Chega de Fiu Fiu – O filme*” e *Meet Us On The Street: Anti-Street Harassment Week*.



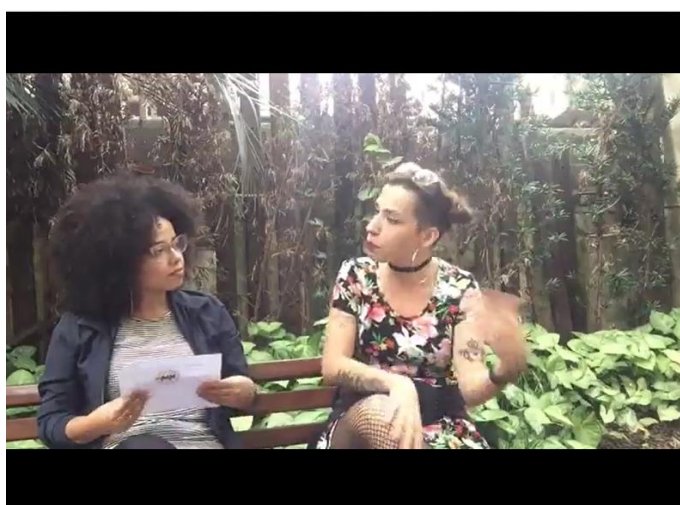
Fonte: *Think Olga* (2017).

Com o intuito de propagar ainda mais o documentário em finalização e trazer discursos de mulheres que inspiram, a ONG divulgou duas *lives*⁷⁰ com a temática do assédio no período de análise. No dia 03 de abril, foi realizada uma publicação que teve 02 compartilhamentos, 67 reações e 02 comentários, anunciando o tema da *live*, que possuía o objetivo de combater o assédio sexual em locais públicos e lutar por políticas de mobilidade e segurança para mulheres. No texto é mencionando a trajetória da ONG e a história da Campanha “*Chega de Fiu Fiu*” – das primeiras imagens contra o assédio que viralizaram na internet até o documentário. Foi enfatizado que seria falado sobre a realização do sonho de produzir um documentário sobre assédio sexual no Brasil. Dessa maneira, nesse mesmo *post* também foi divulgado mais uma vez o trailer do “*Chega de Fiu Fiu – O filme*” e a ONG americana *Stop Street Harassment*, através de *links* de redirecionamentos. Mostrou-se que as redes digitais permitiram vínculos solidários e de identificação coletiva com o desenvolvimento das políticas de gênero que transpassam para além dos contextos localizados entre as mulheres e suas comunidades, aumentando o espaço de ação do movimento, já que a *Think Olga* abraçou a campanha da ONG americana em fazer uma semana de publicações sobre o assédio em espaços públicos, trazendo para a conjuntura brasileira. Assim, a primeira *live* ocorreu em 04 de abril, teve

⁷⁰ É uma função do *Facebook* que permite criar vídeos em formato *streaming*.

04 compartilhamentos, 70 reações, 04 comentários e 3,1 mil visualizações⁷¹, fazendo parte da programação da *Semana Internacional Contra Assédio de Rua (Meet Us On The Street: Anti-#StreetHarassment Week)*. Ambas as publicações trouxeram as mesmas expressões de gêneros trazidas no trailer do documentário “*Chega de Fiu Fiu – O filme*” já mencionadas, uma vez que o tema abordado era o assédio, e consequentemente, foi debatido o vídeo em questão.

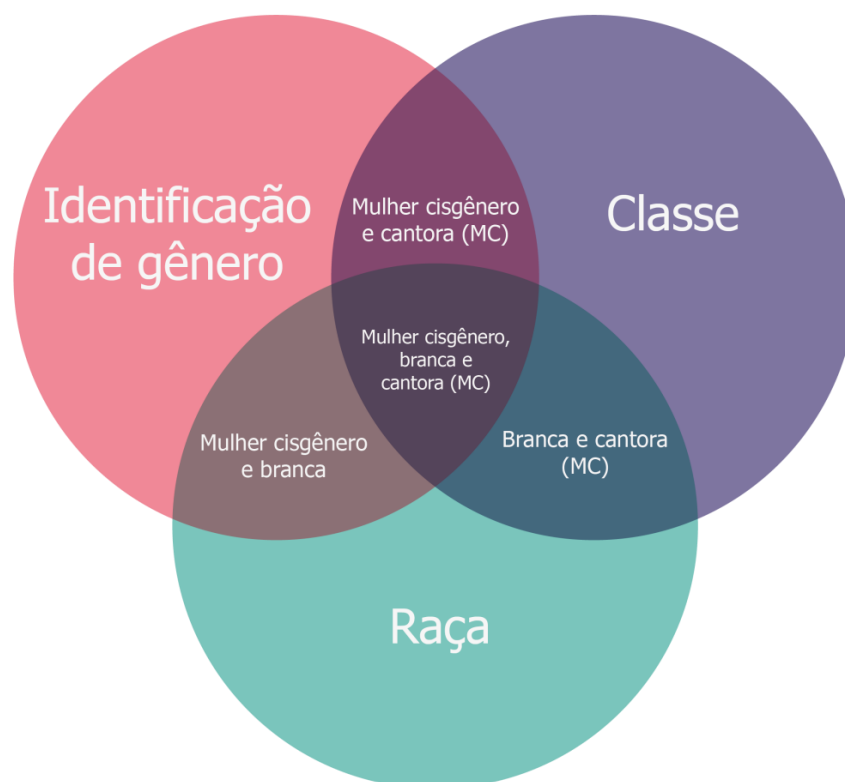
Figura 15 – Cenas da *live* com a MC Bárbara Sweet. Da esquerda para direita, a jornalista Karolina Gomes, integrante da *Think Olga* e a MC Bárbara Sweet.



Fonte: *Think Olga* (2017).

⁷¹ Dados coletados em 10 de abril de 2017.

Gráfico 8 – Expressões interseccionais, MC Bárbara Sweet.



Fonte: A autora (2018).

No dia 17 de abril de 2017, com 44 reações e 01 comentário, foi divulgada a segunda *live* a ser realizada no dia seguinte com a MC Bárbara Sweet. A música “Moça”, que fala sobre o enfretamento de ser mulher no dia a dia, é a trilha sonora do primeiro trailer do documentário “*Chega de Fiu Fiu*”. O vídeo, transmitido no dia 18 de abril de 2017⁷², teve 05 compartilhamentos, 98 reações, 03 comentários e 05 mil visualizações. Pode-se afirmar que a diferença social sublinha a articulação historicamente variável de maneira micro e macro de regimes de poder da participação feminina no *hip hop* brasileiro, sobre o machismo enfrentado pelas *rappers* e MCs, já que a entrevista fala em contexto coletivo. É possível observar a subjetividade expressa como mulher cisgênero e branca, como identificação racial e de gênero, que também é naturalizada na dominação, o que é reforçada ainda mais na participação de um cenário (*hip hop*) tido como masculino. A MC é a porta-voz, mestre de cerimônia, em que através das suas letras relata os problemas da sociedade, sempre utilizando diversas rimas e várias articulações. Para os adeptos da cultura do *hip hop*, que nasceu na periferia, o trabalho da MC é “lançar mensagens” que tragam conscientização e

⁷² Dados coletados em 24 de abril de 2017.

orientação à comunidade. Dessa maneira, ao se denominar cantora e MC, mostra elementos que remetem a sua classe social. Assim, as diferentes identificações se vinculam à experiência, à subjetividade e às relações sociais, como mulher cisgênero, branca e cantora (MC).

Gráfico 9 – Expressões interseccionais, Karolina Gomes.



Fonte: A autora (2018).

Karolina Gomes é uma jornalista que compõe o time da *Think Olga* e foi a responsável pela entrevista da MC Bárbara Sweet. Em 05 de abril de 2017, com 23 compartilhamentos, 180 reações e 05 comentários, ela também protagoniza uma publicação, na qual relata o seu primeiro assédio racista:

[...] Poucos momentos em minha vida gritaram tanto a minha identidade de mulher negra quanto o meu “primeiro assédio racista”. Eu já havia passado muitos constrangimentos na rua como uma adolescente, mas, se for possível classificar os piores tipos de “cantadas” que ouvimos na rua, eu diria que nenhuma se compara a ser chamada de macaca depois de ignorar um convite para o samba. Eu tinha 15 anos.

Eu não me lembro do rosto do indivíduo, minha cabeça já estava baixa na primeira vez que ele se referiu a mim, me chamando de “mulatinha”, percebendo minha pouca idade. Nesse momento, eu já havia estava me punindo mentalmente por ter passado por ali no meu caminho para o curso de

inglês, mesmo sabendo do bar que ficava aberto durante a tarde nos fins de semana para receber os turistas que iam a praia.

Eu apertei o passo, ainda olhando para o chão, pois queria sair dali o mais rápido possível. Mas logo em seguida, vi os passos do meu agressor ao lado dos meus e me arrepiei de medo. Ele havia deixado sua cadeira na porta do bar e corrido para me alcançar só para deixar claro seu descontentamento com o fato de que o ignorei. “Não sei da onde você tira tanto orgulho, sua macaca”, disse e se retirou.

Até para mim, que cresci, assim como minha família negra, negando minha identidade, aquilo foi um aviso do que estaria por vir com meu amadurecimento. Os homens agora me veriam de um modo diferente que viam minhas amigas brancas.

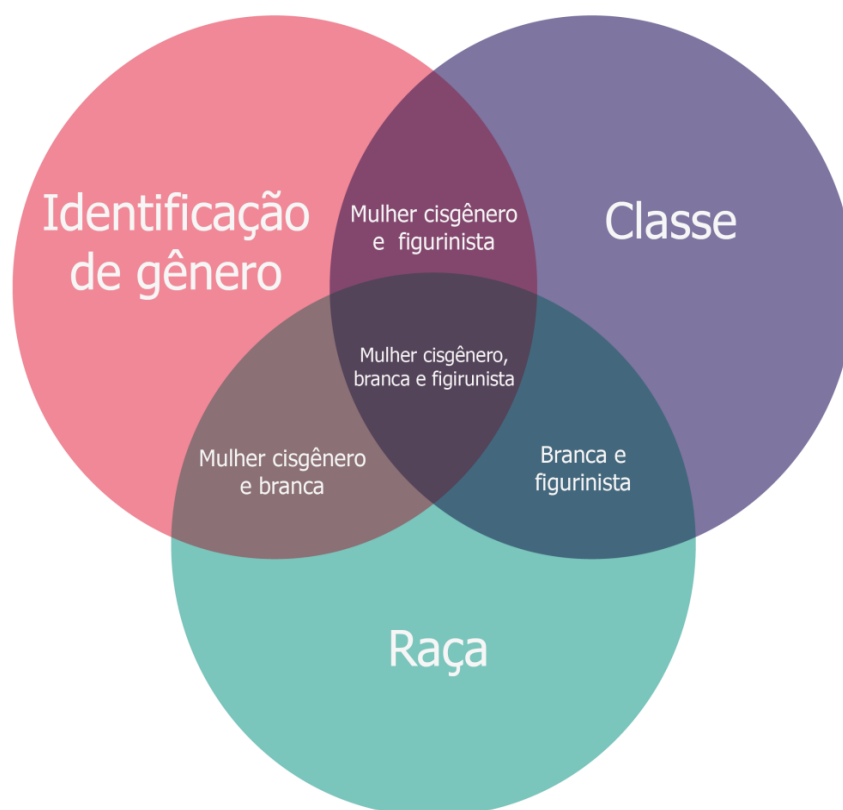
Isso faz parte da experiência de crescer negra, ainda que sem consciência disso: depois do preterimento na infância, falta de amor e atenção de colegas, professores e até alguns familiares, um súbito interesse com a chegada da puberdade e da vida adulta, mas sem deixar de ser preterida, pois este interesse não costuma passar do convite para o sexo (*THINK OLGA*, 2017b, online).

Através do relato fica evidente que os eixos de gênero e raça configuram a vulnerabilidade do assédio sexual. Ciente dessa questão, Karolina Gomes, ao fim do artigo, alertou para a urgência de se falar sobre esse problema cultural do ponto de vista das mulheres negras, passivas de agressões ainda mais perigosas em espaços públicos. No que se refere à articulação dos marcadores sociais: identificação de gênero, classe e raça, conforme defendido por Brah (2006), é possível observar que a diferença social presente na violência sofrida pelas mulheres negras devido à ultrassexualização dos seus corpos desde o período colonial. É possível constatar a subjetividade expressa como mulher negra e cisgênero, como identificação racial e de gênero, que é naturalizada duplamente na dominação, por ser negra e mulher. No texto trazido por Karolina Gomes, é possível também constatar a identidade como em processo, no momento que ela afirma que cresceu negando sua identidade racial. Ao se denominar jornalista e colaboradora da ONG *Think Olga*, traz elementos que remetem a sua classe social.

Outra campanha de assédio abordada pela *Olga* foi “*Mexeu com uma, mexeu com todas #chegadeassédio*”. No dia 31 de março de 2017, a figurinista da Rede Globo Susllem Tonani publicou no *blog #AgoraÉQueSãoElas*, do *Jornal Folha de S. Paulo*, uma denúncia na qual afirmou ter sido assediada, em seu local de trabalho, pelo ator José Mayer, ao longo de oito meses. Em poucas horas a denúncia já havia repercutido por diferentes redes sociais, como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*. Atrizes, profissionais envolvidas em peças teatrais e audiovisuais encabeçaram um movimento não apenas de apoio à denúncia da figurinista, mas também com o intuito de expressar repúdio e pedir

um basta ao assédio contra a mulher (BEZERRA, MEDEIROS, LACERDA, 2018, no prelo⁷³).

Gráfico 10 – Expressões interseccionais, Susllem Tonani.



Fonte: A autora (2018).

Nomeado de “*Mexeu com uma, mexeu com todas #chegadeassédio*”, o movimento reuniu nomes de atrizes como Camila Pitanga, Drica Moraes, Dira Paes, Luisa Arraes, Tainá Muller, Cissa Guimaraes, Astrid Fontenelle e Alice Wegmann, que vestiram camisetas com esses dizeres em protesto à permanência do ator na emissora. A campanha também recebeu o apoio de figuras públicas, como a ex-presidenta Dilma Rousseff, bem como militantes, coletivos e ONGs feministas, como é o caso da *Think Olga* (BEZERRA, MEDEIROS, LACERDA, 2018).

No dia 04 de abril de 2017, Mayer assumiu o acontecido publicamente, em uma carta pública lida no *Jornal Hoje*⁷⁴, embora minimize o problema chamando-o de

⁷³ Aceito com data de publicação definida. BEZERRA, Mariana L. de M.; MEDEIROS, Kalianny B.; LACERDA, Juciano S. Mexeu com uma mexeu com todas: feminismo em rede no combate ao assédio sexual. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio. **Interfaces do midiativismo**. 2018. No prelo.

“erro”. No comunicado, o ator, que se encontra afastado de suas atividades na emissora, diz que desculpa não é o suficiente e utiliza a diferença geracional como uma das justificativas para a não interpretação de seus atos como assédio (BEZERRA, MEDEIROS, LACERDA, 2018).

As organizadoras da campanha decidiram vender a camiseta e continuar espalhando a mensagem de combate ao assédio sexual, em parceria com a loja *DiMona*⁷⁵, que já conhecia o trabalho da ONG *Think Olga* com a “*Chega de Fiu Fiu*”, esse foi o elo necessário para firmar a parceira, em que parte do lucro da venda das camisetas foi direcionada para que a ONG possa dar continuidade a esse trabalho. O *post* sobre a campanha em questão foi publicado em 05 de abril de 2017, teve 740 reações, 105 compartilhamentos e 20 comentários⁷⁶ (BEZERRA, MEDEIROS, LACERDA, 2018).

A campanha “*Mexeu com uma, mexeu com todas #chegadeassédio*” expressa o engajamento que diversas pessoas tiveram ao tomar conhecimento dos assuntos e de como refletem na utilização da mídia na expressão do ativismo. Quando, se não pela apropriação das redes sociais, seria possível unir diversas pessoas em prol de uma causa, como afirma Castells (2015b). Salienta-se, ainda, a força que a campanha teve quando se percebe que ela vai além dos espaços digitais e transborda para as articulações em ambientes físicos, constata-se isso quando vemos a venda das camisetas.

O depoimento de Susllem Tonani e a campanha expôs um crime que vive da vergonha e do medo, mas que principalmente desencadeou uma onda de indignação ao assédio sexual sofrido por uma mulher no ambiente de trabalho, transformando um fato individual em uma questão coletiva, deixando clara a articulação da diferença social. É possível constatar a subjetividade expressa como mulher branca e cisgênero, como identificação racial e de gênero. Ao se denominar figurinista da *Rede Globo*, ela traz elementos que remetem a sua classe social.

No dia 12 de abril de 2017, foi realizada uma publicação referente a um caso de violência de gênero transmitido em rede nacional, no *Big Brother Brasil*, com 284 compartilhamentos, 823 reações e 23 comentários. Os espectadores perceberam as

⁷⁴ SÁ, Michael; RODRIGUES, Thayná. Acusado de assédio, José Mayer admite em carta que errou e pede desculpas. **Jornal Extra**, 4 abr. 2017. Disponível em: <<https://extra.globo.com/famosos/acusado-de-assedio-jose-mayer-admite-em-carta-que-errou-pede-desculpas-21158359.html>>. Acesso em: 18 out. 2017.

⁷⁵ Disponível em: <<https://camisadimona.com.br/lojas>>. Acesso em: 18 out. 2017.

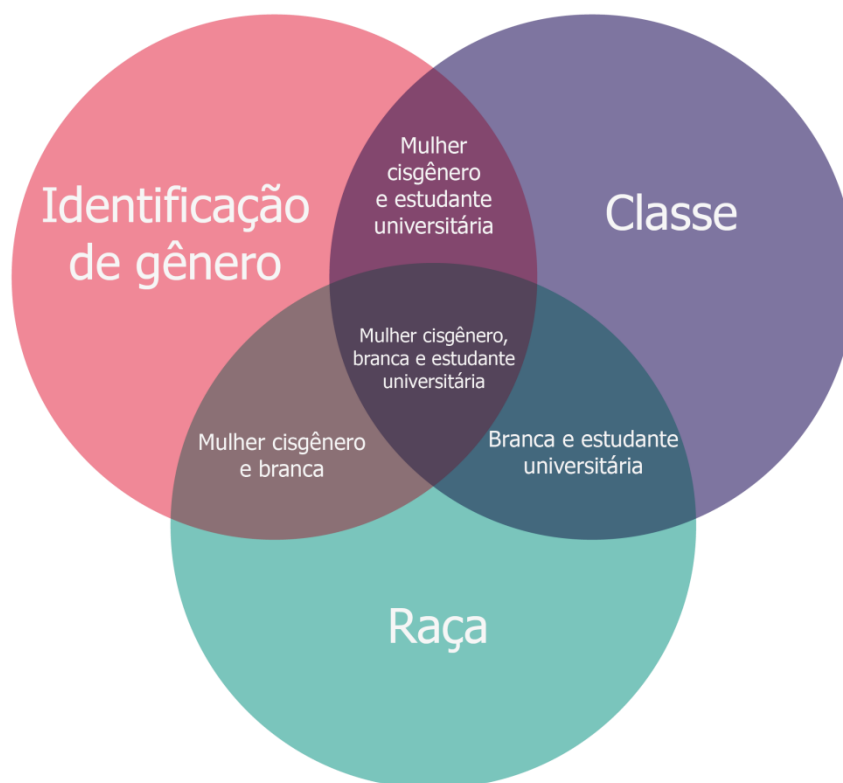
⁷⁶ Dados coletados em 10 de abril de 2017.

diversas agressões sofridas pela participante Emily Araújo por parte de Marcos Harter, outro participante do *reality*. A audiência pressionou para que a *Rede Globo* acionasse a Delegacia da Mulher. E depois de apurar as imagens das câmeras, a polícia decidiu expulsar o agressor da competição para continuar as investigações.

Apesar de todas as intimidações, os gritos, as marcas roxas pelo corpo, além de outros abusos sofridos que se caracterizam como violência para muitos, o problema não ficou claro para Emily, ilustrando mais uma violência: a culpabilização da vítima. Com o objetivo de elucidar os tipos de violência de gênero, a *Think Olga* traduziu um infográfico da *Amnistia Internacional Madrid*⁷⁷, que mostra que muitas agressões são invisíveis para a vítima e até mesmo para pessoas que acompanham o relacionamento de fora. Caso contrário, não haveria pessoas se pronunciando contra a expulsão de Marcos, argumentando que não houve crime e que intimidações eram “normais” ou que “fazem parte do romance”. Assim como na campanha “*Mexeu com uma, mexeu com todas #chegadeassédio*”, a repercussão sobre o caso em questão exhibe a utilização da mídia na expressão do ativismo. A utilização da internet e das redes de comunicação móveis são fundamentais para a articulação e estruturação de pessoas em prol de uma causa, já que as tecnologias em rede fornecem a plataforma para uma prática expansiva e constante (CASTELLS, 2015b).

⁷⁷ É uma organização formada por ativistas que se encarregam de dar visibilidade a nível local às campanhas da *Amnistia* Internacional a favor dos direitos humanos em Madrid. Realizam ações de mobilização para causar impacto público, pressão social e adesão da cidadania. (Infográfico original disponível em: <<https://blogs.20minutos.es/mas-de-la-mitad/2016/03/24/hasta-nunca-un-relato-sobre-el-iceberg-de-la-violencia/>>. Acesso em: 18 out. 2017).

Gráfico 11 – Expressões interseccionais, Emily Araújo.

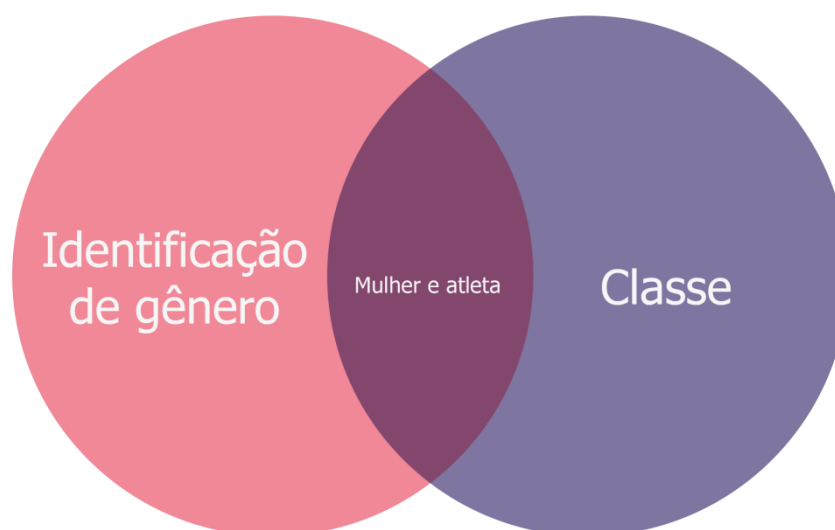


Fonte: A autora (2018).

Constata-se que a diferença social articulada historicamente pelos regimes de poder se encontra na narrativa sobre o assédio sofrido pelas mulheres, já que a experiência vivenciada por Emily Araújo é vivida por várias mulheres. É possível observar a subjetividade expressa como mulher branca e cisgênero, como identificação racial e de gênero. Ao se denominar estudante universitária remete a sua classe social.

A *Olga Esporte Clube* surgiu com o objetivo de reaproximar as mulheres da prática do esporte. Nessa jornada de empoderamento feminino por meio dos esportes, foi detectada a violência de gênero como uma barreira para a prática de atividade física. O assédio se faz presente para a mulher que usa a rua para correr, caminhar, movimentar seu corpo, que acaba sendo invadido com olhares e frases desrespeitosas. Com isso, no dia 06 de abril de 2017, foi realizada uma publicação referente a esse recorte, com 04 comentários e 69 reações, que traz a intersecção mulher e o meio esportivo.

Gráfico 12 – Expressões interseccionais, mulher e atleta.



Fonte: A autora (2018).

A desigualdade na remuneração de mulheres e homens que desempenham a mesma função não atinge só o mercado de trabalho convencional. O suor para estar em competições nacionais e internacionais de alto nível é o mesmo para homens e mulheres, mas frequentemente as recompensas são menores para elas, que também são refletidas nas premiações em dinheiro das competições esportivas. Na lista divulgada pela Forbes (2017), dos 25 atletas mais bem pagos do mundo, não se encontra nenhuma mulher. Outro exemplo claro das diferenças e desigualdades de gênero sofridas no meio esportivo é o caso de Neymar e Marta, que são expoentes atletas do futebol brasileiro. Em 2016 ela já tinha sido eleita cinco vezes melhor jogadora do mundo pela FIFA e marcou 103 gols com a camisa da seleção. Ele conquistou o terceiro lugar e marcou 50 gols defendendo o Brasil. Mas na conta bancária é que a diferença dos dois se sobressai: Marta recebe o salário anual de US\$ 400 mil contra US\$ 14,4 milhões de Neymar (GÊNERO E NÚMERO, 2016).

Em um mercado movido a patrocínios, tudo parece justificável. Visibilidade e popularidade são palavras-chave para entender por que os esportes femininos atraem menos patrocínios. Já que a mídia dá pouca visibilidade às conquistas e campeonatos femininos, e quanto menos são noticiados e televisionados, menos pessoas possuem o interesse despertado e as prestigiam. Um círculo vicioso que explica em grande parte a batalha para equalizar economicamente as competições femininas e masculinas (GÊNERO E NÚMERO, 2016).

Os abusos e assédios sexuais também são recorrentes no meio esportivo. Um caso de abuso repercutido nas redes foi o da atleta de natação Joana Maranhão, que sofreu abuso sexual do seu treinador aos 9 anos de idade⁷⁸. Outro caso noticiado recentemente foi o de Larry Nasser, antigo médico da seleção de ginástica dos Estados Unidos, condenado a 60 anos de prisão por pornografia infantil e abuso por dezenas de mulheres⁷⁹.

O assédio sexual e a violência contra a mulher são problemas cuja complexidade e persistência nas diversas configurações sociais exigem um olhar interseccional. É notório que os *posts* publicados no período de análise que remetem à temática do assédio e a “*Chega de Fiu Fiu*” trazem uma pluralidade de vozes femininas, mostrando a multiplicidade, a complexidade das identidades, as diferenças e as desigualdades sociais por intermédio de um enfoque articulado, conforme defendido por Brah (2006), e que independente das intersecções mostradas, a subjetividade expressa em ser mulher é sempre naturalizada na dominação.

No entanto, nesse contexto de subjugação violenta das mulheres, não se pode ignorar o fato de que as mais afetadas são mulheres racialmente identificadas, para as quais os obstáculos à busca por proteção e mesmo à decisão de denunciar os abusos sofridos são potencializados pela raça. Essas afirmações podem ser constadas através dos próprios conteúdos publicados pela *Olga*, em que a maioria dos relatos sobre o assédio se encontra articulado pela raça, mostrando a múltipla vulnerabilidade que mulheres racializadas estão situadas de forma específica nas esferas econômica, social e política.

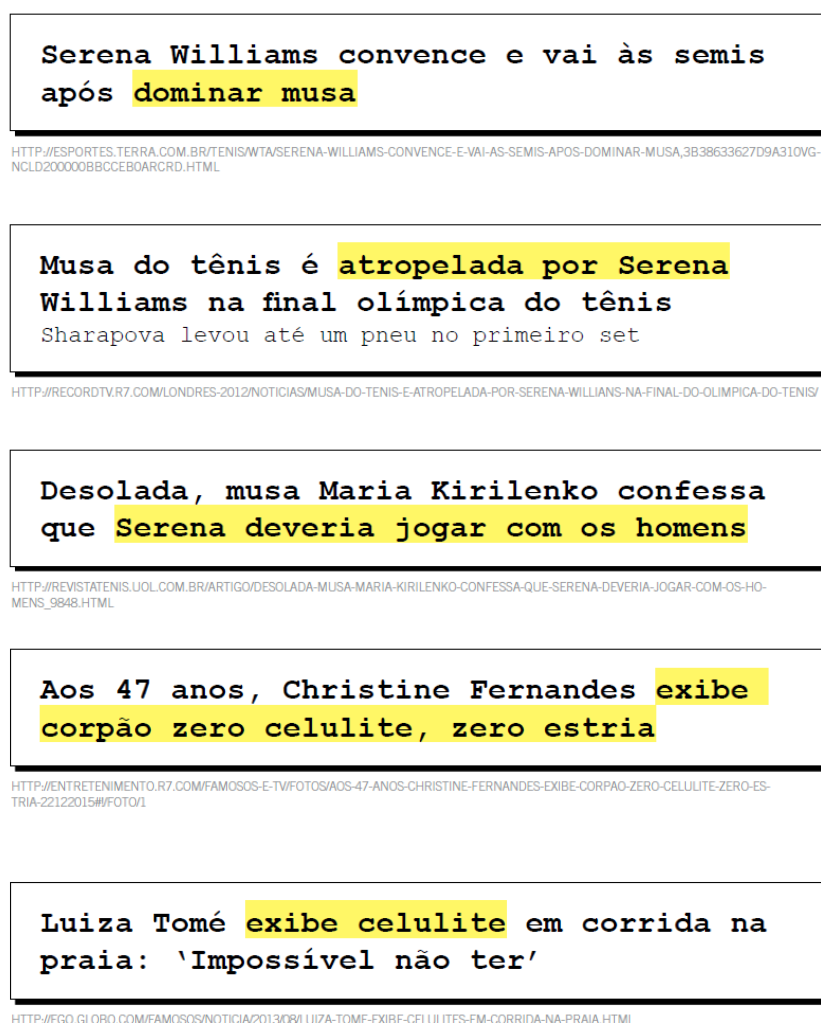
Assim, as mulheres negras das diversas classes sociais estão inseridas em uma formação social em que identificação de gênero, classe e raça funcionam como eixos de desigualdades que fazem com que suas experiências sejam diferentes das vivenciadas por mulheres brancas. Dessa maneira, a perspectiva da interseccionalidade assume grande relevância para o tratamento adequado das desigualdades e diferenças, e

⁷⁸ PIRES, Breiller. Joana Maranhão: “Fui abusada, mas combato a cultura do ódio. Justiça punitiva não é solução”. **El País Brasil**, Belo Horizonte, 24 out. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/23/deportes/1508782273_812472.html>. Acesso em: 20 jan. 2018.

⁷⁹ ALONSO, Nicolás. Ginasta Simone Biles diz ter sofrido abuso sexual de ex-médico da equipe olímpica dos EUA. **El País Brasil**, Whashington, 24 out. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/15/deportes/1516053486_622433.html/>. Acesso em: 20 jan. 2018; LARRY NASSAR é condenado a até 175 anos de prisão por abusos sexuais. **Globo esporte**, Lansingan, 24 jan. 2018. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/ginastica-artistica/noticia/larry-nassar-e-condenado-a-mais-40-anos-de-prisao-por-abusos-sexuais.ghtml>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

consequentemente, o planejamento de mecanismos para enfrentamento dessas realidades.

Figura 16 – Alguns exemplos de estereótipos nocivos presente na mídia. Imagens retiradas do *Minimanual de Jornalismo Humanizado*.

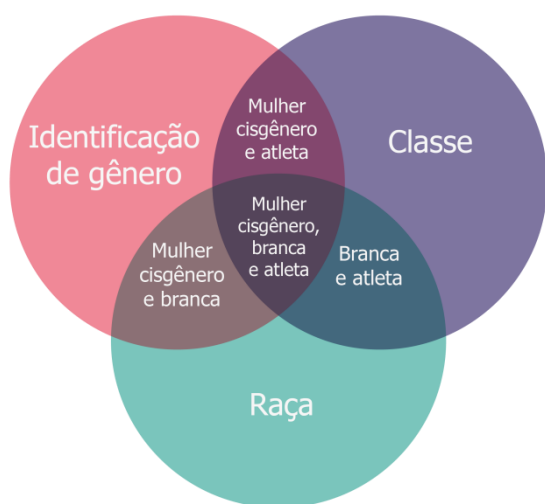


Fonte: *Think Olga* (2017).

No dia 07 de abril de 2017, Dia do Jornalista, houve duas postagens referentes à quarta parte do *Minimanual de Jornalismo Humanizado*, que trata sobre estereótipos de gênero nocivos. A primeira com 127 compartilhamentos, 266 reações e 27 comentários, e a segunda com 16 compartilhamentos, 172 reações e 1 comentário. Com a consciência de que o papel dos veículos de comunicação é fundamental na construção da cultura de um país, especialmente o jornalismo por sua posição de confiança e virtude informativa, sendo capaz de legitimar discursos e práticas concomitantemente, a *Olga* fez um guia

prático do que não fazer para que o conteúdo não perpetue a cultura de violência contra a mulher. Essa edição em particular traz análises sobre gordofobia, objetificação, abordagens limitantes e outros problemas encontrados no cotidiano das publicações no Brasil, como a visão masculinizada da mulher de negócios, analisada em parceria com a economista e empreendedora do *Genera* – Núcleo FEA USP de Pesquisa em Gênero e Raça, Itali Pedroni Collini.

Gráfico 13 – Algumas expressões interseccionais presentes no *Minimanual de Jornalismo Humanizado*.



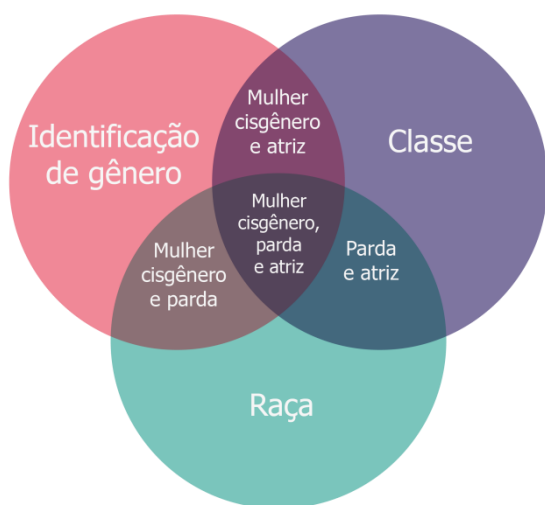
Fonte: A autora (2018).

Gráfico 14 – Algumas expressões interseccionais presentes no *Minimanual de Jornalismo Humanizado*.



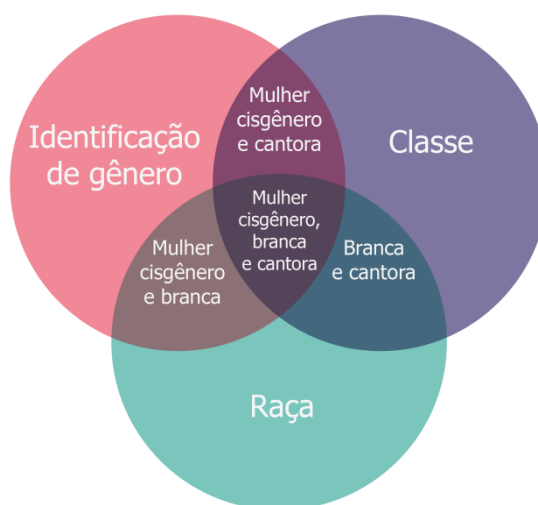
Fonte: A autora (2018).

Gráfico 15 – Algumas expressões interseccionais presentes no *Minimanual de Jornalismo Humanizado*.



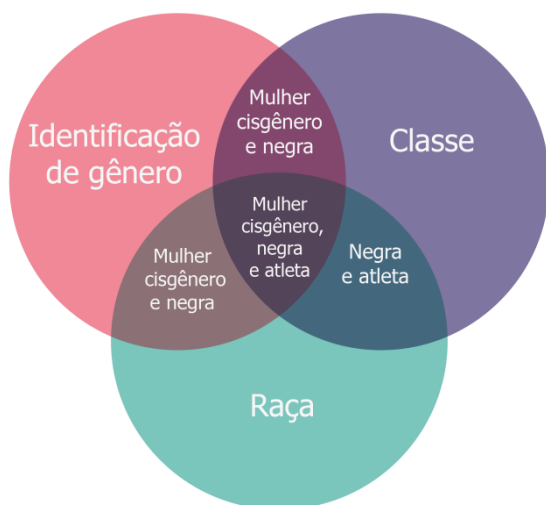
Fonte: A autora (2018).

Gráfico 16 – Algumas expressões interseccionais presentes no *Minimanual de Jornalismo Humanizado*.



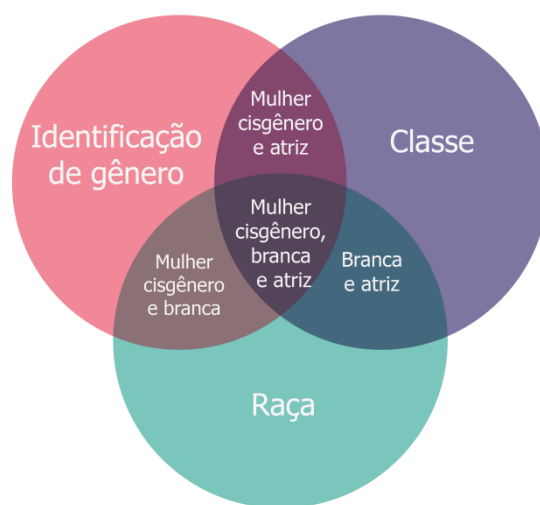
Fonte: A autora (2018).

Gráfico 17 – Algumas expressões interseccionais presentes no *Minimanual de Jornalismo Humanizado*.



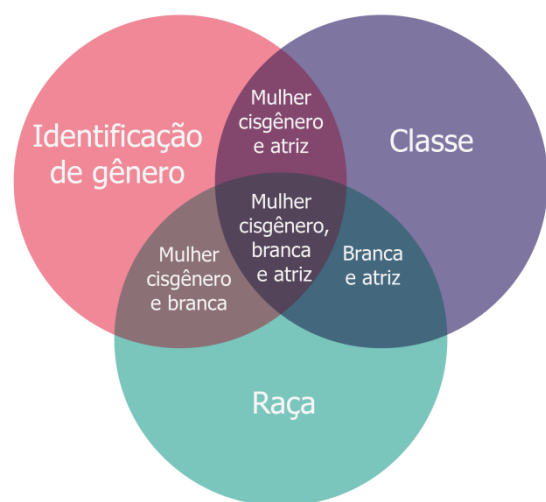
Fonte: A autora (2018).

Gráfico 18 – Algumas expressões interseccionais presentes no *Minimanual de Jornalismo Humanizado*.



Fonte: A autora (2018).

Gráfico 19 – Algumas expressões interseccionais presentes no *Minimanual de Jornalismo Humanizado*.



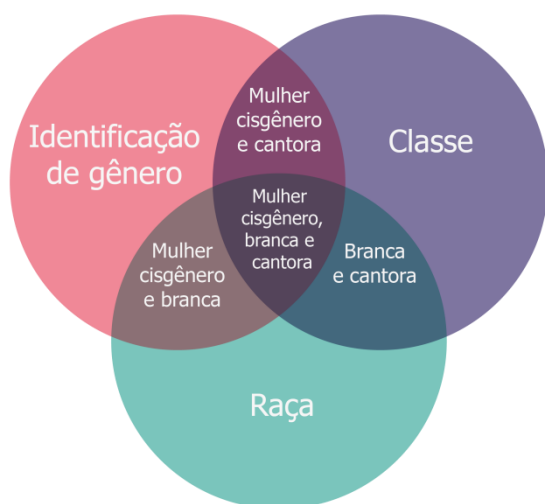
Fonte: A autora (2018).

Gráfico 20 – Algumas expressões interseccionais presentes no *Minimanual de Jornalismo Humanizado*.



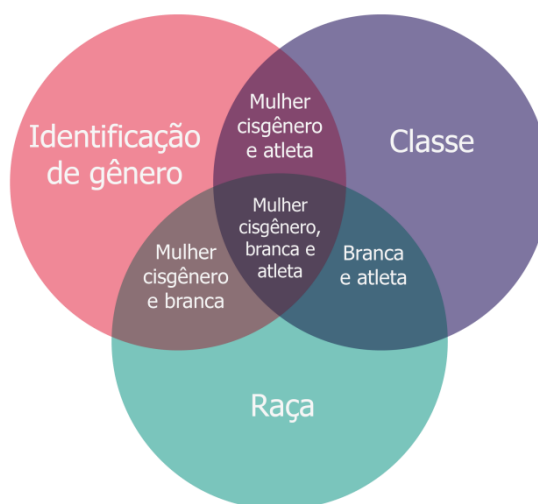
Fonte: A autora (2018).

Gráfico 21 – Algumas expressões interseccionais presentes no *Minimanual de Jornalismo Humanizado*.



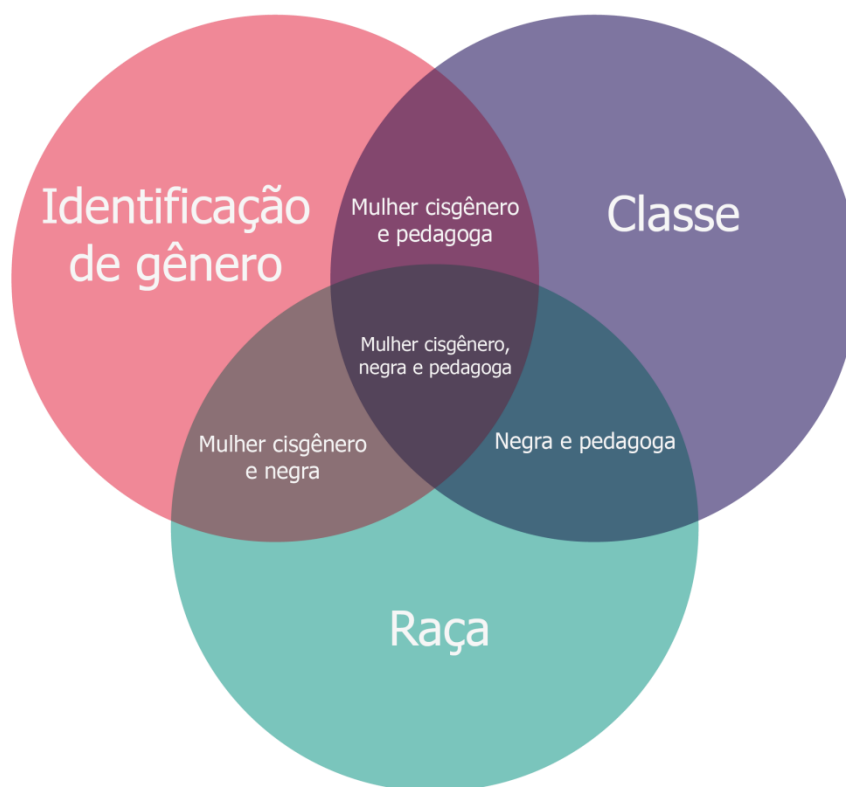
Fonte: A autora (2018).

Gráfico 22 – Algumas expressões interseccionais presentes no *Minimanual de Jornalismo Humanizado*.



Fonte: A autora (2018).

O objetivo do *Minimanual de Jornalismo Humanizado* é propagar sugestões de melhoria na escrita jornalística de forma a colaborar com um tratamento mais equânime às mulheres da imprensa, já que da mesma maneira que a comunicação veicula esses tipos de mensagens, ela possui também o poder de transformá-los. As outras edições, que foram enfatizadas no segundo *post*, trazem como temas: violência de gênero, pessoas com deficiência e racismo. Posteriormente, foram publicadas mais duas partes, nomeadas de: LGBT e aborto. Particularmente, na quarta parte, referente a estereótipos nocivos, é perceptível que existe uma preocupação com as questões interseccionais, já que os exemplos analisados mostram uma representação midiática heterogênea de mulheres, como: atrizes, modelos, empresárias, esportistas, tanto brancas quanto negras.

Gráfico 23 – Expressões interseccionais, Jaqueline Conceição.

Fonte: A autora (2018).

No dia 10 de abril de 2017, com 14 compartilhamentos, 156 reações e 03 comentários, foi publicado um *post* sobre o livro *Mulher, classe e raça*, da professora e filósofa americana Angela Davis, publicado no Brasil em 2015. A resenha divulgada foi escrita por Jaqueline Conceição, pedagoga, mestre em Educação: História, Política e Sociedade e articuladora do *Coletivo Di Jeje*⁸⁰, que consiste em um espaço de formação e produção de conhecimento sobre a mulher negra, para a mulher negra e feito por mulheres negras. É um lugar de troca de conhecimento, em que são ofertados cursos a distância. No texto estão presentes alguns *links* de redirecionamentos: para a *fanpage* da editora *Boitempo*, responsável pela publicação *Mulher, classe e raça*, no Brasil; para o site do *Coletivo Di Jeje* e sua plataforma de cursos. Na publicação Jacqueline afirma que o “Feminismo não é espaço de disputa de saberes ou etnias. Feminismo é espaço de análise, reflexão e enfrentamento à opressão. E sim, é preciso racializar a discussão nesse campo, porque realidades diferentes exigem enfrentamentos diferentes”⁸¹, e ainda

⁸⁰ *COLETIVO DIJEJÊ. Blog*. Disponível em: <<http://dijeje.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

⁸¹ Discurso retirado da postagem realizada em 10 de abril de 2017, às 9h, na rede social *Facebook*.

recomenda a leitura do livro para feministas negras na construção de suas identidades e para feministas brancas a fim de interseccionalizar ainda mais suas discussões. Além disso, a *Olga* divulga o curso online “*Pensamento de Angela Davis*” que o coletivo estava prestes a iniciar e traz uma ilustração da autora do livro retirada do *Dicionário ilustrado de mulheres – Aurélia*⁸².

Pode-se afirmar que a diferença social sublinha a articulação historicamente nas experiências vivenciadas pelas mulheres negras. É possível observar a subjetividade expressa como mulher negra e cisgênero, como identificação racial e de gênero. Nas falas de Jacqueline Conceição, também é possível identificar a preocupação em observar a heterogeneidade que rodeia a categoria mulher, conforme defendido por Chandra T. Mohanty (1983, 2003), Lélia Gonzalez (1988a, 1988b, 1984), Sonia E. Alvarez (2009) e Avtar Brah (2006, 2007). Além da compreensão dos diversos sistemas de diferenciação que são permeados também por marcadores como: identificação de gênero, raça e classe.

No dia 14 de abril de 2017, a *Olga* publica no *Facebook* um *post* convidando para assistir à primeira temporada completa do *Yes, We Cat*. A publicação teve 14 compartilhamentos, 241 reações e 17 comentários. *TV Olga* é o nome do canal da ONG no *YouTube* e que reúne vídeos sobre a causa defendida pela organização. No *Yes, We Cat*, a *Think Olga* reuniu pautas importantes em uma série no *YouTube*. O programa de entrevistas só com mulheres promove o debate sobre empreendedorismo, conteúdo *online*, cultura *geek*, maternidade e muitos outros assuntos. As entrevistas foram gravadas na *SOS Gatinhos* – que tem o objetivo de difundir a posse responsável, castração, cuidados, resgate e adoção de gatos – e conta com a participação dos felinos resgatados que estão em busca de um novo lar.

⁸² Baseado no nome do dicionário mais famoso do Brasil, surgiu em 2015 com a proposta de organizar em ordem alfabética, ilustrações de mulheres com suas biografias. O dicionário é ilustrado por Cecília Silveira e os textos são de: Aline D’Arisbo, Ariadne Catarine, Cícero Oliveira, Fernanda Drummond, Manuela D’Alvertas e Yasmim Mahmud (Disponível em: <<http://dicionarioaurelia.com>>. Acesso em: 21 jan. 2018).

Figura 17 – Cena do programa *Yes, we cat*, sobre mulheres na internet.



YES WE CAT: Mulheres na Internet com Jessica Tauane e Jout Jout

Fonte: *Think Olga* (2017).

Os episódios eram liberados semanalmente. O primeiro vídeo da série foi publicado no dia 11 de janeiro de 2017. Juliana de Faria conduziu o programa que contou com a presença de Júlia Tolezano, do *JoutJout Prazer*⁸³, e Jéssica Tauane, do *Canal das Bee*⁸⁴, onde discutem sobre mulheres na internet e as facilidades que as redes proporcionaram ao dar voz a mulheres que não eram ouvidas nas mídias tradicionais, tornando possível unir e compartilhar as experiências vivenciadas. No entanto, ainda alertam que apesar da internet ter facilitado a criação de uma comunidade feminista, onde é possível disseminar informações para um maior número de mulheres, as redes não alcançam todas as pessoas que gostariam de atingir por questão de acesso a bens digitais, que estão atrelados também à classe e à raça.

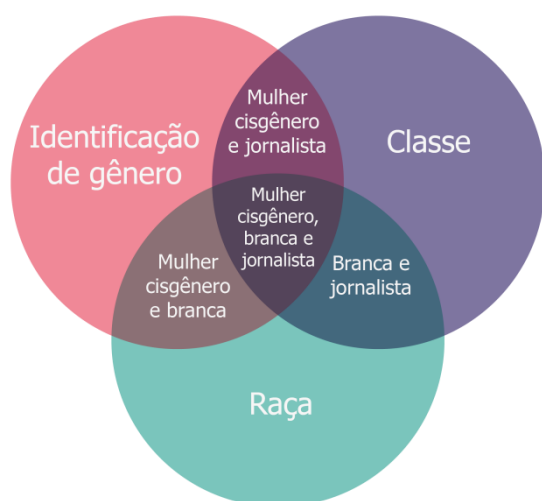
⁸³ CANAL JOUTJOUT PRAZER. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/joutjoutprazer>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

⁸⁴ CANAL DAS BEE. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/CanalDasBee>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

Gráfico 24 – Expressões interseccionais, *Yes, we cat*, Jéssica Tauane.



Fonte: A autora (2018).

Gráfico 25 – Expressões interseccionais,*Yes, we cat*, Juliana de Faria.

Fonte: A autora (2018).

Gráfico 26 – Expressões interseccionais,*Yes, we cat*, Júlia Tolezano.

Fonte: A autora (2018).

Conforme já mencionado, a interseccionalidade se refere à maneira como, na construção da subjetividade e da identificação dos sujeitos, categorias como raça, classe e identificação de gênero, entre tantas outras, se cruzam formando formas específicas de desigualdades e diferenças. As intersecções apresentadas por Juliana de Faria, criadora da *Olga*, já haviam sido observadas no trailer “*Chega de Fiu Fiu – O filme*” e foram reforçadas mais uma vez.

A jornalista e *youtuber*⁸⁵ Júlia Tolezano, conhecida no *YouTube* como “*Jout Jout*”, começou a fazer sucesso com vídeos que possuem temáticas feministas de forma simples e didática. Seu vídeo “*Não tira o batom vermelho*⁸⁶”, no qual ela apresenta como tema a questão do relacionamento abusivo, se espalhou e gerou vários debates nas redes⁸⁷, inclusive entre outras *youtubers*, sobre suas experiências com abuso físico e

⁸⁵ Pessoa que produz vídeos na plataforma digital *YouTube*.

⁸⁶ CANAL JOUTJOUT PRAZER. *Não tira o batom vermelho*. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=I-3ocjJTPHg>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

⁸⁷ GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. *Não tire o batom vermelho*: os sinais de um relacionamento abusivo. 14 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/nao-tire-o-batom-vermelho-os-sinais-de-um-relacionamento-abusivo/>>. Acesso em: 21 jan. 2018; CANAL DR RELACIONAMENTOS. *Não tira o batom vermelho ft. JoutJout Prazer*. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XIVZ04bDMvE>>. Acesso em: 21 jun. 2018; NAIDEL, Eduarda. *Não tira o batom vermelho*. 24 ago. 2015. Disponível em: <<https://eduardanaidel.wordpress.com/2015/08/24/nao-tira-o-batom-vermelho/>>. Acesso em: 21 jun. 2018; CANAL PRETA PARIU. *Não tira o batom azul*: Negras (1a Jout Jout). 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lhoc_TyLv4w>. Acesso em: 21 jan. 2018.

emocional em relacionamentos amorosos. Seus vídeos abordam suas vivências como mulher cisgênero, branca, jornalista e feminista.

No programa em questão também foi possível observar outro marcador social presente na fala da comunicóloga Jéssica Tauane, a orientação sexual, que consiste também em um item sensível nas relações de poder. Ela afirma que antes de criar com os amigos o *Canal da Bee* não achava conteúdo de lazer e informação para jovens homossexuais, bissexuais e transexuais. Pesquisando para fazer o canal, viu que não dava para abordar sexualidade e identificação de gênero sem falar de feminismo. Weeks (1999) esclarece que os padrões da vida sexual nos últimos tempos são resultado de uma luta social na qual classe e orientação sexual estão enredados. As diferenças de classes não possuem o mesmo significado para homens e mulheres. O gênero aparece como uma divisão decisiva na formação dos padrões de sexualidade. Dessa maneira, a sexualidade feminina é, inescapavelmente, um produto das relações assimétricas de poder, em que as mulheres têm definidos pelos homens seus valores, suas práticas e seus desejos. Essas categorias ainda fazem a intersecção com raça. No caso a sexualidade das mulheres homossexuais origina uma diferença particular que posiciona essas mulheres em um lugar de subalternidade.

Figura 18 – Cena do programa *Yes, we cat*, sobre moda.



YES WE CAT: Moda com Ju Romano e Nátaly Neri

Fonte: *Think Olga* (2017).

O segundo episódio foi apresentado por Nana Lima, diretora de projeto da *Olga* e cofundadora e sócia do *Think Eva*. As convidadas foram Juliana Romano, do *Entre*

*Topetes e Vinis*⁸⁸ e Nátaly Neri, do *Afro e Afins*⁸⁹, que falaram sobre como encontraram na moda e na criação de conteúdo uma forma de discutir identidade, autoestima e combater o machismo, além de outras lutas individuais que apreciam, como contra gordofobia e o racismo, respectivamente.

A jornalista e blogueira Juliana Romano possui seu espaço virtual, *Entre Topetes e Vinis*, desde 2009. Ela afirma que é um espaço para todas as meninas e mulheres que não se encaixam em padrões e que querem se livrar de regras que limitam a criatividade, liberdade e expressão. Uma das causas mais expressivas que Juliana abraça é o fim da gordofobia⁹⁰, defendendo a expressão da mulher gorda dentro da moda e da vida. Seus vídeos abordam suas vivências como mulher cisgênero, branca e jornalista.

Nana Lima é formada em Publicidade e uma entusiasta do consumo consciente e gênero e possui MBA pela ESADE *Business School*, em Barcelona, onde morou por sete anos. Foi após esse período que se apaixonou por marketing para público feminino, trabalhando em multinacionais do mercado de moda. Os elementos do seu trabalho trazem informações sobre sua classe, sendo possível observar a intersecção mulher cisgênero, branca e publicitária.

Gráfico 27 – Expressões interseccionais,
Yes, we cat, Juliana Romano.



Fonte: A autora (2018).

Gráfico 28 – Expressões interseccionais,
Yes, we cat, Nana Lima.



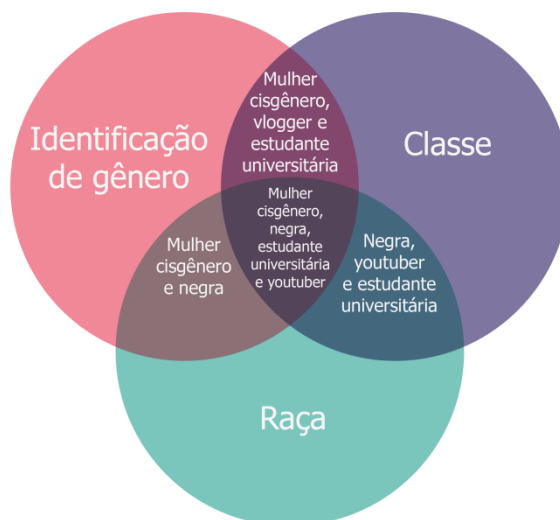
Fonte: A autora (2018).

⁸⁸ JU ROMANO. **Site oficial**. Disponível em: <<https://juromano.com>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

⁸⁹ CANAL AFROS E AFINS. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCjivwB8MrrGCMIIuoSdkrQg>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

⁹⁰ É um termo usado para definir o preconceito sofrido por pessoas gordas dentro de uma sociedade que superestima a magreza e um restrito padrão de beleza.

Gráfico 29 – Expressões interseccionais, *Yes, we cat*, Nátaly Neri.



Fonte: A autora (2018).

A jovem estudante de Ciências Sociais Nátaly Neri é uma *youtuber* e uma influente geradora de conteúdo que discute de maneira simples e direta os temas feminismo, negritude, moda e beleza, mas que utiliza a plataforma, sobretudo, para conscientizar sobre questões raciais importantes que não podem ser mais ignoradas. No que se refere à articulação dos marcadores sociais, é possível constatar a subjetividade expressa como mulher negra e cisgênero como identificação racial e de gênero, que é naturalizada duplamente na dominação.

Figura 19 – Cena do programa *Yes, we cat*, sobre maternidade.



YES WE CAT: Maternidade com Mãe Solo e Hel Mother

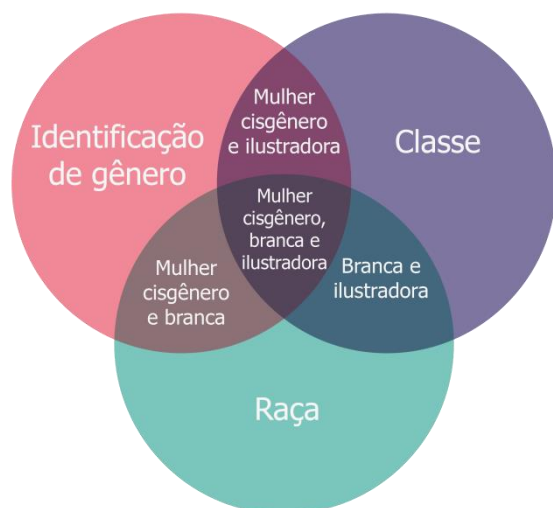
Fonte: *Think Olga* (2017).

No terceiro programa, foram abordados os diferentes formatos para falar sobre os bastidores da maternidade. Thaiz Leão Gouveia é ilustradora e cria tirinhas divertidas assinando como *Mãe Solo*⁹¹. Já Helen Ramos está à frente do canal *Hel Mother*⁹², onde também compartilha suas histórias sobre maternidade solo. As duas partilharam suas experiências sobre como é ser mãe e falaram sobre isso de uma maneira sincera na internet.

Thaiz Leão Gouveia afirmou que ficou “de pernas para o ar” no penúltimo semestre da faculdade quando soube que estava grávida do seu filho, Vicente. Diante da situação de criar uma criança sozinha, ela começou a desenhar os “perrengues”, desafios e alegrias da maternidade e postar em seu perfil do *Facebook*. Os amigos curtiam as ilustrações e logo foram surgindo outras mães e pais na sua *timeline* se identificando com os acontecimentos que ela passava. Em 2004, ela criou a *fanpage* para a personagem Mãe Solo, que se confunde com a vida da própria autora. Entre algumas bandeiras levantadas pela ilustradora, que também assegura ser feminista, estão: parto humanizado, amamentação em livre demanda, os padrões de comportamentos definidos por gênero, o papel dos pais na criação dos filhos e a desconstrução da romantização da maternidade. As expressões interseccionais constatadas foram: mulher cisgênero, branca e ilustradora.

Gráfico 30 – Expressões interseccionais,

Yes, we cat, Thaiz Leão Gouveia.



Fonte: A autora (2108).

Gráfico 31 – Expressões interseccionais,

Yes, we cat, Luíse Bello.



Fonte: A autora (2018).

⁹¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/amaesolo/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

⁹² **CANAL HEL MOTHER.** Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC8t_vJsGzOERkFdanDKTDhw>. Acesso em: 21 jan. 2018.

Gráfico 32 – Expressões interseccionais, *Yes, we cat*, Helen Ramos.



Fonte: A autora (2018).

A publicitária Luíse Bello⁹³, gerente de conteúdo, planejamento das ações ciberativistas da *Think Olga*, entusiasta das discussões sobre as relações que existem entre mídia, gênero e violência contra mulher, é quem apresenta o terceiro episódio da série. No que se refere aos marcadores sociais expressos por ela, é possível observar: mulher cisgênero, parda e publicitária.

A jornalista Helen Ramos engravidou aos 25 anos e desde o começo da gestação assumiu a maior das responsabilidades sozinha. Em 2016, lançou o canal no *YouTube Hel Mother*, onde fala sobre maternidade real, já que, para ela, existem muitas dificuldades na gestação e criação de uma criança. O canal veio por incentivo das amigas Carla Ribeiro, Mariana Lerroy e Mariana Betoni, que hoje são responsáveis pelas produções dos vídeos. No que se refere às interseccionalidades observadas, destacam-se: mulher cisgênero, branca, jornalista e *youtuber*.

Salienta-se ainda que outra interseccionalidade observada tanto nos relatos da Thaiz Leão Gouveia quanto da Helen Ramos é a questão da maternidade solo. Ressalta-se que esse exercício da maternidade não se refere apenas a um sinônimo de “mãe solteira”, apesar de ser mais as mulheres que exercem suas maternidades sem contar com a divisão de tarefas e responsabilidades, mas que também pode ser exercida por mulheres que possuem um parceiro, porém vivencia o fenômeno da responsabilização

⁹³ Foi integrante do *Think Olga* até março de 2017 e do *Think Eva* até setembro de 2017.

quase ou total de todas as questões que remetem aos cuidados dos filhos, já que a estrutura social ainda estabelece um modelo nuclear de família, difundindo títulos e atribuições de tarefas, nas quais podem se juntar com jornadas duplas ou triplas para as mulheres que as vivenciam, fazendo com que a maternidade não seja apenas mais um aspecto da vida de uma mulher.

Figura 20 – Cena do programa *Yes, we cat*, sobre jornalismo.



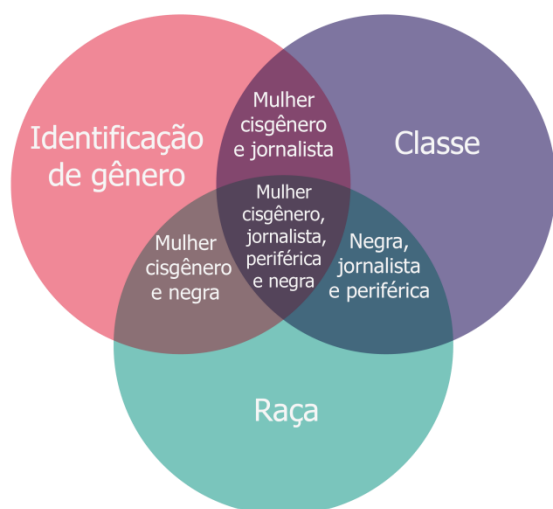
YES WE CAT: Jornalismo com Semayat Oliveira e Andrea Dip

Fonte: *Think Olga* (2017).

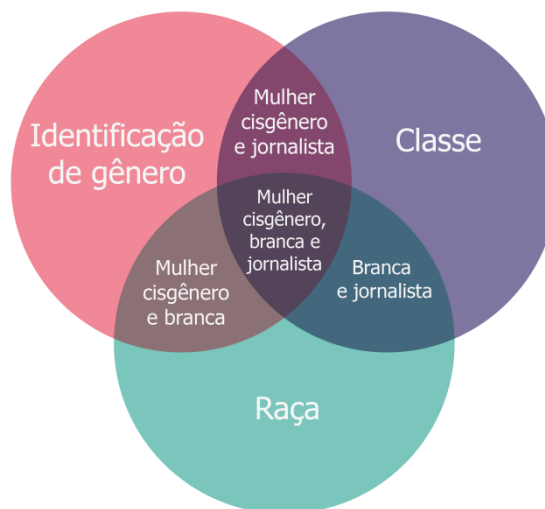
O quarto vídeo traz Semayat Oliveira, cofundadora de *Nós, Mulheres da Periferia*⁹⁴, e Andrea Dip, Repórter da *Agência Pública*⁹⁵, que são duas fortes representantes da mídia independente no Brasil. No episódio, elas falam sobre o futuro do jornalismo nesses tempos em que a internet potencializa a mídia independente, mas também facilita a propagação do ódio e notícias falsas.

⁹⁴ *NÓS, MULHERES DA PERIFERIA. Site oficial.* Disponível em: <<http://nosmulheresdaperiferia.com.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

⁹⁵ *APÚBLICA. Site oficial.* Disponível em: <<https://apublica.org/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

Gráfico 33 – Expressões interseccionais,*Yes, we cat*, Semayat Oliveira.

Fonte: A autora (2018).

Gráfico 34 – Expressões interseccionais,*Yes, we cat*, Andrea Dip.

Fonte: A autora (2018).

Semayat Oliveira afirma que sua história como jornalista nasceu de um conjunto de fatores: necessitava de uma profissão, gostava de escrever e precisava de um curso em uma universidade pública ou com possibilidade de bolsa de estudos, o que a levou ao curso de jornalismo, não exatamente apaixonada pela profissão. Somente no decorrer do curso foi que descobriu que escrever era o que ela fazia de melhor, e foi aí que se apaixonou pela profissão. Semayat Oliveira trabalhou um bom tempo na Comunicação Cooperativa, mas durante esse período descobriu que gostaria de fazer parte de uma redação que não limitasse a sua possibilidade de expressão, principalmente ligada às questões de raça e classe. Dessa maneira, em paralelo, começou a integrar o *blog Mural*, da *Folha de S. Paulo*, que é sustentado por mais de 40 correspondentes periféricos com a missão de publicar notícias de periferia com um olhar mais ampliado e positivo. Próximo ao Dia da Mulher de 2012, cinco das atuais integrantes do coletivo foram convidadas para refletir o tema gênero para as mulheres da periferia. Nasceu então o artigo “*Nós, mulheres da periferia*”, publicado na seção de tendências e debates da *Folha de S. Paulo*. O texto foi baseado nas vivências e experiências vivenciadas por essas mulheres. Com a repercussão e reação nas redes, as jornalistas entenderam que deveriam, a partir desse momento, assumir o desafio e o compromisso de ocupar o espaço vazio latente que o primeiro artigo comprovou existir, em dar voz a essas mulheres. Assim, surgiu o coletivo jornalístico independente, transparente e apartidário formado por jornalistas que vivem em diferentes bairros periféricos da cidade de São

Paulo. Atuante em diferentes plataformas de comunicação, além do *site*, como *YouTube*, *Facebook* e *Instagram*, com o objetivo principal de disseminar conteúdos produzidos por mulheres tendo a intersecção raça, classe e território como fio condutor.

Através da fala de Semayat Oliveira, é possível constatar que as desigualdades e diferenças enfrentadas pelas mulheres negras permitem identificar que as relações de gênero e raça estão ligadas a um processo histórico, que, aliados ao marcador social classe, são determinantes para construção de acesso a oportunidades econômicas, educacionais e profissionais, que conseqüentemente, estruturam posições sociais, que colocam a mulher negra em campos diferentes dos homens negros e mulheres brancas tanto na experiência e impacto das desigualdades quanto na construção das vias de afirmação de identidade e acesso às oportunidades.

Andrea Dip começou no jornalismo de direitos humanos em 2001 na revista *Caros Amigos* e desde então já escreveu para veículos como: *Revista do Brasil*, *Retrato do Brasil*, *Marie Clarie*, *GQ*, *Nota de Rodapé*, *Trip*, entre outras. Atualmente, trabalha como repórter especial na *Agência Pública*, que é a primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos do Brasil, onde cobre temas relacionados ao sistema carcerário, gênero, infância, entre outros. Possui cinco prêmios de jornalismo em direitos humanos e em 2014 ganhou o *Prêmio Tim Lopes de Jornalismo Investigativo da ANDI*⁹⁶, na categoria especial “*Violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto da Copa do Mundo de 2014*”, que foi a primeira grande reportagem investigativa feita totalmente em quadrinhos no país, ao lado do quadrinista Alexandre de Maio. Foi publicada na *Agência Pública*, em 12 de maio de 2014, sob o título “*Meninas em jogo*”⁹⁷. Também em 2014 publicou a matéria “*Maternidade condenada*”, em que trata sobre as mães encarceradas e seus filhos que possuem direitos violados. Em 2014 foi considerada uma das mulheres inspiradoras da *Think Olga*, na área de comunicação e audiovisual, por ambas as matérias. Em 2016, Dip foi agraciada também com o *Troféu Mulher Imprensa*, que é uma premiação brasileira criada pela *Revista Imprensa*, que visa reconhecer o trabalho das mulheres nas redações

⁹⁶ A ANDI é uma organização da sociedade civil, sem fins de lucro e apartidária, que articula ações inovadoras em mídia para o desenvolvimento. Suas estratégias estão fundamentadas na promoção e no fortalecimento de um diálogo profissional e ético nas redações, nas faculdades de comunicação e de outros campos do conhecimento, os poderes públicos e as entidades relacionadas à agenda do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos (ANDI – Comunicação e direitos. **História**. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/portal-andi/page/historia>>. Acesso em: 22 jan. 2018).

⁹⁷ DIP, Andrea; DE MAIO, Alexandre. *Meninas em jogo: introdução*. *Apública*, São Paulo, 12 maio 2014. Disponível em: <<https://apublica.org/2014/05/hq-meninas-em-jogo/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

brasileiras. As expressões interseccionais constatadas foram: mulher cisgênero, branca e jornalista.

Figura 21 – Cena do programa *Yes, we cat*, sobre empreendedorismo

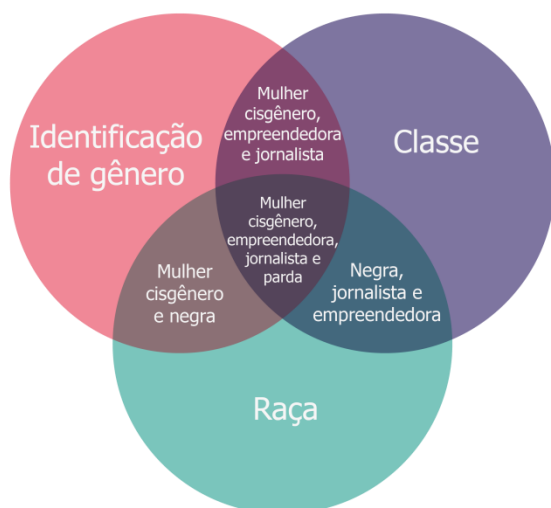


YES WE CAT: Empreendedorismo com Vivi Duarte e Bia Granja

Fonte: *Think Olga* (2017).

O quinto programa, apresentado também por Nana Lima, traz Vivi Duarte, do *Plano Feminino*⁹⁸, e Bia Granja, do *YouPIX*⁹⁹, no qual falaram das suas experiências no empreendedorismo, sobre toda a firmeza e paixão envolvidas em ter o próprio negócio.

Gráfico 35 – Expressões interseccionais, *Yes, we cat*, Vivi Duarte.



Fonte: A autora (2018).

Gráfico 36 – Expressões interseccionais, *Yes, we cat*, Bia Granja.



Fonte: A autora (2018).

⁹⁸ *PLANO FEMININO*. Site oficial. Disponível em: <<http://planofeminino.com.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

⁹⁹ *YOUPIX*. Site oficial. Disponível em: <<https://youpix.com.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

Jornalista, especialista em marketing e *branding* com atuação de 15 anos no mercado,¹⁰⁰ Vivi Duarte criou em 2010 o *site* Plano Feminino, uma plataforma de conteúdo que serve como *Focus Group*¹⁰¹ para estratégias de *branding*. O canal de comunicação se tornou uma agência de *branded content*¹⁰² e mídia, que cria estratégia para marcas que desejam se posicionar junto ao público feminino de forma relevante. Atualmente atua com consultoria de conteúdo, educação e *branding*. Também é idealizadora do curso *Mídia e Empoderamento Feminino*, para a *Faculdade Cásper Líbero e Comunicação, Raça e Gênero*, para a *Associação Brasileira de Jornalismo* (Aberje). Em 2016, criou o projeto social *Plano de Menina*, onde atua todos os sábados em diferentes comunidades, ministrando *workshops* e aulas para meninas de 12 a 18 anos, sobre educação financeira, liderança, carreira, política, direito e autoestima, entre outros temas. As aulas acontecem através de uma rede com 50 mulheres que são voluntárias e fazem a diferença doando suas horas para serem agentes de transformação.

Pertencente a uma família multirracial e pluriétnica, na qual era a única de pele mais escura, Vivi Duarte afirma ter se reconhecido negra já adulta. O que ratifica o pensamento de Avtar Brah (2006) sobre identidade, que afirma que esta não é efetiva, mas sim processo, considerando mais adequado se referir à identificação, já que ela é resultado de experiências internas e externas. Dessa maneira, as expressões interseccionais observadas foram: mulher cisgênero, negra, jornalista e empreendedora.

Bia Granja possui graduação em Turismo e é referência quando se fala em cultura de internet no Brasil. Ela é fundadora do *youPix*, maior evento de cultura de internet do país e cocuradora da *Campus Party Brasil*¹⁰³, um dos eventos mais importantes do país nas áreas de Tecnologia, Inovação, Empreendedorismo, Criatividade, Ciência e Entretenimento. Também é professora da *Escola São Paulo*¹⁰⁴ e

¹⁰⁰ É um conjunto de atividades que se destinam exclusivamente à gestão de uma marca, atuando desde a sua concepção e continuamente ao longo do seu desenvolvimento.

¹⁰¹ Também conhecido como grupo focal. Consiste em uma metodologia de pesquisa com o objetivo de reunir um grupo de pessoas – clientes, consumidores, *prospects* – para debater um produto ou serviço. As discussões geram ideias para reformulações, novas interfaces e ferramentas, por exemplo, trazendo à luz problemas de utilização do serviço ou produto, descortinando hábitos e necessidades do público-alvo.

¹⁰² É o mesmo que marketing de conteúdo, o que significa, basicamente, oferecer informações úteis ao usuário ou cliente que não necessariamente tenha relação com a marca.

¹⁰³ *CAMPUS PARTY. Site oficial*. Disponível em: <<http://brasil.campus-party.org/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

¹⁰⁴ *ESCOLA SÃO PAULO. Site oficial*. Disponível em: <<http://escolasaopaulo.org/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

colunista do *Jornal Folha de S. Paulo*, da *Revista Galileu* e de sites como *Blue Bus*¹⁰⁵. A sua trajetória profissional acompanha sua paixão pela internet. Em 2006, ela criou a *PIX Magazine*, uma revista impressa com o objetivo de comentar o que estava acontecendo de mais legal na internet e no universo dos *blogs*, além de produzir matérias sobre comportamento do jovem internauta brasileiro. A publicação era distribuída gratuitamente em São Paulo, e, após o sucesso de seus primeiros anos de publicação, pensou-se em reunir essas pessoas também de modo presencial. Foi assim que nasceu o *youPIX*, festival em que a internet se encontra fora dela e que, anualmente, busca dar voz e tenta entender como os jovens brasileiros utilizam as redes para criar movimentos culturais. Atualmente, a plataforma *youPIX* abriga também o *site*, que é considerado uma das principais vitrines do que acontece na internet no Brasil. As expressões interseccionais observadas foram: mulher cisgênero, branca, turismóloga e empreendedora.

Figura 22 – Cena do programa *Yes, we cat*, sobre mundo *nerd*.



YES WE CAT: Mundo Nerd com Aline Valek e Ana Paula Freitas

Fonte: *Think Olga* (2017).

O sexto e último episódio foi apresentado por Luíse Bello, as convidadas foram a escritora e ilustradora Aline Valek¹⁰⁶ e a jornalista Ana Paula Freitas, que discutiram sobre suas vivências como mulheres que consomem ficção científica, jogos, quadrinhos e tudo mais que a cultura *pop* erroneamente por vezes considera “coisas de meninos”.

¹⁰⁵ BLUE BUS. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.bluebus.com.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

¹⁰⁶ ALINE VALEK. **Site oficial**. Disponível em: <<https://alinevalek.com.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

Gráfico 37 – Expressões interseccionais,
Yes, we cat, Aline Valek.



Fonte: A autora (2018).

Gráfico 38 – Expressões interseccionais,
Yes, we cat, Ana Paula Freitas.



Fonte: A autora (2018).

Aline Valek estudou Publicidade e trabalhou como redatora publicitária, mas abandonou a carreira para se dedicar à literatura. Em 2013, editou a coletânea de ficção científica feminista “Universo Desconstruído”, e publicou o livro de contos *Hipersonia Crônica*, de forma independente. Em 2015, publicou outro livro de contos também de maneira independente intitulado de *Pequenas tiranias*. Em 2016, publicou seu primeiro romance, *As águas-vivas não sabem de si*, pela Fantástica, selo da Editora Rocco. É também criadora da zine¹⁰⁷ mensal *Bobagens Imprevisíveis*. As expressões interseccionais observadas foram: mulher cisgênero, branca, publicitária, escritora e ilustradora.

Ana Paula Freitas é jornalista e especialista em produtos digitais com foco em conteúdo, atua como repórter e editora em veículos tradicionais para empresas *branded content* e planejamento e implementação de estratégias para produtos digitais, além de se autodenominar *nerd*. As expressões interseccionais observadas foram: mulher cisgênero, branca e jornalista.

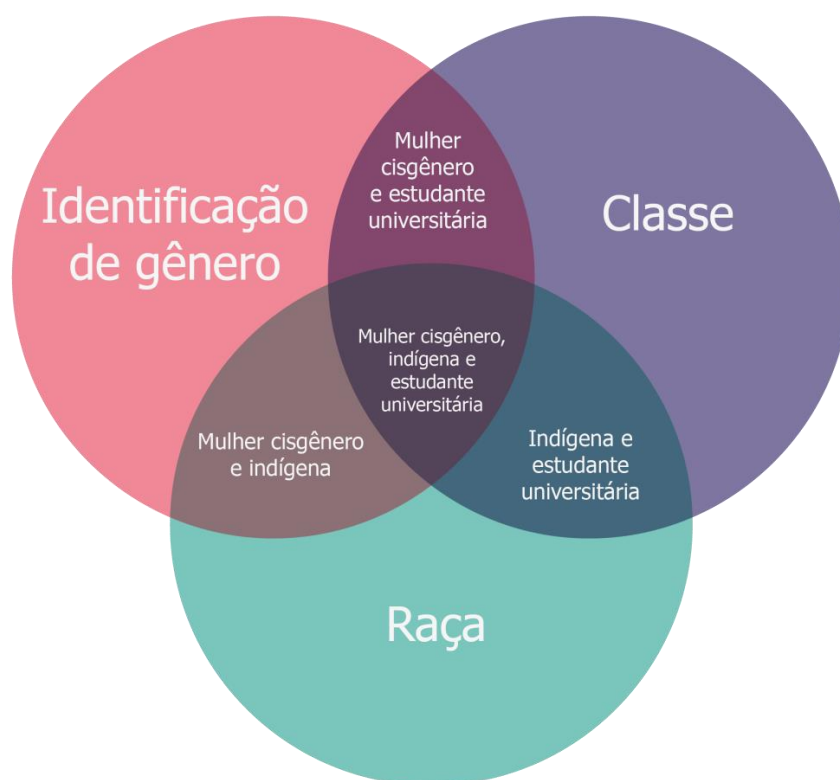
¹⁰⁷ Fanzines, ou simplesmente zines, são um meio de comunicação independente, feitos majoritariamente por fãs de determinadas subcultura, como: ficção científica, música punk, jornalismo independente, ou qualquer outro tema que a grande mídia não trate com profundidade.

Nos episódios do *Yes, We Cat*, é possível ver a concretização da mistura qualitativa de discursos, identidades, visões e posições, que somadas geram as múltiplas composições do ser mulher. As falas representam exatamente a pluralidade de vozes que permeia as experiências de diferentes mulheres, como afirmam Lauretis (1994), Brah e Phoenix (2004), Gonzalez (1988b), Brah (2006) e Mohanty (2003). A internet também tem mostrado ser um canal para disseminação de perspectivas e saberes, com diversos *blogs*, canais no *YouTube*, coletivos, perfis de redes sociais, *fanpages*, *sites* etc., onde as mais variadas vertentes feministas constroem, discutem, ampliam e promovem ações pertinentes para a militância feminista.

Para a *Think Olga*, o Dia do Índio – 19 de abril – não é uma data comemorativa, mas um símbolo de luta por direitos e melhorias das pautas indígenas no Brasil. Para alimentar o debate, foi realizado um *post*, com 23 compartilhamentos e 98 reações, sobre a entrevista realizada com a estudante Braulina Aurora Baniwa, estudante de Ciências Sociais na *Universidade de Brasília* e membro da *Diretoria do Coletivo dos Estudantes Indígenas – AAIUnB*¹⁰⁸. Foram discutidas as questões de gênero nas tribos, a importância do território para a luta da causa e como a relação entre mulher indígena, educação e sociedade pode contribuir com mudanças significativas.

¹⁰⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/Estudantes-Indigenas-UnB-527543430650397/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

Gráfico 39 – Expressões interseccionais, Brulina Aurora Baniwa.



Fonte: A autora (2018).

Ao trazer a fala de uma mulher indígena, é possível identificar a historicidade das experiências, referida por Avtar Brah (2006), como também a Amefricanidade de Lélia Gonzalez (1988a; 1988b; 1984), que busca reconstruir as histórias de resistência e lutas de povos colonizados contra as violências causadas pela colonialidade do poder. Ao deslocar mulheres indígenas da margem para o foco, recuperando suas experiências no confronto do racismo e sexismo, é possível transformá-las em sujeitos do conhecimento.

Gráfico 40 – Expressões interseccionais, Anita Malfatti.



Fonte: A autora (2018).

A ideia de pessoa tímida e quieta não corresponde à verdadeira personalidade da pintora Anita Malfatti, um dos símbolos do modernismo no Brasil. Talento, habilidade, e um olhar sensível não eram os únicos pré-requisitos para uma mulher se tornar artista no Brasil do final do século XIX e início do século XX. Eram também necessárias determinação, força de vontade e uma certa dose de teimosia para romper as barreiras da sociedade da época, que, seguindo o ideal burguês, impunha restrições à circulação pública da mulher, que se restringia a um papel social prioritariamente da esfera privada.

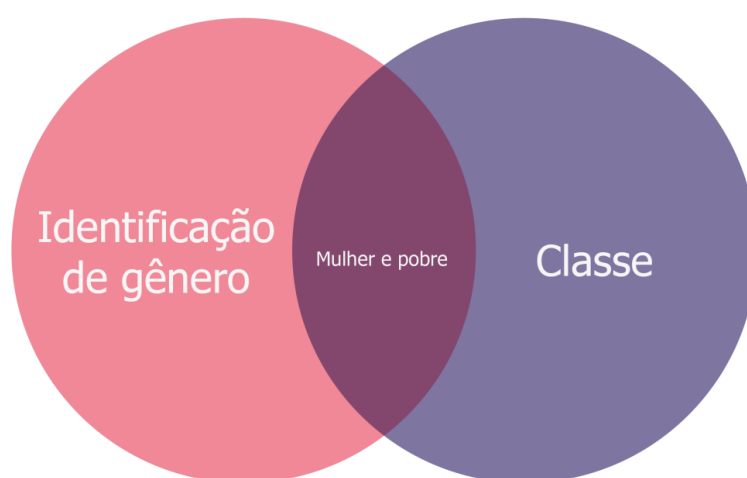
A conquista da igualdade começou a dar seus primeiros passos no Brasil com a Semana de Arte Moderna de 1922, que comungava de ideias anticolonialistas, que permitiram refletir sobre igualdade de gênero, raça e códigos culturais, em que foi possível destacar duas artistas importantes: Tarsila do Amaral e Anita Malfatti.

Salienta-se ainda que Malfatti foi duramente criticada por Monteiro Lobato em 1917, na sua segunda exposição individual no Brasil. Acredita-se que o escritor e seus contemporâneos, embora concentrassem sua crítica no estilo modernista de Malfatti, estavam certamente escandalizados pela liberdade da jovem em representar nus

masculinos com gestos femininos. A sexualidade, não o estilo, era o motivo da crítica agressiva e destrutiva contra a arte da artista (BARBOSA, 2010).

A convite do *Bradesco*, a *Olga* visitou a exposição que estava disponível até 30 de abril de 2017, no *Museu de Arte Moderna de São Paulo*, no *Parque Ibirapuera*, onde foi possível perceber a resistência da artista contra as críticas recebidas no início de sua carreira. A ONG ficou encantada com a paixão transmitida em suas obras e realizou uma postagem que teve 27 compartilhamentos, 256 reações e 40 comentários, divulgando a exposição com um vídeo que traz uma cobertura completa, que além de se encontrar no *Facebook* (4 mil visualizações) também está presente no canal do *YouTube* (630 visualizações). Esse *post* mostra a importância de resgatar a memória e o trabalho de mulheres que marcaram o mundo, mas que ainda assim são bastante invisibilizadas na história. Destacam-se ainda que apenas famílias abastadas podiam garantir os estudos em artes plásticas, mostrando ainda a presença do marcador social classe no panorama em questão.

Gráfico 41 – Expressões interseccionais, aborto.



Fonte: A autora (2018).

Evidencia-se também o conteúdo nomeado de “9 verdades e 1 mentira sobre o aborto”, publicado em 25 de abril de 2017, com 416 reações, 135 compartilhamentos e 52 comentários, já que ter a liberdade de ter o corpo como propriedade do ser mulher é uma grande causa para o movimento feminista. A lista foi feita com base na FAQ da própria ONG sobre o aborto, desenvolvida em parceria com o *Anis – Instituto de*

*Bioética*¹⁰⁹, presente na publicação através de um *link* de redirecionamento para sua *fanpage*¹¹⁰.

Da Bíblia à modernidade, a mulher apareceu como um enigma a ser revelado, e muito desse segredo se associa, constantemente, à sexualidade. Ter o corpo apto para a gestação colocou a mulher mais ligada à natureza que à cultura, estabelecendo-a ao espaço privado, divergindo assim com o corpo masculino, inserido perto das regras culturais e do espaço público. Para Louro (2008, p. 76), “as características dos corpos significadas como marcas pela cultura distinguem sujeitos e se constituem em marcas de poder”. O *post* sobre o aborto fala sobre as amarras que a cultura deixou caracterizadas: a reprodução e a sexualidade.

Além das diversas informações trazidas na publicação sobre o tema, foi enfatizado que mulheres pobres são em sua maioria vítimas do aborto ilegal, pois, por falta de recursos, acabam realizando o procedimento em clínicas clandestinas ainda menos seguras que as mulheres com alto poder aquisitivo. Dessa maneira, as relações de gênero se vinculam a outros tipos de relações sociais, que, na maioria das vezes, em sociedades de classe como o Brasil, são díspares com base na raça. Hoje em dia, apesar de não existir muitos estudos sobre o aborto com o recorte raça e classe, aponta-se o livro *Ventres livres* (PINTO, 2002). A obra discorre sobre o aborto através dessa perspectiva, podendo-se compreender as diferenças entre mulheres negras e brancas por meio dos dados sobre a mortalidade materna, trajetórias do acesso aos direitos reprodutivos e das ligações amorosas que reverberam definitivamente as falas dos médicos e ativistas na compreensão das experiências, das distintas realidades e do acesso aos bens e serviços entre elas. Assim, o tema em questão se encontra articulado pelos marcadores de interseccionalidade, gênero, raça e classe.

No dia 26 de abril de 2017, foi realizada uma publicação que teve 154 compartilhamentos, 442 reações e 20 comentários, referente a um artigo intitulado “O feminismo é questão de tempo”. Escrito por Juliana Romão, Mestra em comunicação pela *Universidade de Brasília*, professora de Jornalismo na Uninassau (PE) e repórter da revista de educação *Pátio*, ela utiliza o processo de alfabetização e as descobertas que as pessoas têm com esse aprendizado para traçar um paralelo com o feminismo e o novo mundo – cheio de desafios, mas encantador – que se abre para as mulheres que

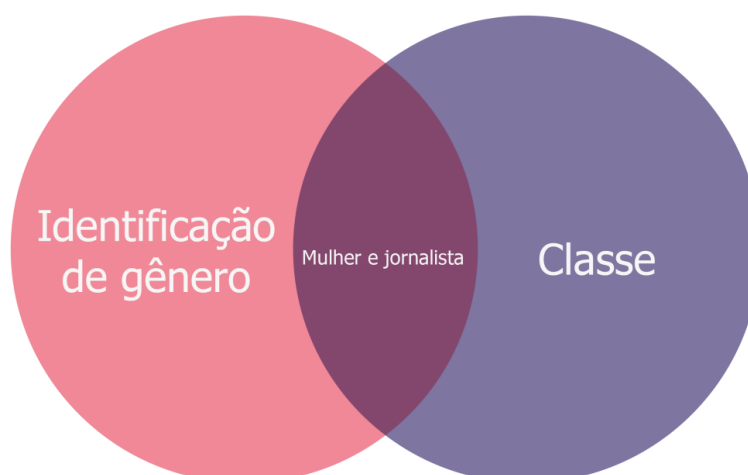
¹⁰⁹ ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.anis.org.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

¹¹⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/AnisBioetica>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

passam a conhecer, com o tempo, outras possibilidades, principalmente a de fugir das limitações de gênero impostas pela sociedade.

O *W20 Summit* é um fórum que reúne mulheres líderes e empreendedoras que fazem parte do G20, grupo de cooperação e consulta sobre assuntos financeiros internacionais formado por 19 países e pela União Europeia. A *Olga* foi uma das iniciativas brasileiras a fazer parte da edição de 2017, realizada em Berlim, na Alemanha, sendo representada por Nana Lima. O *post* sobre o assunto foi realizado também no dia 26 de abril de 2017, teve 91 reações e 04 comentários, e levantou a discussão das diferentes realidades econômicas das mulheres, além de incentivar que continuem avançando em seus empreendimentos ou mesmo corporações.

Gráfico 42 – Expressões interseccionais, *Troféu Mulher Imprensa*.



Fonte: A autora (2018).

No dia 27 de abril de 2017, foi evidenciada a intersecção mulher e jornalista através de uma publicação para divulgar a *Think Olga* como finalista do *Troféu Mulher Imprensa* na categoria projeto jornalístico. Foi o primeiro ano que a premiação idealizada pela *Revista Imprensa* destacou exclusivamente profissionais mulheres, ampliando o reconhecimento para projetos jornalísticos independentes e que tratam de temáticas pertinentes ao público feminino como a *Olga*. Ao final da publicação, que teve 3 compartilhamentos, 168 reações e 06 comentários, a organização pede apoio às seguidoras que acompanham e acreditam no trabalho realizado pela ONG, através de um *link* para votação da premiação.

Na madrugada de 27 de abril de 2017, a Câmara dos Deputados aprovou por 296 a 177 votos o projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), realizada em 1940. A Reforma Trabalhista, uma das prioridades do governo Michel Temer, traz impactos substanciais. Na manhã do dia 28 de abril de 2017, iniciaram-se os protestos contra essa tomada de decisão, já que as mudanças propostas são um retrocesso para a classe trabalhadora. Convocados por sindicatos e movimentos sociais, pessoas de diversas categorias aderiram à Greve Geral contra as reformas da previdência e trabalhista. Em apoio à greve, a *Olga* publica uma imagem com os seguintes dizeres “Nenhum direito a menos”, que teve 1,2 mil reações, 436 compartilhamentos e 07 comentários.

No dia 30 de abril de 2017, a ONG realiza duas publicações, ambas referentes ao seu aniversário de quatro anos e ao lançamento oficial da FAQ *Think Olga*. A primeira teve 03 compartilhamentos, 128 reações e 04 comentários. Já a segunda teve 02 compartilhamentos, 74 reações e 05 comentários.

O feminismo brasileiro contemporâneo parece conter um grande dinamismo que se manifesta na ampla diversidade de suas expressões coletivas e das relações que mantêm entre si, em certos momentos ora marcados por cooperação, ora por conflitos. A estruturação em rede da internet e suas características na construção coletiva do conhecimento são potencialmente férteis para os objetivos dos movimentos sociais, como os feminismos, que, inclusive, eram dependentes da estruturação em redes da sociedade antes mesmo do advento digital. Dessa maneira, apesar das redes digitais constituírem um ambiente propício para inteligência coletiva, elas não se desenvolvem automaticamente. É necessária uma série de ações e interações entre os sujeitos para que essa inteligência e memória coletiva sejam articuladas, desenvolvidas e propagadas.

A organização nasceu com a proposta de ser um tanque de pensamentos e reflexões sobre o feminino, trazendo temas e recortes que os veículos direcionados para esse público há muito insistiam em ignorar. A escolha do nome *Olga* cumpriu o objetivo de personificar o projeto e aproximar as leitoras. Através de parcerias com mulheres que desejam as mesmas mudanças que a ONG, a *Olga* encabeçou campanhas online como a “*Chega de Fiu Fiu*”, *#PrimeiroAssédio* e *#MandaPrints*, e também no offline, com o *Olga Mentoring* e algumas colaborações que levam a organização para conhecer “as Olgas” no Brasil e no mundo.

Através da análise realizada, é perceptível uma preocupação por parte da ONG *Think Olga* em trazer conteúdos que abracem o conceito de identificação de gênero

defendido pelo feminismo interseccional, fortalecendo a pluralidade e a heterogeneidade de vozes femininas. A *Olga* reúne corpos que exaltam a incompatibilidade mútua – mulheres brancas, negras, indígenas, gordas, magras, periféricas, de classe média, transexuais e lésbicas –, considerando as desigualdades e diferenças sofridas a partir do entrelaçamento entre identificação de gênero, raça e classe, reforçando seus poderes de contraposição e de inconformidade. Através da interseccionalidade, é possível encontrar brechas e pontos onde diferentes marcadores sociais se encontram, mostrando problemas particulares, que muitas vezes não são perceptíveis.

Aponta-se, ainda, a relevância e a indispensabilidade da compreensão interseccional para a consolidação do princípio de igualdade tão almejado pelos feminismos. Somente a partir de uma análise contextualizada, estruturada e dinâmica o princípio de igualdade terá realmente condições de se desenvolver. Assim, a atenção para interseccionalidade é de suma importância dada a gradativa complexidade da vida individual e coletiva. Dessa maneira, o viés interseccional admite uma abordagem mais próxima das vivências e experiências concreta das mulheres na sua pluralidade e diversidade. Realidades essas que são mostradas nas postagens realizadas pela ONG.

A expressão contemporânea dos feminismos marcados pela interseccionalidade possui um papel fundamental na produção científica e nas intervenções dos movimentos feministas em vários ambientes em que diferentes maneiras de desigualdades são desempenhadas sobre as mulheres em virtude da própria diversidade. Desse modo, uma das funções primordiais do pensamento feminista, na sua pluralidade e interseccionalidade, é de dar voz e visibilidade às mulheres, rompendo com o silenciamento de suas vozes, papel que a *Olga* executa com competência.

A prática dialógica expandida através da criação do documentário, programas, palestras, debates, *lives*, resenhas de livros teóricos feministas, por exemplo, podem funcionar como orientadores de novos horizontes da causa feminista e proporcionar um protagonismo de falas historicamente omitidas. No entanto, ressalta-se que o empoderamento da mulher não ocorre apenas pela informação. É um processo político pelo qual as mulheres podem conquistar o direito a participar ativamente do espaço público através de estruturas governamentais, processos parlamentares e ONGs, objetivando a transformação social. Ajudando, conseqüentemente, no aumento do poder, aquisição de autoconfiança e autoestima individuais geradas das aprendizagens e exercidas na convivência. Assim, baseia-se nas relações sociais democráticas e no estímulo do poder compartilhado. Empoderar a mulher é impulsionar sua educação,

seus recursos, conhecimentos, informações e suas relações. Portanto, afirma-se que o empoderamento da mulher se refere ao poder e às relações dentro da sociedade que se entrecruzam, com identificação de gênero, classe, raça, cultura e história.

Quanto à dimensão epistêmica, é evidente que temos que enfrentar normas de gênero e representações racializadas, dessa maneira, a interseccionalidade causa uma pluralização ou diferenciação de categorias habituais. Estereótipos e características da feminilidade negra se distinguem, por exemplo, de normas de gênero das mulheres brancas.

Apesar da internet ter facilitado a criação de nós feministas, é preciso evidenciar que no que se refere à perspectiva racial e de identificação de gênero, as disparidades de acessos a bens e a exclusão digital refletem as desigualdades sociais na inserção das mulheres indígenas e negras, e conseqüentemente na sua participação cidadã na sociedade brasileira contemporânea. A combinação das subordinações de gênero e raça leva aos piores resultados possíveis, no entanto, a presença de apenas um dos elementos de desigualdades e diferenças é suficiente para criar barreiras à igualdade de condições econômicas entre os indivíduos.

Considerando a dimensão institucional, tais marcadores sociais, seja raça e gênero, resultam em um entrelaçamento entre diversas estruturas sociais que são materializadas no cotidiano com limitações a oportunidades de trabalho, ascensão profissional, percepção de salários iguais e ao acesso a serviços do Estado, como: educação, saúde e justiça, repercutindo permanente na forma de inserção social. Sua finalidade é, entre outros aspectos, a realidade que o papel clássico identificado pelo feminismo branco jamais se estabeleceu de fato para as mulheres negras.

Finalmente, quanto à dimensão pessoal, a interseccionalidade mostra, dentre outros, os processos de subjetivação e de formação de identidades com distintos pontos de referência. Considerando todas essas questões, é possível afirmar que as intersecções entre raça, identificação de gênero e classe não formam uma unidade, mas possuem significados diferentes de acordo com a dimensão específica. O que difere, acima de tudo, é o formato, a configuração das relações de intersecção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida empírico da presente dissertação foi a *fanpage* da ONG *Think Olga*, devido a sua forte atuação nas redes, inicialmente, e também fora delas, gerando um amplo diálogo com vários setores da sociedade e representando um suporte ao movimento. Durante o caminho percorrido, houve a necessidade de deslocamentos entre campos teóricos diversos e, simultaneamente, complementares aos objetivos da pesquisa. Dessa maneira, o entrelaçamento entre as áreas da comunicação e da antropologia integrou as margens escolhidas que se tornaram indispensáveis para o entendimento, análise e interpretação do objeto empírico e suas práticas sociais dentro da esfera da comunicação.

No que concerne à abordagem utilizada, optou-se pelo feminismo interseccional construcionista de Avtar Brah (2006, 2007), uma vez que analisa o poder assegurando que raça, identificação de gênero e classe não são experiências isoladas, e sim categorias articuladas que existem em relações íntimas, recíprocas e contraditórias.

Em termos teóricos, do ponto de vista dos estudos feministas, ficou explícito que embora a teoria feminista e a militância tenham avançado, chegando prestes a parecer “ultrapassada”, já que a causa conquistou um avanço que beneficiou significativamente a posição das mulheres, sobretudo em sociedades mais desenvolvidas, os indícios da permanência da dominação masculina continuam abundantes (CASTILHO; ROMANCINI, 2017). Por isso, a chance de observar, por um lado, os feminismos contemporâneos, e por outro, as particularidades das mulheres, se fez tão necessária, especialmente a partir de teorias que procuram articular os Estudos Culturais, gênero e mídia (ESCOSTEGUY, 2016; MESSA, 2008).

Ligado ao referencial teórico, observou-se que desde o uso da imprensa alternativa até o ativismo nas redes, a comunicação sempre esteve presente no movimento feminista. Enquanto movimento social contemporâneo pode ser entendido como redes de interação complexas de sujeitos articulados em laços solidários e com fins comuns em torno da defesa de determinados projetos e transformação. Assim, as redes sociais se tornaram instrumentos de produção e difusão de ideias, mas também um espaço de disputas e ataques – como as ameaças violentas de estupro sofrida por Juliana de Faria – ecoando tanto *online* quanto *offline*. Portanto, ser sujeito nas redes repercute em um processo político, de comunicação e de relacionamento.

Partindo dessa compreensão, ancorou-se na conjuntura das sociedades em redes, onde se buscou refletir as articulações e mobilizações do movimento feminista quando cruzados pela comunicação em rede, fazendo dela um espaço com potencialidade de apropriação mais democrático e livre se comparado com outras mídias.

A dissertação também se baseou nas teorias feministas, nas relações de gênero e na interseccionalidade, que são constituintes do movimento social observado. Essa perspectiva tornou possível indagar se os conteúdos presentes na *fanpage* do *Facebook* da *Think Olga* propagam o conceito de identificação de gênero defendido pelo feminismo interseccional construcionista e de que maneira é apropriado nos discursos da ONG, que consistiu no objetivo central do presente trabalho. Dessa maneira, o empenho em realizar entrelaçamentos tornou-se a base conceitual da pesquisa.

Também ficou claro que é necessário enfrentar normas de gênero e representações racializadas. Assim, a interseccionalidade possui um papel fundamental na produção científica, uma vez que permite empreender uma análise mais próxima da realidade, que no Brasil é marcada por profundas desigualdades e diferenças que estão intimamente relacionadas às articulações das categorias: raça, classe e identificação de gênero.

A análise da página no *Facebook* da *Olga* dá pistas da complexidade do movimento feminista. Procurou-se conceituá-lo fundamentando a partir da não universalidade da categoria mulher, apresentada pela interseccionalidade. Portanto, o movimento feminista é compreendido como uma teia complexa, composta por sujeitos distintos, envolvendo uma diversidade de maneiras de refletir e atuar sobre a questão da mulher, já que a prática e a teoria feminista se originam a partir da realidade com vistas a sua mudança. Admitir esse argumento sugere não tratar o movimento de forma única, nem estática. É oportuno ainda frisar que tais questões constituem campo fértil e pouco explorado pelos estudos feministas.

Ligado ao campo pode-se perceber que os procedimentos de constituição coletiva da *Olga* estão entrelaçados entre as redes de comunicação *online* e *offline*, sendo possível assegurar que não há como desassociar um espaço de interação do outro. O *online* e o *offline* só vivem pelo encontro dos sujeitos em rede que se integram em um universo de tecnologias e informação. O desenvolvimento de trabalhos presenciais, debates, palestras, eventos, documentários, e os relacionamentos com outros coletivos feministas, a internet, sobretudo as redes sociais, como o *Facebook*, permitem que a *Think Olga* seja conhecida, une interessadas pela pauta, chama para mobilização,

propaga as ações, possibilitando o debate e a reflexão das demandas. Assim, se apropriar e comunicar por meio desses espaços é o que garante a continuação da ONG, oportunizando a criação de um ambiente em permanente construção e manutenção da identidade feminista interseccional, com trocas, tensionamentos e incorporação de conflitos e diálogos.

É nítido que a *Olga* reúne uma pluralidade de valores e experiências quanto à identificação de gênero. A perspectiva interseccional sobre a prática feminista torna-se, de todo modo, configuradora da *Think Olga*, e proporciona o desenvolvimento de uma ação coletiva reflexiva. Variadas lógicas de estar, se fazer vista e interagir na rede são identificadas a partir da aproximação da ONG com grupos, coletivos e entidades feministas, perceptível através dos *links* de redirecionamentos e falas trazidas nos conteúdos postados na página. Dessa maneira, percebe-se a construção de ambientes de comunicação usados com o sentido de construção de uma identidade feminista interseccional e do movimento na internet.

No entanto, apesar das redes proporcionarem a expressão de pautas não abarcadas na mídia de massa, é importante ressaltar que ter acesso às informações disponíveis no ambiente virtual não provoca a inclusão digital, já que educação e conhecimentos são imprescindíveis. A diminuição das brechas digitais não é obtida a partir do fornecimento do acesso se este não estiver seguido de um procedimento de formação de usuários, concentrado na orientação para o seu preparo e motivação, tendo como plano de fundo a compreensão e o dimensionamento da relação entre sujeito, informação, conhecimento e mediação tecnológica.

A aproximação empírica por meio da sistematização e categorização das postagens do *Facebook* permitiu identificar usos sociais da internet e rede social no papel da constituição da visibilidade do movimento. Os resultados da pesquisa, explorados a partir dos marcadores de interseccionalidade: raça, identificação de gênero e classe, evidenciam a relevância da abordagem interseccional enquanto perspectiva analítica para os feminismos, já que para uma aproximação da realidade específica das mulheres é fundamental interseccionar elementos analíticos das realidades que permeiam o “ser mulher” no Brasil. Afinal, considerar a universalidade das mulheres significa negligenciar as situações pessoais, subjetivas e sociais que implicam enfrentamentos específicos.

Os feminismos negros têm uma intensa representação teórica e empírica, definida por acusações em relação às omissões no interior do próprio feminismo. É

contra esse apagamento histórico, no pensamento e no movimento feminista, que se erguem vozes por reconhecimento da interseccionalidade como componente crucial, inseparável de qualquer projeto feminista que tenha como objetivo dar visibilidade às desigualdades e diferenças sofridas pelas mulheres em qualquer espaço de sociabilidade.

Esse complexo procedimento de desconstrução da universalidade dentro do feminismo encontra nas perspectivas feministas negras impulso teórico e político para a ampliação de seus campos de visão, com o propósito de consolidar uma abordagem interseccional da realidade das mulheres nas suas múltiplas identificações que se somam à condição social e racial. Assim, uma visão interseccional das mulheres se faz necessária para uma maior aproximação da realidade, cuja situação de opressão resulta não apenas da condição feminina, mas de outras forças sociais que são estruturantes.

A pesquisa mostrou que a utilização social da comunicação em rede parece dispor a ONG em um cenário que possui relação essencial com a matriz múltipla do feminismo contemporâneo, resultante do espectro das diferenças e sobre o heterogêneo universo do ser mulher. Diferenças essas que são exaltadas enquanto políticas de autoafirmação do movimento em detrimento da abrangência da prática feminista. Desse modo, os sentidos de identidades prioritários acionados pela *Olga* possuem relação direta com o feminismo interseccional construcionista, por dar voz e visibilidade a uma pluralidade de mulheres através das publicações realizadas em sua *fanpage* no *Facebook*.

Acredita-se ainda que por formar uma ligação com pensamentos pós-estruturalistas e desconstrucionistas que se tornaram bastantes respeitáveis nas perspectivas feministas no Brasil, o conceito de interseccionalidade pode compor um campo de investigação eficaz em incentivar feministas dos mais diversos vieses a se aderirem criticamente com seus pressupostos de maneira reflexiva, situada e responsável.

A interseccionalidade se trata de uma abordagem de suma importância no contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades de identificação de gênero, raça e classe, já que permite a concretização de uma teoria feminista mais adequada com as especificidades locais, estimulando o pensamento complexo e um campo aberto para novas possibilidades de pesquisa e intervenção.

É importante evidenciar, ainda, algumas observações sobre os dados utilizados na pesquisa. Os resultados expostos procedem de dados coletados de ocasiões no tempo

histórico, o que, adicionado ao seu caráter, de ser e estar na forma digital em e na rede, são aptos de alterações repentinas. Isso implica que se analisados outra vez podem proporcionar novos formatos, provocando outras significações. Por isso, acredita-se que os resultados aqui expressos são relacionados ao fato pesquisado – ainda que não se recuse o modo temporário que possam obter em outra circunstância.

O movimento feminista torna-se, com a internet, global em suas características e particular em sua luta estrutural contra a dominação e opressão de gênero. Desse modo, novas práticas políticas, novas identidades e novas maneiras do seu processo social vão se organizando em caminhos comunicacionais empiricamente localizáveis e globalmente dispersos. Termina-se esta dissertação com o sentimento de que há muito, ainda, o que se problematizar, principalmente no que se refere à mídia, identidade e feminismo. Recomenda-se que pesquisas vindouras possam investigar outras ações feministas centradas na interseccionalidade para observar como esses fenômenos acontecem no Brasil e em outros países de “terceiro mundo”.

REFERÊNCIAS

ABELSON, Donald E. Think tanks and US foreign policy: as historical review. **Electronic Journal of the US Department of State**, v. 7, n. 3, nov. 2002, p. 9-18. Disponível em: <<https://photos.state.gov/libraries/vietnam/8621/translations/ej112002.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

ABONG – Organizações em defesa dos direitos e bens comuns. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

ABONG. Organizações em defesa dos direitos e bens comuns. **Organizações associadas**. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/associadas.php>>. Acesso em: 16 abr. 2017

ABRAMO, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 58, n. 4, p. 40-41, 2006. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n4/a20v58n4.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

AGENDE. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.agende.org.br>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

ALINE VALEK. **Site oficial**. Disponível em: <<https://alinevalek.com.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

ALONSO, Nicolás. Ginasta Simone Biles diz ter sofrido abuso sexual de ex-médico da equipe olímpica dos EUA. **El País Brasil**, Whashington, 24 out. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/15/deportes/1516053486_622433.html/>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ALVAREZ, Sonia E. Construindo uma política feminista translocal da tradução. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 743-753, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2009000300007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 out. 2017.

AMB. Articulação de Mulheres Brasileiras. **Site oficial**. Disponível em: <<http://articulacaodemulheres.org.br>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.anis.org.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

ANG, Ien. **Watching Dallas: soap opera and melodramatic imagination**. London/New York: Routledge, 1985.

APC. Asociación para el Progreso de las comunicaciones. **Programa de derecho de las mujeres**. Disponível em: <<https://www.apc.org/es/about/programmes/programa-de-derechos-de-las-mujeres>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

APÚBLICA. **Site oficial**. Disponível em: <<https://apublica.org/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

ARRASTADA POR carro da PM do Rio foi morta por tiro, diz atestado de óbito. **G1 Rio**, Rio de Janeiro, 19 mar. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/arrastada-por-carro-da-pm-do-rio-foi-morta-por-tiro-diz-atestado.html/>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

AZEVEDO, Cecília. A América Latina e os estudos estratégicos norte-americanos. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ANPHLAC, 8., 2008, Vitória. **Anais eletrônicos**. Vitória: UFES, 2008. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/cecilia_azevedo.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2017.

BARBOSA, Ana Mae. Uma questão de política cultural: mulheres artistas, artesãs, designers e arte/educadoras. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS “ENTRE TERRITÓRIOS”, 19., 2010, Cachoeira, Bahia. **Anais eletrônicos**. Bahia: EDUFBA, 2010. Disponível em: <http://www.anpap.org.br/anais/2010/pdf/ceav/anna_mae_tavares_bastos_barbosa.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BARSTED, Leila Linhares. Comunicação: é falando que a gente se entende. In: PROJETO MULHER. **Mulheres em movimento**. Rio de Janeiro: Marco Zero, Instituto de Ação Cultural, p. 13-16, 1983.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BELLO, Luíse. Feminismo: Princípios do Empoderamento Feminino. [16 de agosto, 2016]. **Philos TV**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zLqy9IT5yiM>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

BENFEITORIA. **Site oficial**. Disponível em: <<https://benfeitoria.com/proposta>>. Acesso em: 18 out. 2017.

BENTO, Lilian. A ameaça da mulher monstro e o machismo medieval. **Revista O que rola**, Goiânia, 6 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.oquerola.com/goiania/revista/pablo-kossa-agoraquesaoelas>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

BEZERRA, Mariana L. de M.; MEDEIROS, Kalianny B.; LACERDA, Juciano S. Mexeu com uma mexeu com todas: feminismo em rede no combate ao assédio sexual. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio. **Interfaces do midiativismo**. 2018. No prelo.

BILGE, Sirma. Théorisations Féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, v.1, n.225, 2009, p.70-88. Disponível em: <http://archives.cerium.ca/IMG/pdf/Bilge-Theorisations_feministesmini.pdf>. Acesso em: 29 out. 2017.

BLOGUEIRAS FEMINISTAS. **Blog**. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

BLUE BUS. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.bluebus.com.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

BONELLI, Maria da Gloria. Profissionalismo e diferença de gênero na magistratura paulista. **Civitas**, Rio Grande do Sul, v.10, n.2, 2010, p. 270-292. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/6491>>. Acesso em: 6 jan. 2018.

BORTOLON, Bianca; MALINI, Marianne; MALINI, Fábio. Gênero e Ativismo Online: um estudo de caso da campanha Não Mereço Ser Estuprada no Facebook. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 37., 2015, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3524-1.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.26, p. 329-376, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2017.

_____. Travels in negotiations: difference, identity, politics. **Journal of Creative Communications**, Ahmedabad, v. 2, p. 245-256, 2007. Disponível em: <<https://doi/10.1177/097325860700200212>>. Acesso em: 7 maio 2017.

BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Ain't I A Woman? Revisiting intersectionality. **Journal of International Women's Studies**, Massachusetts, v. 5, n. 3, p. 75-86, 2004. Disponível em: <<http://vc.bridgew.edu/jiws/vol5/iss3/8/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom, 2016.

BREWER, Rose M. Response to Michael Buroway's Commentary: "The Critical Turn To Public Sociology". **Critical Sociology**, Leiden, v. 3, n. 3, p. 353-359. Disponível em: <<http://burawoy.berkeley.edu/PS/Critical%20Sociology/Brewer.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

BRUNDSON, Charlotte. **The Feminist, the Housewife, and the Soap Opera**. New York: Oxford University Press, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922/11177>>. Acesso em: 29 out. 2017.

CAMARGO, Bruna; FONSECA, Mariana Fraga da; WOITOWICZ, Karina Janz. Transformações na militância feminista: da imprensa alternativa ao ativismo nas redes. In: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 6., 2016, Ponta Grossa. **Anais eletrônicos**. Ponta Grossa: UEPG, 2016. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sul/6o-encontro-2016/historia-da-midia-alternativa/transformacoes-na-militancia-feminista-da-imprensa-alternativa-ao-ativismo-nas-redes/view>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CAMPUS PARTY. **Site oficial**. Disponível em: <<http://brasil.campus-party.org/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

CANAL AFROS E AFINS. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/channel/UCjivwB8MrrGCMIuoSdkrQg>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

CANAL DAS BEE. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/CanalDasBee>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

CANAL DR RELACIONAMENTOS. **Não tira o batom vermelho ft. JoutJout Prazer**. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XIVZ04bDMvE>>. Acesso em: 21 jun. 2018

CANAL HEL MOTHER. Disponível em:
<https://www.youtube.com/channel/UC8t_vJsGzOERkFdanDKTDhw>. Acesso em: 21 jan. 2018.

CANAL PRETA PARIU. **Não tira o batom azul**: Negras (1a Jout Jout). 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lhoc_TyLv4w>. Acesso em: 21 jan. 2018.

CANAL JOUTJOUT PRAZER. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/user/joutjoutprazer>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

_____. **Não tira o batom vermelho**. 2015. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=I-3ocjJTPHg>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.22, n.3, set./dez. 2014, p. 965-984. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36757>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

_____. A construção da identidade feminista negra: experiência de mulheres negras brasileiras. In: FAZENDO GÊNERO 10 DESAFIOS ATUAIS DOS FEMINISMOS, 2013. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373240696_A RQUIVO_textoClaudiaPonsCardosoST092.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2017.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n.49, set/dez. 2003, p. 117-132. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Redes de indignação e esperança**. Movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **Networks of outrage and hope: Social movements in the Internet age**. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 2015a.

_____. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015b.

CASTILHO, Fernanda; ROMANCINI, Richard. Minas de Luta: Cultura do quarto virtual nas ocupações das escolhas públicas em São Paulo. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 26., 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2017. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_TOHPEE9JM7GX9ZQ6BKOR26531512022017125555.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2017.

CATARSE. **Site oficial**. Disponível em: <<https://www.catarse.me/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

CEPIA. Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.cepia.org.br>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

CFMEA. Centro Feminista de Estudos e Assessoria. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.cfmea.org.br>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

CLADEM – Mulheres usando o direito como instrumento de mudança. **Site oficial**. Disponível em: <<https://www.cladem.org/pt>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

COLETIVO DIJEJÊ. **Blog**. Disponível em: <<http://dijeje.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

COLETIVO VERMELHA. **Biografia Juliana de Faria**. Disponível em: <<http://coletivovermelha.com.br/biografias/juliana-de-faria/>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

CORREIA, Ana Nery. Mulheres Militantes Negras: a interseccionalidade e raça na produção das identidades contemporâneas. In: CONINTER – CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAS EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2., 2013. **Anais Eletrônicos**. Belo Horizonte: UFMG, 2013. Disponível em: <<https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/feminismo%20negro.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

CORTÊZ, Natacha. Primavera das Mulheres mostra as direções que o feminismo toma no Brasil. **Uol**, São Paulo, 17 out. 2017. Disponível em: <<https://estilo.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2017/10/17/primavera-das-mulheres-mostra-as-direcoes-que-o-feminismo-toma-no-brasil.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**, Niterói, v. 5, n.2, 2005. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380/285>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

COSTA, Cláudia de Lima; ÁVILA, Eliana. Glória Anzaldúa, a consciência mestiça e o feminismo da diferença. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, 2005, p. 691-703. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2005000300014/7725>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

COSTA, Valéria Gomes. **Trajetórias Negras**: os libertos da Costa d'África do Recife. 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e História, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, California, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991. Disponível em: <http://socialdifference.columbia.edu/files/socialdiff/projects/Article__Mapping_the_Margins_by_Kimblere_Crenshaw.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2017.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

DA COSTA, Fernando Nogueira. **Discurso de ódio**. Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2014/06/30/discurso-de-odio/>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

DAVIS, Angela. **Women, race and class**. New York: Random House, 1981.

DAVIS, Kathy. Intersectionality as buzzword, a sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. **Feminist Theory**, Los Angeles, London, New Delhi and Singapore, v. 9, n. 1, p. 67-85, feb. 2009. Disponível em: <http://kathydavis.info/articles/Intersectionality_as_buzzword.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2017.

DE MIGUEL, Ana; BOIX, Montserrat. Os gêneros da rede: os ciberfeminismo. In: NAHANSON, Graciela (Org.). **Internet em código feminino: Teorias e práticas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujia, 2013, p. 39-76.

DIAS, Marlon Santa Maria; BORELLI, Viviane. A midiaticização de uma campanha social: uma aproximação ao caso “Eu não mereço ser estuprada”. In: COLÓQUIO SEMIÓTICA DAS MÍDIAS, 3., 2014, Japaratinga. **Anais eletrônicos**. Japaratinga: CISECO. Disponível em: <http://www.ciseco.org.br/anaisdocoloquio/images/csm3/CSM3_MarlonDiasVivianeBorelli.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

DIP, Andrea; DE MAIO, Alexandre. Meninas em jogo: introdução. **Apública**, São Paulo, 12 maio 2014. Disponível em: <<https://apublica.org/2014/05/hq-meninas-em-jogo/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

DOW, Bonnie J.; CONDIT, Celeste M. The State of Art in Feminist Scholarship In Communication. **Journal of Communication**, Oxford, v. 55, n. 3, p. 448-478, set. 2005. Disponível em: <http://courses.ischool.utexas.edu/pdoty/2006/spring/Hart_Doty-GRS390J/TheStateOfTheArt...pdf>. Acesso em: 31 jan. 2017.

ESCREVA LOLA ESCREVA. **Blog**. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. A contribuição do olhar feminista. **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 1-11, jan./jun. 1998. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/3367/3951>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

_____. **Cartografia dos estudos culturais: uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Autêntica; Editora On-line, 2001.

_____. Stuart Hall e feminismo: revisitando relações. **Matrizes**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 61-73, set/dez. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/122541/121878>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; MESSA, Márcia Rejane. Os estudos de gênero na pesquisa em comunicação no Brasil. **Contemporânea, Revista de Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 65-82, dez. 2006. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3490/2546>>. Acesso em: 15 maio 2017.

ESPINAL, Isabel. El incansable Juego/The Untiring Game: Dominican Women Writing and Translate Ourselves. In: ALVAREZ, Sonia E. *et al.* (Ed.). **Translocalities/Translocalidades: Feminist Politics of Translation in the Latin America**. London: Duke University Press, 2014, p. 95-106.

EXPOSIÇÃO “100 vezes Cláudia...” segue até o dia 30 no Museu da Cia. Paulista. Jundiaí Prefeitura notícias, **Jundiaí**, 11 set. 2014. Disponível em: <<https://www.jundiai.sp.gov.br/noticias/2014/09/11/exposicao-100-vezes-claudia-segue-ate-o-dia-30-no-museu-da-cia-paulista/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FARIA, Juliana. Histórias de mobilização: descubra como o *Think Olga* tem dado voz a milhares de mulheres. [30 de março, 2016a]. **Escola Design Thinking**. Disponível em: <<http://escoladesignthinking.echos.cc/blog/2016/03/historias-de-mobilizacao-descubra-como-o-think-olga-tem-dado-voz-a-milhares-de-mulheres/>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

_____. As mulheres estão perdendo o medo de falar, diz fundadora da ONG *Think Olga*. [08 de março, 2016b]. **Agência Patrícia Galvão**. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho-2/as-mulheres-estao-perdendo-o-medo-de-falar-diz-fundadora-da-ong-think-olga/>>. Acesso em: 7 jun. 2016.

FREIRE, Silene de Moraes. Mídia, violência e questão social: a pedagogia do capital. In: FREIRE, Silene de Moraes. (Org.). **Direitos Humanos e Questão Social na América Latina**. Rio de Janeiro: Gramma, 2009, v. 1, p. 177-192.

FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

FORATO, Thiago. Band define data de estreia de “MasterChef Junior”; saiba qual. **Na telinha Uol**, São Paulo, 24 ago. 2015. Disponível em:

<<http://natelinha.uol.com.br/noticias/2015/08/24/band-define-data-de-estreia-de-masterchef-junior-saiba-qual-91899.php>>. Acesso em: 18 out. 2017

FORBES BRASIL. **25 atletas mais bem pagos de 2017**. Disponível em: <<http://forbes.uol.com.br/listas/2017/06/25-atletas-mais-bem-pagos-de-2017/#foto23>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

_____. **Claudia Silva Ferreira**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/tag/claudia-silva-ferreira/>>. Acesso em: 14 jan. 2018

_____. **Não tire o batom vermelho**: os sinais de um relacionamento abusivo. 14 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/nao-tire-o-batom-vermelho-os-sinais-de-um-relacionamento-abusivo/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

GÊNERO E NÚMERO. **Mulheres recebem menos na maioria dos esportes**. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/mulheres-recebem-menos-na-maioria-dos-esportes/>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

GOMES-FRANCO E SILVA, Flávia; COLUSSI, Juliana. Uso de Facebook como medio de comunicacón alternativo por la “Marcha das Vadias Sampa”. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 131, p. 401-417, abr./jul. 2016. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5792026>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

GOMES, Marcelo. PMs que estavam em viatura que arrastou mulher no Rio são presos. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 mar. 2014. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,pms-que-estavam-em-viatura-que-arrastou-mulher-no-rio-sao-presos,1141763>> Acesso em: 14 jan. 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS, n.2, p.223-244, 1984. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/17805790/1123062368/name/RACISMO+E+SEXISMO+NA+CULTURA+BRASILEIRA.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

_____. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun.1988a. Disponível em:

<<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lesia-gonzales1.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2017.

_____. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-142, 1988b. Disponível em: <https://www.4shared.com/office/NtnEpmN_/femin_mo_afrolatinoamericano_1.html>. Acesso em: 20 dez. 2017.

_____. “Nanny”. **Humanidades**, Brasília, v.17, p.23-25, 1988c.

_____. Mulher Negra. In: NASCIMENTO, Elis Larkin (Org.). **Guerreiras na natureza: uma mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 29-47.

GRAY, Ann. Learning from Experience. In: McGUIGAN, Jim (Org.). **Cultural Methodologies**. London: Sage Publications, 1997. p. 87-105.

GRASSMAN, Nadine; BIROLI, Flávia. Um mês sem Marielle: democracia, legado e a violência contra as mulheres na política | #AgoraÉQueSãoElas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2018. Disponível em: <<http://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

GRILLO, Cristina *et al.* A primavera das mulheres. **Revista Época**, Rio de Janeiro, 7 nov. 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html>>. Acesso em: Acesso em: 12 jan. 2018.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e realidade**, Rio Grande do Sul, v. 22, n. 22, 1997. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

_____. Estudos Culturais e seu legado teórico. In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003a, p.199-218.

_____. A formação de um intelectual diaspórico – uma entrevista com Stuart Hall, de Kuan-Hsing Chen. In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003b, p. 407- 434.

_____. A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade. In: SOVIK, L. (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003c, p. 294-333.

_____. **A identidade cultura na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
HANISCH, Carol. **O pessoal é político**. Tradução livre. Fevereiro, 1969. Disponível em:
<<https://we.riseup.net/assets/190219/O+Pessoal%2B%C3%A9%2BPol%C3%ADtico.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2015.

HARAWAY, Donna. **Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature**. New York: Routledge, 1991.

HAUCK, Juliana Cristina Rosa; ÁVILA, Rafael Oliveira de. Os think tanks brasileiros e suas contribuições para o pensamento social e político: um resgate histórico-exploratório sobre o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 15, n. 23, 2014, p. 180-207. Disponível em:
<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2014v15n23p180>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015. Disponível em:
<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cad. Saúde Pública** [online], Rio de Janeiro, v. 18 (suplemento), 2002, p. 57-65. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/csp/v18s0/13793.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

HILL COLLINS, Patricia. **Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. Nova Iorque: Routledge, 2000.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social Revista de Sociologia da USP**, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979/87743>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

HOOKS, Bell. **Ain't I a Woman: Black women and feminism**. Cambridge, MA: South End, 1981.

_____. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, Brasília, p. 193-210, jan./abril. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00193.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

JU ROMANO. Site oficial. Disponível em: <<https://juromano.com>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Errata da pesquisa “Tolerância social à violência contra as mulheres”**, 4 abr. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21971>. Acesso em: 9 jun. 2017.

_____. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: Ipea, 2011.

_____. **Dossiê Mulheres Negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

LANA, Lígia Campos de Cerqueira; CORRÊA, Laura Guimarães; ROSA, Maitê Gurgel. A cartilha da mulher adequada: ser piriguete e ser feminina no Esquadrão da Moda. **Contracampo**, Niterói, v. 24, n. 1, p. 120-139, 2012. Disponível em: <<http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/176/106>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

LANA, Lígia; LEAL, Tatiane. Sucesso, feminilidade e negócios: representações jornalísticas das “mulheres poderosas”. **Revista Líbero**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 95-104, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/12/09-Ligia-e-Tatiane.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

LAÓ-MONTES, Agustín. Afro-Latinidades: Bridging Blacknesses and Latinidad. In: MIRABAL, Nancy R.; LAÓ-MONTES, Agustín (Ed.). **Tecnofuturos: Critical Interventions in Latina/o Studies**. New York: Lexington Books, 2007, p.117-140.

LARRY NASSAR é condenado a até 175 anos de prisão por abusos sexuais. **Globo esporte**, Lansingan, 24 jan. 2018. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/ginastica-artistica/noticia/larry-nassar-e-condenado-a-mais-40-anos-de-prisao-por-abusos-sexuais.ghtml>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. Trad. Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LIMA, Élida. Descolonizar os afetos da branquitude no feminismo brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO: PSICOLOGIA SOCIAL E ENFRENTAMENTOS EM TEMPOS DE EXCEÇÃO, 19., 2017, Uberlândia. **Anais eletrônicos**. Uberlândia: UFU, 2017. Disponível em: <http://www.encontro2017.abrapso.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=556>. Acesso em: 28 nov. 2017.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

LORDE, Audre. **Sister Outsider**. Trumansberg: The Crossing Press, 1984.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e a teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **Textos Escolhidos**: Difusão Herética, Zine Edições Femininas e Lésbicas Independentes, 2014. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/171382/AUDRE%20LORDE%20COLETANEA-bklt.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rosa**, Bogotá, Colômbia, n. 9, p. 73-101, jul./dic. 2008. Disponível em: <<http://dev.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

MAIA, Suzana. Performing Seduction and National Identity: Brazilian Erotic Dancers in New York. In: ALVAREZ, Sonia E. *et al.* (Ed.). **Translocalities/Translocalidades: Feminist Politics of Translation in the Latin America**. London: Duke University Press, 2014, p. 258-276.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n3/a02v13n3.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

MARINS, Patrícia; MOURA, Miriam. Redes sociais potencializam o movimento feminista. **Congresso em foco**, Brasília, 10 mar. 2017. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/redes-sociais-potencializam-o-movimento-feminista/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

MARTINELLI, Andrea. *#PrimeiroAssédio*: Mulheres compartilham no Twitter primeira vez que sofreram assédio. **Huffpost Brasil**, 22 out. 2015. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2015/10/22/primeiroassedio-mulheres-compartilham-no-twitter-primeira-vez_a_21693923/>. Acesso em: 12 jan. 2018.

_____. *#MeuAmigoSecreto*: mulheres denunciam atitudes machistas de conhecidos nas redes sociais. **Huffpost Brasil**, 25 nov. 2015. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2015/11/25/meuamigosecreto-mulheres-denunciam-atitudes-machistas-de-conhe_a_21684648/>. Acesso em: 12 jan. 2018.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Blog**. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos e metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTELART, Michèle. Mujeres e industrias culturales: memorias de um pensamento crítico. **Revista Científica de Información y Comunicación IC**, Seville, n. 2, p. 33-41, 2005. Disponível em: <<https://idus.us.es/xmlui/handle/11441/33641>>. Acesso em: 30 out. 2017.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2013.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero e teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000200003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 out. 2017.

_____. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000200006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 out. 2017.

MCCLINTOCK, Anne. **Imperial leather, Race, gender and sexuality in the colonial contest**. Nova Iorque: Routledge, 1995.

MCGANN, J.; Weaver, R (Org.). **Think tanks and civil societies**: catalysts for ideas and action. New Brunswick/Londres: Transactions Publishers, 2002.

MCROBBIE, Angela. Post-feminism and popular culture: Bridget Jones and the new

gender regime. In: CURRAN, James; MORLEY, David. (Ed.). **Media and cultural theory**. Londres: Routledge, 2006, p. 59-69.

_____. **The aftermath of feminism: gender, culture and social change**. Londres: Sage, 2008.

MCROBBIE, Angela; GARBER, Jenny. Las chicas y las subculturas: una investigación exploratoria. In: HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony. (Ed.). **Rituales de resistencia: subculturas juveniles en la Gran Bretaña de postguerra**. Madri: Traficantes de Sueños, 2014. p. 315-331.

MEDVETZ, Tom. **Think tanks as na emergente field**. New York: Social Science Reserach Council, 2008.

MEIRELLES, Clara Fernandes. **Prazer e resistência: a legitimação do melodrama nos contextos acadêmicos anglo-americano e brasileiro**. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MENA, Isabela. *Think Eva: a consultoria que quer ensinar a publicidade a respeitar a mulher. E lucrar com isso*. [06 de março de 2015]. **Draft**. Disponível em: <<https://projetodraft.com/think-eva-uma-consultoria-que-quer-ensinar-a-publicidade-a-respeitar-a-mulher-e-lucrar-com-isso/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

MESSA, Márcia Rejane Postiglioni. **As mulheres só querem ser salvas: Sex and the City e o pós-feminismo**. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2006.

_____. Os estudos feministas de mídia: uma trajetória anglo-americana. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina (Org.). **Comunicação e Gênero: a aventura da pesquisa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

MOHANTY, Chandra T. Under Westerns Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. **Boundary 2**, Durham, v.12, n.3, p.333-358. Disponível em: <http://www2.kobeu.ac.jp/~alexroni/IPD%202015%20readings/IPD%202015_5/under-western-eyes.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2018.

_____. **Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity**. Durhan: Duke University, 2003.

MOREIRA, Isabela. 20 relatos da *hashtag* #meuamigosecreto que precisam ser lidos. **Revista Galileu**, 25 nov. 2015. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/blogs/buzz/noticia/2015/11/20-relatos-da-hashtag-meuamigosecreto-que-precisam-ser-lidos.html>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

MUJERES EM RED – El periódico feminista. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.mujiresenred.net/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

MULHER ARRASTADA por carro da PM foi morta por tiro, aponta laudo. **Folha de São Paulo**, Rio de Janeiro, 18 mar. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1427471-mulher-arrastada-por-carro-da-pm-foi-morta-por-tiro-aponta-laudo.shtml>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. PENESB-RJ, 05 nov. 2003. p. 27. In: COSTA, D. M.; OSÓRIO, A. B.; SILVA, A. de O. **Gênero e Raça no Orçamento Municipal**: um guia para fazer a diferença, vol. I, Orientações Básicas, IBAM/DES, Rio de Janeiro, 2006.

MUNRO, Ealasaid. Feminism: A Fourth Wave? **Political Insight**, v. 4, n. 2, p. 22-25, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1111/2041-9066.12021>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

NAME, Leonardo; ZANETTI, Julia P. Meu corpo, minhas redes: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DA ANPUR – ENANPUR, 15., 2013, Recife. **Livro de anais**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/anaisAbrir/107/1/anais-do-xv-ena>>. Acesso: 10 jun. 2017

NATANSOHN, Graciela. Que têm a ver as tecnologias digitais com o gênero? In: NAHANSOHN, Graciela (Org.). **Internet em código feminino. Teorias e práticas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujia, 2013, p.15-38.

NASSIF, Bárbara; VANUZZI, Cristina; PIRES, Mariana; REIS, Pedro Henrique. A temática das relações de gênero nos estudos de comunicação. In: ESCOSTEGUY, Diego (Org.). **Cultura Midiática e tecnologias do imaginário**: metodologias e pesquisas. EDIPUCRS, 2005, p. 197-214.

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA. **Site oficial**. Disponível em: <<http://nosmulheresdapерифeria.com.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

OLGA ESPORTE CLUBE. **Página do Facebook**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Olgaesportecolube/>>. Acesso em: 18 out. 2017

OLIVEIRA, Grazielle; KORTE, Júlia. A nova luta das mulheres. **Revista Época**, Rio de Janeiro, 6 fev. 2014. Disponível em:

<<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/02/bnova-lutab-das-mulheres.html>>.

Acesso em: 16 jun. 2017.

ONU MULHERES BRASIL. Sobre A ONU Mulheres. Disponível em:

<<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>. Acesso em: 19 out. 2017

PADRÃO, Marcio. Como surgiu o *#meuamigosecreto* com denúncias de machismo na web. **Uol notícias**, São Paulo, 26 nov. 2015. Disponível em:

<<https://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/11/25/entenda-como-surgiu-o-meuamigosecreto-com-denuncias-de-machismo-na-web.htm?cmpid=copiaecola>>.

Acesso em: 12 jan. 2018.

PERDIGÃO, Luísa. **#PrimeiroAssédio**: uma breve análise sobre relatos e feminismo na rede. Disponível em: <<http://www.labic.net/blog/primeiroassedio-uma-breve-analise-sobre-relatos-e-feminismo-na-rede/>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

PERRIN, Fernanda; TERENCEZI, Gabriela. Blogueiras sofrem ameaças de estupro e xingamentos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24 fev. 2015. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/tec/209421-blogueiras-sofrem-ameacas-de-estupro-e-xingamentos.shtml>>. Acesso em: 18 jun.2017.

PHILLIPS, Dom. Men tweeted creepy things about a Brazilian girl on ‘MasterChef Junior.’ Here’s how Brazilian women fought back. **The Washington Post**,

Washington, 6 nov. 2015. Disponível em:

<https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/11/06/men-tweeted-creepy-things-about-a-brazilian-girl-on-masterchef-junior-heres-how-brazilian-women-fought-back/?utm_term=.9424293cbd28

Acesso em: 12 jan. 2018

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>>. Acesso em: 1 ago 2017.

PINTO, Elisabete Aparecida. **Ventres livres**: aborto na perspectiva étnica e de gênero. São Paulo: Fala Preta/Terceira Margem, 2002.

PIRES, Breiller. Joanna Maranhão: “Fui abusada, mas combato a cultura do ódio. Justiça punitiva não é solução”. **El País Brasil**, Belo Horizonte, 24 out. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/23/deportes/1508782273_812472.html>. Acesso em: 20 jan. 2018.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/5247/0>>. Acesso em: 23 fev.17.

PLANO FEMININO. **Site oficial**. Disponível em: <<http://planofeminino.com.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

PORTAL BRASIL. **Bertha Lutz**. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/bertha-lutz>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010. (Coleção Retratos do Brasil Negro).

RECUERO, Raquel. **Rede sociais na internet**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, v.28, n.68, p.114-124, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2014.28.68.06/4187>>. Acesso em: 5 fev.18.

RIBEIRO, Matilde. A condição negra no mundo contemporâneo e a condição negra e feminina no Brasil. In: GARCIA, Antonia Santos; JÚNIOR GARCIA, Afrânio Raul (Org.). **Relações de gênero, raça, classe e identidade social no Brasil e na França**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RICH, Andrew. **Think tanks, public policies and politics of expertise**. New York/Cambridge: City College of New York, Cambridge University, 2004.

RIGOLIN, Camila Carneiro Dias; HAYASHI, Maria Cristina P. Innocentini. Por dentro dos “reservatórios de ideias”: uma agenda de pesquisa para os think tanks brasileiros. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2012, p. 20-33. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3340>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

ROCHA, Rose de Melo; SILVA, Josefina Tranquilin. Alteridade de gênero e deslocamentos de sentido como práticas feministas em rede: observações sobre a página “Moça, você é machista”. **Contracampo**, Niterói, v. 35, n. 2, 2016, p. 33-51. Disponível em: <<http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/934/pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

ROSSI, Jéssica de Cássia; MARRERO, Júlio César; PALUAN, Thiago Thadeu. A Análise dos Estudos Culturais no Contexto da Cultura de Convergência: um Estudo de Caso sobre o papel do receptor nas Mídias Sociais. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 18., 2013, Bauru. **Anais eletrônicos**. Bauru: UNESP, 2013. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-1874-1.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

SÁ, Michael; RODRIGUES, Thayná. Acusado de assédio, José Mayer admite em carta que errou e pede desculpas. **Jornal Extra**, 4 abr. 2017. Disponível em: <<https://extra.globo.com/famosos/acusado-de-assedio-jose-mayer-admite-em-carta-que-errou-pede-desculpas-21158359.html>>. Acesso em: 18 out. 2017.

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil**: a trilha do círculo vicioso. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

SCHMIDT, Simone. Cravo Canela, Bala e Favela: Luso-Afro-Brazilian Feminist. In: ALVAREZ, Sonia E. *et al.* (Ed.). **Translocalities/Translocalidades**: Feminist Politics of Translation in the Latin America. London: Duke University Press, 2014, p. 78-94.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995, p. 70-99. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

SCHULMAN, Norma. O Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham: uma história intelectual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **O que é, afinal, os Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Valéria Calvi Amaral. Da interseccionalidade ao movimento feminista: uma tentativa de conceituação do feminismo enquanto movimento social. **Encuentro Latinoamericano**, v. 3, n. 2, p. 108-123, 2016a. Disponível em: <https://www.iapss.org/wp/wp-content/uploads/2014/10/ELA_Vol.-3-No.-2_6.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2017.

SILVA, Suelen de Aguiar. Comunicação, Movimentos Sociais e Redes: rumo ao projeto biopolítico da multidão. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, v. 20, n. 20, jan./dez. 2016, p. 325-335. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/AUM/article/view/8317>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

TAMDJIAN, Juliana Luiz. “As mulheres estão perdendo o medo de falar”, diz fundadora da ONG *Think Olga*. **Metro**, São Paulo, 9 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.metrojornal.com.br/plus/2016/03/08/as-mulheres-estao-perdendo-o-medo-falar-diz-fundadora-da-ong-think-olga.html>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

THEMIS – Gênero justiça, direitos humanos. **Site oficial**. Disponível em: <<http://themis.org.br>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

THINK OLGA. **Sobre nós**. Disponível em: <<http://thinkolga.com/a-olga/>>. Acesso em: 25 maio 2017a.

_____. **Quando o assédio é somado ao racismo**. Disponível em: <<https://thinkolga.com/2017/04/04/quando-o-assedio-e-somado-ao-racismo/>>. Acesso em: 25 maio 2017b.

_____. **Hashtag Transformação: 82 mil tweets sobre o #PrimeiroAssedio**. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

THORNHAM, Sue. **Feminist theory and Cultural Studies: stories of unsettled relations**. London: Arnold, 2000.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. O feminismo na era digital e a (re)configuração de um contexto comunicativo para políticas de gênero. **Razón y Palabra**, Quito, v. 19, n. 90, p. 489-500, jun./ago. 2015. Disponível em: <<http://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/viewFile/334/371>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

TOMAZETTI, Tainan Pauli; MARCONI, Dieison. Do cultural ao queer: a contribuição dos Estudos Culturais para pensar as relações de gênero nos estudos em comunicação. **Razón y Palabra**, Quito, v. 21, n. 97, p. 566-584, abr/jun. 2017. Disponível em: <<http://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/viewFile/873/pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2017.

TRANS-ATLANTIC SLAVE TRADE DATABASE. **Estimativas**. Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

TRÊS ANOS APÓS morte de Claudia, PMs ainda não foram julgados. **Catraca Livre**, São Paulo, 16 mar. 2017. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/caso-de-cla/>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

URETA, Ainara Larrondo. La Red al servicio de las mujeres. Aproximación a la relación mujer y medios de comunicación en Internet. **Estudios sobre el Mensaje Periodístico**, Madrid, v. 11, n. 11, p. 375-392, 2005. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/ESMP/article/view/ESMP0505110375A>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

VEJA COMO surgiu a *#FirstTimeIWasCatcalled*. **Made for minds**, 14 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/veja-como-surgiu-a-firsttimeiwascalled/av-19216201>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

VICENTE, Fernanda. **O impacto do feminismo nas redes sociais**. 10 out. 2016. Disponível em: <<http://ondda.com/noticias/2016/10/o-impacto-do-feminismo-nas-redes-sociais>>. Acesso em: 16 jun. 2017

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 37-82, 1999.

WOITOWICZ, Karina Janz. Páginas que resistem: A imprensa feminista na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 6., 2008, Niterói. **Anais eletrônicos**. Niterói: UFF, 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro>>

2008-1/Paginas%20que%20resistem%20A%20imprensa%20feminista.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YOUPIX. **Site oficial**. Disponível em: <<https://youpix.com.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

APÊNDICES

APÊNCIDE A – Tabela de coleta de dados da *Fanpage Think Olga*.

Temas	Nº de publicações	Subtemas	Data de publicação	Compartilhamentos	Reações	Comentários	IMG.	VÍD.	Expressões interseccionais
Assédio	9	<i>Chega de Fiu Fiu – O filme e Meet Us On The Street: Anti-Street Harassment Week</i>	03/04/2017	53	342	5	7	1	Mulher cisgênero, estudante universitária, periférica e negra.
									Mulher transexual, negra, periférica e artista.
									Mulher cisgênero, negra e pesquisadora.
									Mulher cisgênero e branca.
									Mulher cisgênero, branca e jornalista (faz parte da <i>Olga</i>).

	<i>“Chega de Fiu Fiu – O filme”</i>	03/04/2017	2	67	2	3	1	Mulher cisgênero, estudante universitária, periférica e negra.
								Mulher transexual, negra, periférica e artista.
								Mulher cisgênero, negra e pesquisadora.
								Mulher cisgênero e branca.
								Mulher cisgênero, branca e jornalista (faz parte da <i>Olga</i>).
	<i>“Chega de Fiu Fiu – O filme” e Meet Us On The Street: Anti-Street Harassment Week - Live</i>	04/04/2017	4	70	4	10	2	Mulher cisgênero, estudante universitária, periférica e negra.
								Mulher transexual, negra, periférica e artista.

								Mulher cisgênero, negra e pesquisadora.
								Mulher cisgênero e branca.
								Mulher cisgênero, branca e jornalista (faz parte da <i>Olga</i>).
	<i>“Mexeu com uma, mexeu com todas #chegadeassédio”</i>	05/04/2017	105	740	20	14	0	Mulher cisgênero, branca e figurinista.
	Quando o assédio é somado ao racismo	05/04/2017	23	180	5	8	0	Mulher cisgênero, negra e jornalista (faz parte da <i>Olga</i>).
	Dona Rosa	06/04/2017	23	230	8	7	1	Mulher cisgênero, negra e periférica.
	<i>A Olga Esporte Clube</i> e o assédio na prática esportiva	06/04/2017	0	69	4	4	0	Mulher e esporte.
	<i>BBB</i> : Emilly Araújo e Marcos Harter	12/04/2017	284	824	23	14	0	Mulher cisgênero, branca e estudante universitária.

		Chamada para live. “ <i>Chega de Fiu Fiu – O filme</i> ” e MC Bárbara Sweet	17/04/2017	0	44	1	4	1	Mulher cisgênero, branca e cantora (MC).
		“ <i>Chega de Fiu Fiu – O filme</i> ” e MC Bárbara Sweet	18/04/2017	5	98	15	2	3	Mulher cisgênero, negra e jornalista (faz parte da <i>Olga</i>).
									Mulher cisgênero, branca e cantora (MC).
<i>Minimanual do jornalismo humanizado</i>	2	Dia do jornalista	07/04/2017	127	266	28	26	0	Mulher cisgênero, branca e atleta.
									Mulher cisgênero, negra e jornalista.
									Mulher cisgênero, branca e atriz.
									Mulher cisgênero, parda e atriz.
									Mulher cisgênero, branca e cantora.

								Mulher cisgênero, negra e atleta.	
								Mulher cisgênero, branca e atriz.	
								Mulher cisgênero, branca e atriz.	
								Mulher cisgênero, branca e médica.	
								Mulher cisgênero, branca e cantora.	
								Mulher cisgênero, branca e atleta.	
		Dia do jornalista	07/04/2017	16	172	1	7	0	Mulher cisgênero, branca e atleta.
									Mulher cisgênero, negra e jornalista.
									Mulher cisgênero, branca e atriz.
									Mulher cisgênero, parda e

									atriz.
									Mulher cisgênero, branca e cantora.
									Mulher cisgênero, negra e atleta.
									Mulher cisgênero, branca e atriz.
									Mulher cisgênero, branca e atriz.
									Mulher cisgênero, branca e médica.
									Mulher cisgênero, branca e cantora.
									Mulher cisgênero, branca e atleta.
Artigo	3	Resenha do livro de Angela Davis	10/04/2017	14	156	3	7	0	Mulher cisgênero, negra e pedagoga.

		Dia do Índio	19/04/2017	23	98	3	3	0	Mulher cisgênero, indígena e estudante universitária (Ciências Sociais).
		O feminismo é questão de tempo	26/04/2017	154	442	20	3	0	Mulher cisgênero, branca e jornalista.
TV Olga	2	Pergunte a ela: Como resistir no cenário de música independente?	13/04/2017	4	42	2	6	3	Mulher transexual, negra, periférica e artista.
		Yes, we cat	14/04/2017	14	241	17	10	7	Mulher cisgênero, branca e jornalista (faz parte da <i>Olga</i>).
									Mulher cisgênero, homossexual, branca, <i>youtuber</i> e comunicóloga.
Mulher cisgênero, branca, <i>youtuber</i> e jornalista.									

								Mulher cisgênero, branca e publicitária (faz parte da <i>Olga</i>).
								Mulher cisgênero, branca, blogueira e jornalista.
								Mulher cisgênero, negra, <i>youtuber</i> e estudante universitária (Ciências Sociais).
								Mulher cisgênero, parda e publicitária (faz parte da <i>Olga</i>).
								Mulher cisgênero, branca e ilustradora.
								Mulher cisgênero, branca, jornalista e <i>vlogger</i> .

								Mulher cisgênero, branca e jornalista (faz parta da <i>Olga</i>).
								Mulher cisgênero, negra, periférica e jornalista.
								Mulher cisgênero, branca e jornalista.
								Mulher cisgênero, branca e publicitária (faz parte da <i>Olga</i>).
								Mulher cisgênero, negras, jornalista e empreendedora.
								Mulher cisgênero, branca, turismóloga e empreendedora.
								Mulher cisgênero, parda e publicitária (faz parte da <i>Olga</i>).
								Mulher cisgênero, branca

									e jornalista.
									Mulher cisgênero, branca, publicitária, ilustradora e escritora
Arte	1	Anita Malfatti e sua festa da cor	24/04/2017	27	256	40	2	1	Mulher cisgênero, branca e artista
Aborto	1	9 verdades e 1 mentira	25/04/2017	135	416	52	4	0	Mulher e pobre
Fórum internacional	1	<i>W20 Summit</i>	26/04/2017	0	91	4	3	0	Mulher cisgênero, branca e publicitária (faz parte da Olga)
Premiação	1	<i>Troféu Mulher Imprensa</i>	27/04/2017	3	168	7	9	1	Mulher e jornalista
Greve	1	Greve geral	28/04/2017	436	1.200	7	1	0	Não se aplica
Aniversário de 04 anos da Olga	2	FAQ <i>Think Olga</i>	30/04/2017	2	74	4	2	0	Não se aplica
		FAQ <i>Think Olga</i>	30/04/2017	3	128	5	8	0	Não se aplica
	23			1457	6414	280	164	21	

